CRL
CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

2019

RELATÓRIO
SOBRE
EMPREGO E FORMAÇÃO

Título: ***Relatório sobre Emprego e Formação*** *– 2019*

Data de edição: Julho de 2020

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Praça de Londres, nº 2 - Piso 9

1049-056 – Lisboa, Portugal

Email: geral@crl.mtsss.pt

Depósito legal: 419803/16

Execução gráfica: Palmigráfica – Artes Gráficas, Lda.

Tiragem: 50 exemplares

Documento redigido segundo o Acordo Ortográfico em vigor à data.

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

– ***Composição:***

Presidente: **Sérgio Monteiro do Monte** (UGT)

Organizações Governamentais:

- ACT - **Jorge Manuel M. Pinhal** (efetivo) ; Maria José Tiago (suplente)
- DGERT **– Sandra Ribeiro** (efetivo) ; Rui Abreu (suplente)
- GEP - **Antonieta do Rosário P. S. Ministro** (efetivo) ; Maria Teresa F. Feliciano (suplente)
- IEFP - **António Valadas da Silva** (efetivo); Catarina Campos (suplente)

Organizações Sindicais:

- CGTP-IN - **Ana Isabel Lopes Pires** (efetivo) ; Fernando José Machado Gomes (suplente)
  José Rodrigues Oliveira (efetivo) ; Fernando M. Pires Marques (suplente)
- UGT - **Carlos M. Anjos Alves** (efetivo) ; José M. da Luz Cordeiro (suplente)
  Luis F. Oliveira Costa (suplente)

Organizações Empresariais:

- CAP - **Cristina Nagy Morais** (efetivo) ; Pedro M. R. da Costa Pereira (suplente)
- CCP - **Ana Cristina Vieira** (efetivo) ; Alberto J. Lança de Sá e Mello (suplente)
- CIP - **Nuno M. V. Nobre Biscaya** (efetivo) ; Luís Henrique (suplente)
- CTP - **Nuno da Silva Bernardo** (efetivo) ; António A. da Cunha Abrantes (suplente)

Autores do Relatório

Equipa técnica:

Perito convidado: **Paulino Teixeira** (Coordenação Científica)

Teresa Pina Amaro (CRL)

Teresa Sabido Costa (CRL)

COMISSÃO CIENTÍFICA PARA O RELATÓRIO SOBRE EMPREGO E FORMAÇÃO – 2018

Composição

- **António Figueiredo** (Quaternnaire)
- **Cristina Rodrigues** (Universidade NOVA de Lisboa)
- **Francisco Madelino** (ISCTE)
- **João Cerejeira** (Universidade do Minho)
- **Mário C. Dias** (Universidade Lusíada)

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS 8

NOTA PRÉVIA 13

INTRODUÇÃO 15

SUMÁRIO EXECUTIVO 17

1.ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU 17

2. ANÁLISE SINTÉTICA SOBRE A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO 18

2.1. Oferta de trabalho *18*

2.2. Emprego *19*

2.3. Desemprego *21*

2.4. Fluxos de mão-de-obra entre emprego, desemprego e inatividade *23*

3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS 24

4. GANHOS E REMUNERAÇÕES 25

5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO 27

PRINCIPAIS INDICADORES 29

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU 31

2. *O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA* 43

2.0. NOTA INTRODUTÓRIA 43

2.1. OFERTA DE TRABALHO 44

2.1.1. População total *44*

2.1.2. Fluxos migratórios *44*

FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL *44*

- ***Evolução da Emigração portuguesa*** *44*
- ***Evolução da Imigração portuguesa*** *49*

2.1.3. População por níveis de escolaridade *51*

2.1.3.1. Evolução da população por níveis de educação em Portugal e na UE 28 ..... *51*

2.1.4. População ativa e taxas de atividade *56*

2.1.4.1. População ativa por escalões etários *57*

2.1.4.2. Taxas de atividade em Portugal e na União Europeia *57*

2.1.4.3. População ativa por níveis de escolaridade completos *58*

2.1.4.4. População ativa por regiões *59*

2.1.5. População Inativa *59*

2.1.6. População jovem: abandono escolar precoce e população jovem que não trabalha nem estuda (NEEF) em Portugal e na União Europeia *61*

2.1.6.1. Saída escolar precoce *61*

2.1.6.2. População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF) *63*

2.2. EMPREGO 66

2.2.1. Emprego e taxas de emprego *66*

2.2.1.1 Emprego por escalões etários *66*

2.1.1.2. Taxas de Emprego em Portugal e na União Europeia *67*

2.2.1.3. População empregada por níveis de escolaridade *69*

2.2.1.4. Emprego por regiões *70*

2.2.1.5. População empregada por situação na profissão *71*

2.2.1.6. População empregada por tempo de duração de trabalho *72*

- *Por escalão de duração semanal de trabalho* *75*
- *Por tipo de horário de trabalho* *76*

2.2.1.7. Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato *76*

2.2.1.8. Contratos a Termo em Portugal e na União Europeia *77*

2.2.1.9. População empregada por sectores de atividade *78*

2.2.1.10. População empregada por grupos profissionais *84*
2.2.2. Emprego nas administrações públicas *85*
2.2.2.1. Postos de trabalho nas administrações públicas *85*
- *Por escalões etários* *86*
- *Por níveis de escolaridade* *87*
- *Por tipo de vínculo* *88*
- *Por área governativa* *89*
- *Por tipo de entidade* *90*
- *Por cargos/carreiras/grupos* *91*

2.2.2.2. Emprego nas entidades do sector público, exceto administrações públicas (AP) *92*
- *Por escalões etários* *93*
- *Por níveis de escolaridade* *94*
- *Por setores de atividade* *94*
- *Por cargos/carreiras/grupos* *95*

2.2.3. Trabalho temporário *96*
2.2.3.1. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários *96*
- *Por tipo de contrato* *96*
- *Por sexo e escalão etário* *97*
- *Por níveis de qualificação* *98*
- *Por regiões* *98*

2.2.3.2. Percentagem de trabalhadores das agências de trabalho temporário no total da população empregada em Portugal e na UE28 ..... *99*
2.2.4. Subutilização do trabalho em Portugal *100*
2.3. Desemprego 103
2.3.1. Desemprego e taxas de desemprego *103*
2.3.1.1. Desemprego por escalões etários *104*
2.3.1.2. Taxas de desemprego em Portugal e na União Europeia *104*
2.3.1.3. Desemprego por níveis de escolaridade *106*
2.3.1.4. Desemprego por experiência anterior de trabalho *107*
2.3.1.5. Desempregados à procura de novo emprego *108*
- *Por áreas de atividade* *108*
- *Por grupos profissionais* *111*
- *Por regiões* *111*

2.3.1.6. Desempregados de longa duração e muito longa duração *112*
2.3.2 Desemprego registado e pedidos de emprego nos Centros de Emprego *117*
Motivos de inscrição dos desempregados no Serviço Público de Emprego *124*
2.3.3. Situação do desemprego subsidiado *127*
2.4. Fluxos de mão de obra entre emprego, desemprego e inatividade 132
2.4.1. Emprego nas administrações públicas – fluxos de entradas e saídas *134*
2.4.2. Entidades empregadoras e beneficiários com prestações de lay-off *136*
2.4.3. Despedimentos coletivos *138*
3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS 143
3.0. Nota introdutória 143
3.1. Estrutura empresarial 143
3.1.1. Por setores de atividade *144*
3.1.2. Por dimensão de empresas *145*
3.2. Emprego nas empresas 146
3.2.1. Por setores de atividade *147*
3.2.2. Por dimensão de empresas *149*
3.2.3. Por níveis de habilitações e qualificações *150*
3.2.4. Por tipos de contrato *152*
3.2.4.1. Por tipo de contrato e escalão etário *153*

3.2.4.2. Por tipo de contrato e níveis de qualificação *154*
3.3. Trabalhadores estrangeiros nas empresas 156
3.4. Estrutura Empresarial – Setores intensivos em tecnologia e conhecimento 159
3.4.1. Por setores de atividade *160*
3.4.1.1. Empresas nos setores de alta e média alta tecnologia *161*
3.4.1.2. Empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC) *162*
3.4.1.3. Empresas das indústrias transformadoras de alta e média alta tecnologia *162*
3.4.1.4. Empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados *163*
3.4.1.5. Indústrias transformadoras de baixa tecnologia *164*
3.4.1.6. Empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia *165*
3.5. Emprego nas empresas – Setores Intensivos em tecnologia e conhecimento 165
3.5.1. Por setores de atividade *166*
3.5.1.1. Pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia *167*
3.5.1.2. Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC) *168*
3.5.1.3. Pessoas ao serviço nas empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia *168*
3.5.1.4. Pessoas ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados *169*
3.5.1.5. Pessoal ao serviço nas empresas Indústrias de baixa tecnologia *170*
- *Pessoal ao serviço nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia* *170*

3.6. Sinistralidade e absentismo laboral 174
3.6.1. Sinistralidade laboral *174*
3.6.2. Baixas no âmbito de doença *185*
4. GANHOS E REMUNERAÇÕES 189
4.0. Nota introdutória 189
4.1. Remunerações: remuneração base média mensal, ganhos médios e mediana do ganho 189
- *Por níveis de habilitações* *192*
- *Por setores de atividade* *193*
- *Por regiões* *195*

4.2. Estrutura remuneratória 197
- *Remunerações bases médias mensais por tipo de contrato* *199*
- *TCO abrangidos pela Retribuição Mínima Mensal Garantida* *201*

4.3. Índice do custo de trabalho 202
4.4. Ganhos e Remunerações nas Administrações Públicas 204
- *Ganhos e remunerações nas empresas públicas e demais entidades do sector público* *206*

5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO 209
5.0. Nota introdutória 209
5.1. Cursos de dupla certificação e formação contínua extra-catálogo 210
5.1.1. Cursos de dupla certificação *210*
5.1.2. Formação modular no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) *215*
5.1.3. Ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações *215*
5.2. Formação Profissional promovida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional 217
5.3. Medidas de Apoio ao Emprego 224
5.4. Formação contínua nas empresas 229
5.5. Ofertas e colocações dos Centros de Emprego 238
CONCEITOS UTILIZADOS **243**
PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA **253**

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. PRINCIPAIS INDICADORES 29
FIGURA 2. CONTRIBUTO PARA O CRESCIMENTO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES, POR COMPONENTE DA DESPESA 31
FIGURA 3. ÍNDICE CAMBIAL EFETIVO REAL, DEFLACIONADO PELOS CUSTOS UNITÁRIOS DO TRABALHO RELATIVOS, (1999=100) ..33
FIGURA 4. COMPENSAÇÃO DO TRABALHO EM PERCENTAGEM DO PIB A CUSTO DE FATORES 33
FIGURA 5. TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO ÍNDICE HARMONIZADO DE PREÇOS NO CONSUMIDOR 34
FIGURA 6. EVOLUÇÃO DO PIB, EM PORTUGAL E NA UE, A PREÇOS CONTANTES (2008=100) 35
FIGURA 7. TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO PIB E DO PIB PER CAPITA, EM PORTUGAL E NA UE 35
FIGURA 8. PIB *PER CAPITA* DE PORTUGAL EM PERCENTAGEM DA MÉDIA DA UE, A PREÇOS DE 2015 36
FIGURA 9. DÉFICE E DÍVIDA PÚBLICA EM PERCENTAGEM DO PIB, PORTUGAL E MÉDIA DA UE 37
FIGURA 10. TAXAS DE JURO DE LONGO PRAZO (CRITÉRIO DE MAASTRICHT) 37
FIGURA 11. POPULAÇÃO ATIVA, EMPREGADA E DESEMPREGADA (15 A 64 ANOS) 38
FIGURA 12. FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL E PRINCIPAIS COMPONENTES, PORTUGAL E UNIÃO EUROPEIA, A PREÇOS DE 2015 (2008=100) 39
FIGURA 13. STOCK DE CAPITAL (LÍQUIDO) POR PESSOA EMPREGADA, PORTUGAL E UNIÃO EUROPEIA, A PREÇOS DE 2015 39
FIGURA 14. PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO, POR TRABALHADOR E POR HORA TRABALHADA (PPC: UE=100%) 41
FIGURA 15. PRODUTIVIDADE APARENTE DO CAPITAL (UE=100%) 41
FIGURA 16. PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES (2015=100) 42
FIGURA 17. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA DESDE O INÍCIO DO MILÉNIO 45
FIGURA 18. EMIGRANTES PORTUGUESES A RESIDIR NO ESTRANGEIRO EM 2018 46
FIGURA 19. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR TIPOLOGIA 47
FIGURA 20. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR SEXO 47
FIGURA 21. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR GRUPO ETÁRIO 48
FIGURA 22. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR ESCOLARIDADE 48
FIGURA 23. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRADA EM PORTUGAL 49
FIGURA 24. EVOLUÇÃO DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR SEXOS 50
FIGURA 25. ESTRUTURA ETÁRIA DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM 2018 50
FIGURA 26. PROVENIÊNCIA DOS IMIGRANTES PORTUGUESES EM 2018 51
FIGURA 27. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS 15 AOS 64 ANOS 52
FIGURA 28. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS 15 AOS 64 ANOS, POR SEXO 53
FIGURA 29. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (20 AOS 24 ANOS) COM PELO MENOS UM NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO 54
FIGURA 30. POPULAÇÃO (20 AOS 24 ANOS) COM PELO MENOS UM NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO, POR SEXO 55
FIGURA 31. POPULAÇÃO (25 AOS 64 ANOS) COM PELO MENOS UM NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO, POR SEXO 55
FIGURA 32. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ATIVIDADE MASCULINA E FEMININA 56
FIGURA 33. EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE 57
FIGURA 34. EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE DOS JOVENS (15 AOS 24 ANOS) 58
FIGURA 35. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO 60
FIGURA 36. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO 60
FIGURA 37. JOVENS (18 A 24 ANOS) QUE SAÍRAM PRECOCEMENTE DA ESCOLA 62
FIGURA 38. JOVENS (18 A 24 ANOS) QUE SAÍRAM PRECOCEMENTE DA ESCOLA, POR SEXO 62
FIGURA 39. POPULAÇÃO JOVEM NEEF (15 A 29 ANOS), POR SEXO 64
FIGURA 40. POPULAÇÃO JOVEM NEEF 64
FIGURA 41. POPULAÇÃO JOVEM NEEF, POR NÍVEIS DE ENSINO 65
FIGURA 42. TAXA DE EMPREGO POR SEXO 66
FIGURA 43. VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR ESCALÕES ETÁRIOS 2011-2019 67
FIGURA 44. EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO 68
FIGURA 45. EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO DOS JOVENS (15 AOS 24 ANOS) 69
FIGURA 46. TAXAS DE EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE 69
FIGURA 47. VARIAÇÃO DO EMPREGO POR REGIÕES DO CONTINENTE -2011-2019 70
FIGURA 48. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SITUAÇÃO NA PROFISSÃO 71
FIGURA 49. PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR TEMPO DE DURAÇÃO DO TRABALHO 72
FIGURA 50. EVOLUÇÃO DO EMPREGO A TEMPO PARCIAL E DO SUBEMPREGO A TEMPO PARCIAL 2011-2019 73

FIGURA 51. PERCENTAGEM DE PESSOAS EMPREGADAS EM SITUAÇÃO DE SUBEMPREGO NO TOTAL DAS PESSOAS EMPREGADAS A TEMPO PARCIAL (15 AOS 64 ANOS)....74
FIGURA 52. PERCENTAGEM DE PESSOAS EMPREGADAS EM SITUAÇÃO DE SUBEMPREGO NO TOTAL DAS PESSOAS EMPREGADAS A TEMPO PARCIAL POR SEXO....74
FIGURA 53. POPULAÇÃO EMPREGADA POR ESCALÃO DE DURAÇÃO SEMANAL HABITUAL DE TRABALHO....75
FIGURA 54. EMPREGO POR TIPO DE HORÁRIO DE TRABALHO – TURNOS, SERÃO, NOITE, SÁBADO E DOMINGO....76
FIGURA 55. TCO COM CONTRATOS A TERMO E SEM TERMO....77
FIGURA 56. CONTRATOS A TERMO (% NO EMPREGO TOTAL)....78
FIGURA 57. EMPREGO POR GRANDES SECTORES DE ACTIVIDADE....79
FIGURA 58. VARIAÇÃO DO EMPREGO NAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS E NA CONSTRUÇÃO....80
FIGURA 59. VARIAÇÃO DO EMPREGO POR SUBSECTORES DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS 2011-2019....80
FIGURA 60. VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS 2011-2019....81
FIGURA 61. VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SUBSECTORES DO COMÉRCIO - 2011-2019....82
FIGURA 62. EVOLUÇÃO DO EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO – 2011-2019....83
FIGURA 63. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS....84
FIGURA 64. POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS....86
FIGURA 65. VARIAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES....87
FIGURA 66. POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS A TERMO E SEM TERMO....88
FIGURA 67. VARIAÇÕES DOS POSTOS DE TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR ÁREAS GOVERNATIVAS....89
FIGURA 68. EMPREGO NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL POR TIPO DE ENTIDADE – 2011, 2018 E 2019....90
FIGURA 69. EMPREGO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR CARGOS/CARREIRAS/GRUPOS – 2011, 2018 E 2019....91
FIGURA 70. POSTOS DE TRABALHO NAS ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO AP, POR SUBSECTOR....93
FIGURA 71. EMPREGO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, EXCETO AP POR CAE, 2019....95
FIGURA 72. EMPREGO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES POR CARREIRAS, 2018....95
FIGURA 73. TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS POR TIPO DE CONTRATO – 2010 A 2018....96
FIGURA 74. TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS POR ESCALÕES ETÁRIOS....97
FIGURA 75. TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÕES, 2010-2018....98
FIGURA 76. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES DE AGÊNCIAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO NO TOTAL DA POPULAÇÃO EMPREGADA (15 AOS 64 ANOS)....99
FIGURA 77. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR SEXO....100
FIGURA 78. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR GRUPO ETÁRIO....101
FIGURA 79. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR ESCOLARIDADE....102
FIGURA 80. VARIAÇÃO DO NÚMERO DE DESEMPREGADOS 2011-2019....103
FIGURA 81. TAXAS DE DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO....104
FIGURA 82. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO....105
FIGURA 83. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO JOVEM....106
FIGURA 84. TAXAS DE DESEMPREGO POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE....107
FIGURA 85. DESEMPREGO POR EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO....108
FIGURA 86. DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO POR ÁREAS DE ATIVIDADE....109
FIGURA 87. VARIAÇÃO DOS DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA E CONSTRUÇÃO....109
FIGURA 88. VARIAÇÃO DOS DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO NOS SERVIÇOS....110
FIGURA 89. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS 2011, 2018 E 2019....111
FIGURA 90. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO POR REGIÕES....112
FIGURA 91. TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO (% NA POPULAÇÃO ATIVA)....113
FIGURA 92. TAXA DE DESEMPREGO DE MUITO LONGA DURAÇÃO (% NA POPULAÇÃO ATIVA)....113
FIGURA 93. DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO....114
FIGURA 94. DESEMPREGADOS HÁ 12 E MAIS MESES POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES....115
FIGURA 95. DESEMPREGADOS ENTRE OS 15 E OS 34 ANOS POR DURAÇÃO DA PROCURA DE EMPREGO....116
FIGURA 96. DESEMPREGADOS DE LONGA E MUITO LONGA DURAÇÃO....116
FIGURA 97. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTADO POR GÉNERO....117

FIGURA 98. PERCENTAGEM DO DESEMPREGO JOVEM E DO DLD NO DESEMPREGO REGISTADO....118
FIGURA 99. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTADO POR REGIÕES....119
FIGURA 100. DESEMPREGO REGISTADO POR SECTORES DE ATIVIDADE....119
FIGURA 101. DESEMPREGO REGISTADO NA INDÚSTRIA....120
FIGURA 102. DESEMPREGO REGISTADO NOS SERVIÇOS....121
FIGURA 103. DESEMPREGO REGISTADO (NOVO EMPREGO) POR PROFISSÕES....122
FIGURA 104. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTADO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES (%)....123
FIGURA 105. MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS EM 2018....124
FIGURA 106. EVOLUÇÃO DOS MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS....125
FIGURA 107. EVOLUÇÃO DOS MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS....126
FIGURA 108. VARIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO POR TIPO DE SUBSÍDIO....127
FIGURA 109. BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO DEFERIDAS ENTRE 2014 E 2019....128
FIGURA 110. BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO DEFERIDAS POR TIPO DE SUBSÍDIO....129
FIGURA 111. EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO MENSAL DAS PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO (TCO)....130
FIGURA 112. EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO MENSAL DOS SUBSÍDIOS POR CESSAÇÃO DE ATIVIDADE....131
FIGURA 113. FLUXOS DE MÃO DE OBRA EM 2019....132
FIGURA 114. FLUXOS DE MÃO DE OBRA EM 2018....133
FIGURA 115. FLUXOS DE MÃO DE OBRA....134
FIGURA 116. FLUXOS DE ENTRADAS E SAÍDAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – 2019....135
FIGURA 117. FLUXOS DE ENTRADAS E SAÍDAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – 2018....135
FIGURA 118. ENTIDADES EMPREGADORAS EM SITUAÇÃO DE LAY-OFF....136
FIGURA 119. ENTIDADES EMPREGADORAS E BENEFICIÁRIOS EM SITUAÇÃO DE LAY-OFF....137
FIGURA 120. BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE LAY-OFF, POR TIPOLOGIA....138
FIGURA 121. DESPEDIMENTOS COLETIVOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA, EM 2019....139
FIGURA 122. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DESPEDIMENTOS COLETIVOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA....139
FIGURA 123. NÚMERO DE TRABALHADORES A DESPEDIR POR DESPEDIMENTOS COLETIVOS, EM 2019....140
FIGURA 124. TOTAL DE TRABALHADORES E TOTAL DE TRABALHADORES A DESPEDIR ENTRE 2010 E 2019....141
FIGURA 125. DESPEDIMENTOS COLETIVOS POR REGIÃO, EM 2019....141
FIGURA 126. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DESPEDIMENTOS COLETIVOS POR REGIÃO....142
FIGURA 127. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS....144
FIGURA 128. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS POR CAE....145
FIGURA 129. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS....146
FIGURA 130. ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO (PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS)....147
FIGURA 131. TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS PRINCIPAIS SUBSETORES DE ATIVIDADE DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS 2016-2017....148
FIGURA 132. TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS SUBSETORES DO COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS 2016-2017....149
FIGURA 133. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS TCO POR NÍVEL DE HABILITAÇÕES....150
FIGURA 134. EVOLUÇÃO DOS TCO COM CONTRATOS A TERMO POR TIPO DE CONTRATO....152
FIGURA 135. EVOLUÇÃO DOS TCO ATÉ AOS 24 ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2018....153
FIGURA 136. EVOLUÇÃO DOS TCO ENTRE OS 25 E OS 34 ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2018....153
FIGURA 137. EVOLUÇÃO DOS TCO ENTRE OS 35 E OS 54 ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2018....153
FIGURA 138. EVOLUÇÃO DOS TCO COM 55 E MAIS ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2018....153
FIGURA 139. TCO POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO – PESO DOS CONTRATOS COM TERMO E SEM TERMO EM 2018....154
FIGURA 140. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATOS E DO NÚMERO DE NOVOS CONTRATOS DE TRABALHO REGISTADOS NA SEGURANÇA SOCIAL....155
FIGURA 141. ESTRANGEIROS NAS EMPRESAS POR NACIONALIDADE EM 2018....156
FIGURA 142. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTRANGEIROS NAS EMPRESAS POR NACIONALIDADE 2009-2018....157
FIGURA 143. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE TCO ESTRANGEIROS NO TOTAL DOS TCO....157
FIGURA 144. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TCO POR SECTOR DE ATIVIDADE....158
FIGURA 145. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS POR REGIME JURÍDICO DAS EMPRESAS 2009-2018....159
FIGURA 146. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS NOS SETORES DE ATIVIDADE MAIS SIGNIFICATIVOS....161
FIGURA 147. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DOS SETORES DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA....161
FIGURA 148. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS COM ATIVIDADES DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)....162
FIGURA 149. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA....163

FIGURA 150. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS COM FATORES COMPETITIVOS AVANÇADOS...163
FIGURA 151. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE BAIXA TECNOLOGIA DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS 164
FIGURA 152. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO DE ALTA TECNOLOGIA 165
FIGURA 153. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS POR FORMA JURÍDICA DAS EMPRESAS.....166
FIGURA 154. ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO (PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS).....167
FIGURA 155. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DOS SETORES DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA 168
FIGURA 156. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA 169
FIGURA 157. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS COM FATORES COMPETITIVOS AVANÇADOS (PESSOAS AO SERVIÇO) 169
FIGURA 158. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE BAIXA TECNOLOGIA DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS 170
FIGURA 159. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DOS SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO DE ALTA TECNOLOGIA 171
FIGURA 160. SETORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA OU CONHECIMENTO.....172
FIGURA 161. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO 174
FIGURA 162. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR ATIVIDADE ECONÓMICA.....175
FIGURA 163. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS POR ATIVIDADE ECONÓMICA.....175
FIGURA 164. TAXA DE INCIDÊNCIA DOS ACIDENTES DE TRABALHO, EM 2017, POR SETOR DE ATIVIDADE (POR CADA 100 MIL TRABALHADORES) 176
FIGURA 165. ACIDENTES DE TRABALHO POR DIMENSÃO DA EMPRESA, EM 2017 177
FIGURA 166. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR DIMENSÃO DA EMPRESA.....178
FIGURA 167. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR SEXO 178
FIGURA 168. ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS POR GRUPO ETÁRIO, EM 2017 179
FIGURA 169. TAXA DE INCIDÊNCIA DOS ACIDENTES DE TRABALHO, EM 2017, POR GRUPO ETÁRIO 180
FIGURA 170. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR GRUPO ETÁRIO.....180
FIGURA 171. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR REGIÃO (NUTS II) 181
FIGURA 172. ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS POR REGIÃO (NUTS II), EM 2017.....182
FIGURA 173. ACIDENTES DE TRABALHO POR GRUPOS PROFISSIONAIS, EM 2017 182
FIGURA 174. ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS POR GRUPOS PROFISSIONAIS, EM 2017 183
FIGURA 175. EVOLUÇÃO DO N.º DE ACIDENTES DE TRABALHO POR ESCALÃO DE DIAS PERDIDOS 184
FIGURA 176. EVOLUÇÃO DO N.º DE DIAS DE TRABALHO PERDIDOS POR SETOR DE ATIVIDADE 185
FIGURA 177. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA 186
FIGURA 178. NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA EM 2018 E RESPETIVA EVOLUÇÃO, POR SEXO 186
FIGURA 179. DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DO NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA, EM 2019.....187
FIGURA 180. NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA, EM 2019, POR NÚMERO DE DIAS.....187
FIGURA 181. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL MASCULINO E FEMININO 190
FIGURA 182. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL, DA REMUNERAÇÃO BASE E DA REMUNERAÇÃO BASE MAIS PRESTAÇÕES REGULARES.....190
FIGURA 183. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL E DA MEDIANA DO GANHO – SEGURANÇA SOCIAL 191
FIGURA 184. GANHO MÉDIO MENSAL POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES - 2018.....192
FIGURA 185. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL POR NÍVEL DE HABILITAÇÕES – 2010, 2017 E 2018.....193
FIGURA 186. GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO A TEMPO COMPLETO POR ATIVIDADES ECONÓMICA – OUT. DE 2018.....194
FIGURA 187. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO A TEMPO COMPLETO POR REGIÃO 196
FIGURA 188. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DOS TCO (REMUNERAÇÃO BASE MENSAL MAIS PRESTAÇÕES REGULARES), EM PERCENTAGEM.....197
FIGURA 189. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL DOS TCO A TEMPO COMPLETO COM CONTRATOS SEM TERMO E COM TERMO E A TERMO INCERTO – 2010-2018.....199
FIGURA 190. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL DOS TCO COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS A TERMO CERTO E INCERTO – 2010-2018 200
FIGURA 191. PERCENTAGEM DE TCO A TEMPO COMPLETO ABRANGIDOS PELO RMMG EM RELAÇÃO AOS TCO A TEMPO COMPLETO POR CAE (OUTUBRO 2018).....201
FIGURA 192. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO EM PORTUGAL, POR SETOR DE ATIVIDADE *(BASE: 2016 = 100)* 202
FIGURA 193. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO NOS PAÍSES DA UE, EM 2019 203
FIGURA 194. EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO NOS PAÍSES DA EU.....204
FIGURA 195. GANHO MÉDIO MENSAL NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (CONTINENTE) POR SUBSECTOR 205

FIGURA 196. GANHO MÉDIO MENSAL NAS SOCIEDADES FINANCEIRAS E NÃO FINANCEIRAS DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (CONTINENTE) – TRABALHADORES A TEMPO COMPLETO – 2019 207
FIGURA 197. DISTRIBUIÇÃO DOS FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA JOVENS POR TIPO DE CURSO 211
FIGURA 198. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÕES 211
FIGURA 199. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO NO INÍCIO DA FORMAÇÃO 213
FIGURA 200. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA JOVENS POR ÁREAS DE FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS 214
FIGURA 201. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA ADULTOS POR ÁREAS DE FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS 214
FIGURA 202. FORMANDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO NÃO INSERIDAS NO CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO 216
FIGURA 203. FORMANDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO NÃO INSERIDAS NO CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES POR ÁREAS DE FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS 217
FIGURA 204. NÚMERO DE FORMANDOS ABRANGIDOS POR CURSOS DE FORMAÇÃO 218
FIGURA 205. POPULAÇÃO ABRANGIDA PELAS MEDIDAS DE QUALIFICAÇÃO DE ADULTOS POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES -2019 ..220
FIGURA 206. POPULAÇÃO ABRANGIDA NAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO DE ADULTOS IMPLEMENTADAS DIRECTAMENTE PELO IEFP POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO NO INÍCIO DA FORMAÇÃO – 2019 222
FIGURA 207. PERCENTAGEM DE FORMANDOS APROVADOS NO FINAL DA FORMAÇÃO – 2014-2019 223
FIGURA 208. NÚMERO DE ABRANGIDOS QUE TERMINARAM MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO 225
FIGURA 209. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE ABRANGIDOS PELAS MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO POR ESCALÕES ETÁRIOS – 2013-2019 225
FIGURA 210. PERCENTAGEM DE ABRANGIDOS POR MEDIDA DE APOIO AO EMPREGO E POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES – 2019 ...226
FIGURA 211. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE EMPREGADOS NO TOTAL DOS INDIVÍDUOS QUE CONCLUÍRAM MEDIDAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL E CONTRATOS DE EMPREGO-INSERÇÃO – 2013-2019 228
FIGURA 212. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE EMPREGADOS NO TOTAL DOS INDIVÍDUOS QUE CONCLUÍRAM MEDIDAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL E CONTRATOS DE EMPREGO-INSERÇÃO POR MODALIDADE DE COLOCAÇÃO– 2013-2019 229
FIGURA 213. EVOLUÇÃO DA % EMPRESAS E TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA RELATIVAMENTE AO TOTAL DE EMPRESAS E TRABALHADORES 230
FIGURA 214. PERCENTAGEM DE EMPRESAS E TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA RELATIVAMENTE AO TOTAL DE EMPRESAS E TRABALHADORES POR SETORES DE ATIVIDADE – 2018 231
FIGURA 215. PERCENTAGEM DE EMPRESAS E TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA RELATIVAMENTE AO TOTAL DE EMPRESAS E TRABALHADORES POR SUBSETORES DA INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS – 2018 232
FIGURA 216. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO RELATIVAMENTE AO TOTAL DE TCO DO MESMO GRUPO PROFISSIONAL 235
FIGURA 217. TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR INICIATIVA DA FORMAÇÃO, EM 2018 235
FIGURA 218. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR TIPO DE HORÁRIO 236
FIGURA 219. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR PERÍODO DE REFERÊNCIA DO DIREITO À FORMAÇÃO, EM 2018 237
FIGURA 220. OFERTAS E COLOCAÇÕES RECEBIDAS NOS CENTROS DE EMPREGO 239
FIGURA 221. OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS – SERVIÇOS 240
FIGURA 222. OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS – INDÚSTRIA 241
FIGURA 223. OFERTAS RECEBIDAS POR GRUPOS PROFISSIONAIS 242

NOTA PRÉVIA

O Relatório sobre Emprego e Formação de 2019 é o quinto de uma série iniciada em 2015. Por comparação com o Relatório de 2018, manteve-se o objetivo primordial de apresentar um conjunto de indicadores caracterizadores do mercado de trabalho e da sua evolução. Não se tratando de um estudo, mas antes de um relatório que procura compilar de forma integrada e facilmente consultável um conjunto muito alargado de dados, procurou-se, na sua elaboração, a objetividade, a neutralidade e a abrangência possíveis, utilizando a experiência obtida na produção dos relatórios anteriores.

As matérias incluídas neste relatório refletem as sugestões da Comissão Científica e dos membros do CRL, validadas no roteiro de suporte ao presente documento, e sempre sujeitas aos critérios de disponibilidade de informação. Optou-se sempre que possível por recorrer às fontes utilizadas nos relatórios anteriores, e deu-se continuidade ao esforço de melhoria do tratamento da informação e de ordenação das matérias, tendo em vista uma maior facilidade de leitura e interpretação das estatísticas alvo de seleção.

O Relatório encontra-se organizado em cinco capítulos:

No primeiro capítulo é feito o enquadramento macroeconómico, com destaque para a análise da evolução das principais grandezas, em Portugal e na União Europeia, enquanto determinantes relevantes da dinâmica do mercado de trabalho.

No segundo capítulo, descreve-se a evolução da oferta de trabalho, incluindo uma breve síntese dos fluxos migratórios. Analisam-se também os principais indicadores do mercado de trabalho no tocante ao emprego, desemprego e fluxos emprego- desemprego-inatividade, de acordo com diferentes dimensões: género, grupos etários, níveis de escolaridade regiões, sectores de atividade, tipo de contrato, duração do desemprego, entre outras. Descreve-se igualmente o emprego nas entidades do Setor Público.

Nos terceiro e quarto capítulos apresenta-se a estrutura empresarial e caracteriza-se o emprego nas empresas. Para além da informação retirada dos Quadros de Pessoal, com destaque para o emprego nas empresas e para as remunerações, manteve-se a análise dos setores intensivos em tecnologia e conhecimento, quer do ponto de vista da sua distribuição setorial quer no que diz respeito à estrutura do emprego. No quarto capítulo são apresentados os ganhos e as remunerações na Administração Pública.

Por último, no quinto capítulo, são analisadas as políticas ativas de emprego e a formação profissional, privilegiando-se a informação proveniente do IEFP, enquanto agente central da atividade formativa de caráter profissional e de serviço público de emprego. Analisa-se igualmente a formação em serviço, isto é, a formação contínua prestada pelas empresas aos trabalhadores.

Esta Nota Prévia não pode deixar de sublinhar, tal como sugerido pela Comissão Científica, o contexto excecional em que o Relatório foi elaborado. No final de 2019, aquando da elaboração do respetivo roteiro, não era naturalmente imaginável o fenómeno pandémico COVID-19. Nem as suas profundas e devastadoras consequências. Ainda sem fim previsível, é já muito visível a degradação económica resultante, cujos contornos do ponto de vista do mercado de trabalho são ainda de muito difícil delimitação. Com efeitos de natureza duradoura porventura muito para além dos inicialmente antecipáveis, é de admitir que possam ocorrer alteração substanciais no padrão de especialização da economia portuguesa, com pendor ou sentido mais sustentável. Antecipáveis são também as marcas da digitalização da economia e consequente reorganização do trabalho, para além das necessidades acrescidas de formação e reconversão profissional, mais atentas às necessidades emergentes da nova realidade.

No próximo relatório, referente ao 1º semestre de 2020, espera-se, pois, poder abordar alguns dos aspetos pós-pandémicos mais relevantes.

INTRODUÇÃO

O Centro de Relações Laborais (CRL), criado pelo Decreto-Lei n.º 189/2012, de 22 de agosto, é um organismo público, de caráter tripartido, constituído por quatro representantes do Ministério responsável pela área laboral, um representante de cada uma das Associações de Empregadores com assento na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), e dois representantes de cada uma das Associações Sindicais com assento na mesma Comissão. A sua presidência é assumida anualmente de forma rotativa por um dos membros de entre os vários Grupos: Empregadores, Trabalhadores e representantes dos Ministério.

As atividades do CRL são desenvolvidas de acordo com a sua lei orgânica e o seu regulamento interno, aprovado pelo Plenário e homologado pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Entre as diversas atividades acometidas ao CRL, encontra-se prevista a elaboração de um *Relatório sobre Emprego e Formação Profissional* que, nesta edição, colige e analisa informação estatística dos últimos dez anos, com especial enfoque no ano de 2019.

Em termos metodológicos este relatório mantem a matriz dos relatórios anteriores no que se refere à estrutura, às fontes de informação e aos critérios de análise embora se tenha procurado aprofundar o âmbito de estudo de algumas matérias, sempre que isso pareceu pertinente e tendo em conta a evolução da realidade em análise.

Como os anteriores, o processo de elaboração deste Relatório incluiu:

- a coordenação científica de um professor universitário, que orientou a sua elaboração, neste caso, Paulino Maria Freitas Teixeira, Professor Doutor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;
- o apoio de uma Comissão Científica constituída por quatro membros, pertencentes à Comunidade Académica;
- o acompanhamento pelo Plenário CRL, que aprovou o Roteiro inicial, apreciou a versão preliminar e contribuíu com diversos comentários e sugestões para a versão final, que ratificou. Esta Introdução foi também discutida e aprovada em plenário

Conforme decisão do plenário do CRL foram anexados ao Relatório:

- os comentários individuais dos Membros do CRL que assim o entenderam;
- o parecer conjunto da Comissão Científica.

Finalmente, cumpre agradecer a todos os que de uma forma ou de outra contribuíram para a elaboração do Relatório e, em particular, a cooperação recebida de organismos da Administração Pública, nomeadamente, o Instituto Nacional de Estatística, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, o Gabinete de Estratégia e Planeamento, o Instituto de Informática do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e a Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e ainda do Observatório da Emigração do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE.

Lisboa, 21 de julho de 2020

O Presidente cessante do CRL

(Sérgio Monte)

A Presidente do CRL

(Ana Vieira)

SUMÁRIO EXECUTIVO

1.Enquadramento Macroeconómico – Portugal No Contexto Europeu

1. Após prolongada e profunda recessão, a economia portuguesa iniciou um processo de recuperação do PIB no final de 2013. A forte contração da procura interna registada no período da crise coincidiu com um crescimento expressivo das exportações e diminuição igualmente pronunciada das importações, o que possibilitou o equilíbrio da balança corrente logo em 2013. A partir de 2014, a recuperação do consumo privado e, em menor escala, do investimento, acompanhada por um contínuo crescimento das exportações, permitiu variações sempre positivas do PIB. Foram, no entanto, insuficientes para compensar a quebra real do PIB no período de crise. Apenas em 2018 foi possível a Portugal ultrapassar o PIB real observado em 2008, enquanto no conjunto da União este marco foi atingido com um avanço de quatro anos, em 2014. Como resultado deste processo de divergência, o PIB per capita em Portugal representava em 2019 cerca de 62% do PIB da UE, menos 2,1 pontos percentuais do que em 2009.

2. Por comparação com a evolução do PIB real (e do PIB per capita), o mercado de trabalho caracterizou-se por um comportamento mais favorável, em especial no tocante ao emprego e ao desemprego. A partir de 2014 foi com efeito possível observar uma redução gradual da taxa de desemprego que em 2019 se cifrava em cerca de menos 10 pontos percentuais em relação à taxa verificada em 2013. Em 2019, estavam desempregados 340 mil indivíduos, o que representava 6,5% da população ativa (entre 15 e 64 anos). Considerando a categoria mais lata de subutilização do trabalho, que compreende, entre outros, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, tem sido possível também observar a sua diminuição, para 12.7% em 2019, uma redução de cerca de 50% em relação ao ano de 2013. O agregado da população ativa registava, contudo, uma evolução menos favorável, com valores no final da década visivelmente inferiores aos do período pré-crise, um resultado a que não será alheio o crescimento do fluxo de emigração típico do início da década e a saída precoce para a inatividade.

3. A partir de 2013, o crescimento do emprego, sobretudo nos setores mais intensivos em mão-de-obra, traduziu-se na estagnação da produtividade média. Ligada a esta estagnação encontra-se o fraco crescimento do investimento, insuficiente para permitir o necessário aumento do stock de capital por trabalhador, que em Portugal não atinge 60% da média observada no conjunto da União.

Por comparação com a UE, acentuou-se o diferencial de produtividade, que em 2019 se cifrava em cerca de 65%, por hora trabalhada, uma descida de 5 pontos percentuais em relação a 2009.

4. O crescimento do investimento, público e privado, afigura-se assim como decisivo para a plena recuperação da procura interna e para o reforço da dinâmica exportadora revelada pela economia portuguesa ao longo da última década. É também uma condição tornada indispensável para assegurar um padrão de especialização mais sustentável e a efetiva melhoria da produtividade de todos os fatores produtivos.

2. Análise sintética sobre a evolução do mercado de trabalho

2.1. Oferta de trabalho

5. De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego do INE, em 2019, residiam no Continente 9.768,3 milhares de pessoas, o que significa que, pela primeira vez, desde 2011, a população residente não diminuiu. Contudo, a população masculina decresceu, como decresceu a população residente com idade entre 25 e 44 anos, uma tendência observada desde 2011. Em contrapartida, a população com idade entre 15 e 24 anos registou o primeiro aumento desde 2011.

6. Tendo em conta os dados do Observatório da Emigração para 2018 (último ano disponível) o saldo migratório foi positivo (mais 11,6 mil indivíduos), dado que 31,6 mil pessoas saíram de Portugal de forma permanente, o que foi compensado pela entrada permanente de 43,2 mil imigrantes (dos quais 24,8 mil oriundos de países extra UE28 e 18,4 mil provenientes dos restantes países da União).

7. A população inativa com 15 e mais anos diminuiu 0,1% relativamente a 2018. Metade destes inativos eram reformados, tendo sido esta a única categoria que aumentou relativamente ao ano anterior. Os estudantes representavam 22% do total, como em 2018.

8. Em 2019, a taxa de atividade entre a população com 15 e mais anos era de 59,1%. A taxa aumentou, relativamente a 2018, pelo terceiro ano consecutivo, mas devido apenas ao aumento na taxa de atividade feminina, que se aproximou assim da taxa de atividade masculina. De qualquer modo, a taxa de atividade masculina era ainda 9,5 p.p. mais elevada do que a feminina.

9. A taxa de atividade cresceu em todos os escalões etários, exceto no que se refere ao escalão entre os 25 e 34 anos, tendo aumentado mais nos escalões a partir dos 45 anos. Também aumentou, de

forma equilibrada, para os níveis de habilitações secundário e superior, embora no caso dos homens apenas relativamente à população com o ensino superior. Em relação à taxa de atividade na média dos países da União Europeia, desde 2010, a taxa de atividade portuguesa registou sempre valores superiores. Já no que respeita aos jovens com idade entre 15 e 24 anos a taxa de atividade na média dos países da EU manteve-se estável enquanto, em Portugal, tem vindo a registar um decréscimo sucessivo ao longo da série em análise, apesar de nos últimos três anos se ter mantido quase constante.

10. Em Portugal, a proporção de jovens que saíram precocemente da escola, isto é, a proporção da população com 18 a 24 anos cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico e que já não frequenta escola ou outro tipo de formação, diminuiu de 28,3% em 2010 para 10,6% em 2019, tendo-se praticamente colado à média dos 28 países da UE que, em 2019, se fixou nos 10,3%.

11. Em 2019, a percentagem de jovens entre os 15 e os 29 anos de idade que não se encontrava a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar outro tipo de formação (NEEF), era de 9,2%, um valor inferior à média europeia que registou 12,5%.

2.2. Emprego

12. Segundo o *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2019, estavam empregadas, no Continente, 4.670,4 mil pessoas, o que significou um aumento de 9,3 mil empregados relativamente a 2018, um acréscimo menos significativo do que nos anos anteriores. Os homens empregados constituíam 50,8% do total mas, tal como no ano anterior, o número de mulheres empregadas cresceu mais. Entre 2018 e 2019, a taxa de emprego aumentou relativamente a todos os escalões etários tendo crescido mais significativamente no escalão dos 35 aos 44 anos e menos no escalão 25 aos 34 anos. A população empregada começou a aumentar em 2013, tendo crescido mais acentuadamente entre 2016 e 2018. Pelo terceiro ano consecutivo a taxa de emprego em Portugal foi superior à da média dos países da União Europeia mas a taxa de emprego dos jovens portugueses permanece ainda bastante mais baixa.

13. Em 2019, a taxa de emprego dos indivíduos que possuíam o ensino básico era de 41,3%, tendo diminuído ligeiramente relativamente a 2018. A taxa de emprego dos indivíduos com o ensino secundário era de 69,8% e registou, no último ano, um aumento de 1,1 p.p. A taxa de emprego dos indivíduos com o ensino superior que era 79,1%, cresceu 0,4 p.p.

14. Entre 2018 e 2019, o número de trabalhadores por conta de outrem (TCO) aumentou em 0,6% e o número de trabalhadores por conta própria (TCP) em 2,5%, mas o peso de cada uma das categorias manteve-se constante em relação ao ano anterior (83,1% e 16,5%, respetivamente). O peso dos TCO tem vindo a aumentar desde o início da série.

15. Em 2019, no Continente a população empregada a tempo completo representava 89,8% do total e cresceu 1,1% relativamente ao ano anterior, tendo a população empregada a tempo parcial diminuído em 0,9%. Entre 2011 e 2019, a população empregada a tempo parcial diminuiu consecutivamente. Os homens constituíram sempre a maioria dos trabalhadores a tempo completo e as mulheres a maioria dos trabalhadores a tempo parcial.

16. Das 475,9 mil pessoas que trabalhavam a tempo parcial, cerca de 150 mil estavam disponíveis para trabalhar mais horas, ou seja, estavam numa situação de subemprego. O subemprego diminuiu em 7,7% relativamente a 2018 e quase 70% dos subempregados eram mulheres.

17. A percentagem de contratos a termo no emprego total tem-se mantido mais elevada em Portugal do que na média dos países da União Europeia desde 2010. Em 2019 a diferença era de cerca de 7 p.p. No Continente, 79,3% dos indivíduos que trabalhavam por conta de outrem (TCO) tinham contratos sem termo, e foi esta a única categoria que cresceu, relativamente ao ano anterior. Os TCO com contratos a termo representavam 17,5% e os TCO com outro tipo de contratos [1], 3,2%. Os TCO com contratos sem termo aumentaram cerca de 12% entre 2011 e 2019. O conjunto dos contratados a termo e dos outros contratados aumentou 2,7%, no mesmo período.

18. Em 2019, 69,6% das pessoas empregadas no Continente trabalhavam na área dos *Serviços*, 25,1% (1.174,4 mil) trabalhavam na *Indústria, construção, energia e água*. Entre 2018 e 2019, o emprego apenas cresceu na área dos *Serviços.* No total estão empregados cerca de 3.215 mil indivíduos.

19. Entre 2018 e 2019, o sector das Indústrias Transformadoras registou um crescimento de apenas 0,3%, (+2,4 mil trabalhadores) e o sector da *Construção* um decréscimo de 1,5% (-4,5 mil). Em 2019, as *Industrias Transformadoras* registavam mais 48,9 mil trabalhadores do que em 2011, enquanto a Construção contabilizava -114,2 mil.

20. No que se refere aos sectores mais representativos dos *Serviços,* entre 2018 e 2019, no Continente, os sectores que mais cresceram foram as *Atividades de saúde humana e apoio social* (+24,4 mil pessoas), as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (+18,3 mil) e as *Atividades*

[1] Incluem contratos sazonais, ocasionais e de prestação de serviços.

administrativas e dos serviços de apoio. Por outro lado, o emprego diminuiu nos sectores da *Administração pública e defesa; segurança social obrigatória* (-13,1 mil pessoas) e da *Educação* (-7,9 mil). Em 2019, em todos os sectores mais significativos dos *Serviços,* o número de trabalhadores tinha ultrapassado já o valor registado em 2011.

21. Segundo os dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em dezembro de 2019, no Continente, havia 646,1 mil postos de trabalho ocupados[2] nas administrações públicas, mais 14 mil que em 2018. Cerca de 61% destes postos de trabalho eram ocupados por mulheres e aumentaram em 12,2 mil relativamente ao ano anterior. O número de postos de trabalho ocupados nas administrações públicas diminuiu fortemente, entre 2011 e 2014, tendo depois crescido sempre, mas de forma moderada.

22. No que se refere às empresas e demais entidades públicas (exceto AP) estas somavam 42,2 mil postos de trabalho ocupados, mais 1,9 mil do que em 2018.

2.3. Desemprego

23. A taxa de emprego em Portugal registou valores superiores aos da média dos países da União Europeia ao longo do período 2011-2019 mas, a partir de 2013, tem vindo a aproximar-se progressivamente da média europeia pelo que, em 2019, registava um valor praticamente equivalente.

24. Considerando os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2019, no Continente, estavam desempregadas 320,1 mil pessoas, o que significou um decréscimo de 23,4 mil pessoas relativamente a 2018 (6,8%). As mulheres representavam quase 55% do total.

25. Em 2019, os escalões etários mais jovens eram os que registavam taxas de desemprego mais elevadas: 17,9% no escalão dos 15 aos 24 anos e 6,7% no escalão dos 25 aos 34 anos. Entre 2018 e 2019, a taxa de desemprego diminuiu em praticamente todos os escalões etários e manteve-se no escalão dos 45 aos 54 anos. A diferença entre a taxa de desemprego dos jovens portugueses (15 aos 24 anos) e a dos jovens da média dos países da União tem vindo a esbater-se mas, em 2019, era ainda superior em cerca de 4 p.p.

[2] A DGAEP publica dados relativos a postos de trabalho ocupados. Alguns postos de trabalho podem ser ocupados por mais do que uma pessoa e, por outro lado, designadamente nos sectores da educação e da saúde humana, a mesma pessoa pode ocupar mais do que um posto de trabalho.

26. Também no que se refere aos níveis de escolaridade a taxa de desemprego diminuiu. Em 2019, a taxa de desemprego da população ativa com até ao ensino básico era de 6,6%, mais baixa do que a taxa da população ativa com o ensino secundário (7,2%) e mais alta do que a da população ativa com o ensino superior (5,3%).

27. No Continente, em 2019, a população desempregada à procura de novo emprego constituía 89,7% do total dos desempregados e os desempregados à procura do 1º emprego totalizavam 34,5 mil. O desemprego diminuiu, face a 2018, em ambas as categorias. As mulheres eram maioritárias e decresceram bastante menos do que os homens.

28. A maioria dos desempregados à procura de novo emprego provinha do sector dos *Serviços* (72,9% do total). Os desempregados oriundos da *Indústria*, *construção*, *energia* e *água* constituíam 23,6% e os que provinham da A*gricultura, produção animal, caça, floresta e pesca,* 3,5%.

29. Relativamente aos principais sectores, em 2019, no Continente, 19,7% dos desempregados à procura de novo emprego provinham do C*omércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos,* 15,5% provinham das *Industrias Transformadoras,* 12,2% do A*lojamento, restauração e similares*, 7% da *Construção e* 7% das A*tividades de saúde humana e apoio social*. Entre 2018 e 2019 o desemprego cresceu ligeiramente na A*gricultura, produção animal, caça, floresta e pesca,* no A*lojamento, restauração e similares* e na*s* A*tividades de saúde humana e apoio social* e na *Educação.*

30. Em 2019, no Continente, cerca de 157,9 mil desempregados (49,3% do total) estavam desempregados há 12 e mais meses, ou seja, eram desempregados de longa duração (DLD). Destes, 66,6% estavam desempregados há mais de 2 anos (isto é, eram desempregados de muito longa duração (DMLD). Relativamente a 2018, os DLD diminuíram bastante mais do que os desempregados até 12 meses e os DMLD quase o dobro dos DLD.

31. Em 2011, os DLD constituíam 52,9% do total dos desempregados e o seu peso continuou a crescer, tendo atingido os 65,4% em 2014. Os DLD têm, contudo, decrescido mais depressa. Já os desempregados de muito longa duração foram a categoria de desempregados que mais cresceu, em número, até 2014 e, a partir daí, a que menos diminuiu. Em 2019, esta subcategoria constituía cerca de 33% do total de desempregados.

32. De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Informática do MTSSS, em 2019, havia cerca de 161,5 mil beneficiários com processamento de prestações de desemprego. Destes, 367 indivíduos beneficiavam de subsídio por cessação de atividade, ou seja, pertenciam à

categoria de trabalhadores independentes. Relativamente ao ano anterior, o número de beneficiários com prestações manteve-se praticamente inalterado (-0,1%), o que correspondeu, em termos absolutos a um decréscimo de 231 beneficiários

33. Ao longo de 2019, foram deferidas prestações de desemprego relativas a cerca de 161,5 mil beneficiários: cerca de 136,6 mil relativas ao subsídio de desemprego e 23,8 mil relativas ao subsídio social de desemprego. No que se refere ao subsídio por cessação de atividade e de atividade empresarial foram deferidas prestações relativas a 367 e 114 beneficiários, respetivamente. Quanto ao subsídio por cessação de atividade profissional dos membros de órgãos estatutários, este foi atribuído a 667 pessoas.

2.4. Fluxos de mão-de-obra entre emprego, desemprego e inatividade

34. Em 2019, a população empregada registava uma variação positiva de 24,5 mil pessoas, que resultava sobretudo da entrada de indivíduos vindos de uma situação de desemprego. A população inativa, em contrapartida, diminuiu em 27,9 mil pessoas, sobretudo devido ao número de transitados da inatividade para o desemprego, o que se traduziu numa variação positiva do número de desempregados, medida através dos fluxos anuais.

35. De acordo com informação da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, em dezembro de 2019, no Continente, entraram nas Administrações públicas cerca de 105,7 mil trabalhadores, dos quais 58,5 mil, ou seja, aproximadamente metade, constituíam novos recrutamentos[3]. Por outro lado, saíram das Administrações Públicas 91,7 mil trabalhadores, cerca de 58% dos quais em definitivo[4]. Assim, houve um acréscimo de cerca de 14 mil trabalhadores nas Administrações públicas no final do ano, dos quais 8,6 mil provinham do saldo dos trabalhadores em mobilidade e outras situações[5], e os restantes 5,4 mil do saldo entre novos recrutamentos e saídas definitivas.

36. No decurso de 2019, 154 entidades empregadoras estiveram em situação de *Lay-off*, um aumento de 2,7% relativamente a 2018,que veio infletir ligeiramente a tendência de decréscimo, iniciada em 2014. Já o número de beneficiários com prestações de layoff aumentou, entre 2018 e 2019, de forma mais acentuada, com uma variação positiva de 12,6%, abrangendo cerca de 3,9 mil trabalhadores.

[3] Inclui os trabalhadores das entidades que entraram no subsector por reclassificação.

[4] As saídas definitivas incluem aposentação/reforma, caducidade (termo) de contrato, extinção da relação de emprego por causa imputável ao trabalhador ou à entidade empregadora, morte.

[5] Inclui recrutamento interno, mobilidade, cedência, regresso de licença sem vencimento ou de período experimental, comissão de serviço (início ou regresso), outras situações.

37. Analisando os dados estatísticos disponibilizados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), em 2019, foram comunicados 345 despedimentos coletivos que abrangeram um total de cerca de 3,6 mil trabalhadores. No ano de 2019, constatou-se um aumento de 7,8% do número de despedimentos coletivos comunicados, o que correspondeu a mais 25 despedimentos por comparação com o ano de 2018. Contudo, o total de trabalhadores afetados permaneceu inalterado (3,6 mil), um dos valores mais baixos dos últimos dez anos.

3. Estrutura Empresarial E Trabalhadores Nas Empresas

38. Em 2018, responderam aos *Quadros de Pessoal* 282,2 mil empresas, mais cerca de 3 mil do que em 2017. Estas empresas empregavam 3.064,3 mil trabalhadores mais 109 mil do que no valor observado no ano anterior. O número de empresas tem vindo a aumentar de forma regular desde 2014, depois de ter diminuído consecutivamente entre 2009 e 2013. Em 2018 havia ainda nos registos dos *Quadros de Pessoal* menos cerca de 54 mil empresas do que em 2009. O número de trabalhadores ao serviço nessas empresas era, contudo, bastante superior ao registado em 2009 (mais 300 mil, aproximadamente).

39. De acordo com os dados do *Sistema de Contas Integradas das empresas* do INE, em 2018, as empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia[6] eram cerca de 23,6 mil e representavam 1,9% de um total de 1.221,9 mil empresas. [7]O número destas empresas cresceu 5,2% relativamente ao ano anterior. Em 2018, havia cerca de mais 3 mil empresas nesta categoria do que em 2009.

40. De acordo com a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do MTSSS, em 2017 ocorreram, em Portugal, cerca de 209,4 mil acidentes de trabalho, entre os quais se contabilizaram 140 acidentes mortais, mais 2 mortes e mais 1.823 acidentes em relação ao ano anterior. Por outro lado, considerando a evolução da sinistralidade laboral na última década, constata-se que o número total de participações de acidentes laborais registou uma quebra de 12,8% (menos 30,6 mil acidentes), tendo-se igualmente verificado uma quebra no número de acidentes mortais (menos 39,4%, o que correspondeu a menos 91 mortes).

[6] Os sectores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver em anexo)

[7] Estes dados incluem as empresas individuais, não respondentes ao *Relatório Único*, ou seja não incluídas nos Quadros de Pessoal.

41. No que se refere ao absentismo por baixas por doença, no final de 2019, segundo a informação disponibilizada para o Continente pelo Instituto da Segurança Social do MTSSS, foram terminadas cerca de 859,4[8] mil baixas, o que representou, em termos homólogos, um acréscimo de 3,9%. A grande maioria das baixas terminadas tiveram duração inferior a 12 dias.

4. Ganhos e Remunerações

42. De acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*, em outubro de 2018 o ganho médio mensal, no Continente, dos trabalhadores por conta de outrem que trabalhavam a tempo completo era de 1.170,25 €, o que representava um aumento de 3,3% face a outubro do ano anterior, o maior aumento registado desde 2010. A mediana do ganho era de 854,8 €, tendo registado um aumento de 3,9% relativamente a 2017.

43. O ganho médio mensal masculino era 1.273,99 €, enquanto o feminino totalizava 1.046,59 €. Ambos cresceram, relativamente a 2017, mas o feminino mais do que o masculino pelo que a diferença entre salários médios entre géneros se atenuou ligeiramente. Em 2018 o ganho médio mensal feminino representava cerca de 82% do ganho masculino.

44. O valor da remuneração base média mensal para os TCO que trabalhavam a tempo completo era de 970,42 €, (cerca de 83% do ganho médio mensal) e cresceu em 2,9% relativamente a 2017.

45. Em outubro de 2018, e tal como em anos anteriores, o ganho médio mensal dos TCO que trabalhavam a tempo completo era mais elevado na região de Lisboa (1.440,1 €), seguindo-se-lhe as regiões do Norte e do Alentejo, que tinham ganhos médios mensais muito próximos (1056,6 € e 1.051,1 €, respetivamente). A região do Centro registava um ganho médio mensal de 1.032,8 € enquanto o Algarve continuava a ser a região onde o ganho médio mensal era mais baixo (991,1 €). Relativamente ao mês homólogo, o ganho médio mensal diminuiu no Algarve (-0,4%) e aumentou entre 0,1% na região de Lisboa a 0,8% na região do Norte.

46. A análise da estrutura remuneratória dos TCO que trabalhavam a tempo completo, em 2018, e no que respeita à remuneração base mensal mais prestações regulares, permite constatar que mais de metade dos trabalhadores se concentrava no escalão remuneratório entre 600 e 999,99 €. Surgia em seguida o escalão entre 1.000 e 2.499,9 €, que reunia 30,3% dos trabalhadores. O escalão

[8] Por forma a não violar o segredo estatístico, este total não inclui os valores residuais das baixas terminadas por mulheres dos 20 aos 24 anos e por homens com menos de 20 anos.

equivalente ao SMN, reunia 5,4% e o escalão entre 2.500 e 4999,99 €, 5,2%. Quanto a escalão entre o SMN e 600 €, e tendo em conta o aumento do SMN para 580 € em 2018, passou a incluir apenas cerca de 1% dos trabalhadores.

47. Relativamente a 2017, constatou-se um ligeiro decréscimo nos escalões até 599,9 € e um leve aumento na percentagem de trabalhadores nos escalões superiores a 600 €, que foi mais marcado no escalão entre 1.000 e 2.499,9 €.

48. Considerando os dados do *Inquérito aos ganhos e à duração do trabalho*, em outubro de 2018, 22,1% dos TCO que trabalhavam a tempo completo eram abrangidos pela Retribuição mínima mensal garantida (RMMG), 17,9% do total dos homens e 26,8% do total das mulheres. A percentagem destes TCO cresceu 0,5% relativamente a 2017.

49. Em 2018, no Continente, e no respeitante aos tipos de contratos que agregavam maior número de TCO, a remuneração média mensal dos TCO que trabalhavam a tempo completo com contrato sem termo era de 1.064,3 €, de 768,9 para os contratados a termo (ou seja, cerca de 72% da remuneração base média dos contratados sem termo) e de 794,2 € para os contratados com termo incerto.

50. De acordo com os dados disponibilizados pelo INE para Portugal, em 2019, o Índice de Custo do Trabalho registou um acréscimo de 2,7% em termos homólogos. Relativamente à maioria dos países da UE 28, Portugal continua a ser um dos países onde o custo de trabalho é mais baixo, estando claramente abaixo do valor da média europeia. Por outro lado, Portugal foi um dos países onde, desde 2014, o índice do custo de trabalho mais cresceu.

51. De acordo com os dados da Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em 2019[9], no Continente, o ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas Administrações Públicas era de 1.763,2 €, um aumento de 2,4% relativamente a 2018. A remuneração base mensal era de 1.598,2 €, constituindo 85,5% do ganho médio mensal e tendo crescido em 2,2% relativamente ao ano anterior.

52. Nas empresas públicas e demais entidades do sector público, em 2019, no Continente, o ganho médio mensal era de 2.419,3 € nas entidades detidas pela Administração Central, um aumento de 6,2% relativamente a 2018, e de 1.210,7 € nas entidades detidas pela Administração local (mais 3,2% do que no ano anterior). Quanto à remuneração base média mensal, atingia 1.576 € nas empresas e

[9] Os dados apresentados neste capítulo têm como data de referência o mês de outubro.

demais entidades detidas pela Administração Central, tendo aumentado 5,6% relativamente a 2018. No caso das entidades detidas pela Administração local era de 946,8 € (+4,3%).

5. Formação Profissional e medidas ativas de emprego

53. Tendo em conta os dados do *Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa* (SIGO), matricularam-se em cursos de educação e formação, em 2019, 232 mil indivíduos. Destes, 83,7% frequentavam cursos dirigidos a jovens até aos 24 anos[10] e os restantes cursos dirigidos a adultos. Entre 2018 e 2019, o número de matriculados em cursos de dupla certificação diminuiu em 7,3%, tendo decrescido mais no que se refere aos matriculados nos cursos de formação de adultos. Como nos anos anteriores, cerca de 87% dos jovens abrangidos frequentavam cursos profissionais, enquanto 10,6% frequentavam cursos de educação e formação de jovens. Os homens representavam 60% do total dos formandos. Quanto aos matriculados nos cursos de **educação e formação** de adultos, 60% eram mulheres, os escalões de idade mais representados eram os escalões entre os 35 aos e 44 anos, (25,6%) e o dos 50 ou mais anos (23,4%) e mais de metade frequentaram cursos de nível 4 e 31,7% cursos de nível 2.

54. Em 2019, as ações de formação promovidas pelo IEFP abrangeram 306 mil pessoas, 87,6% (290,5 mil) em ações de **Qualificação de adultos**, 8,5% (28 mil) em acções de **Qualificação de Jovens** e 1.7 mil (0,5%) na **Formação de Formadores**. Os homens representavam a maioria dos abrangidos nas ações de **Qualificação de Jovens** e as mulheres a maioria dos abrangidos nas ações de **Qualificação de Adultos** e na **Formação de formadores**.

55. No que se refere à Qualificação de Adultos, em 2019, 34,2% (99,4 mil pessoas frequentaram acções de "Formação modular", 27,2% (79,1 mil pessoas) a medida "Vida Ativa"e 15,5% (45 mil pessoas) "Cursos de Educação e Formação de Adultos" Nestas acções, quase metade dos abrangidos tinha entre 25 e 44 anos e os abrangidos com 50 e mais anos representavam 32% do total. Para além disso, 34,5% dos abrangidos tinha o ensino secundário e 26,6%, o 3º ciclo do ensino básico.

56. Em 2019, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP abrangeram 81,1 mil pessoas. Destas, 44,4%, ou seja 36 mil, frequentaram estágios ao abrigo das medidas de "Inserção profissional", 36,1% (29,3 mil) celebraram "contratos emprego-inserção" e 15,3% (12,4 mil) beneficiaram de "apoios à contratação". As mulheres representavam 61,7% do total dos abrangidos.

[10] Os dados recebidos do SIGO para o presente relatório não incluem informação sobre os cursos de aprendizagem. Esta informação é analisada em 5.2.

30,6% % do total de abrangidos tinha até aos 24 anos, e 28% entre 25 e 34 anos. No que se refere aos níveis de habilitações, 39% tinha o ensino superior e cerca de 29% o ensino secundário.

57. Em 2019, 56,8% (10,9 mil) dos indivíduos que tinham frequentado estágios estavam empregados, 93% dos quais na entidade onde tinham estagiado. No que se refere aos indivíduos que tinham concluído "Contratos Emprego-Inserção, a percentagem de empregados era de 17,5% (3,3 mil) sendo que a maioria tinha encontrado emprego pelos seus próprios meios.

58. De acordo com os dados *do Relatório anual de formação continua*, no Continente, em 2018, 42,3 mil empresas promoveram ações de formação para os seus trabalhadores, o que correspondia a 16,3% do total de empresas que responderam ao Relatório Único. Estas ações de formação abrangeram cerca de 1.052,6 mil trabalhadores (34,7% do total dos trabalhadores ao serviço nas referidas empresas).

59. Quer o número de empresas que promoveram ações de formação continua, quer o número de trabalhadores envolvidos diminuiu, relativamente a 2017. Foi o primeiro decréscimo percentual no número de empresas promotoras de formação verificado desde 2010. Já a percentagem de trabalhadores envolvidos registou valores mais baixos do que em 2018 nos anos de 2010, 2015 e 2016.

60. Em 2018, o número de homens e mulheres que tinha frequentado acções de formação continua nas empresas era muito equilibrado. O escalão etário em que maior percentagem de trabalhadores frequentou acções de relativamente ao total de trabalhadores do mesmo escalão etário, foi o escalão dos 35 aos 44 anos (39,2%), seguindo-se-lhe o escalão dos 18 aos 34 anos (38,3%) e depois o escalão dos 45 aos 64 anos (34%). A percentagem dos trabalhadores abrangidos por ações de formação promovidas pelas empresas era, de um modo geral, tanto mais elevada quanto mais elevado o nível de habilitações, variando entre os 25,2% (TCO com menos do que o 3º ciclo do ensino básico) e os 57,5% (TCO com o mestrado).

Principais Indicadores

Figura 1. Principais Indicadores

Continente Milhares	2019	2019-2018	2019/2018 %
População total	9.768,3	0,4	0,0
Homens	4.607,1	-10,4	-0,2
Mulheres	5.161,2	10,8	0,2
População ativa	4.990,5	15,9	0,3
Homens	2.521,2	-4,4	-0,2
Mulheres	2.469,2	20,3	0,8
Taxa de Atividade (15 e mais anos) (%)	59,1		0,1 p.p.
Homens	64,2		0,0 p.p.
Mulheres	54,7		0,2 p.p.
População empregada	4.670,4	39,3	0,8
Homens	2.376,9	14,1	0,6
Mulheres	2.293,5	25,2	1,1
População empregada (15 aos 24 anos)	290,8	9,4	3,3
População empregada (25 aos 34 anos)	883,2	-6,3	-0,7
População empregada a tempo completo	4.194,4	43,8	1,1
População empregada a tempo parcial	475,9	-4,5	-0,9
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	149,9	-12,5	-7,7
Trabalhadores por conta própria (TCP)	771,2	18,5	2,5
Trabalhadores por conta de outrem (TCO)	3.882,5	22,9	0,6
TCO contratados sem termo	3.079,0	64,9	2,2
TCO contratados a termo	679,4	-25,9	-3,7
Emprego na Agricultura, produção animal, caça,floresta e pesca	245,0	-24,1	-9,0
Emprego na Indústria, construção, energia e água	1.174,4	-0,1	0,0
Emprego nos Serviços	3.251,0	63,5	2,0
Taxa de emprego (15 e mais anos) (%)	55,3		0,4 p.p.
Homens	60,5		0,4 p.p.
Mulheres	50,8		0,3 p.p.
Taxa de emprego (população 15 aos 24 anos) (%)	28,3		0,9 p.p.
Taxa de emprego (população 25 aos 34 anos) (%)	84,4		0,3 p.p.
Taxa de emprego (população 25 aos 54 anos) (%)	85,4		0,7 p.p.
Taxa de emprego (população 55 aos 64 anos) (%)	60,4		1,1 p.p.
População desempregada	320,1	-23,4	-6,8
Homens	144,4	-18,5	-11,4
Mulheres	175,7	-4,9	-2,7
População desempregada (15 aos 24 anos)	63,2	-6,2	-8,9
População desempregada (25 aos 34 anos)	65,6	-4,3	-6,2
Desemprego de longa duração (DLD)	157,9	-16,1	-9,3
Desemprego de muito longa duração (DMLD)	105,2	-13,1	-11,1
Desempregados à procura de novo emprego - Agricultura, produção animal, caça,floresta e pesca	9,2	0,5	5,7
Desempregados à procura de novo emprego - Indústria, construção, energia e água	62,4	-8,8	-12,4
Desempregados à procura de novo emprego - Serviços	192,3	-5,4	-2,7
Taxa de desemprego (%)	6,4		-0,5 p.p.
Homens	5,7		-0,7 p.p.
Mulheres	7,1		-0,3 p.p.
Taxa de desemprego (população 15 aos 24 anos) (%)	17,9		-1,9 p.p.
Taxa de desemprego (população 25 aos 34 anos) (%)	6,9		-0,4 p.p.
Taxa de desemprego (população 25 aos 54 anos) (%)	5,6		-0,4 p.p.
Taxa de desemprego (população 55 aos 64 anos) (%)	4,9		-1,8 p.p.

Desemprego registado - fim do período	Dezembro 2019	Dez.2019-Dez. 2018	Dez.2019/ Dez.2018
Desemprego registado	288,2	-50,9	-15,0
Desempregados registados à procura de novo emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	13,3	-0,7	-5,2
Desempregados registados à procura de novo emprego na Indústria, construção, energia e àgua	58.9	-6,1	-9,5
Desempregados registados à procura de novo emprego nos Serviços	186,4	-16,7	-8,2

Estrutura empresarial Quadros de Pessoal	Outubro 2018	Out.2018-Out. 2017	Out.2018/ Out.2017
Empresas	282,2	3,0	1,1
TCO nas empresas	3.064,3	296,8	10,7
Sistema Integrado de contas das empresas	2018	2018-2017	2018/2017
Sociedades	399,3	18,0	4,7
Empresas individuais	822,6	14,7	1,8
Pessoas ao serviço nas sociedades	3.009,6	145,8	5,1
Pessoas ao serviço nas empresas individuais	906,5	13,9	1,6
% empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia	1,9		0,1 p.p.
%de pessoas ao serviço nos sectores de alta e média alta tecnologia	6,0		0,2 p.p.

Remunerações		Outubro 2018	Out.2018/ Out.2017 Variação %
Ganho médio (€)		1.170,3	3,26
	Homens	1.274,0	3,00
	Mulheres	1.046,6	3,52
Remuneração base média mensal (€)		970,4	2,91
	Homens	1039,1	2,65
	Mulheres	888,6	3,18

Cursos de dupla certificação	Dezembro 2019	Dez.2019-Dez. 2018	% total abrangidos 2019
Matriculados em cursos de dupla certificação (SIGO)	232.065	-18.386	100,0
Cursos profissionais	168.766	-1.444	72,7
Cursos de educação e formação de jovens	20.536	-6.639	8,8
Cursos de educação e formação de adultos	37.780	-4.998	16,3

Formação modular certificada	546.482	-75.111	
Formação profissional não inserida no Catálogo Nacional de Qualificações	689.372	106.503	

Medidas ativas de emprego do IEFP (inclui Centros de Gestão Participada)	Dezembro 2019	Dez.2019-Dez. 2018	% total abrangidos 2019
Abrangidos em medidas ativas de emprego do IEFP	415.976	63.571	100,0
Formação profissional	**331.620**	**25.645**	**100,0**
Qualificação de jovens	*28.117*	*-1.420*	*8,5*
Aprendizagem	23.877	-1.462	7,2
Qualificação de adultos	*290.488*	*29.732*	*87,6*
Vida Ativa	79.112	1.539	23,9
Educação e formação de adultos	45.000	12.770	13,6
Formação modular	99.431	-23.543	30,0

Apoios à inserção do mercado de trabalho	**81.103**	**-3.253**	100,0
Inserção profissional	36.031	3.691	44,4
Apoios à contratação	12.430	-642	15,3
Contratos emprego-inserção (CE,CEI+ e CEI Património)	30.345	-5.702	36,1

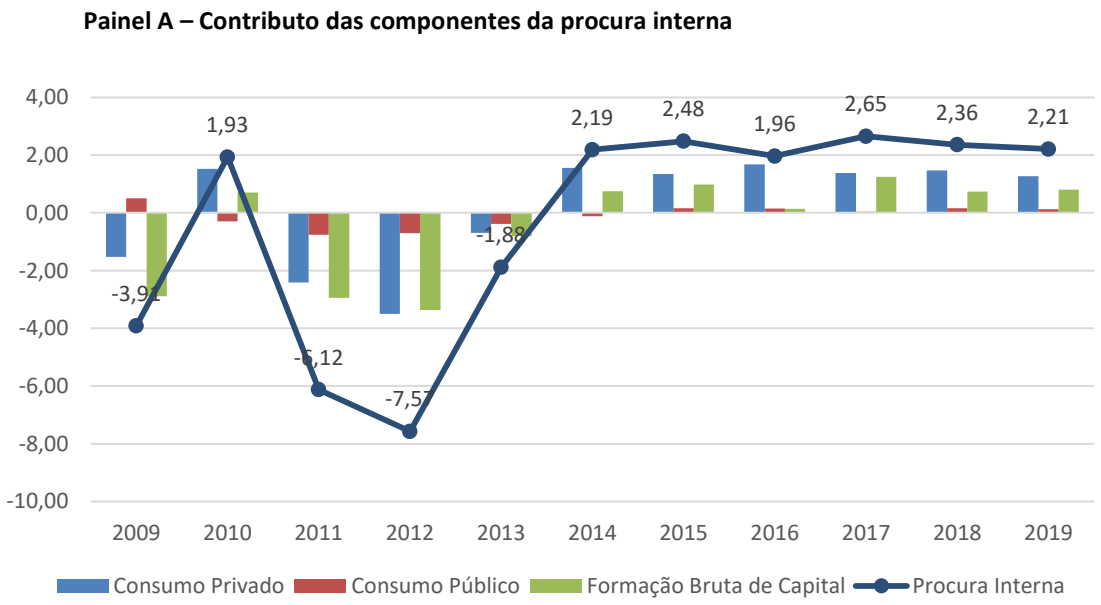
Formação continua nas empresas	Outubro 2018	Out.2018-Out. 2017	Out.2018/ Out.2017
Número de trabalhadores em acções de formação continua	1.052.617	845	0,1
Número de empresas que promoveram acções de formação	42.252	-7.749	-15,5
Taxa de participação na formação	34,7		-5,3 p.p.
% empresas promoveram acções de formação no total empresas	16,3		-3,3 p.p.
Número médio de horas de formação	33,8	2	4,8
Média de custos de formação (€)	397,5	49	13,9

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU

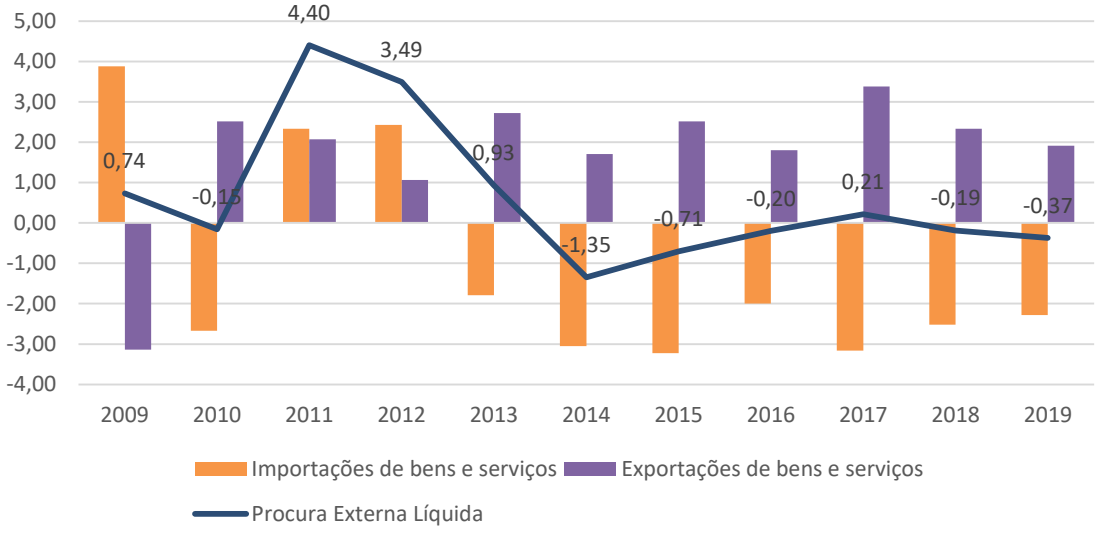
A economia portuguesa, em 2019, continuou o processo de retoma moderada iniciado no final de 2013, após um período de profunda recessão desencadeada pela crise financeira internacional de 2007/2008 e pela crise das dívidas soberanas de 2010/2011.

Desde 2014, assiste-se ao contributo positivo da procura interna líquida para o crescimento do PIB, com valores anuais iguais ou superiores a 2%. No que diz respeito ao contributo da procura externa líquida, o crescimento observado nas exportações de bens e serviços desde 2010 permitiu uma contribuição positiva para o crescimento até 2013. Após 2014, a recuperação da procura interna motivou um crescimento induzido das importações, implicando que o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB tenha sido próximo de zero, oscilando entre valores positivos e negativos de valor absoluto inferior a 1%. De destacar a evolução positiva e sempre crescente do saldo da balança de serviços, fruto do crescimento positivo das receitas associadas ao turismo, o qual permitiu colmatar o saldo negativo observado na balança de bens. Em 2019, o saldo da balança de bens e serviços foi negativo em 2 mil milhões de Euros, a preços de 2015 (1% do PIB).

Figura 2. Contributo para o crescimento do PIB a preços constantes, por componente da despesa

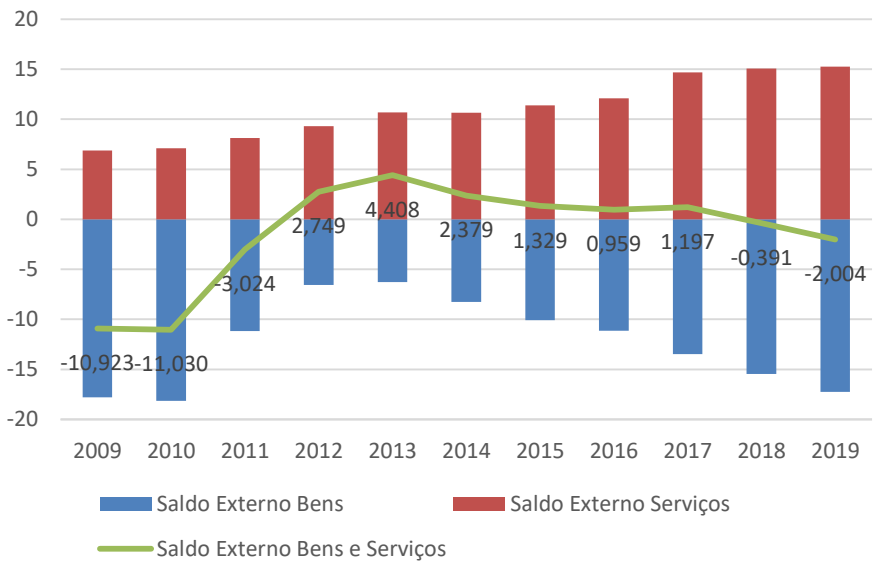


Painel B – Contributo das componentes da procura externa líquida



Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

Painel C – Saldo externo de bens e serviços (em milhares de milhões de Euros), a preços de 2015.



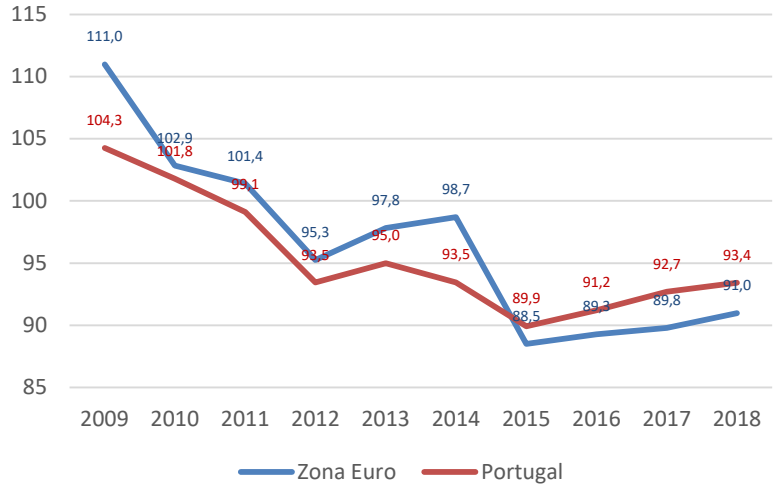
Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Com base no crescimento sustentado das exportações, foi possível a contínua melhoria da balança corrente[11], tendo Portugal verificado um dos mais fortes ajustamentos no conjunto da UE, passando de défices externos por vezes superiores a 10% do PIB, no período pós-adesão ao Euro, para um saldo

[11] A balança corrente apresenta fluxos de bens, serviços e rendimentos primários e secundários entre residentes e não residentes.

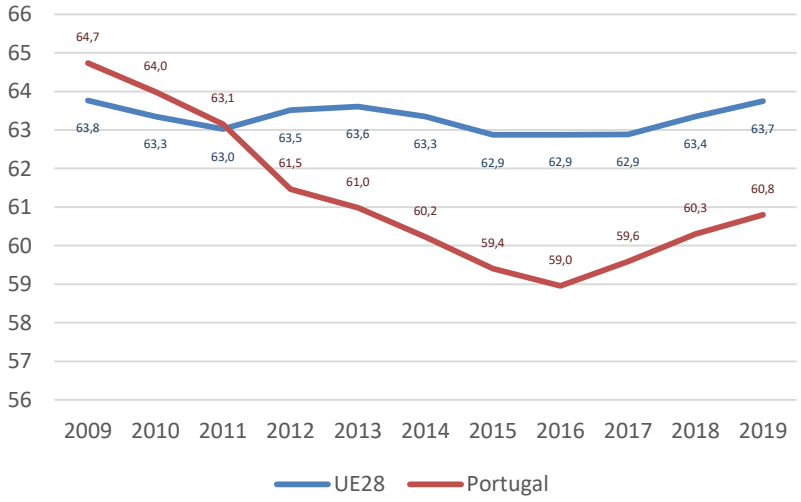
positivo de 1,6% em 2013. Para a maior competitividade das exportações foi relevante a desvalorização da taxa de câmbio real efetiva, com perdas de 14,4 pontos percentuais entre 2009 e 2015. Neste mesmo período, a percentagem das compensações salariais do trabalho em relação ao PIB decresceu 5,3 pontos percentuais. Seguida de uma ligeira recuperação, esta percentagem em 2019 apresentava-se 2.9 p.p. abaixo da média da União.

Figura 3. Índice cambial efetivo real, deflacionado pelos custos unitários do trabalho relativos, (1999=100)



Fonte: Banco de Portugal

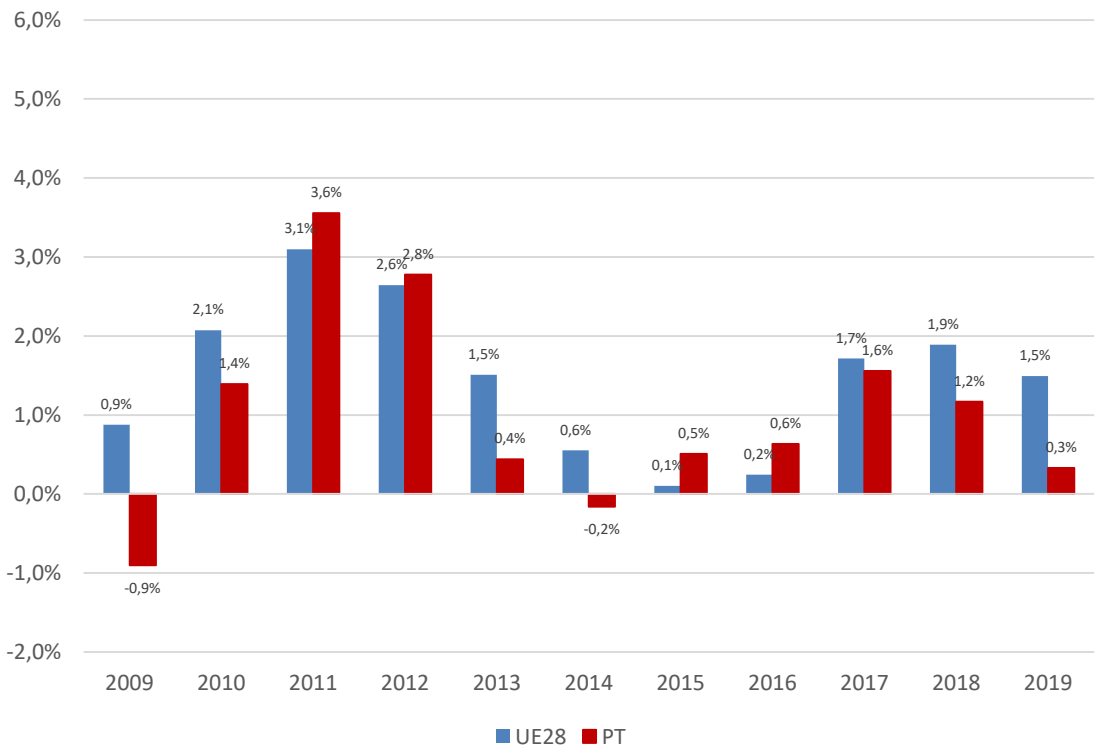
Figura 4. Compensação do trabalho em percentagem do PIB a custo de fatores



Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

Após 2014, a recuperação, embora tímida, do consumo privado e do investimento, acompanhada por uma forte aceleração das exportações, permitiu o crescimento moderado, mas consecutivo, do PIB, bem como uma balança de bens e serviços com tendência para o equilíbrio. No mesmo período, a taxa de inflação manteve-se moderada, isto é, sempre abaixo de 2%, quer em Portugal quer na UE, com um diferencial crescentemente favorável a Portugal e que em 2019 se cifrava em -1,2 p.p.

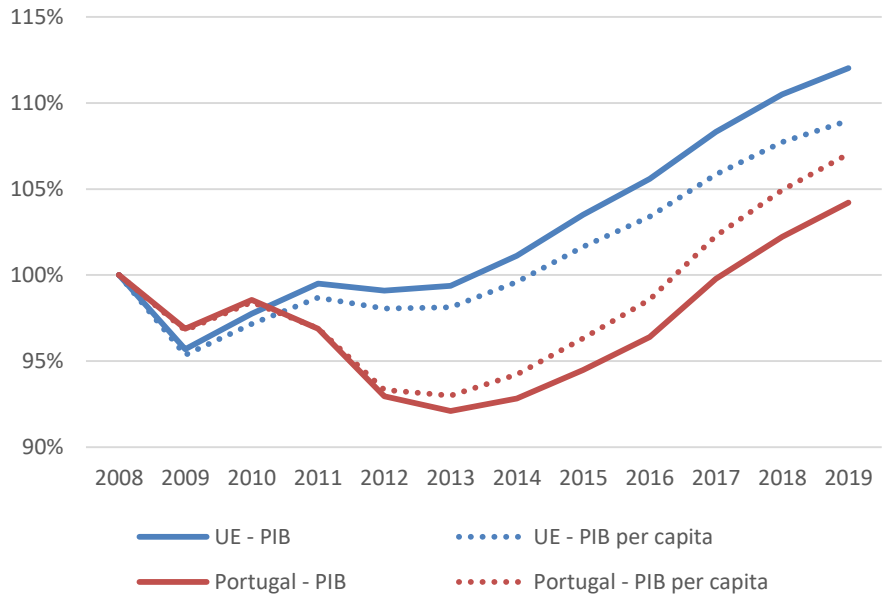
Figura 5. Taxa de variação anual do índice harmonizado de preços no consumidor



Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

O processo de divergência do PIB português em relação ao PIB da UE, acentuou-se no período 2011-2016. Neste último ano, a diferença entre os dois agregados atingiu o seu pico (-9.2 p.p.), tomando como referência o ano de 2008. Em 2019, registava-se uma ligeira melhoria com o *gap* a cifrar-se em cerca de 8 p.p. Os efeitos da Grande Recessão foram assim claramente mais penalizadores em Portugal; e, sem dúvida, mais dilatados no tempo, com a UE a ultrapassar, em 2014, o PIB real observado em 2008, enquanto em Portugal tal registo foi apenas observado em 2018.

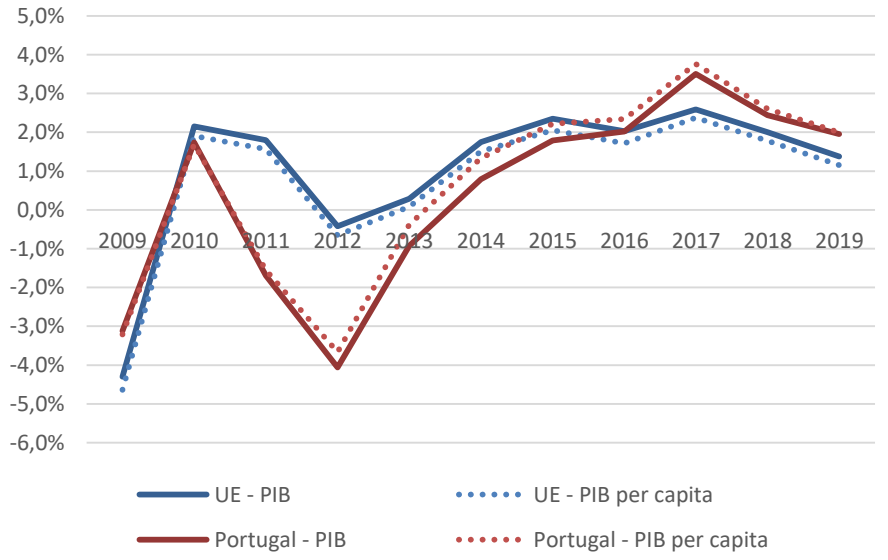
Figura 6. Evolução do PIB, em Portugal e na UE, a preços contantes (2008=100)



Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

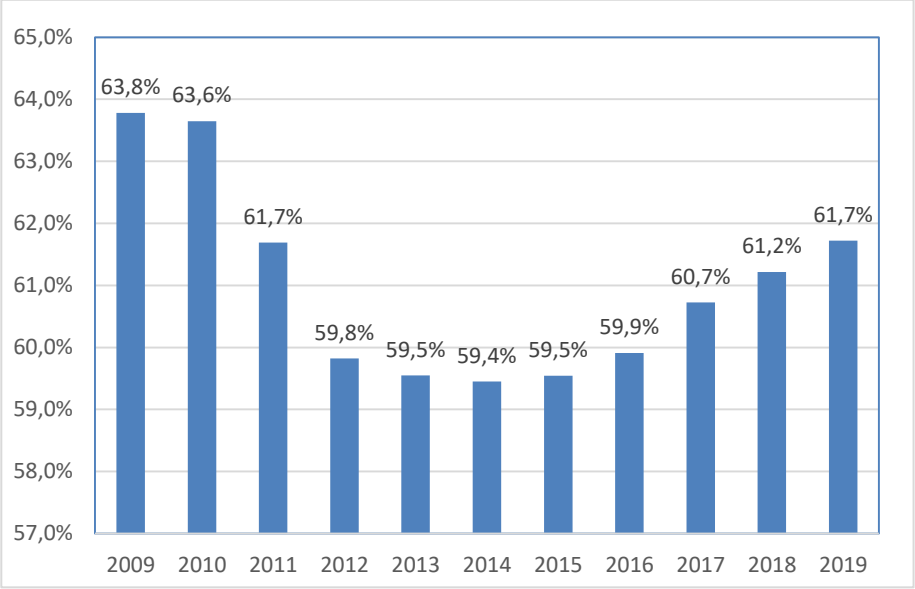
A evolução do PIB *per capita* seguiu de perto a tendência observada em relação ao PIB real, embora a divergência entre Portugal e a UE seja neste caso claramente menos acentuada. Em 2019, o PIB per capita em Portugal representava 62% do PIB per capita da UE (a preços de 2015), -2,1 p.p. do que em 2009.

Figura 7. Taxas de crescimento real do PIB e do PIB per capita, em Portugal e na UE



Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

Figura 8. PIB *per capita* de Portugal em percentagem da média da UE, a preços de 2015



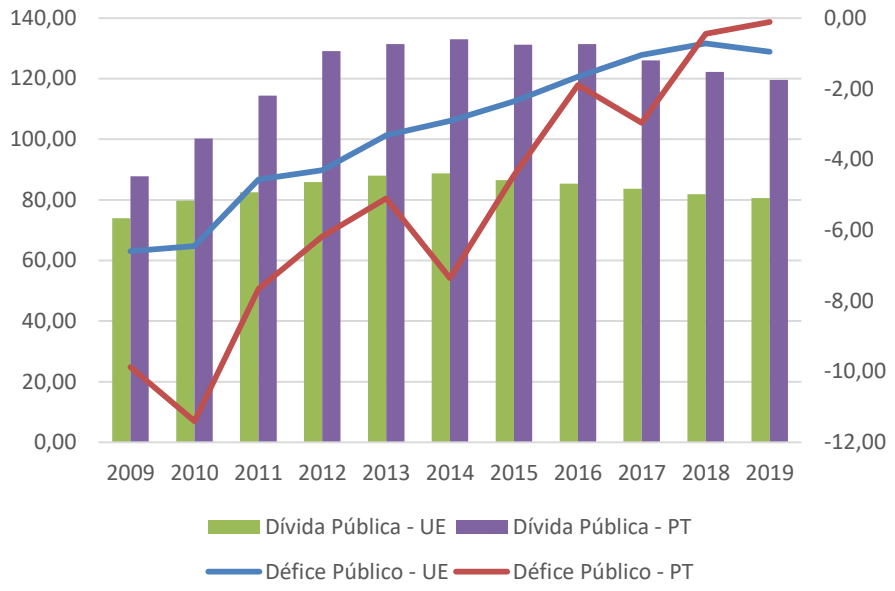
Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

A forte redução do défice público é uma característica saliente da última década e está na origem da forte redução verificada na procura interna, já objeto de realce. A aproximação à média dos países da UE é, no entanto, só observável em 2016. Em resultado do continuado esforço de consolidação orçamental, em 2018 e 2019 e de forma inédita, Portugal apresenta um défice público, em percentagem do PIB, inferior à média da União.

Em relação à dívida pública, após um forte crescimento entre 2009 e 2014, ano em que o seu valor foi superior a 130% do PIB, segue-se a redução gradual do peso da dívida que em 2019 atinge o valor de 119,5%. Embora ainda claramente acima da média da União Europeia, que se situa, em 2019, em 81%, a divergência da dívida pública portuguesa em relação à média europeia sofre um recuo de 5 pontos percentuais, por comparação com o valor máximo observado em 2014.

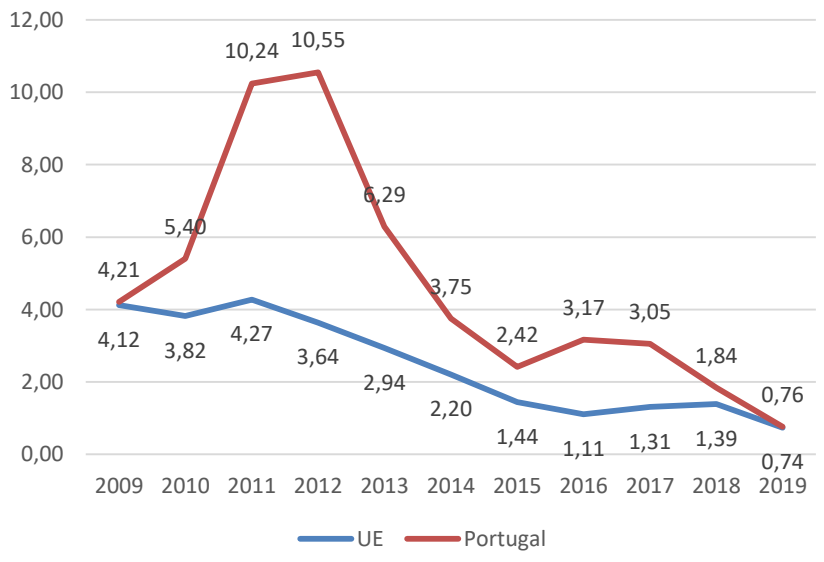
A sucessiva diminuição do défice público e a redução gradual da dívida pública, conjugadas com a política monetária do Banco Central Europeu e o crescimento do PIB, conduziram a uma forte diminuição das taxas de juro de longo prazo suportadas pelo Estado português, que em 2019 se situavam praticamente ao nível do conjunto dos países da União. Se se considerar como termo de comparação 2012, ano em que o diferencial se situava em 7 p.p., resulta muito evidente que os custos da dívida têm sofrido uma marcada desaceleração. Em 2019, os juros da dívida pública representavam, em percentagem do PIB, 3.0%, o valor mais baixo desde 2010. Com tendência claramente decrescente, ainda assim os encargos com a dívida são aproximadamente o dobro do valor registado no conjunto da Área do Euro, por exemplo, o que se traduz em custos adicionais assinaláveis para a economia portuguesa.

Figura 9. Défice e dívida pública em Percentagem do PIB, Portugal e média da UE



Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

Figura 10. Taxas de juro de longo prazo (critério de Maastricht)

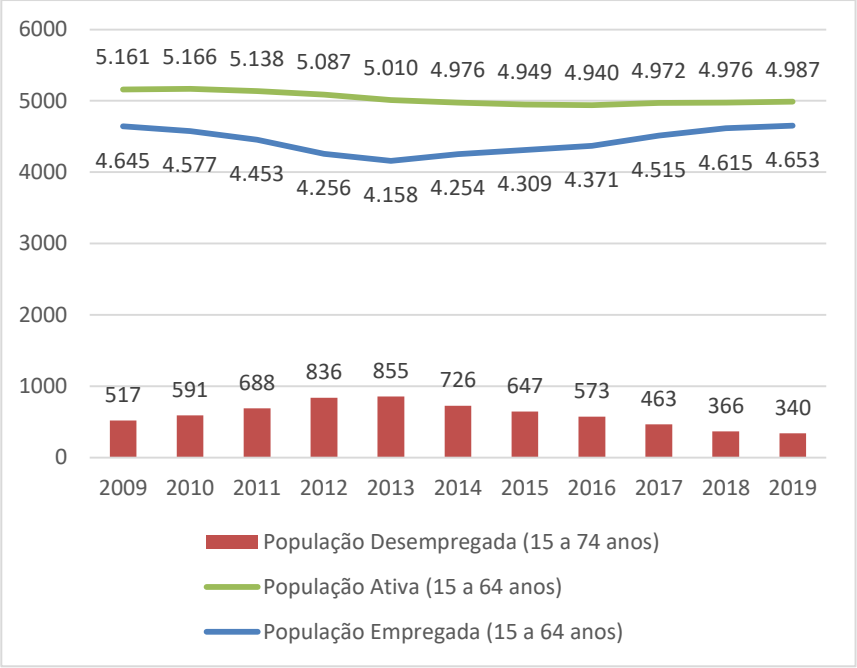


Fonte: Eurostat

O desempenho do mercado de trabalho continuou favorável no que respeita à evolução do volume de emprego e de desemprego. A população desempregada, que atingiu o máximo em 2013, com 855 mil ativos, diminuiu progressivamente, apresentando-se em 2019 nesta categoria 340 mil indivíduos. Ao longo deste intervalo constata-se assim uma redução de quase 10 pontos percentuais na taxa de

desemprego. Em 2019 a taxa observada de desemprego foi de 6.5%. Por seu turno, a população empregada registou aumentos consecutivos, num valor acumulado que se aproxima da queda verificada no número de desempregados. A população ativa, embora convergindo para os valores de 2013, não atinge ainda o nível pré-crise.

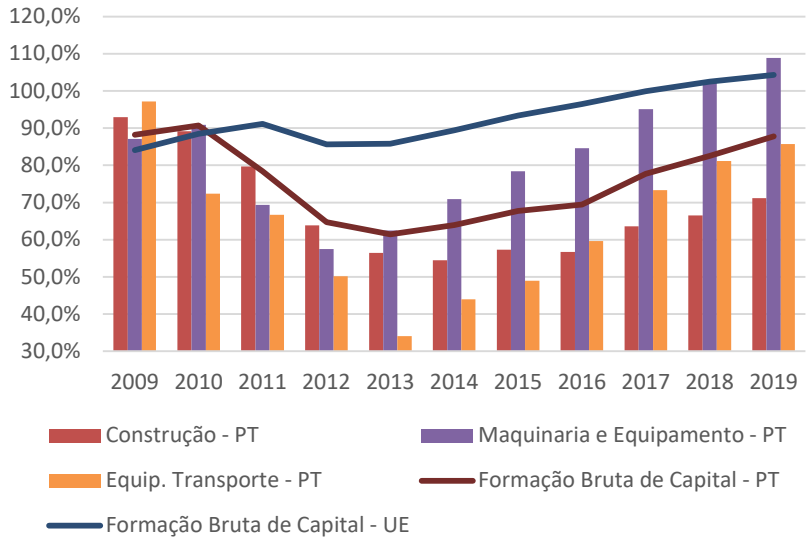
Figura 11. População ativa, empregada e desempregada (15 a 64 anos)



Fonte: Eurostat.

O investimento foi a componente da procura interna que apresentou uma queda mais acentuada ao longo da crise, tendo diminuído em 27 pontos percentuais, em termos reais, entre 2009 e 2013. Em 2019, a formação bruta de capital representava 88% do valor observado em 2008, enquanto no conjunto da União se situava em 104%. Ao contrário de Portugal, a UE registava assim um crescimento positivo em relação ao ano de referência. É de salientar, contudo, a recuperação mais intensa do investimento em maquinaria e equipamento, a única componente que em 2019 apresentava um indicador superior a 100%. É de admitir neste caso que o crescimento relativo dos setores associados à produção de bens transacionáveis esteja na origem deste registo.

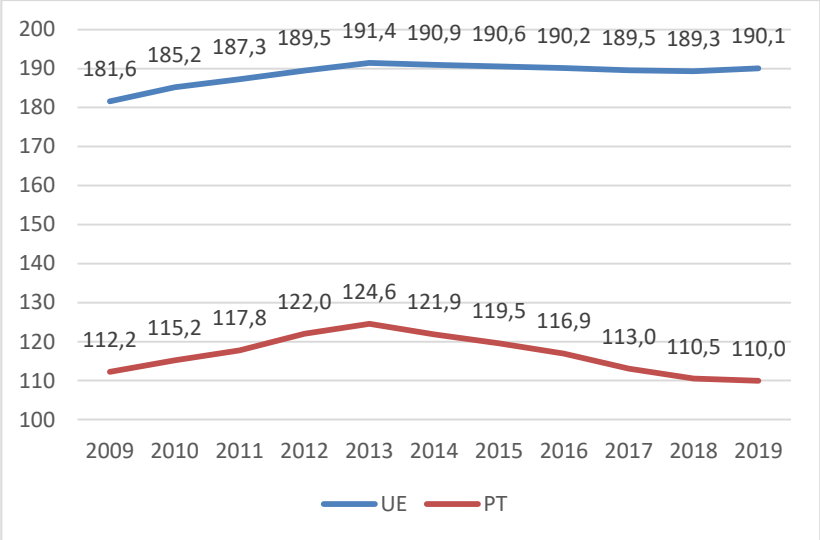
Figura 12. Formação bruta de capital e principais componentes, Portugal e União Europeia, a preços de 2015 (2008=100)



Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

Note-se ainda que a recuperação do crescimento da formação bruta de capital observada desde 2013 não acompanhou o ritmo de crescimento do emprego, dado que se verifica uma redução da dotação de capital por trabalhador (líquido de amortizações). Acentuou-se, em consequência, o diferencial face ao conjunto da União, que em 2019 colocava Portugal a cerca de 60% da média da UE. Uma possível explicação para a descida do capital por trabalhador estará na presença de fortes restrições financeiras associadas à Grande Recessão, particularmente gravosas em Portugal. Uma outra possibilidade advém da redução do custo relativo do trabalho em relação ao capital, que poderá ter incentivado o uso mais intensivo de mão-de-obra.

Figura 13. Stock de capital (líquido) por pessoa empregada, Portugal e União Europeia, a preços de 2015



Valores em milhares de Euros.
Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*.

A conjugação da evolução do PIB com a evolução dos stocks de trabalho e capital na economia, permite-nos analisar a produtividade, tomada como medida de eficiência na utilização dos fatores produtivos. É conhecido que a evolução da produtividade condiciona o crescimento potencial de uma economia, o nível de rendimento e o padrão de vida em geral.

O crescimento da produtividade nos países mais desenvolvidos tem vindo a desacelerar, devido a fatores como a queda do investimento e a desindustrialização, com a consequente transferência de atividade produtiva para os mercados emergentes. Acresce o possível maior desfasamento temporal entre o progresso tecnológico mais recente e a sua tradução em aumentos de produtividade generalizáveis à economia na sua globalidade[12].

O indicador de produtividade mais utilizado é dado pela produtividade aparente do trabalho, obtida através do rácio entre a produção ou valor acrescentado e o número de trabalhadores ou horas trabalhadas. Sendo de fácil utilização, este indicador não permite, contudo, avaliar se a sua evolução resulta porventura da utilização mais eficaz de outros fatores de produção. Melhorias organizacionais e de gestão, por exemplo, resultarão certamente em melhorias de produtividade do trabalho ainda que as competências e o esforço dos trabalhadores não tenham sofrido qualquer alteração.

É muito evidente o declínio registado na produtividade aparente do trabalho a partir de 2013, sendo o diferencial em relação à UE especialmente marcante no tocante à produtividade *por hora trabalhada*, que se situava em 2019 em cerca de 65% da produtividade do conjunto dos parceiros da União. Dado que a produtividade *por trabalhador* é mais elevada – cerca de 75% da média europeia no mesmo ano – a conclusão é que os trabalhadores portugueses, em relação aos seus congéneres europeus, trabalham mais horas, em média +15%. Em relação à produtividade aparente do capital, ou seja, ao rácio entre o PIB e o stock de capital (líquido), a trajetória é inversa, isto é, claramente crescente após 2013, atingindo-se, em 2019, praticamente a média observada na União Europeia.

[12] Ver o primeiro relatório do Conselho para a Produtividade, "A Produtividade da Economia Portuguesa", março de 2019.

Figura 14. Produtividade aparente do trabalho, por trabalhador e por hora trabalhada (PPC: UE=100%)

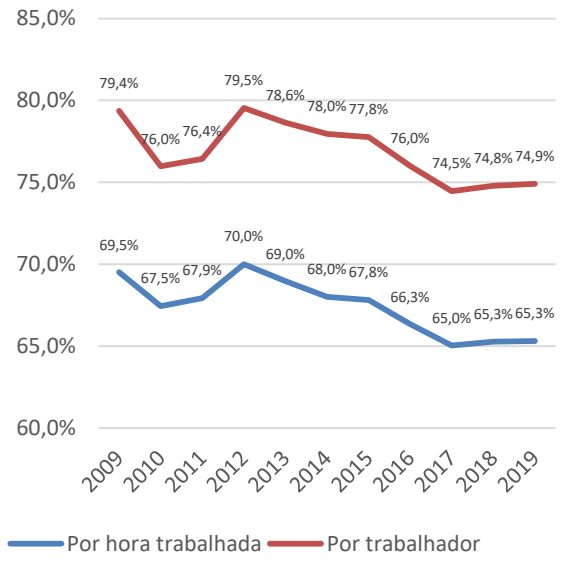
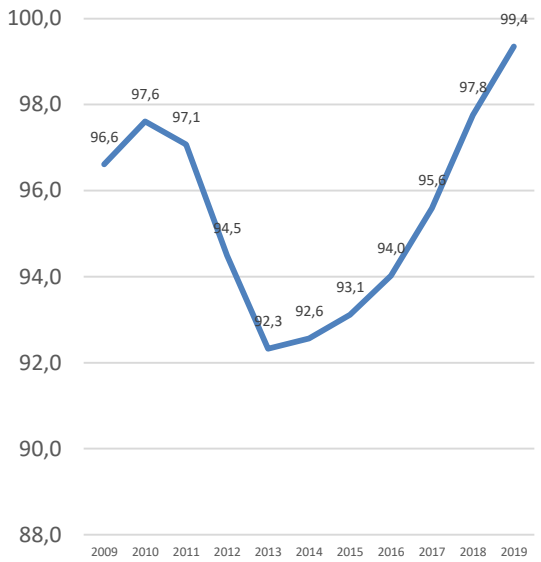


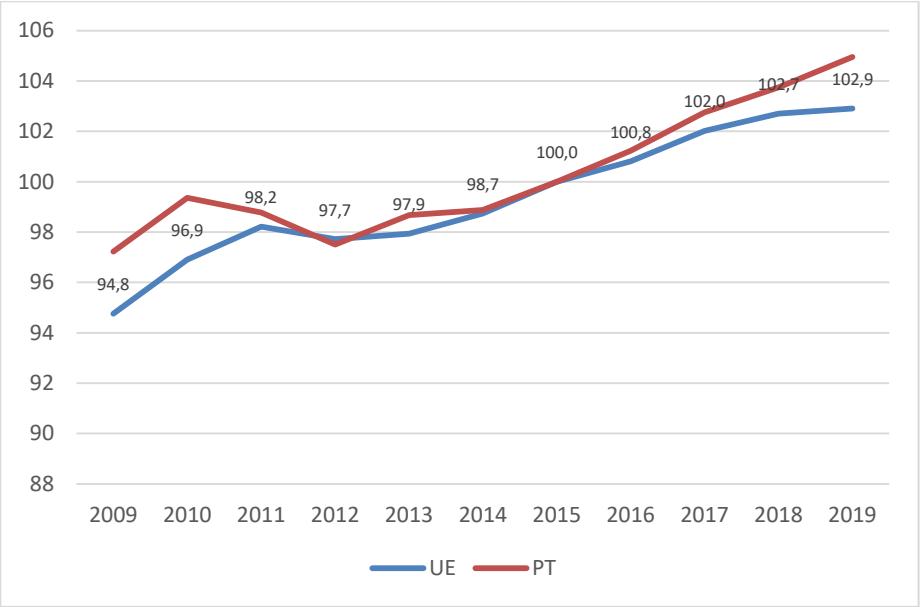
Figura 15. Produtividade aparente do capital (UE=100%)



Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

Uma medida alternativa é dada pela produtividade total dos fatores (TFP na designação inglesa). Este indicador tem a vantagem de permitir obter a contribuição de fatores não refletidos nem na quantidade de trabalho nem na quantidade de capital. Segundo as estimativas mais recentes elaboradas pelo Eurostat, muito sensíveis de resto ao método de estimação, pode observar-se que a evolução em Portugal não tem sido desfavorável, por comparação com o conjunto da União Europeia. Pelo contrário, o acréscimo na produtividade total dos fatores em Portugal tem sido mais elevado, cifrando-se em 2019 em cerca de 3 pontos percentuais acima dos congéneres europeus, tomando como referência o valor registado em 2015.

Figura 16. Produtividade total dos fatores (2015=100)



Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

Considerações Finais

A economia portuguesa, após a profunda crise registada no período 2009-2013, foi objeto de um forte redireccionamento para os setores transacionáveis. A retoma económica caracterizou-se assim por um peso crescente das exportações na riqueza criada e por um aumento significativo das quotas de mercado dos produtos e serviços nacionais nos mercados internacionais. Com a recuperação da procura interna foi também possível atingir, em relação aos principais agregados macroeconómicos como o PIB e o Emprego, valores próximos dos registados no período pré-crise. Como evolução menos favorável a assinalar, mantém-se o *gap* na produtividade média do trabalho em relação ao valor da União Europeia.

Entre outros fatores, o comportamento observado na produtividade do trabalho resulta do crescimento do emprego em setores fortemente intensivos em mão-de-obra, como são os casos dos variadíssimos setores ligados às atividades turísticas. Decorre igualmente da queda do investimento, público e privado, que em 2019 regista ainda valores inferiores ao período pré-crise. Espera-se, pois, que a recuperação do investimento mantenha a dinâmica das exportações, tornada indispensável. E também que possa contribuir para um padrão mais equilibrado de especialização da economia portuguesa, potenciador de uma efetiva melhoria da produtividade de todos os fatores de produção.

2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA

2.0. Nota Introdutória

Neste capítulo descreve-se a evolução da oferta de trabalho, no período entre janeiro de 2010 e dezembro de 2019[13], considerando a evolução da população e dos fluxos migratórios e os principais indicadores do mercado de trabalho – actividade, emprego, desemprego e fluxos emprego-desemprego-inatividade – tendo em conta diferentes dimensões: sexo, grupos etários, níveis de escolaridade, regiões, sectores de atividade, tipo de contratos, duração do desemprego, entre outras.

As principais fontes de informação utilizadas foram os dados do *Inquérito ao Emprego* e das *Estimativas Anuais de Emigração*, publicados pelo INE, do *Observatório da Emigração* e do IEFP, no que diz respeito ao desemprego registado. Para as comparações internacionais, nomeadamente com os países da União Europeia a 28, recorreu-se a dados do Eurostat (*Labour Force Survey*).

O capítulo contém também uma análise do emprego nas administrações públicas, com dados fornecidos pela Direção-Geral da Administração Pública (DGAEP), e do trabalho temporário, com dados dos *Quadros de Pessoal* do GEP.

São ainda a analisados os dados relativos aos beneficiários do subsídio de desemprego e às entidades empregadoras e beneficiários com prestações de *lay-off*, tendo como fonte a informação disponibilizada pelo Instituto de Informática da Segurança Social, e os dados referentes aos despedimentos coletivos, publicados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT) publicados no seu *Relatório Anual*.

[13] No que se refere aos dados do Inquérito ao Emprego do INE o período considerado foi janeiro de 2011 a dezembro de 2019, uma vez que, em 2010, houve uma quebra de série.

2.1. Oferta de trabalho

2.1.1. População total

De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego do INE, em 2019, residiam no Continente 9.768,3 milhares de pessoas, o que significa que, pela primeira vez, desde 2011, a população residente não diminuiu. A população feminina registou mesmo um acréscimo de 0,2% em relação a 2018. Já o número de residentes homens diminuiu. Ao longo da série o decréscimo do número de residentes homens foi sempre mais acentuado do que o do número de residentes mulheres.

No que se refere à população de 15 e mais anos, a população aumentou (+0,1%) entre 2018 e 2019. Tendo em conta os diferentes escalões etários, e também pela primeira vez desde 2011, o escalão dos 15 aos 24 anos registou um crescimento positivo, graças ao aumento do número de mulheres, já que os homens situados neste escalão continuaram a diminuir. Nos escalões entre os 25 e 44 anos a população também decresceu, aliás como já vinha acontecendo praticamente desde o início da série, sendo que, no escalão dos 25 aos 34 anos, esse decréscimo se tem vindo a atenuar, enquanto no escalão dos 35 aos 44 anos se acentua. Os maiores aumentos registaram-se, em 2018 como desde 2011, no escalão dos 65 e mais anos.

2.1.2. Fluxos migratórios

FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL

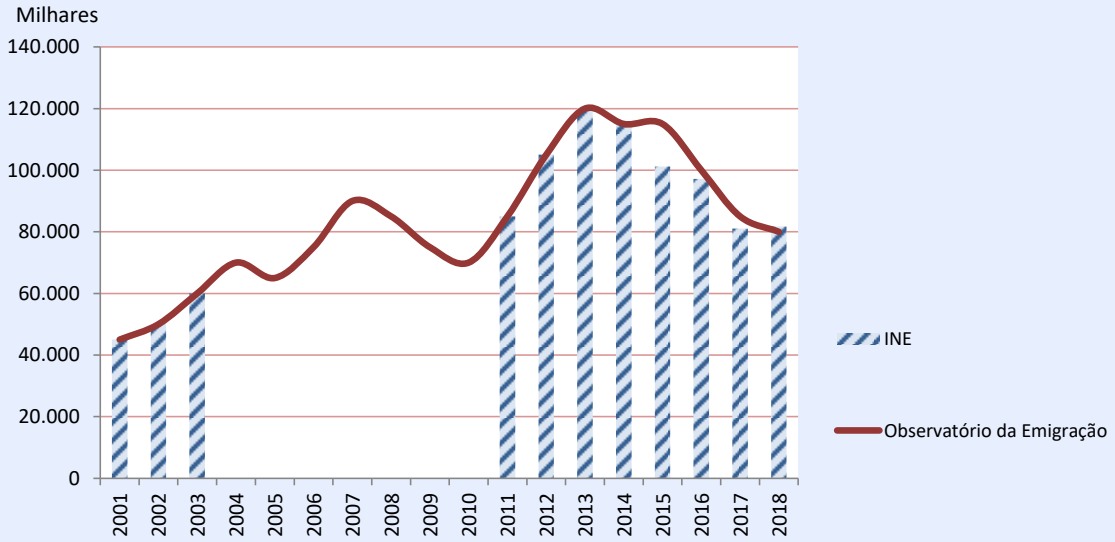
- ***Evolução da Emigração portuguesa***

Analisando a informação estatística[14] disponibilizada pelo OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, estima-se que, em 2018, cerca de 2,3 milhões de emigrantes portugueses encontravam-se a residir no estrangeiro, o que, tendo por base o total da população portuguesa, correspondeu a uma taxa de 21,9%.

[14] A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2018.

Paralelamente, no mesmo ano em análise, verificou-se a existência de um saldo migratório positivo (mais 11,6 mil indivíduos), dado que 31,6 mil pessoas saíram de Portugal de forma permanente, o que foi compensado pela entrada permanente de 43,2 mil imigrantes (dos quais 24,8 mil oriundos de países extra UE28 e 18,4 mil provenientes dos restantes países da União).

Figura 17. Evolução da emigração portuguesa desde o início do milénio



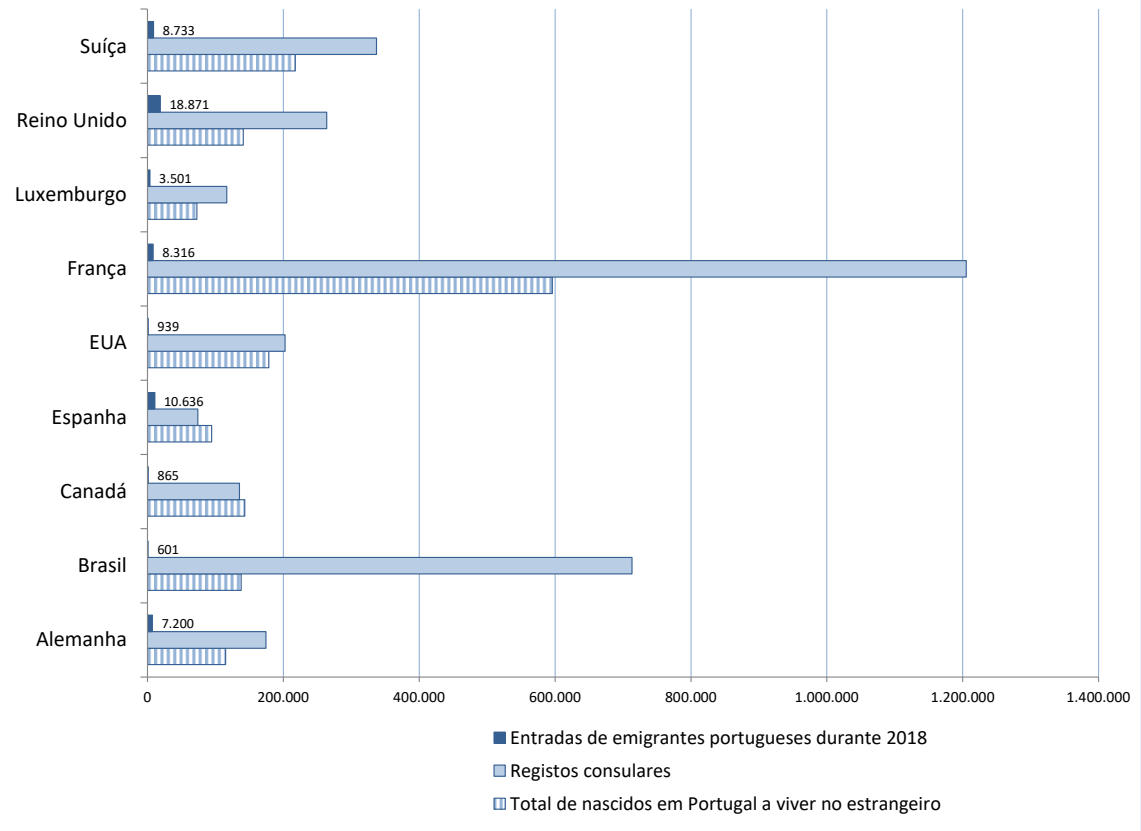
* A ausência de informação sobre a emigração temporária entre 2004 e 2010, inviabiliza a apresentação dos valores totais da emigração portuguesa para os respetivos anos.

Fonte: INE, *Inquérito aos movimentos migratórios de saída* (1992 a 2007) e *Estimativas anuais da emigração* (desde 2008). OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, Dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

Considerando os valores das estimativas do INE e dos dados do Observatório do Emigração sobre as entradas de portugueses nos países de destino, observa-se uma acentuada subida dos emigrantes portugueses nos anos de 2011 a 2013, seguida de um decréscimo também pronunciado nos anos seguintes.

Analisando alguns dados da emigração portuguesa por país de destino, pode observar-se que em 2018 os países de destino dos emigrantes portugueses, foram sobretudo o Reino Unido (com cerca de 18,9 mil), a Espanha (10,6 mil), a Suíça (8,7 mil), a França (8,3 mil) e a Alemanha (7,2 mil).

Figura 18. Emigrantes portugueses a residir no estrangeiro em 2018



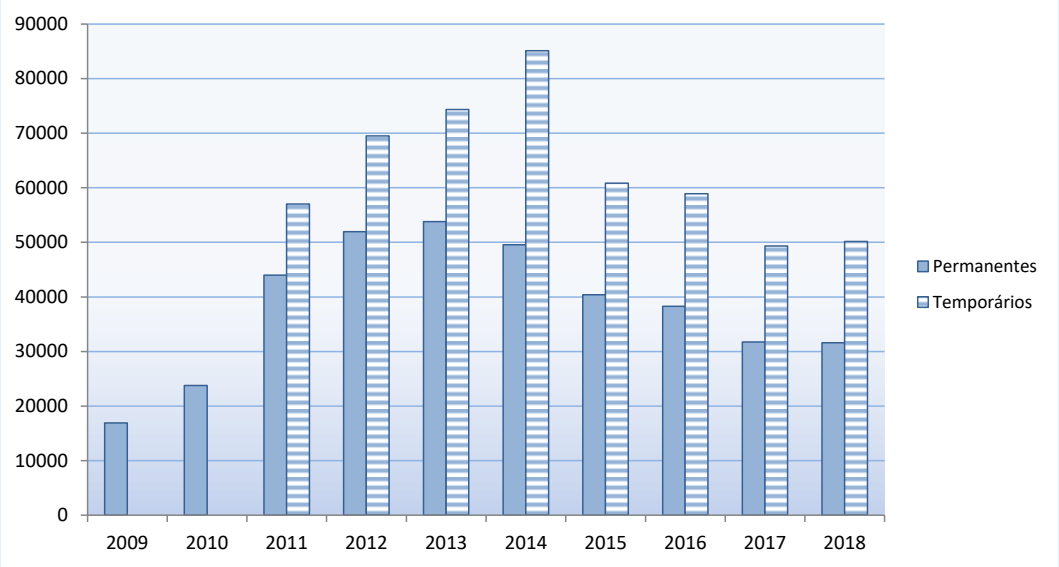
Fonte: OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, Dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

Tendo em conta os valores totais da população residente no estrangeiro, mas nascida em Portugal, verifica-se que a emigração portuguesa, em 2018, se concentrava maioritariamente em França (596 mil), na Suíça (217,7 mil), nos EUA (178,5 mil), no Canadá (143,2 mil), no Reino Unido (141 mil), no Brasil (138 mil), na Alemanha (115,2 mil), em Espanha (94,5 mil), e no Luxemburgo (72,8 mil).

De acordo com os valores disponibilizados pelas *Estimativas anuais de emigração* do INE, verificou-se um aumento progressivo da emigração portuguesa, quer permanente[15] quer temporária[16], entre 2009 e 2013, com clara inversão de tendência nos anos seguintes. De referir que, em 2018, a emigração portuguesa evidenciou valores praticamente semelhantes aos do período homólogo, registando-se um acréscimo de apenas 0,9%. Saliente-se ainda o facto de, ao longo da série em análise, a emigração temporária apresentar sempre uma maior expressividade quando comparada com a emigração permanente, com diferenças superiores a 20 p.p. no que respeita aos seus pesos relativos.

[15] Indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período superior a um ano.
[16] Indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período igual ou inferior a um ano.

Figura 19. Evolução da emigração portuguesa por tipologia



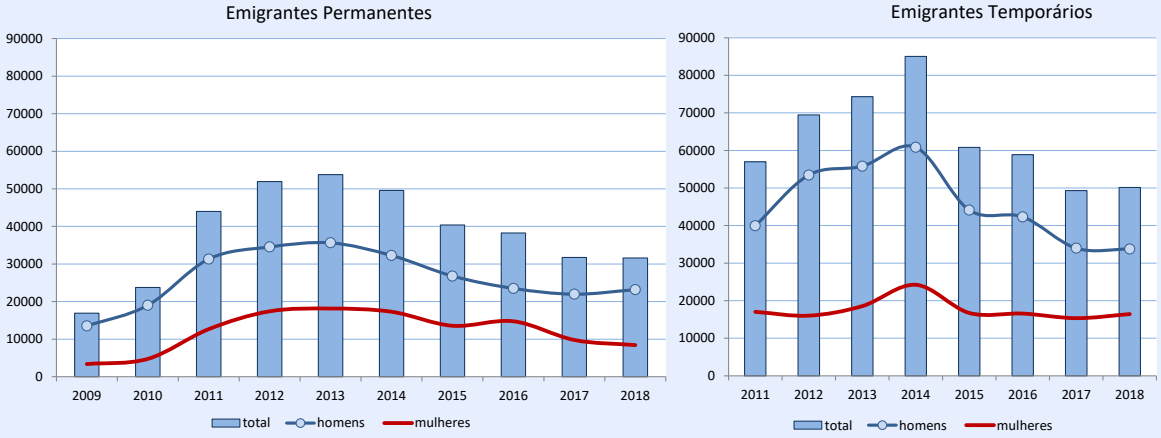
Nota: Os valores de 2008 a 2010 referentes à emigração permanente foram revistos em função da série *Estimativas Definitivas de População Residente 2001-2010.* Relativamente à imigração temporária não existem estimativas disponíveis entre 2008 e 2010.

Fonte: INE, *Estimativas anuais de emigração*

Analisando esta informação por sexo, constata-se que, ao longo do período em análise, a emigração masculina, quer permanente quer temporária, foi sempre superior à feminina.

Com efeito, os homens têm vindo a assumir um peso mais significativo no total dos emigrantes portugueses, ultrapassando, em quase todos os anos, mais do dobro do valor das mulheres emigrantes. De referir, que esta diferença de proporções entre homens e mulheres tem sido mais acentuada na emigração temporária.

Figura 20. Evolução da emigração portuguesa por sexo

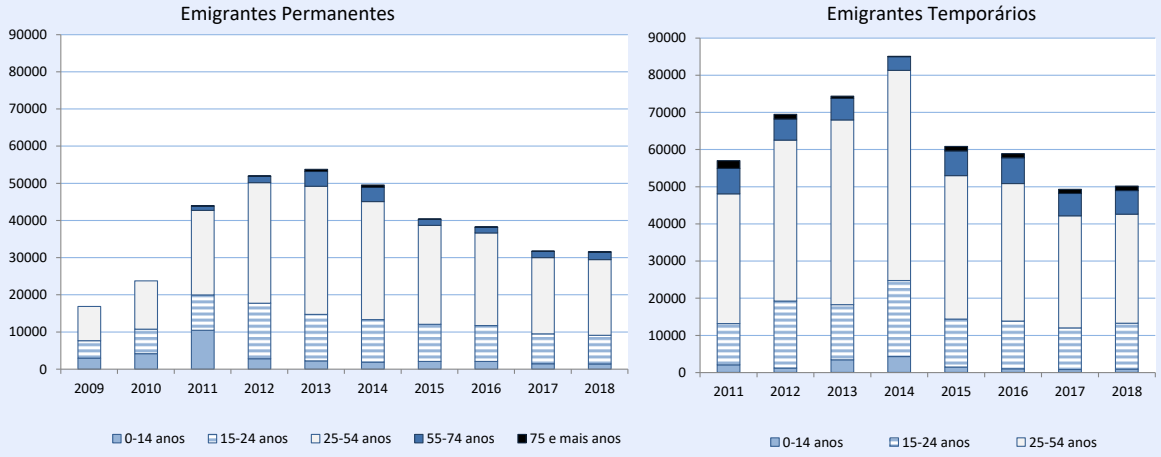


Nota: Os valores de 2008 a 2010 referentes à emigração permanente foram revistos em função da série *Estimativas Definitivas de População Residente 2001-2010.* Relativamente à imigração temporária não existem estimativas disponíveis entre 2008 e 2010.

Fonte: INE, *Estimativas anuais de emigração*

No que diz respeito à estrutura etária, verificou-se uma concentração da população emigrada no grupo de idades entre os 25 e os 54 anos, cujo peso relativo na emigração, tanto de carácter permanente como temporário, ultrapassou os 58%.

Figura 21. Evolução da emigração portuguesa por grupo etário

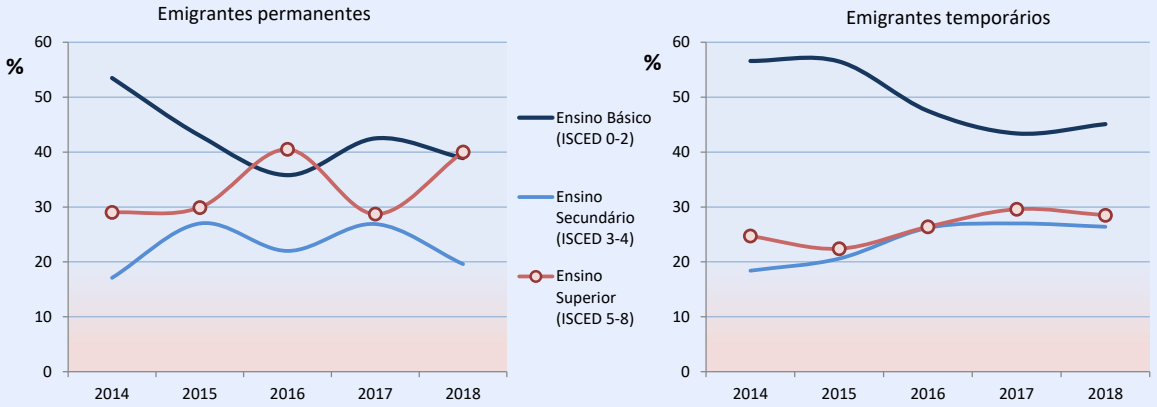


Nota: Os valores de 2008 a 2010 referentes à emigração permanente foram revistos em função da série *Estimativas Definitivas de População Residente 2001-2010*. Relativamente à imigração temporária não existem estimativas disponíveis entre 2008 e 2010.
Fonte: INE, *Estimativas anuais de emigração*

Também o grupo etário dos 15 aos 24 anos apresentou valores relevantes, representando, ao longo dos anos em análise, mais de 24% do total da emigração portuguesa.

Por último, e ainda no que concerne à emigração portuguesa, constata-se que os emigrantes com o ensino básico têm vindo a diminuir nos últimos anos, ao contrário dos emigrantes com o ensino secundário e superior que têm vindo a apresentar uma trajetória ascendente, mais visível na emigração temporária.

Figura 22. Evolução da emigração portuguesa por escolaridade



Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas – 2018*

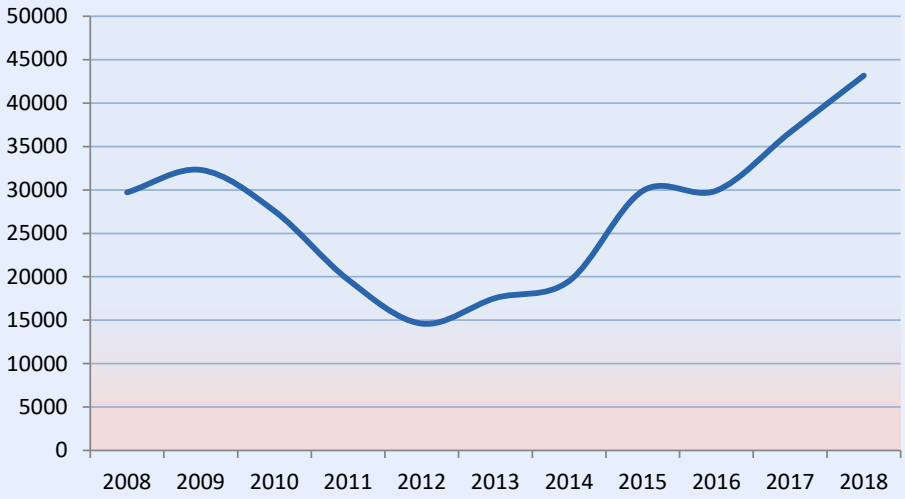
Quanto aos emigrantes com o nível de escolaridade superior, no último ano em análise verificou-se um aumento, em particular dos emigrantes permanentes, uma vez que os emigrados temporariamente, após um ligeiro aumento em 2016 e 2017, viram a sua percentagem diminuir de forma ténue em 2018.

- ***Evolução da Imigração portuguesa***

Considerando alguns dados das *Estimativas anuais de imigração* do INE, relativos à população proveniente de outros países que escolheu Portugal como destino de residência, numa breve caracterização, verifica-se que, a partir de 2009 houve uma quebra do valor total de imigrantes, evidenciando-se uma subida a partir de 2012.

De notar que o número total de entradas de imigrantes em 2018 (43,2 mil pessoas), aumentou 17,8% face ao período homólogo.

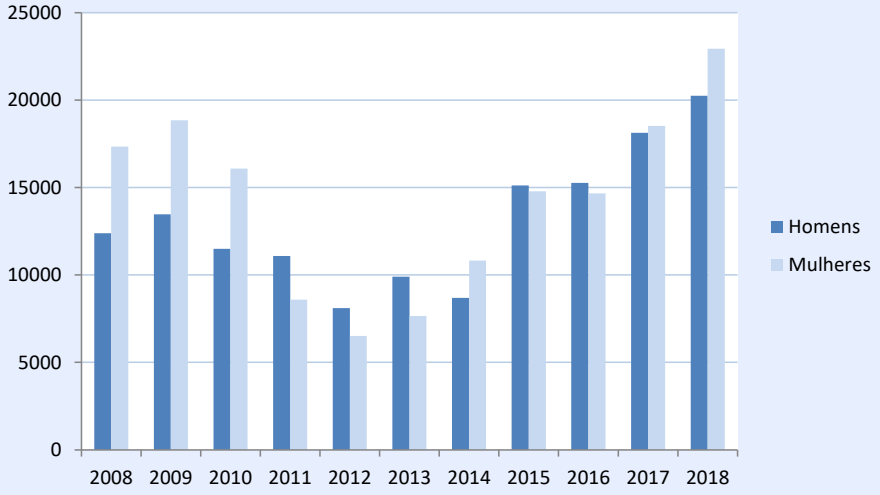
Figura 23. Evolução da população imigrada em Portugal



Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Por outro lado, esta população estrangeira imigrada em Portugal tem-se repercutido de forma diferenciada em ambos os sexos, apesar de nos últimos anos, essa diferença ter vindo a perder expressividade, em particular no último ano em análise.

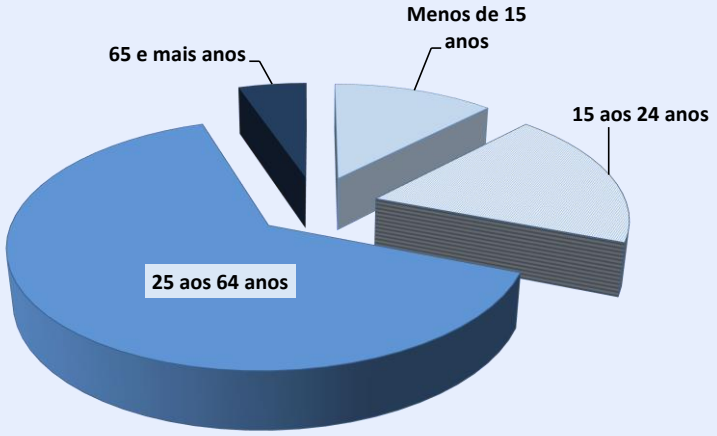
Figura 24. Evolução da imigração portuguesa por sexos



Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Entre 2008 e 2010, a proporção de imigrantes masculinos foi inferior em 17 p.p. face à congénere feminina, situação que se inverteu entre 2011 e 2013, quando o valor percentual dos homens imigrados ultrapassou, em média cerca de 12 p.p. o valor registado para as mulheres estrangeiras a residir no nosso país.

Figura 25. Estrutura etária da imigração portuguesa em 2018

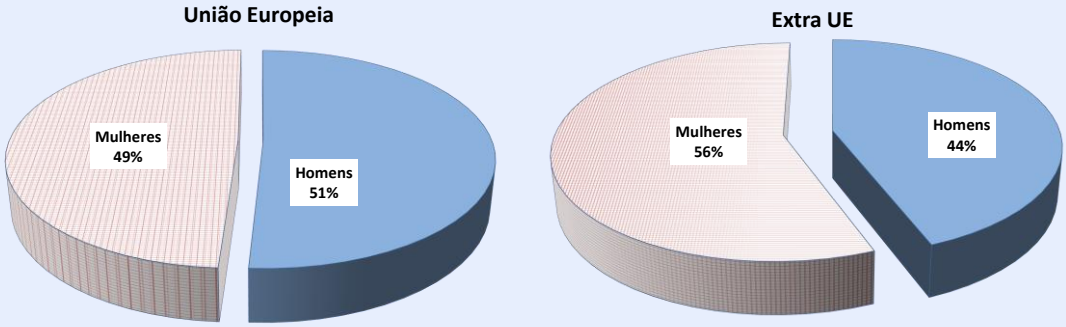


Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Relativamente à distribuição etária, em 2018, a grande maioria (cerca de 64%) dos imigrantes a residir em Portugal tinha entre 25 a 64 anos de idade, em contraste com a menor proporção observada nos grupos etários mais jovens, nomeadamente com menos de 24 anos (cerca de 31%).

Por último, considerando a proveniência da imigração em Portugal, em 2018, verifica-se que 57,4% do valor total dos imigrantes (43,2 mil) provinha de países fora da União Europeia, enquanto 42,6% eram oriundos de outros Estados-membros da União.

Figura 26. Proveniência dos imigrantes portugueses em 2018



Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

2.1.3. População por níveis de escolaridade

Em 2019, a população do Continente, de 15 e mais anos, que possuía até ao ensino básico constituía 57,3% do total, o peso da população com o ensino secundário era de 22,8% e o da população com o ensino superior de 19,9%. Entre 2011 e 2019, o peso da população com 15 e mais anos com o ensino básico diminuiu em 12,7 p.p. tendo a percentagem de indivíduos com o ensino secundário e superior crescido de forma equilibrada.

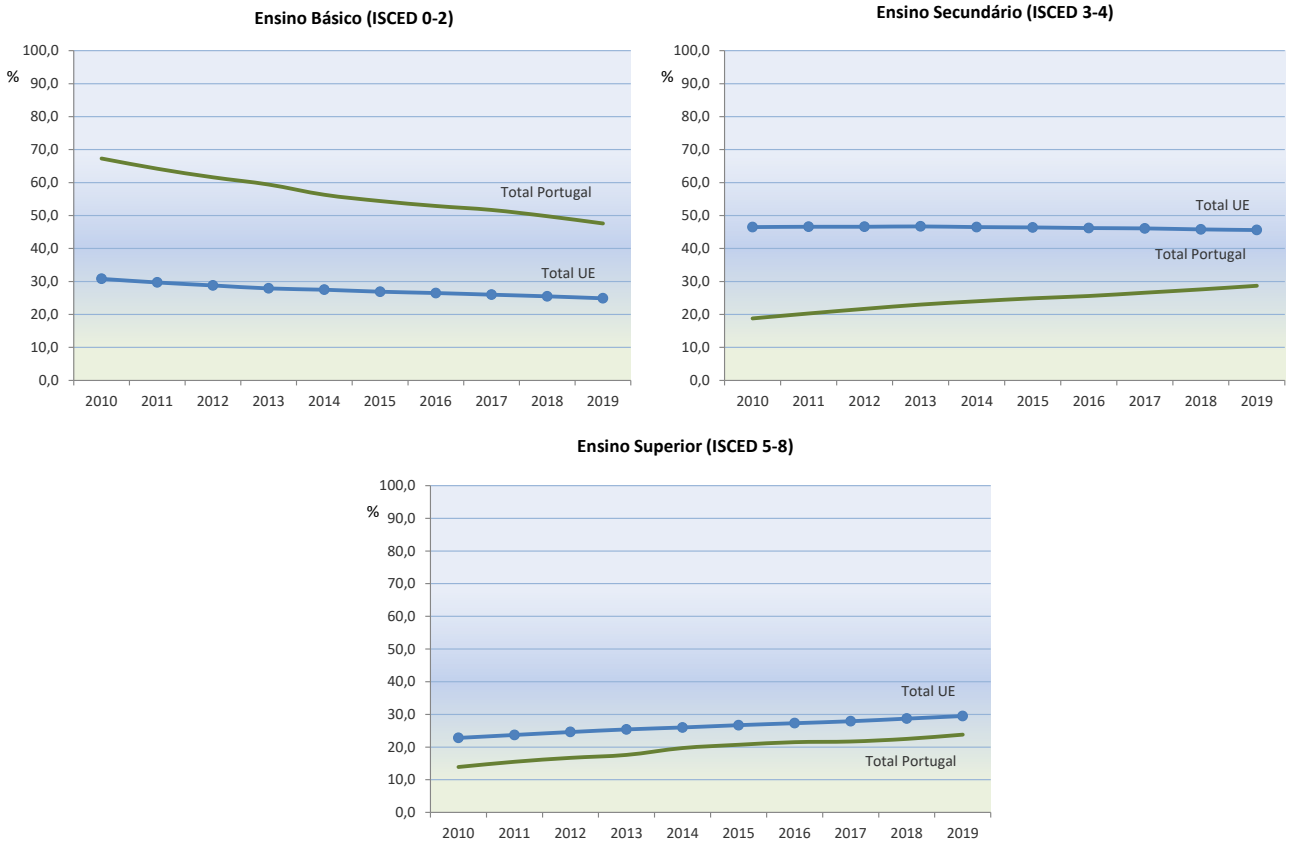
Em 2019, a percentagem de homens e de mulheres com o ensino secundário era praticamente equivalente, mas as mulheres representavam 60% da população com o ensino superior, como aliás vem sucedendo desde 2011.

2.1.3.1. Evolução da população por níveis de educação em Portugal e na UE 28

Considerando os níveis de escolaridade da população portuguesa dos 15 aos 64 anos, segundo dados disponibilizados pelo Eurostat, constata-se que, no decurso da última década, os níveis de escolaridade mais baixos regrediram, em contraponto com os superiores. Com efeito, a população dos 15 aos 64 anos

com habilitações literárias até ao 3º Ciclo do Ensino Básico tem vindo a apresentar uma redução expressiva ao longo dos últimos anos, tendo decrescido mais de 19,7 p.p. entre 2010 e 2019. Em situação inversa encontra-se, quer a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Secundário, quer a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Superior, que apresentaram acréscimos de quase 10 p.p. entre o início do período em análise e 2019.

Figura 27. Evolução dos níveis de educação da população dos 15 aos 64 anos



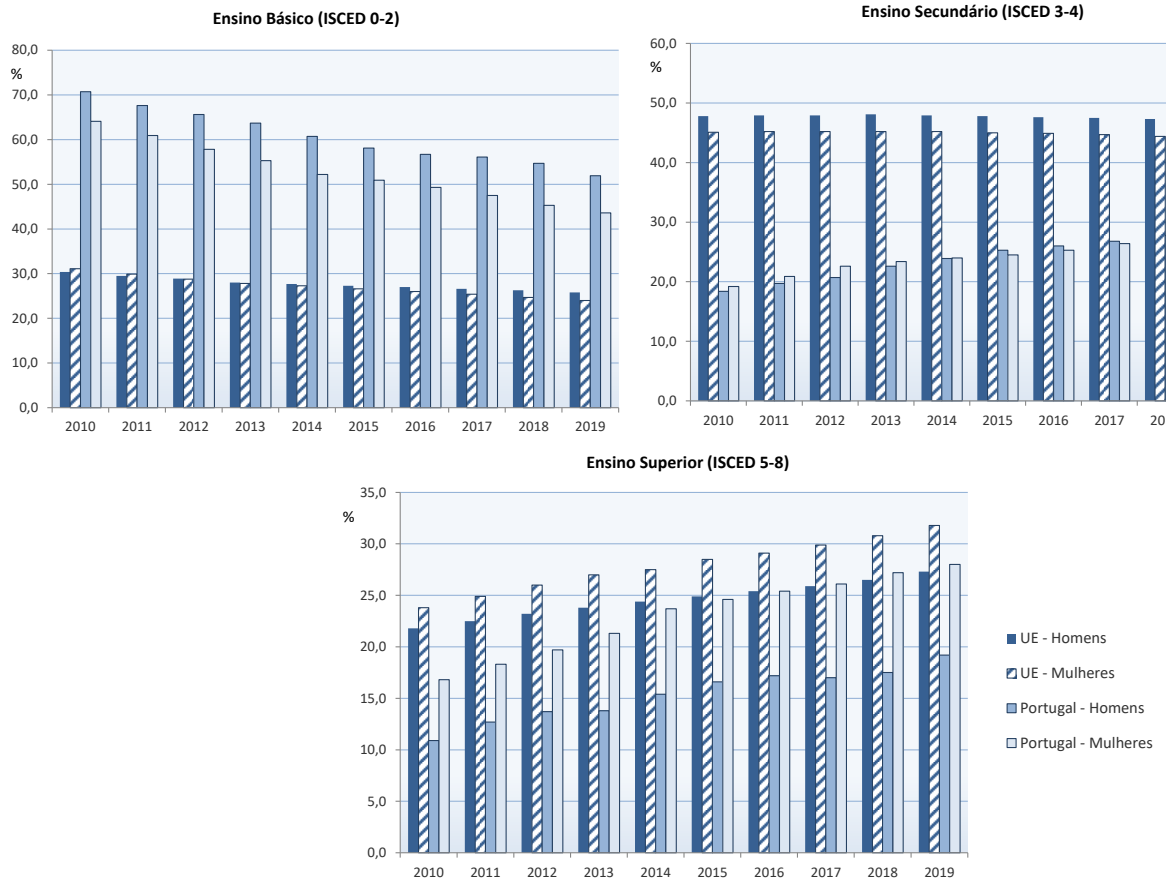
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Por outro lado, tendo em conta a média dos 28 países da União, verifica-se que a população europeia dos 15 aos 64 anos de idade com escolaridade mais baixa registou um decréscimo menos expressivo (menos 5,9 p.p. em 2019 e face a 2010), tal como a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Secundário que praticamente se manteve inalterada ao longo do período em análise. Quanto à população dos 15 aos 64 anos, com o nível de Ensino Superior, assistiu-se a um aumento (mais 6,7 p.p.), não obstante inferior ao verificado em Portugal.

Ao longo da série em análise, a população dos 15 aos 64 anos com habilitações literárias superiores ao Ensino Secundário na UE assume sempre valores superiores aos da sua congénere portuguesa. Ao invés, a

população dos 15 aos 64 anos da UE com uma escolaridade até ao 3º Ciclo do Ensino Básico continua a apresentar valores inferiores quando comparada com a população portuguesa na mesma faixa etária.

Figura 28. Evolução dos níveis de educação da população dos 15 aos 64 anos, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

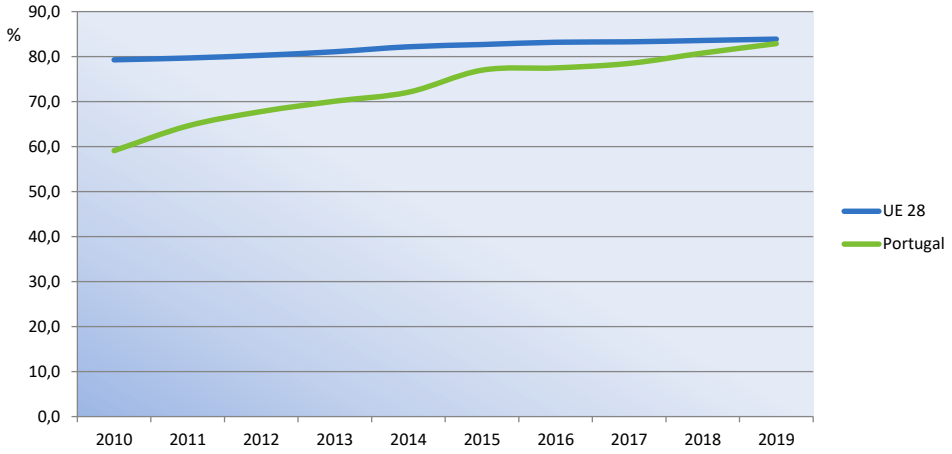
Relativamente à análise deste tipo de informação, mas por sexo, constata-se que os homens portugueses dos 15 aos 64 anos que detêm, quer uma escolaridade ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico, quer ao nível do Ensino Secundário, têm vindo a apresentar, na última década, valores superiores aos das mulheres nas mesmas condições. Quanto à população europeia, verifica-se igual tendência, em particular no último quinquénio.

Quanto às mulheres portuguesas dos 15 aos 64 anos de idade com o Ensino Superior, estas evidenciam percentagens superiores às registadas pelos homens, sendo de destacar o facto da distância percentual entre as duas categorias ter vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. De notar que, esta tendência tem sido acompanhada pela média do conjunto dos países da União.

População com níveis de educação secundário em Portugal e na UE 28

A percentagem da população portuguesa, entre os 20 e os 24 anos com pelo menos um nível de educação secundário era, em 2019, de 82,9%, cerca de menos 1 p.p. do que a média da UE. Realce-se que desde o início da série em análise, esta população tem vindo a crescer de forma consistente em Portugal, tendo aumentado, no espaço de dez anos, em cerca de 24 p.p.

Figura 29. Evolução da população (20 aos 24 anos) com pelo menos um nível de educação secundário

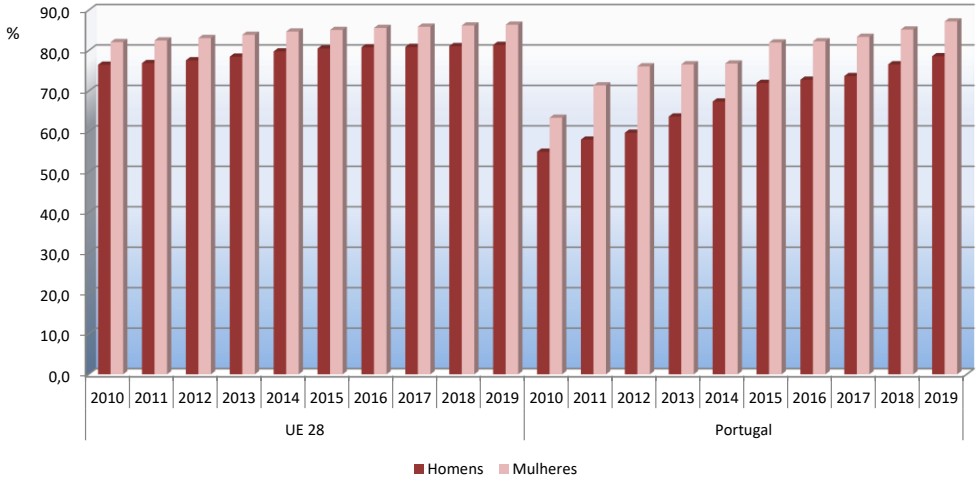


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Em Portugal, em 2019, a percentagem de mulheres jovens que atingiu pelo menos o nível secundário de escolaridade foi mais expressiva do que a dos homens (87,2% de mulheres para 78,6% de homens). Ao longo do período em análise, registou-se um aumento progressivo nesta proporção relativamente a ambos os sexos. Deste modo, no espaço de uma década, a percentagem de homens jovens com pelo menos um nível secundário cresceu 23,6 p.p., enquanto a proporção de mulheres com este nível de ensino aumentou cerca de 23,8 p.p.

Relativamente ao ano anterior, em 2019, a percentagem de mulheres com o ensino secundário (87,2%) registou um aumento de 2 p.p., ultrapassando assim a média europeia (86,4%). Quanto à população masculina com este nível habilitacional, apesar de um aumento de 2 p.p. face a 2018, a sua percentagem em 2019 atingiu os 78,6%, mantendo-se inferior à percentagem do conjunto dos 28 países da União (81,4%).

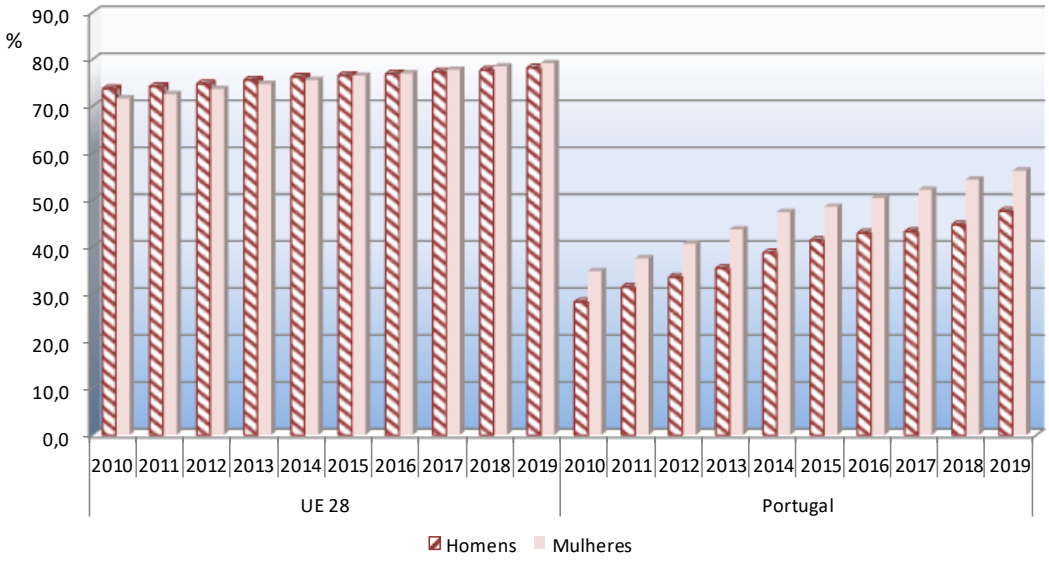
Figura 30. População (20 aos 24 anos) com pelo menos um nível de educação secundário, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

No escalão etário dos 25 aos 64 anos, a proporção de pessoas, em Portugal, que possuía, pelo menos, um nível de educação secundário era, em 2019, de 52,2%, menos 26,5 p.p. relativamente à proporção registada na média dos países europeus (78,7%). De notar que, no início do período em análise, em Portugal, essa percentagem era 41 p.p. inferior à percentagem da média europeia, o que reflete uma melhoria bastante significativa no que respeita a este escalão etário no nosso país.

Figura 31. População (25 aos 64 anos) com pelo menos um nível de educação secundário, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

A proporção de mulheres portuguesas com pelo menos um nível de educação secundário era em 2019, tal como no início da série, superior à dos homens. Ao contrário, na média dos países da UE, neste escalão etário a percentagem de homens ultrapassava a de mulheres, não obstante esta situação se ter invertido

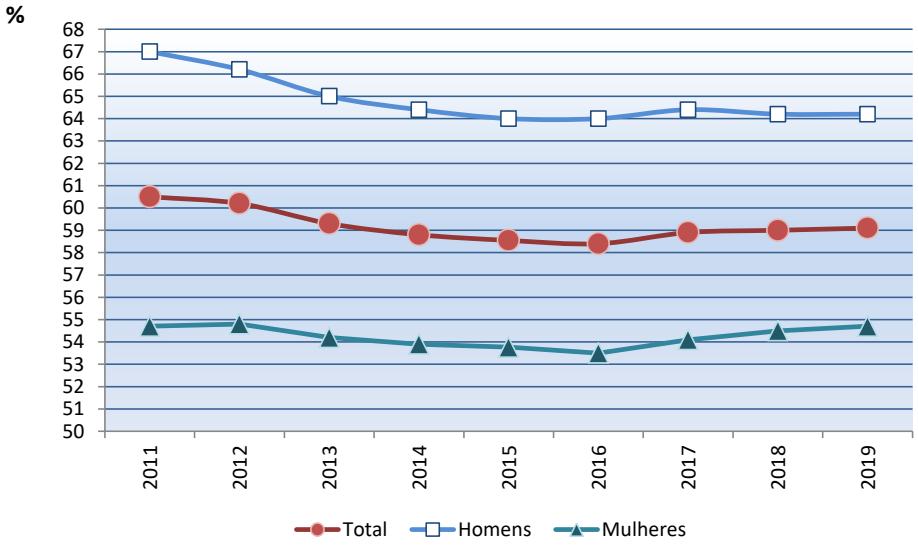
a partir de 2016. Em Portugal, entre 2010 e 2019, a diferença da proporção entre géneros aumentou de 6,6 p.p. para 8,6 p.p.

2.1.4. População ativa e taxas de atividade

Segundo dados do INE, em 2019, no Continente, a população ativa totalizava 4.990,5 mil pessoas, tendo crescido 0,3% relativamente a 2018, um aumento ligeiramente mais acentuado do que no ano anterior. Esse aumento verificou-se contudo apenas relativamente às mulheres (+0.8%). O número de homens ativos diminuiu 0,2%.

Em 2019, a taxa de atividade da população com 15 e mais anos era de 59,1%, um muito ligeiro acréscimo relativamente ao ano anterior. A taxa de actividade masculina era de 64,2% e não aumentou, relativamente a 2018, enquanto a taxa feminina, que era de 54,7%, aumentou 0,2 p.p.

Figura 32. Evolução das taxas de atividade masculina e feminina



Fonte: INE. Inquérito ao emprego

Ao longo da série a taxa de actividade feminina decresceu menos e, depois de 2017, aumentou mais do que a masculina. Assim, a diferença entre as taxas de actividade masculina e feminina tem vindo a atenuar-se embora, em 2019, fosse ainda de 9,5 p.p.

2.1.4.1. População ativa por escalões etários

No que se refere aos escalões etários, a população ativa aumentou 0,9% no escalão mais jovem (15 aos 24 anos), embora apenas no que respeita às mulheres e, depois, apenas a partir dos 45 anos. Os maiores acréscimos verificaram-se no escalão dos 55 ao 64 anos (+2,8%) e no escalão dos mais de 65 anos (+3,3%). Tal como se constata relativamente à população residente, o decréscimo no número de ativos no escalão dos 25 aos 34 anos tem vindo a atenuar-se, desde 2011, e a acentuar-se progressivamente, no escalão dos 35 aos 44 anos.

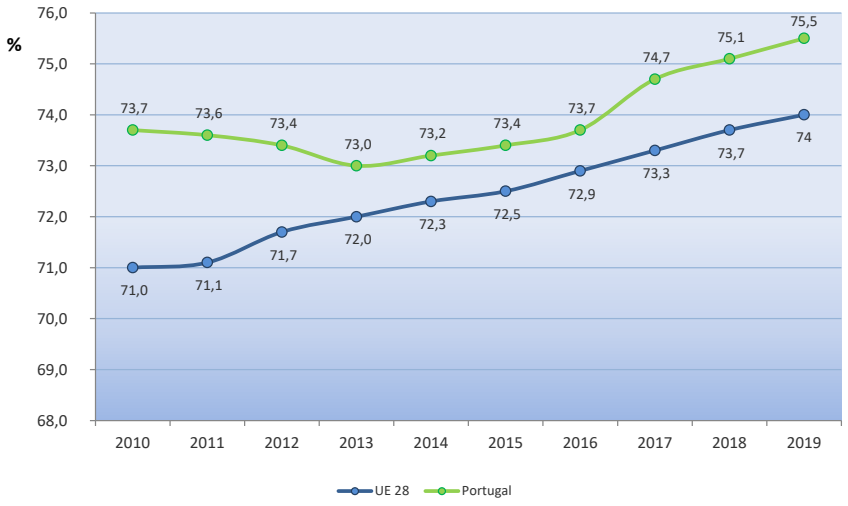
Em 2019, a taxa de atividade cresceu em todos os escalões etários, excepto no que se refere ao escalão entre os 25 aos 34 anos, em que diminuiu ligeiramente. Os maiores acréscimos registaram-se no escalão dos 55 aos 64 anos (+1 p.p.) e no escalão dos 45 aos 54 anos (+0,8 p.p.). No que se refere aos homens, a taxa de actividade só aumentou exactamente a partir do escalão dos 45 aos 54 anos.

Nos dez anos em análise, a taxa de actividade aumentou praticamente sempre, nos escalões acima dos 34 anos enquanto, nos escalões mais jovens, só começou a aumentar a partir de 2017.

2.1.4.2. Taxas de atividade em Portugal e na União Europeia

Relativamente às taxas de atividade, Portugal tem registado valores superiores à média dos 28 países da União desde o início da série em análise. Em Portugal, a taxa de atividade tem mantido uma certa estabilidade, apresentando valores em torno dos 73% e os 75,5%, ao contrário do que vem sucedendo com a média dos países europeus, que tem registado uma subida gradual das taxas de atividade, alcançando 74% em 2019.

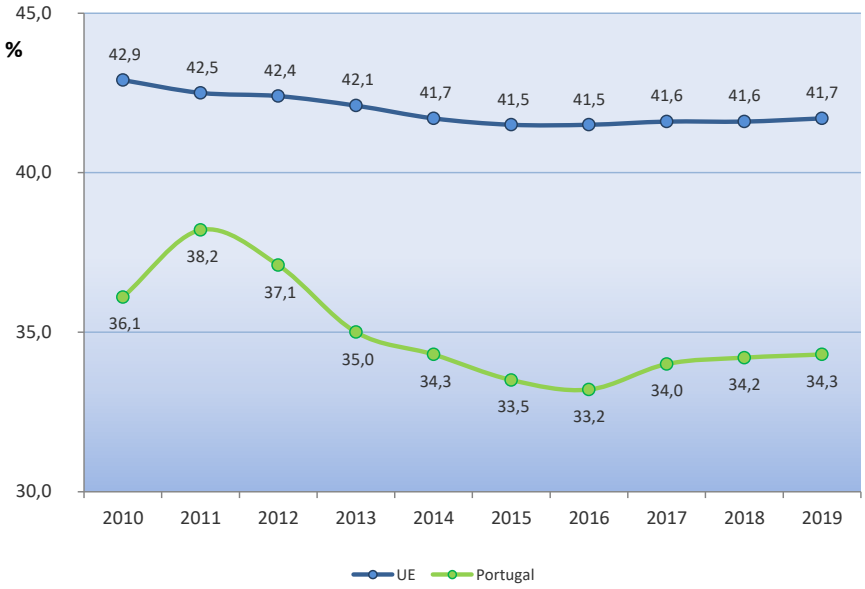
Figura 33. Evolução da taxa de atividade



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Relativamente à taxa de atividade dos jovens, esta acompanha a tendência evidenciada pela respetiva taxa de emprego. Enquanto a taxa de atividade dos jovens na União apresenta uma certa estabilidade dos respetivos valores médios, entre os 41,5% e os 42,9% a taxa de atividade dos jovens portugueses tem vindo a registar um decréscimo sucessivo ao longo da série, apesar de nos últimos três anos se ter mantido quase constante (34,2% em 2019).

Figura 34. Evolução da taxa de atividade dos jovens (15 aos 24 anos)



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

2.1.4.3. População ativa por níveis de escolaridade completos

Em 2019, no Continente, 42,9% dos ativos tinham até ao ensino básico, 29% tinham o ensino secundário e 28,1% o ensino superior. Os homens constituíam 57,7% dos ativos com o ensino básico e as mulheres 60% dos ativos com o ensino superior.

A taxa de atividade da população com o ensino básico era de 44,2% e diminuiu em 1,2 p.p. relativamente a 2018. Já as taxas de atividade da população com o ensino secundário e superior (que eram 75,3% e 83,6%, respectivamente) aumentaram, de forma bastante equilibrada. A taxa de actividade masculina só cresceu, contudo, relativamente à população com o ensino superior.

A taxa de atividade da população com até ao ensino básico diminuiu cerca de 1,1 p.p. anualmente, desde 2011.

2.1.4.4. População ativa por regiões

Entre 2018 e 2019, a população ativa aumentou no Norte (+0,3%) na área metropolitana de Lisboa (+1,4%) e sobretudo no Algarve (+1,8%) (como já tinha acontecido em 2016 e 2017). No Centro o decréscimo na população ativa deveu-se apenas ao decréscimo de ativos masculinos, que também diminuíram no Norte. No Alentejo o número de homens activos diminuiu mais do que o número de mulheres e, na área metropolitana de Lisboa aumentou menos. O Algarve foi a única região que registou um aumento significativo no número de homens activos (+3,8%).

A área metropolitana de Lisboa é a única região do Continente onde, em 2018, a população já tinha ultrapassado o valor registado em 2011. A região onde, a percentagem de decréscimo da população ativa entre 2011 e 2018 foi mais acentuada, foi a região do Alentejo.

2.1.5. População Inativa

Em 2019, no Continente a população inativa com 15 e mais anos totalizava cerca de 3.449,7 mil pessoas, menos 0,1% do que em 2018. Metade destes inativos eram reformados (foi esta aliás a única categoria que aumentou relativamente ao ano anterior). Os estudantes representavam 22%, como em 2018. Os "outros inativos" e os "domésticos" constituíam 18% e 10%, respectivamente. A categoria dos "domésticos" foi a que mais diminuiu, relativamente ao ano anterior (-3,4%)

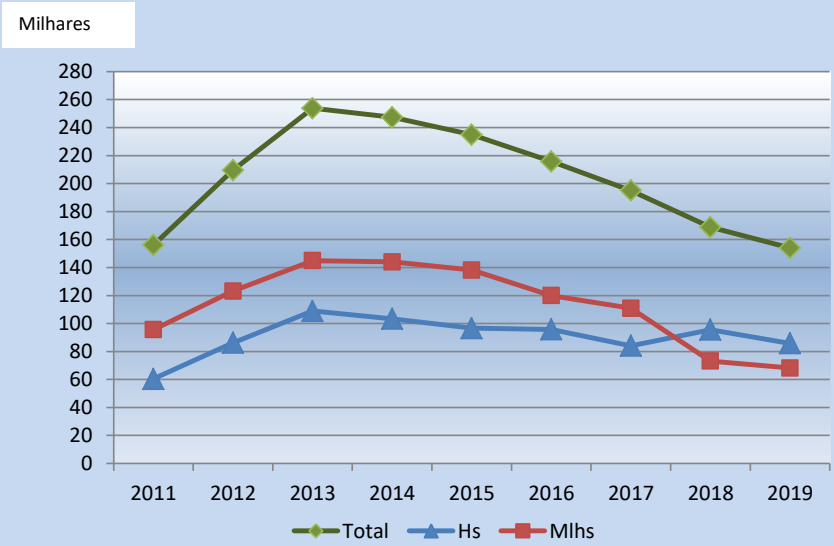
Entre 2011 e 2016, a população inativa aumentou sempre, tendo diminuído, a partir daí, embora de forma progressivamente mais ligeira. Entre 2011 e 2013, esse crescimento deveu-se em primeiro lugar ao aumento no número dos "Outros inactivos" e, a partir daí, ao crescimento do número de "reformados", embora entre 2014 e 2015 os "Estudantes" tenham aumentado também significativamente.

INATIVOS DISPONÍVEIS QUE NÃO PROCURAM EMPREGO

Em 2019, no Continente, os inativos "disponíveis que não procuram emprego" (aqueles que, não tendo procurado emprego nas últimas 3 semanas antes do inquérito, não foram contabilizados como desempregados mas como inativos) constituíam cerca de 4,5% do total de inactivos, ou seja cerca de 154 mil pessoas. O seu número diminuiu 8,8% relativamente a 2018.

Entre 2011 e 2013 o número destes inativos aumentou acentuadamente mas depois decresceu, de forma progressivamente mais significativa, embora entre 2018 e 2019, tenha diminuído menos do que no ano anterior. Em 2019, o número destes inactivos era ainda ligeiramente superior a 2011.

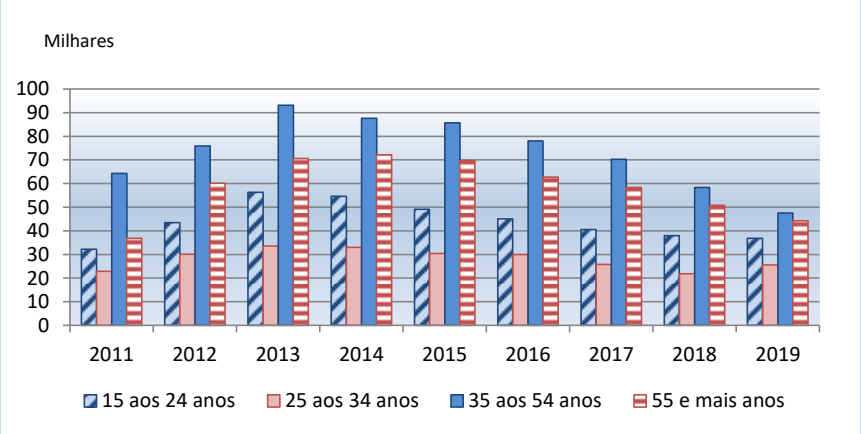
Figura 35. Evolução da população inativa disponível que não procura emprego



Fonte: INE. *Inquérito ao Emprego*

O número de mulheres inativas disponíveis que não procuravam emprego manteve-se superior ao dos homens até 2017. Entre 2017 e 2018, no entanto, o número de inactivos homens desta categoria cresceu enquanto o número de mulheres diminuiu e, embora no último ano, o número de homens tenha decrescido mais do que o número de mulheres, em 2019, o número de inactivos homens desta categoria mantinha-se superior. Deste modo, o número de mulheres nesta categoria era já bastante inferior ao verificado em 2011 enquanto o número de homens se mantinha ainda acima do valor registado no início da série.

Figura 36. Evolução da população inativa disponível que não procura emprego por escalão etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2019, 30,8% destes inactivos tinha entre 35 e 54 anos, 28,7% tinham 55 anos ou mais, 24% tinham entre 15 e 24 anos e 16,6% entre 25 e 34 anos. O número de inactivos desta categoria diminuiu em todos os escalões etários relativamente ao ano anterior, excepto no escalão dos 25 aos 34 anos. (+17,4%).

Em 2019, o número de inactivos desta categoria era ainda mais elevado do que em 2011, relativamente a quase todos os escalões etários.

Em 2019, no Continente, 57,1% dos inativos disponíveis que não procuravam emprego possuíam o ensino básico, 27,7% tinha o ensino secundário e 15,2%, o ensino superior. Relativamente ao ano anterior, a única categoria em que o número destes inactivos não diminuiu foi a dos que possuíam o ensino superior, que cresceu em 6,4%. A categoria que mais diminuiu foi a dos que possuíam o ensino básico (-14,3%).

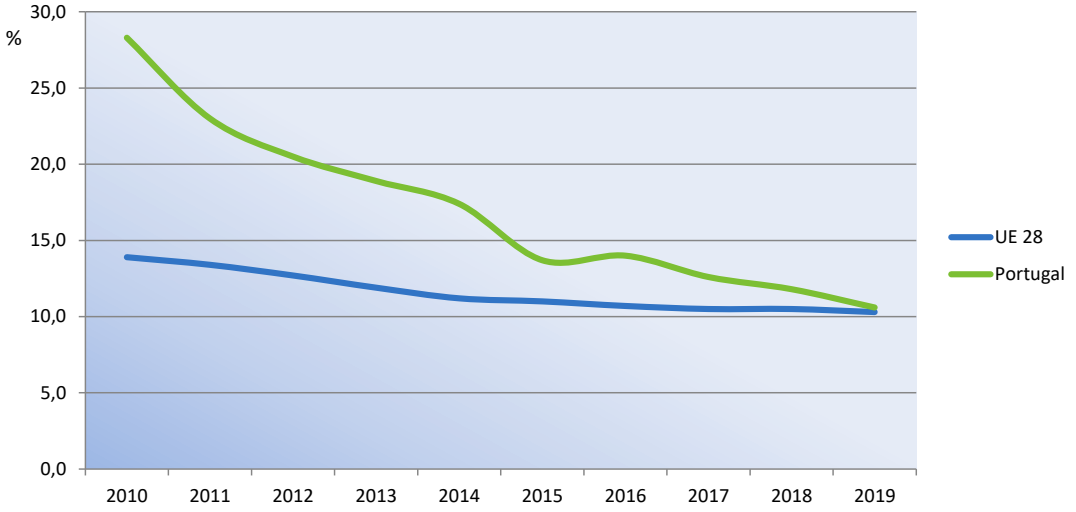
Em 2019, o número de inactivos disponíveis com o ensino básico era já bastante inferior ao verificado em 2011 enquanto, nas restantes categorias era ainda mais do dobro.

2.1.6. População jovem: abandono escolar precoce e população jovem que não trabalha nem estuda (NEEF) em Portugal e na União Europeia

2.1.6.1. Saída escolar precoce

Em Portugal, a proporção de jovens que saíram precocemente da escola, ou seja, da população de 18 a 24 anos cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico e que já não frequenta escola ou outro tipo de formação tem diminuído progressivamente e de forma bastante mais acentuada do que na média dos países europeus, embora seja ainda ligeiramente superior à observada relativamente à média da UE.

Figura 37. Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola

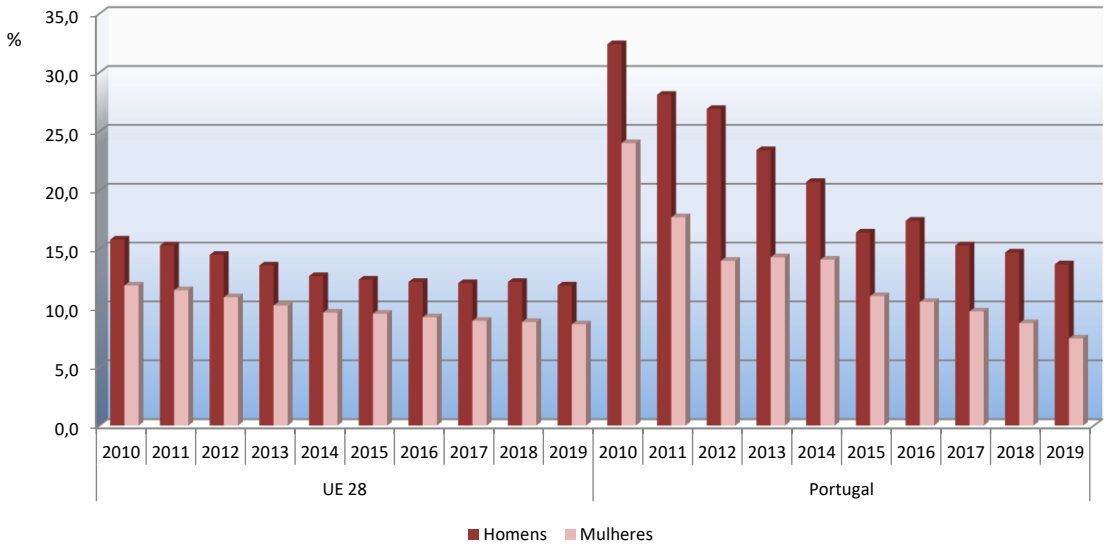


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Assim, a proporção de jovens que saíram precocemente da escola (população de 18 a 24 anos que já não frequenta a escola ou outro tipo de formação e cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico) diminuiu de 28,3% em 2010 para 10,6% em 2019, tendo-se aproximado da média dos 28 países da UE que, em 2019, se fixou nos 10,3%.

Uma análise mais detalhada permite evidenciar que a percentagem de homens que abandona precocemente a escola é superior à percentagem de mulheres, tanto para Portugal como para o conjunto dos países da União.

Figura 38. Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Com efeito, em 2019, a percentagem masculina dos que saíram precocemente da escola foi superior à feminina, apesar dessa diferença ter sido mais pronunciada em Portugal (mais 3,3 p.p. no que respeita à média da UE e mais 6,3 p.p. em Portugal).

Por outro lado, desde o início da série em análise, a percentagem de homens portugueses que abandonaram precocemente a escola tem diminuído de forma mais acentuada, quando comparada com o decréscimo verificado na percentagem de mulheres. Assim, entre 2010 e 2019, a percentagem masculina evidenciou uma redução de 18,7 p.p., enquanto na feminina se constatou uma descida de 16,6 p.p. Refira-se ainda que, no conjunto dos países da UE, estas diferenças assumiram uma menor expressão, tendo a percentagem de homens que saíram precocemente da escola diminuído 3,9 p.p., entre 2010 e 2019, enquanto a das mulheres decresceu 3,3 p.p., no mesmo período de análise.

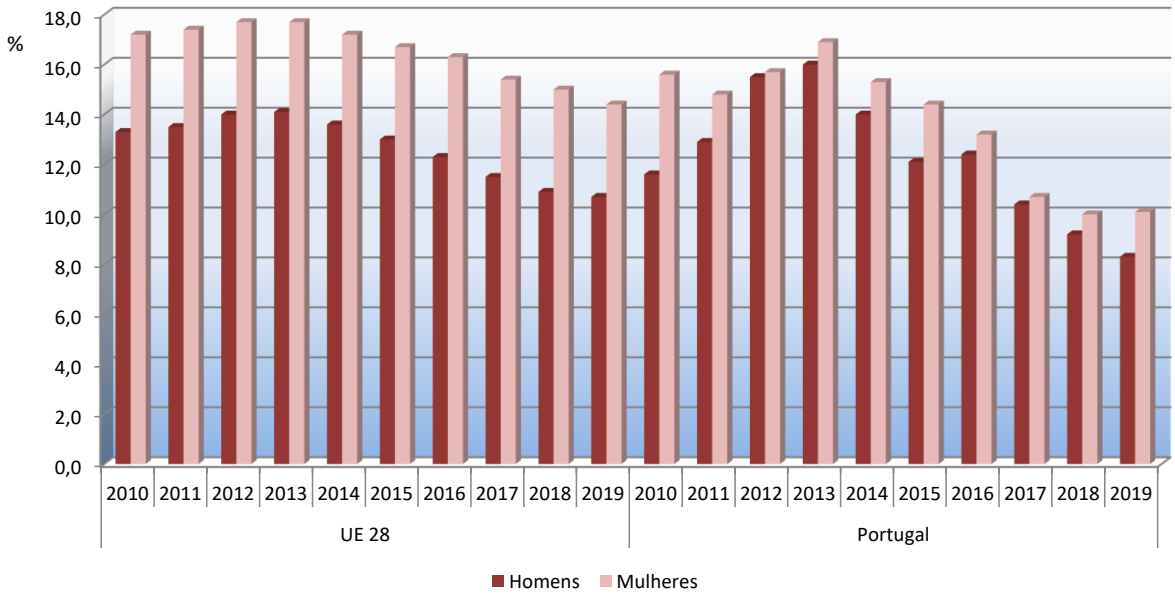
2.1.6.2. População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF[17])

Considerando a percentagem de jovens NEEF, entre os 15 e os 29 anos de idade, evidencia-se um acréscimo deste tipo de população jovem até 2013, quando atinge a percentagem máxima do período em análise (16,4% em Portugal e 15,9 na União), tendo vindo, desde então, a diminuir. De salientar que, em 2019, 9,2% da população portuguesa, entre os 15 e os 29 anos, não se encontrava a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar outro tipo de formação, valor inferior à média europeia que registou mais 3,3 p.p. (12,5%).

Considerando a análise desta informação por sexo, constata-se que, em geral, tanto em Portugal como na União Europeia, a população feminina NEEF apresenta percentagens superiores quando comparada com a população masculina nas mesmas condições. De notar que, relativamente a estes jovens NEEF, dos 15 aos 29 anos, a diferença percentual entre as mulheres e os homens é mais expressiva no conjunto dos países da União do que em Portugal. Com efeito, no que concerne à população jovem NEEF, nos últimos anos em Portugal, verificou-se uma aproximação dos valores percentuais de ambos os sexos.

[17] NEEF – *Jovens Não Empregados que não estão em Educação ou Formação.*

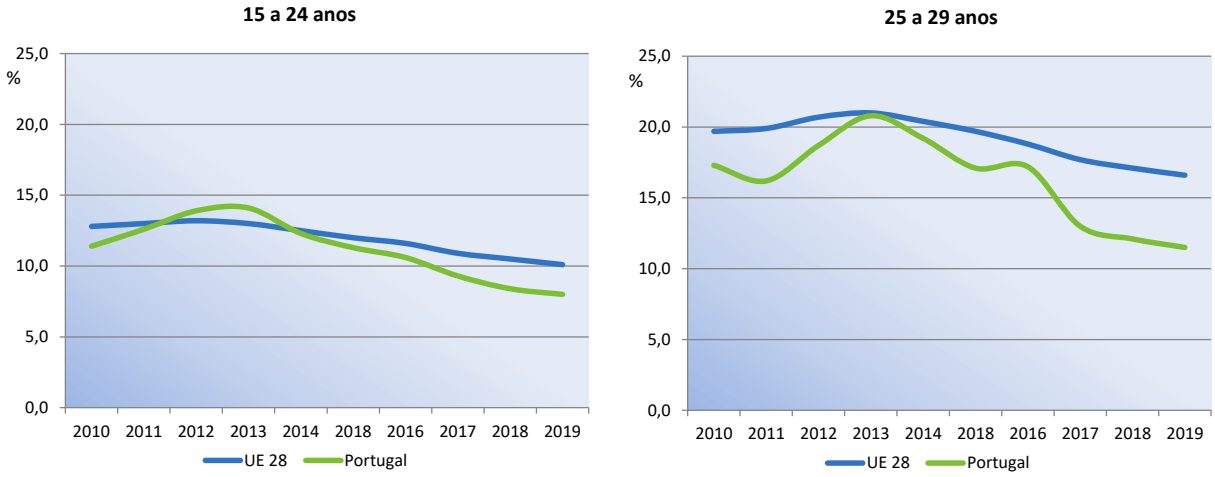
Figura 39. População jovem NEEF (15 a 29 anos), por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Numa análise mais desagregada deste tipo de população por escalão etário, em 2019, constata-se que a população jovem NEEF é mais elevada nas idades entre os 25 e os 29 anos, tanto em Portugal (11,5%), como no seio da Europa comunitária (16,6%), tendo, na última década, aumentado progressivamente até 2013, ano em que se inverteu esta tendência. Refira-se ainda que, neste grupo etário a percentagem de mulheres, em 2019, continuou a ser superior à dos homens, quer em Portugal (mais 3,2 p.p.), quer sobretudo no conjunto dos 28 países da união (mais 9,2 p.p.).

Figura 40. População jovem NEEF

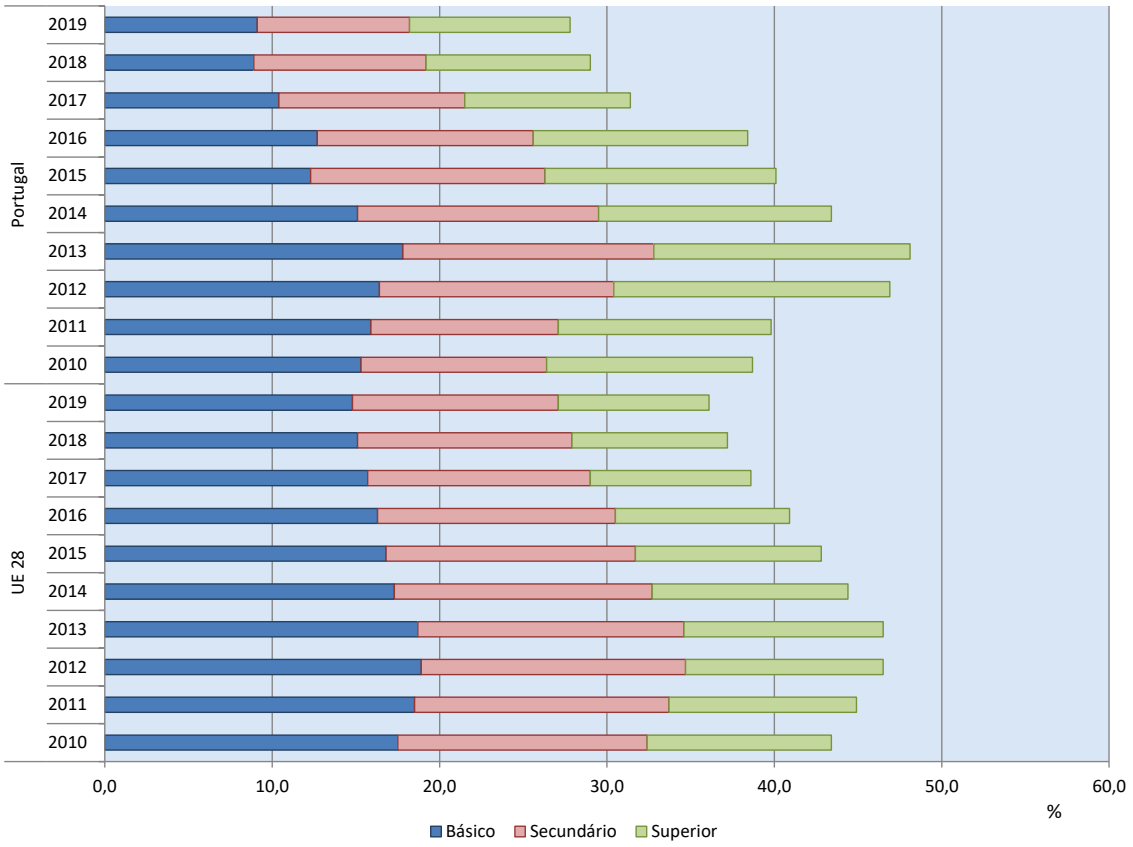


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Por último, considerando a população jovem NEEF por níveis de ensino, em 2019, verifica-se que, em Portugal, o nível de escolaridade do ensino superior (9,6%) apresentou uma percentagem ligeiramente superior, dado que a proporção da população entre os 15 e os 29 anos que não trabalha nem estuda e que detém o ensino básico ou o ensino secundário registaram ambas 9,1%.

Ao contrário de Portugal, a União, no conjunto dos seus Estados-membros, apresentou uma tendência oposta, com os jovens NEEF de 15 a 29 anos que apenas têm o ensino básico a registar a percentagem mais elevada (14,8%), logo seguida pelos jovens NEEF com o ensino secundário (12,3%), enquanto os do ensino superior apresentaram o valor com menor expressão (9%).

Figura 41. População jovem NEEF, por níveis de ensino



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

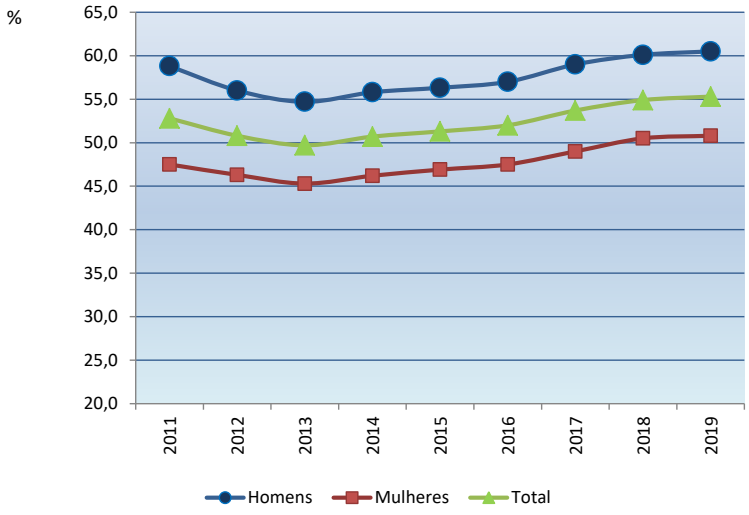
2.2. Emprego

2.2.1. Emprego e taxas de emprego

Segundo o *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2019, estavam empregadas, no Continente, 4.670,4 mil pessoas, o que significa um aumento de 9,3 mil empregados relativamente a 2018, um acréscimo menos significativo do que nos anos anteriores. Os homens empregados constituíam 50,8% do total mas, tal como no ano anterior, o número de mulheres empregadas cresceu mais. Aliás, ao longo da série, o número de homens diminuiu mais, até 2013, e depois aumentou menos.

Em 2019, a taxa de emprego (15 e mais anos) era de 55,3%. A taxa de emprego masculina era de 60,5% e a taxa de emprego feminina de 50,8% e ambas aumentaram de forma praticamente equivalente relativamente a 2018. A taxa de emprego masculina diminuiu mais do que a feminina, entre 2009 e 2013, mas depois, e ao contrário do que se verificou relativamente ao número de empregados, cresceu mais. Em 2019, ambas tinham ultrapassado já o valor registado em 2011.

Figura 42. Taxa de Emprego por sexo



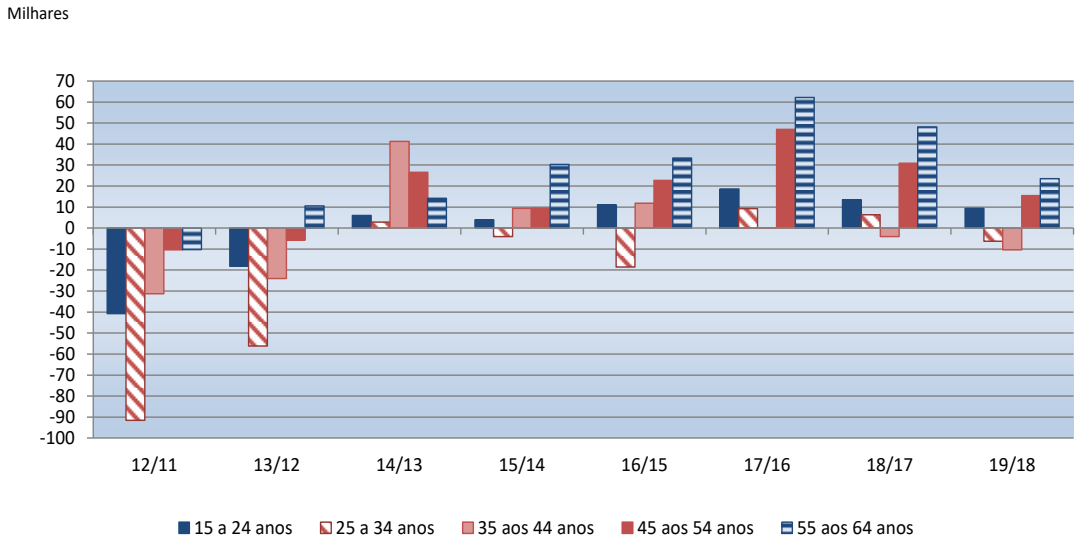
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

2.2.1.1 Emprego por escalões etários

Entre 2018 e 2019 a população empregada no Continente cresceu, em todos os escalões etários, excepto nos escalões dos 25 aos 34 anos e dos 35 aos 44 anos. O escalão em que o emprego mais cresceu, percentualmente, foi o dos 15 aos 24 anos (+3,3%), seguindo-se o escalão dos 65 e mais anos (+3,2%).

Nos escalões até aos 34 anos verificou-se um decréscimo acentuado do emprego entre 2011 e 2013 e, depois disso, foram também esses os escalões em que o emprego menos cresceu, sendo que no escalão dos 25 aos 34 anos esse crescimento só se verificou a partir de 2017.Já nos escalões mais velhos, o único escalão a registar decréscimos mais significativos, até 2013, foi o escalão dos 35 aos 44 anos. Em 2014, este foi o escalão que mais cresceu, mas depois esse crescimento foi-se atenuando e, nos dois últimos anos, o emprego neste escalão etário voltou a decrescer.

Figura 43. Variação da População Empregada por escalões etários 2011-2019



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

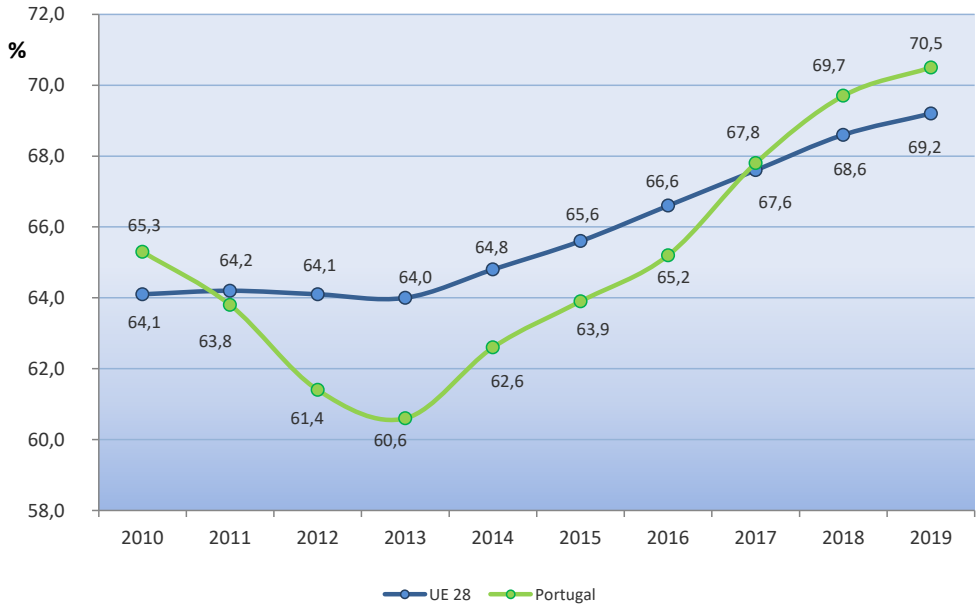
No escalão dos 45 aos 54 anos o emprego diminuiu apenas ligeiramente, até 2013 e depois cresceu sempre, embora menos expressivamente nos dois últimos anos. Já no escalão dos 55 aos 64 anos o emprego começou a crescer ainda em 2012 e, a partir de 2014 este é o escalão onde o emprego tem aumentado sempre mais.

Ao contrário do que se constata relativamente à população empregada, a taxa de emprego aumentou relativamente a todos os escalões etários, tendo crescido precisamente mais no escalão dos 35 aos 44 anos (1,2 p.p.) seguindo-se o escalão dos 55 aos 64 anos (+1,1%). O escalão etário em que a taxa menos cresceu foi o dos 25 aos 34 anos. Em 2019, em todos os escalões entre os 25 e os 64 anos a taxa de emprego situava-se bastante acima do valor registado em 2011.

2.1.1.2. Taxas de Emprego em Portugal e na União Europeia

Portugal evidenciou, ao longo da primeira década deste século, taxas de emprego sempre superiores às da média do conjunto de países da UE. Todavia, em 2011, verificou-se uma inversão desta situação, com a taxa de emprego portuguesa a fixar-se abaixo dos valores da média europeia.

Figura 44. Evolução da taxa de emprego



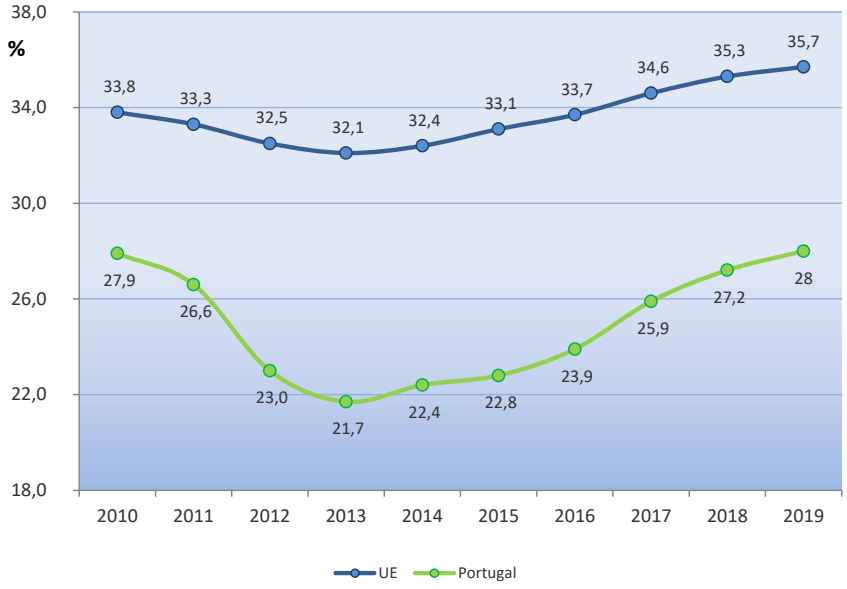
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Assim, a taxa de emprego em Portugal, que, na primeira década do século, atingira valores superiores à média europeia, decresceu progressivamente desde esse ano, tendo registado o valor mais baixo, do período em análise, em 2013 (60,6%), apesar de em 2017 ter subido 8 p.p. face a 2013. Quanto à taxa de emprego europeia, em 2011, esta foi superior à registada em Portugal, tendência que se manteve até 2016, pois em 2017, a taxa de emprego portuguesa ultrapassou em 0,2 p.p. a sua congénere europeia.

A evolução da taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos) apresenta algumas semelhanças com a evolução registada para a população em geral. Os valores médios da taxa de emprego dos jovens na UE têm apresentado alguma estabilidade, ao contrário dos valores relativos a Portugal que evidenciaram um decréscimo acentuado até 2013, apesar de terem iniciado uma trajectória ascendente desde então.

Com efeito, nos últimos anos, a taxa de emprego dos jovens portugueses tem vindo a aumentar progressivamente (28% em 2019), não obstante permanecer ainda distanciada da da média europeia (35,7%, em 2019).

Figura 45. Evolução da taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos)



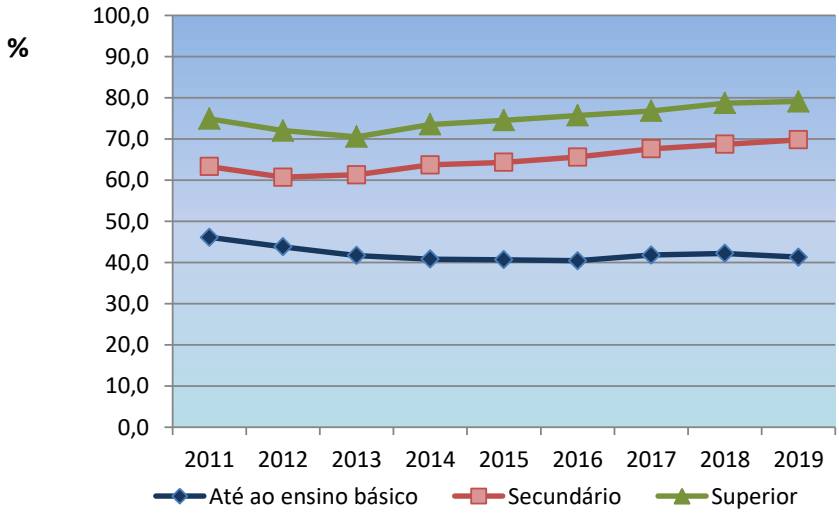
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

2.2.1.3. População empregada por níveis de escolaridade

Em 2019, no Continente, a população empregada com o ensino básico constituía 42,8% do total. O peso da população empregada com o ensino secundário e superior era praticamente equivalente (28,8% e 28,4%, respectivamente).

Entre 2018 e 2019 o número de pessoas empregadas com o ensino básico diminuiu em 5%, bastante mais do que no ano anterior, tendo a população empregada com o ensino secundário e superior aumentado em cerca de 5,6%.

Figura 46. Taxas de emprego por nível de escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

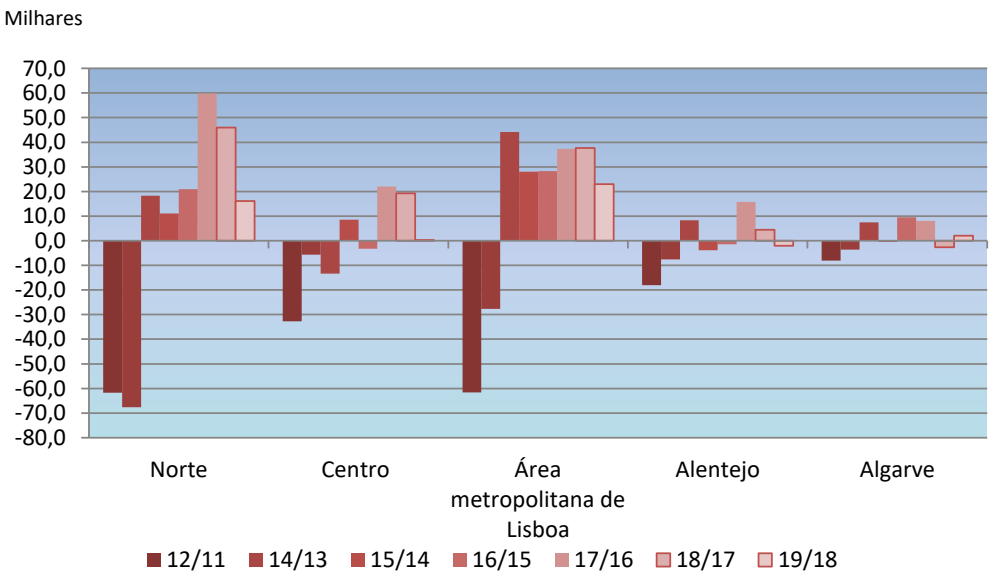
Em 2019, a taxa de emprego dos indivíduos que possuíam o ensino básico era 41,3%, tendo diminuído ligeiramente relativamente a 2018. A taxa de emprego dos indivíduos com o ensino secundário de era 69,8% e registou, no último ano, um aumento de 1,1 p.p. A taxa de emprego dos indivíduos com o ensino superior que era 79,1% e cresceu 0,4 p.p.

A taxa de emprego dos indivíduos que possuíam o ensino básico decresceu, entre 2011 e 2016, e depois aumentou mas apenas ligeiramente. Assim, em 2019, era 4,8 p.p. mais baixa do que em 2011. Já a taxa de emprego dos indivíduos com o ensino secundário não registou praticamente decréscimos, tendo aumentado em 6,5 p.p. entre 2011 e 2019. A taxa de emprego dos indivíduos com o ensino superior diminuiu, até 2013, e depois aumentou, consideravelmente, entre 2013 e 2014, e depois em cerca de 1 p.p. por ano. Em 2019 registava um valor 4,2 p.p. superior ao verificado em 2011.

Em 2019, a taxa de emprego masculina era superior à feminina em todos os níveis de escolaridade, com uma diferença tanto menos acentuada quanto mais elevado o nível de habilitações. Assim, relativamente à população empregada com o ensino básico a diferença era de 16,7 p.p., enquanto que no que se refere à população empregada com o ensino superior era de apenas 2,1 p.p. tendo-se contudo acentuado, relativamente ao ano anterior, ao contrário do que se verificou para os níveis de habilitações mais baixos.

2.2.1.4. Emprego por regiões

Figura 47. Variação do emprego por regiões do Continente -2011-2019



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

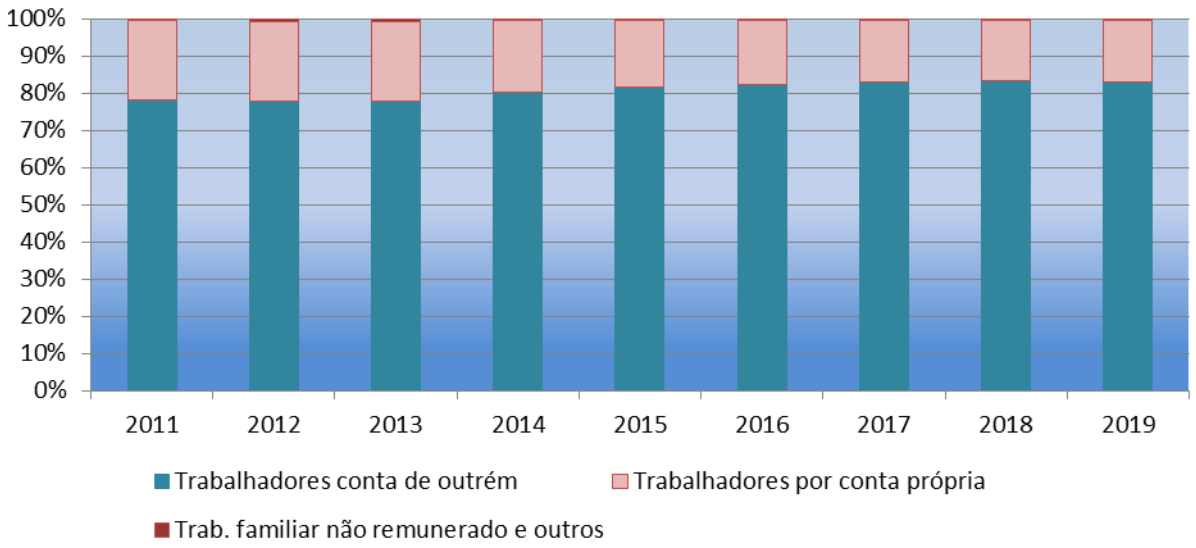
Em 2019, o Norte continuava a ser região com a maior percentagem da população empregada no Continente (36,7%), seguindo-se a Área metropolitana de Lisboa (28,5%) e a região Centro (23,4%). O Alentejo concentrava 6,8% da população empregada e o Algarve 4,5%. Relativamente ao ano anterior, a população empregada cresceu no Norte (0,9%), no Algarve (1%) e, sobretudo, em Lisboa (1,8%). O Centro não registou qualquer crescimento e no Alentejo a população empregada diminuiu (0,7%). Em todas as regiões onde o emprego aumentou, esse aumento foi menor do que no ano anterior excepto no Algarve, onde o emprego tinha diminuído entre 2017 e 2018.

O emprego diminuiu em todas as regiões entre 2011 e 2013 e, no Centro e no Alentejo, só cresceu de forma continuada, entre 2016 e 2018. Em 2019, nessas duas regiões e sobretudo no Alentejo, o número de pessoas empregadas era ainda inferior a 2011.

2.2.1.5. População empregada por situação na profissão

No Continente, em 2019, cerca de 3.882,5 mil indivíduos trabalhavam por conta de outrem, representando 83,1% do total de empregados, 771,2 mil trabalhavam por conta própria, constituindo 16,5% do total e 16,7 mil eram trabalhadores familiares não remunerados. Cerca de 70,4% dos trabalhadores por conta própria (TCP) trabalhavam isoladamente.

Figura 48. Evolução da População Empregada por situação na profissão



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2018 e 2019, o número de trabalhadores por conta de outrem (TCO) aumentou em 0,6% (cerca de 22,9 mil pessoas), tendo o número de trabalhadores por conta de outrem (TCP) crescido bastante mais

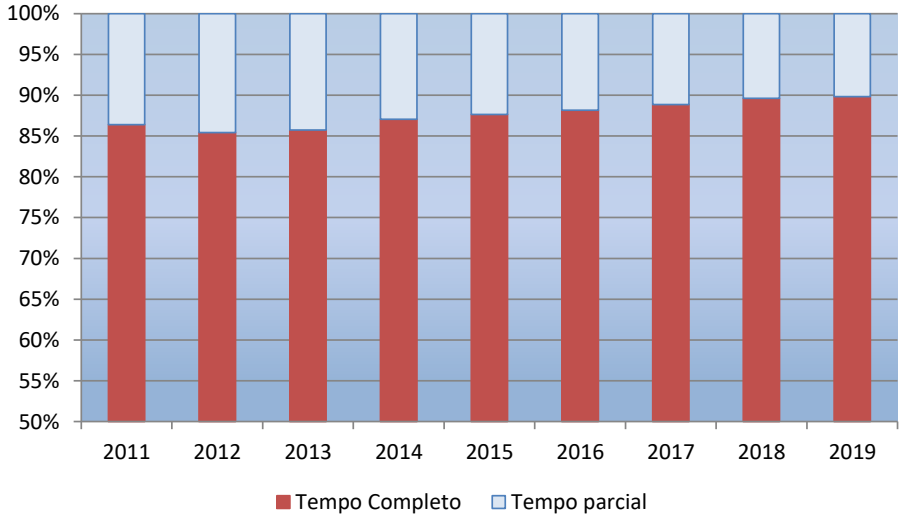
(2,5%, ou seja, +18,5 mil indivíduos), sobretudo no que se refere aos TCP que trabalhavam isolados (+16,4 mil pessoas.)

Entre 2011 e 2013, o número de empregados diminuiu de forma equilibrada relativamente quer aos TCO quer aos TCP, pelo que o peso de cada categoria no total de empregados se manteve. A partir daí, contudo, e até 2017, o número de TCO aumentou e o número de TCP diminuiu, pelo que o peso dos TCO cresceu. Nos dois últimos anos, também os TCP começaram a aumentar e a percentagem de cada uma das categorias no total de empregados estabilizou novamente.

2.2.1.6. População empregada por tempo de duração de trabalho

Em 2019, no Continente a população empregada a tempo completo totalizava 4.194,5 mil pessoas, representando 89,8% do total e cresceu 1,1% relativamente ao ano anterior (+43,8 mil pessoas), um aumento bastante inferior ao verificado no ano anterior. Os homens que trabalhavam a tempo inteiro constituíam 52,1% do total e aumentaram mais do que as mulheres relativamente a 2018. A população empregada a tempo parcial diminuiu em 0,9% (menos 4,5 mil indivíduos) entre 2018 e 2019 ou seja, também bastante menos do que no ano anterior, mas o número de mulheres nesta categoria cresceu em 9,7 mil.

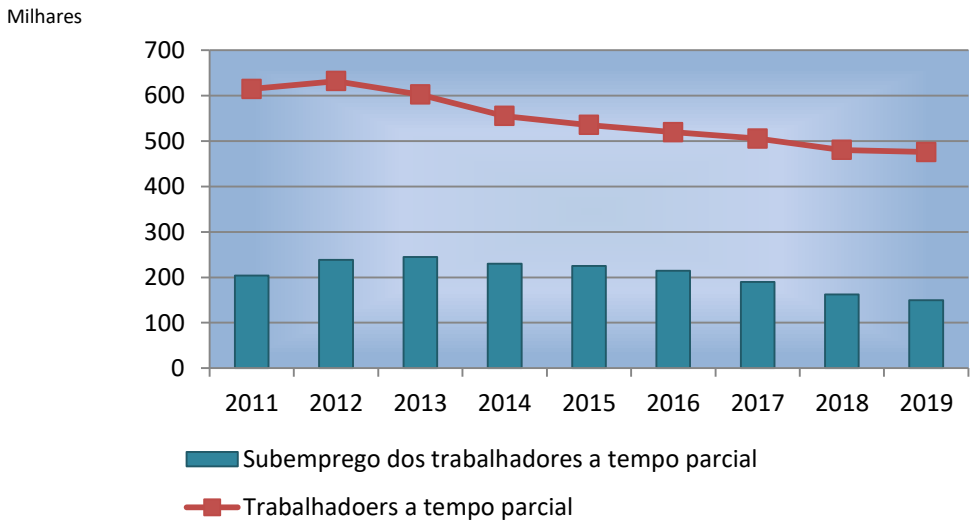
Figura 49. Percentagem da população empregada por tempo de duração do trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A população empregada a tempo completo começou a aumentar a partir de 2013, e o seu peso no total do emprego cresceu em 3,4 p.p. entre 2011 e 2019 já que a população empregada a tempo parcial diminuiu sempre, ao longo da série. Os homens constituíram sempre a maioria dos trabalhadores a tempo completo e as mulheres a maioria dos rabalhadores a tempo parcial.

Figura 50. Evolução do emprego a tempo parcial e do subemprego a tempo parcial 2011-2019



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2019, no Continente, das 475,9 mil pessoas que trabalhavam a tempo parcial, 31,5%, (cerca de 150 mil), estavam disponíveis para trabalhar mais horas, ou seja, estavam numa situação de subemprego. 68,6% destes subempregados eram mulheres. O número de trabalhadores subempregados diminuiu em 7,7%, (cerca de 12,5 mil indivíduos) entre 2018 e 2019.

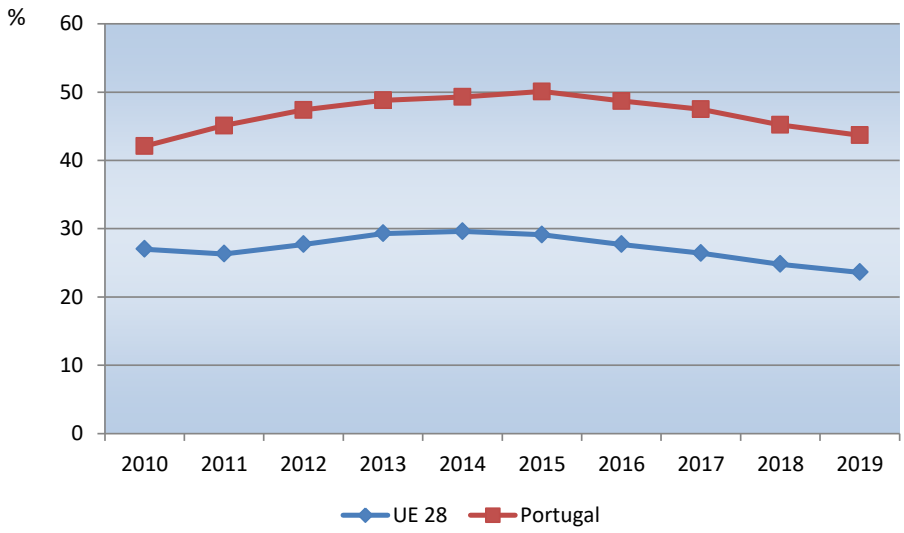
O número de trabalhadores a tempo parcial que estava subempregado cresceu entre 2011 e 2013, e depois decresceu sempre, tendo diminuído 26,5% entre 2011 e 2019, mais acentuadamente, portanto, do que o total dos trabalhadores a tempo parcial, que decresceu 22,6% no mesmo período.

Percentagem da população subempregada no total da população empregada a tempo parcial em Portugal e na UE 28

Analisando a percentagem de pessoas empregada a tempo parcial (15 aos 64 anos) em situação de subemprego[18] em **Portugal** e na média dos países da União Europeia entre 2010 e 2019 constata-se que essa percentagem se manteve sempre muito mais elevada em Portugal, tendo essa diferença aumentado, ao longo da série. De facto, na UE 28 essa percentagem só registou um ligeiro crescimento entre 2011 e 2014 e, em 2019, era bastante mais baixa do que em 2010, enquanto em Portugal, essa percentagem cresceu de forma bastante acentuada até 2015 e, embora nos dois últimos anos tenha decrescido mais acentuadamente do que na média dos países da UE, em 2019, registava ainda um valor superior ao verificado no início da série.

[18] Na designação do EUROSTAT: "Emprego a tempo parcial involuntário".

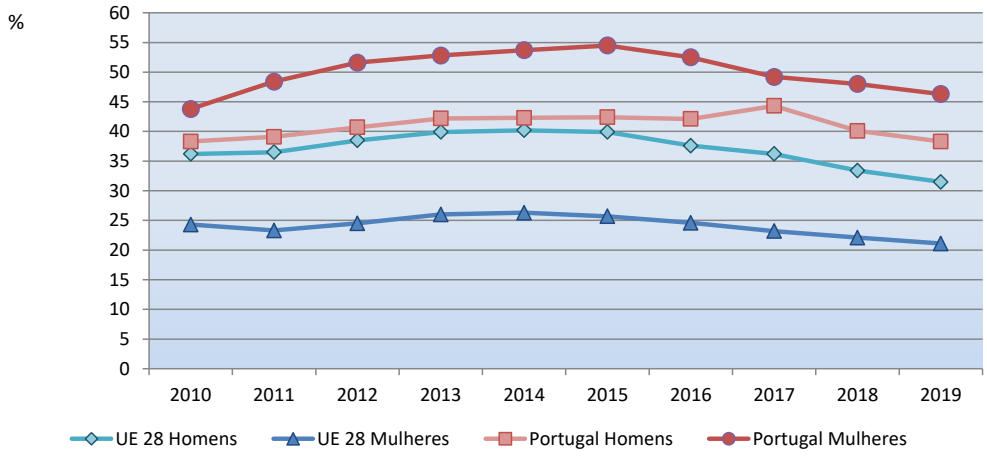
Figura 51. Percentagem de pessoas empregadas em situação de subemprego no total das pessoas empregadas a tempo parcial (15 aos 64 anos)



Fonte: EUROSTAT, Labour Force Survey

No que se refere às diferenças entre sexos, em Portugal a evolução da percentagem de homens em situação de subemprego foi muito semelhante à verificada na UE a 28, exceptuando o ano de 2017, em que, ao contrário do que aconteceu na EU 28, essa percentagem aumentou, em Portugal.

Figura 52. Percentagem de pessoas empregadas em situação de subemprego no total das pessoas empregadas a tempo parcial por sexo



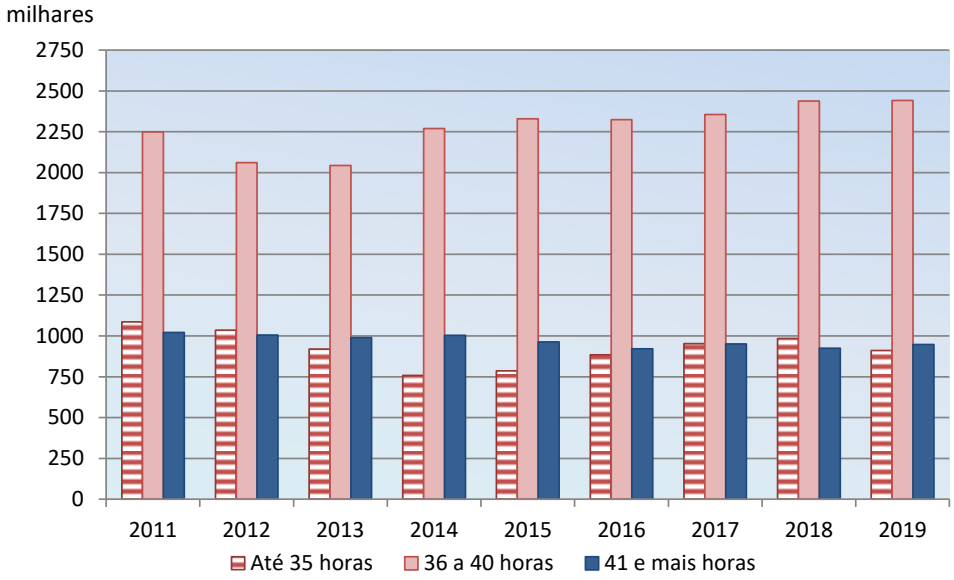
Fonte: EUROSTAT, Labour Force Survey

Por outro lado, no que se refere à percentagem mulheres em situação de subemprego, enquanto na EU esta se manteve cerca de 10 p.p. inferior à dos homens, tendo aumentado menos, entre 2011 e 2014, em Portugal, essa percentagem foi sempre superior à dos homens, tendo aumentado bastante mais até 2015.

- *Por escalão de duração semanal de trabalho*

No Continente, em 2019, 52,3% da população empregada trabalhava habitualmente entre 36 a 40 horas, 20,3% trabalhavam habitualmente 41 e mais horas e 19,5%, até 35 horas. Entre 2018 e 2019, o número de indivíduos que trabalhavam 41 e mais horas cresceu 2,4% devido, sobretudo, ao aumento do número de mulheres, que no entanto são minoritárias nesta categoria. Já a categoria do que trabalhavam entre 36 a 40 horas aumentou apenas ligeiramente, e devido ao crescimento no número de homens (52% desta categoria). O número dos que trabalhavam até 35 horas decresceu, sendo que esse decréscimo se registou apenas na subcategoria do que trabalhavam entre 1 a 10 horas. Nesta categoria as mulheres eram maioritárias (61,6%) mas diminuíram mais.

Figura 53. População empregada por escalão de duração semanal habitual de trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

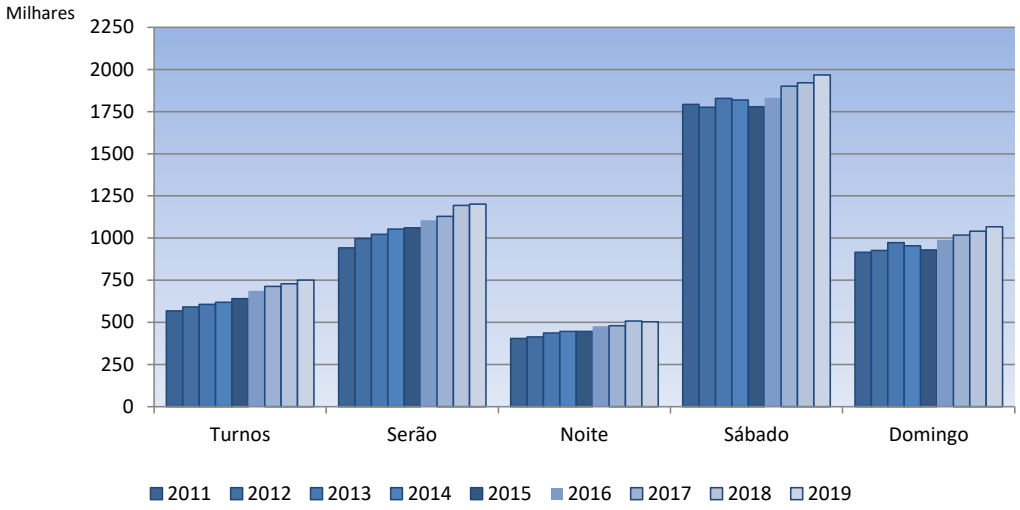
Entre 2011 e 2013, o emprego decresceu em todas as categorias de duração habitual de trabalho mas o peso das categorias dos que trabalhavam 41 e mais horas aumentou tendo a partir daí diminuído, à medida que aumentava o peso dos que trabalhavam até 35 horas. O peso dos trabalhavam entre 36 e 40 horas cresceu significativamente, entre 2013 e 2014, e depois manteve-se estável. Em 2019, esta era pois a única categoria cujo peso tinha crescido, relativamente a 2011.

Analisando, de forma mais detalhada, os indivíduos que trabalham habitualmente até 35 horas, entre 2011 e 2019, a única subcategoria que cresceu foi a dos que trabalhavam entre 31 e 35 horas. As restantes duas subcategorias diminuíram acentuadamente, designadamente a subcategoria dos que trabalhavam entre 1 a 10 horas (-41,1%).

- *Por tipo de horário de trabalho*

Em 2019, 42,1% da população empregada no Continente trabalhava ao sábado, 25,7% trabalhava serões e 22,8% trabalhava ao domingo. Para além disso, 16,1% trabalhavam por turnos e 10,8% trabalhavam noites. Os restantes 44% da população empregada tinha horários de trabalho que não se incluíam em nenhum dos tipos anteriores. Esta última categoria e a dos que trabalhavam noites, foram as únicas em que o número de trabalhadores diminuiu entre 2018 e 2019. As categorias que mais cresceram foram a dos que trabalhavam por turnos (3,1%, ou seja +22,3 mil pessoas), a dos que trabalhavam ao sábado e a dos que trabalhavam ao domingo (2,5%, o que corresponde a +47,2 mil e 26,1 mil pessoas, respetivamente).

Figura 54. Emprego por tipo de horário de trabalho – turnos, serão, noite, sábado e domingo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

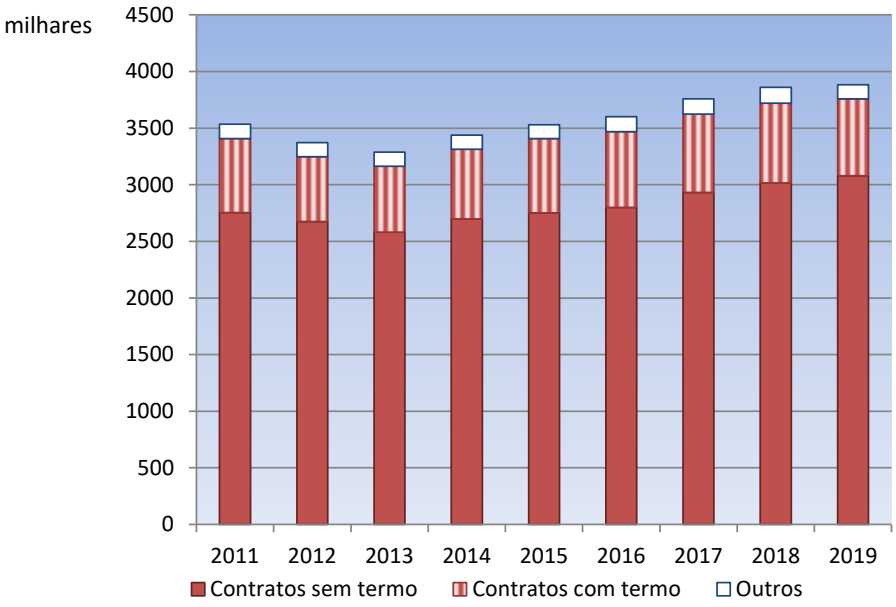
Entre 2011 e 2019 o número de trabalhadores aumentou relativamente a todas os tipos de horários de trabalho. As categorias que mais cresceram foram as do que trabalhavam por turnos e a dos que trabalhavam ao serão.

2.2.1.7. Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato

Em 2019, dos 3.882,5 mil indivíduos que trabalhavam por conta de outrem (TCO) no Continente, 79,3% (cerca de 3.080 mil indivíduos) tinham contratos sem termo, tendo o seu número aumentado em cerca de 65 mil, relativamente a 2018. Já os TCO com contratos a termo representavam 17,5% (674,5 mil pessoas)

e o seu número decresceu, relativamente ao ano anterior, em cerca de 27 mil indivíduos. Quanto aos TCO com outro tipo de contratos [19], estes constituíam 3,2%, ou seja, 124 ,1 mil pessoas e também diminuíram, em cerca de 16 mil.

Figura 55. TCO com contratos a termo e sem termo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2011 e 2019, os TCO aumentaram no que respeita a todos os tipos de contrato, excepto no que se refere aos "Outros tipos de contrato" que diminuíram ligeiramente. Os TCO com contratos sem termo começaram a aumentar em 2013, um ano depois dos TCO com contratos com termo e dos TCO com outro tipo de contratos, mas foram a categoria que mais cresceu (cerca de 12% entre 2011 e 2019). O conjunto dos contratados a termo e dos outros contratados aumentou em 2,7% no mesmo período.

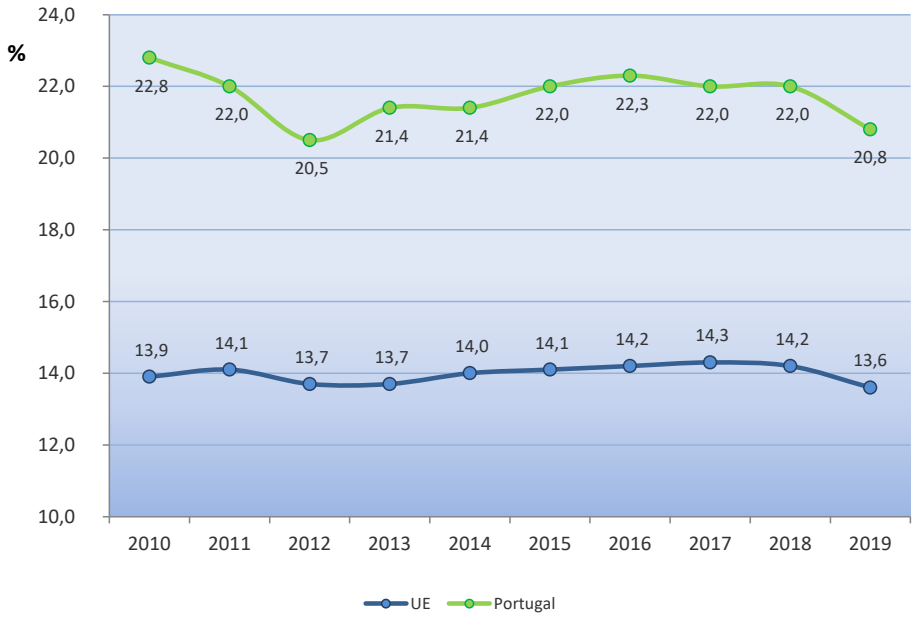
2.2.1.8. Contratos a Termo em Portugal e na União Europeia

No conjunto dos países da UE, a percentagem de contratos a termo tem permanecido estável ao longo da última década, apesar das inexpressivas quebras em 2012 e 2013. Assim, não obstante ligeiras oscilações, a percentagem de contratos a termo no emprego total tem vindo a situar-se em valores próximos de 14% entre 2010 e 2019.

[19] Incluem contratos sazonais, ocasionais e de prestação de serviços.

Em Portugal, a percentagem de contratos a termo no emprego total, tem registado um comportamento semelhante, oscilando entre 20,5% e 22%, apesar do valor mais elevado do período em análise se ter verificado em 2010 (22,8%).

Figura 56. Contratos a termo (% no emprego total)



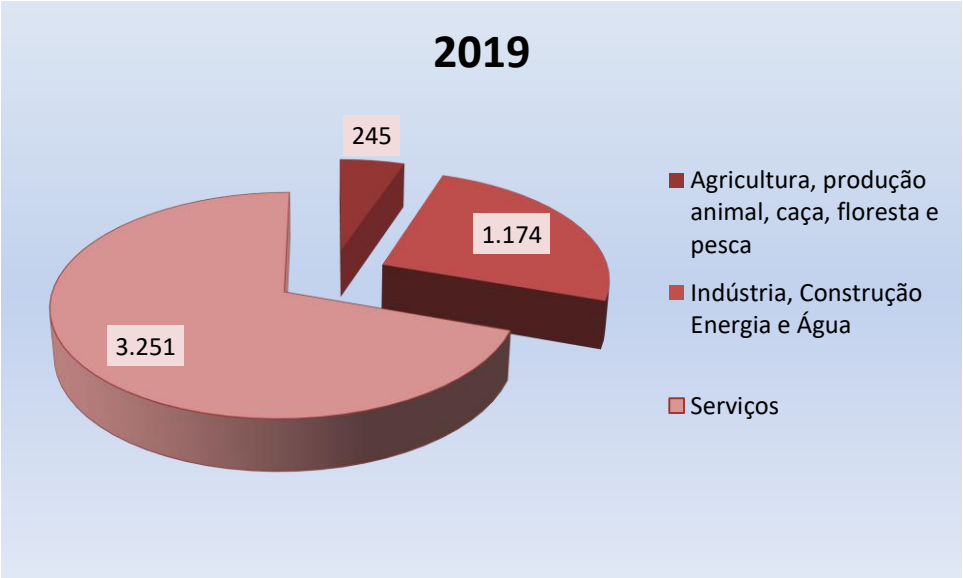
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Com efeito, os contratos a termo em Portugal continuam a apresentar uma diferença significativa relativamente aos valores registados na média dos 28 países da UE, que, desde o início da série em análise, tem vindo a oscilar em torno dos 14%, o que corresponde, em média a cerca de 8 p.p. abaixo do valor observado para Portugal.

2.2.1.9. População empregada por sectores de atividade

Em 2019, 69,6% das pessoas empregadas no Continente, ou seja, cerca de 3.251 mil indivíduos trabalhavam na área dos *Serviços*, 25,1% (1.174,4 mil) trabalhavam na *Indústria, construção, energia e água*.

Figura 57. Emprego por grandes sectores de actividade



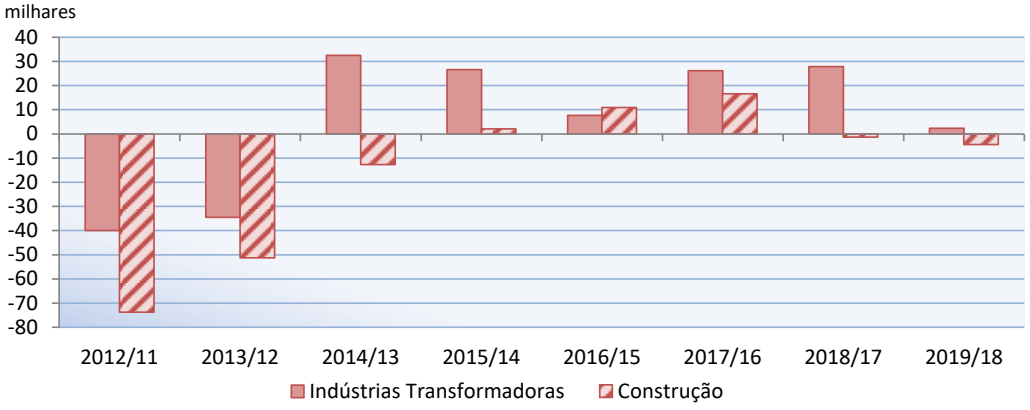
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2018 e 2019, o emprego apenas cresceu na área dos *Serviços*, tendo aumentado em cerca de 69,6 mil pessoas (2%). De facto, na *Indústria, construção, energia e água* não se registou qualquer aumento e na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* o emprego diminuiu em 9% (-24,1 mil indivíduos).

Entre 2011 e 2019, o peso do emprego no sector dos *Serviços* aumentou em 7 p.p., tendo decrescido nas outras grandes áreas de actividade, 2,2 p.p. na I*ndústria, construção, energia e água* decrescia e quase 5 p.p. na A*gricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.* Houve, pois, ao longo da série, um acréscimo de 425,6 mil indivíduos empregados nos Serviços e um decréscimo de cerca de 58,9 mil na *Indústria, construção, energia e água* e de 212, 1 mil no sector primário.

No que respeita aos sectores mais significativos em termos de emprego da *Indústria, construção, energia e água*, entre 2018 e 2019, o sector das Indústrias Transformadoras registou um crescimento de apenas 0,3%, (+2,4 mil trabalhadores) e o sector da *Construção* um decréscimo de 1,5% (-4,5 mil). Entre 2011 e 2013 ambos estes sectores sofreram um decréscimo acentuado de trabalhadores, decréscimo que, no caso da C*onstrução* se prolongou até 2014. Entre 2014 e 2019 o emprego aumentou sempre, *nas Indústrias Transformadoras.* Na Construção, contudo, voltou a diminuir nos dois últimos anos, embora de forma ligeira. Deste modo, em 2019, as *Industrias Transformadoras* registavam mais 48,9 mil trabalhadores do que em 2011, enquanto a Construção contabilizava menos 114,2 mil.

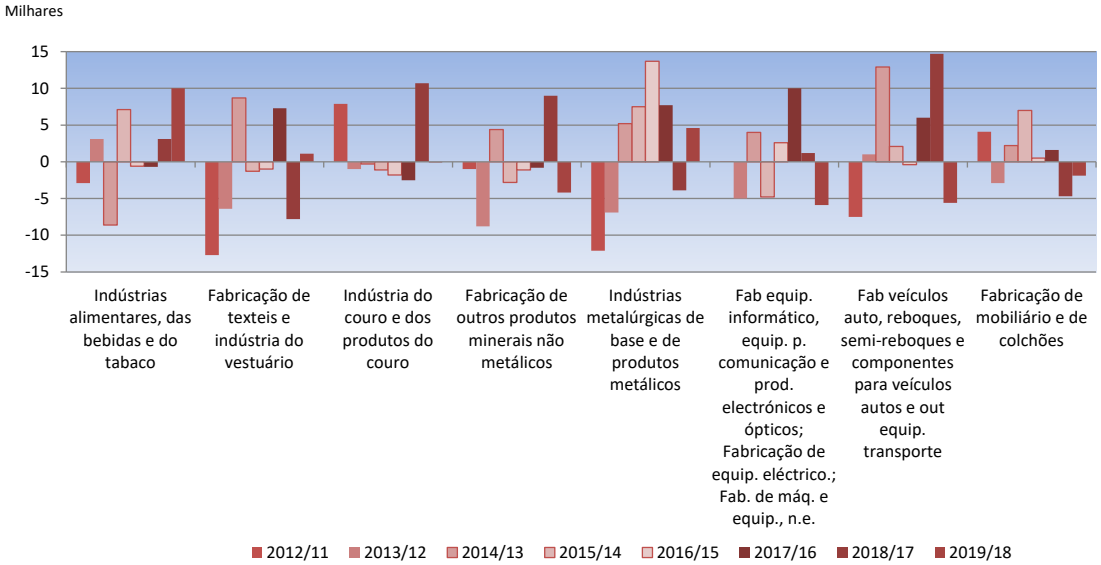
Figura 58. Variação do emprego nas Indústrias Transformadoras e na Construção



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Analisando os subsectores das *Indústrias Transformadoras* mais representativos em termos de emprego no Continente constata-se que, entre 2018 e 2019, o emprego aumentou apenas nos subsectores *das Industrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (+10 mil indivíduos) e das I*ndústrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos* (+4, 6 mil). Em todos os restantes subsectores com mais peso no emprego, o número de trabalhadores diminuiu, tendo decrescido mais significativamente no subsector da *Fabricação de equipamento informático, equipamento para comunicação e produtos electrónicos e ópticos; Fabricação de equipamento eléctrico.; Fabricação de máquinas e equipamentos n.e.* (-5,9 mil trabalhadores), no subsector da F*abricação de veículos automóveis, reboques, semireboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (-5,6 mil) e no da *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* (-4,2 mil), dois subsectores que tinham registado aumentos com algum significado no ano anterior.

Figura 59. Variação do emprego por subsectores das Indústrias Transformadoras 2011-2019

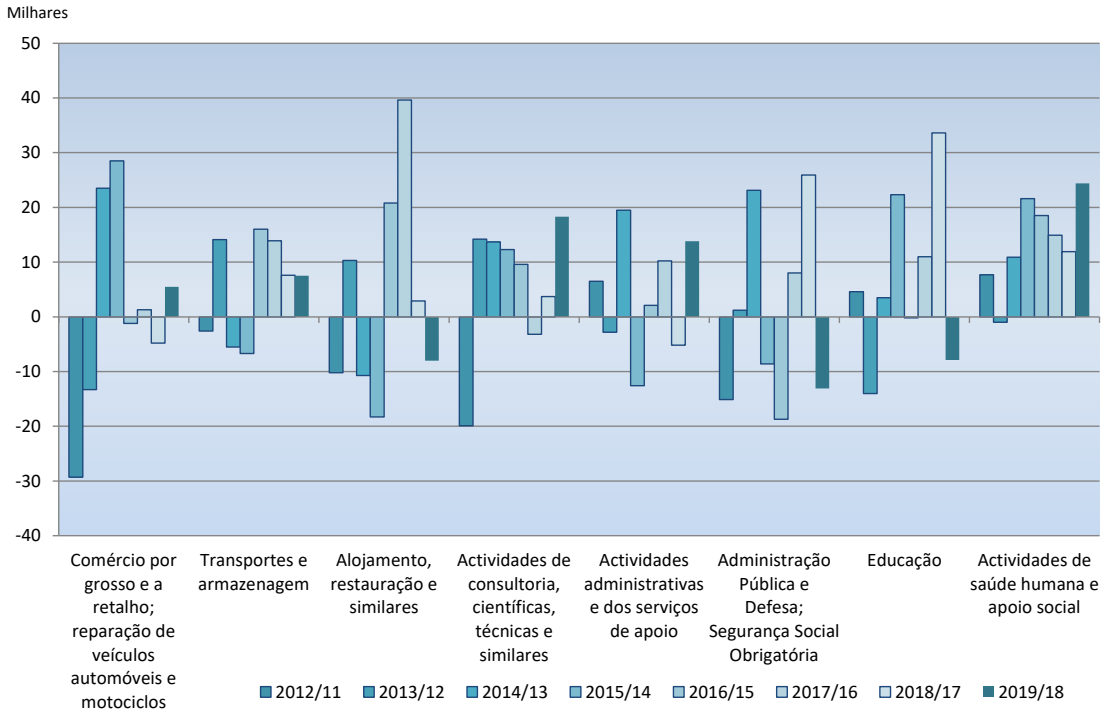


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2011 e 2019, o emprego aumentou em todos os subsectores mais significativos *da Industria Transformadora* excepto na *Fabricação de texteis e indústria do vestuário*, que registava em 2019, menos cerca de 12 mil trabalhadores do que início da série e na *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* (-5,3 mil). Os subsectores onde o emprego mais cresceu, nesse período, foram o da F*abricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (+23,2 mil pessoas),o das I*ndústrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos,* (15,8 mil pessoas), a *Indústria do couro e dos produtos do couro* (+11,8 mil pessoas) e as *Industrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (+10,5 mil), após o aumento do último ano.

No que se refere aos sectores mais representativos dos *Serviços,* entre 2018 e 2019, no Continente, os sectores que mais cresceram foram as *Atividades de saúde humana e apoio social* (+24,4 mil pessoas), as *Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (+18,3 mil) e as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*. Por outro lado, o emprego diminuiu nos sectores da *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória* (-13,1 mil pessoas) e da *Educação* (-7,9 mil), sectores onde se tinham verificado aumentos significativos no ano anterior, bem como no sector do *Alojamento, restauração e similares* (-8 mil pessoas).

Figura 60. Variação do emprego nos serviços 2011-2019



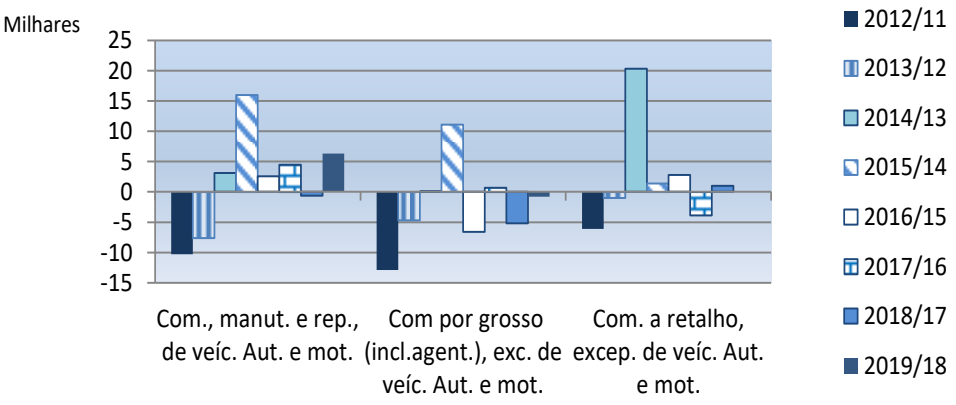
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2019, em todos os sectores mais significativos dos *Serviços,* o número de trabalhadores tinha ultrapassado já o valor registado em 2011. Assim, as *Atividades de saúde humana e apoio social,* tinham mais 109,9 mil pessoas, a Educação mais 52,9 mil, as *Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* mais 48,7 mil e os *Transportes e armazenagem* mais 44,3 mil.

Detalhando a evolução do emprego no sector do *Comércio* por subsectores, o único subsector onde o emprego cresceu, entre 2018 e 2019, foi o do *Comércio manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos* (+6,3 mil indivíduos)

Entre 2011 e 2019, o subsector do *Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos* registou um aumento de 14 mil trabalhadores, devido sobretudo ao aumento verificado entre 2013 e 2014. No subsector do *Comércio por grosso* o emprego decresceu em 18 mil, nesse mesmo período, tendo registado um único acréscimo significativo entre 2014 e 2015. Já no subsector do *Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos* o emprego praticamente nunca diminuiu e o aumento, ao logo da série, foi de 14,5 mil pessoas.

Figura 61. Variação do emprego nos subsectores do comércio - 2011-2019



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

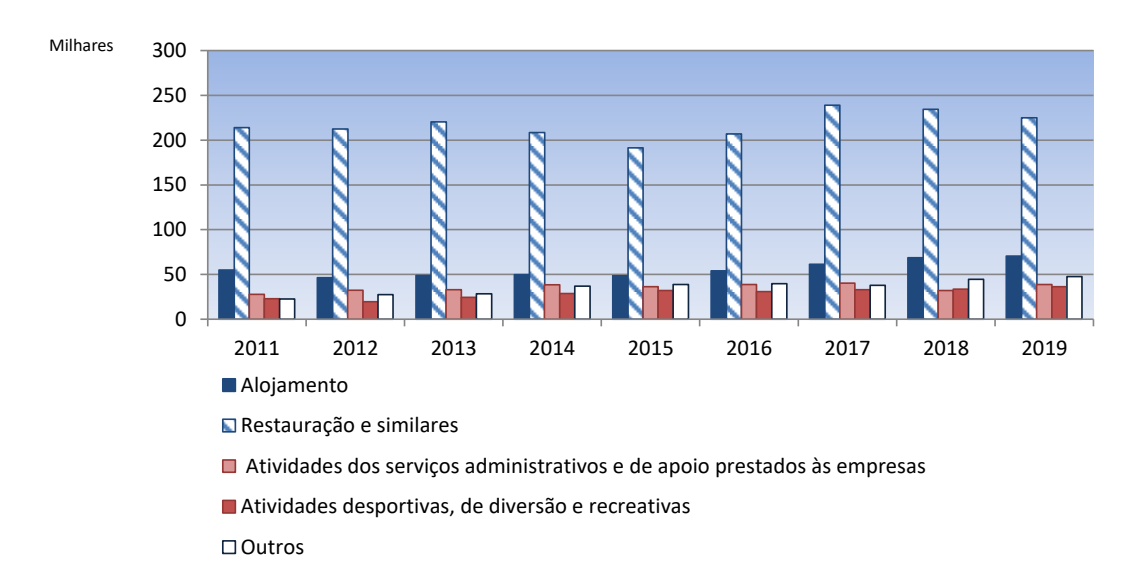
No sector das *Atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares* os subsectores em o emprego mais cresceu, entre 2018 e 2019, foram o das *Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas* (+9,3 mil pessoas) e o das *Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (+5,2 mil pessoas). Estes foram também os sectores que mais cresceram desde 2011, (+ 12 mil e 10,2 mil indivíduos, respectivamente) juntamente com o sector das *Atividades jurídicas e de contabilidade* (+15,6 mil).

EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO

Embora uma parte substancial (70,7%) das atividades do Turismo se enquadre no sector do *Alojamento e restauração*, há um conjunto de outras atividades, classificadas, segundo a CAE, noutros sectores de atividade, mas igualmente relacionadas com o Turismo, como por exemplo: os *Transportes aéreos*; as *atividades de aluguer* e as *atividades das agências de viagem, operadores turísticos*, etc. [20]

Tal como em relatórios anteriores, procurou-se analisar a evolução do emprego no conjunto de atividades consideradas como relacionadas com esse sector, constatando-se que estas empregavam, no Continente, em 2019, cerca de 417,8 mil pessoas, constituindo 8,9% do total do emprego. Entre 2018 e 2019, o emprego neste conjunto de actividades aumentou 1,1%, um acréscimo superior ao registado no ano anterior. O subsector *restauração e similares* representava 53,8% do emprego nestas atividades, seguindo-se o subsector do *Alojamento* (16,9%), o das *Atividades dos serviços administrativos e de apoio prestados às empresas* (9.2%) e o das *Atividades desportivas, de diversão e recreativas* (8,7%). Destes, o que amentou mais, entre 2018 e 2019, foi o subsector das *Atividades dos serviços administrativos e de apoio prestados às empresas* (+6,5 mil pessoas). De todos os subsectores de actividade relacionados com o Turismo o subsector da *restauração* foi o único que registou um decréscimo significativo relativamente ao ano anterior (-9.6 mil indivíduos).

Figura 62. Evolução do emprego nas atividades relacionadas com o Turismo – 2011-2019



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

[20] As atividades classificadas como "relacionadas com o Turismo" consideradas no relatório deste ano não incluem, como em 2016, a área da saúde humana e apoio social, uma vez que, este sector não consta da "Conta Satélite do Turismo".

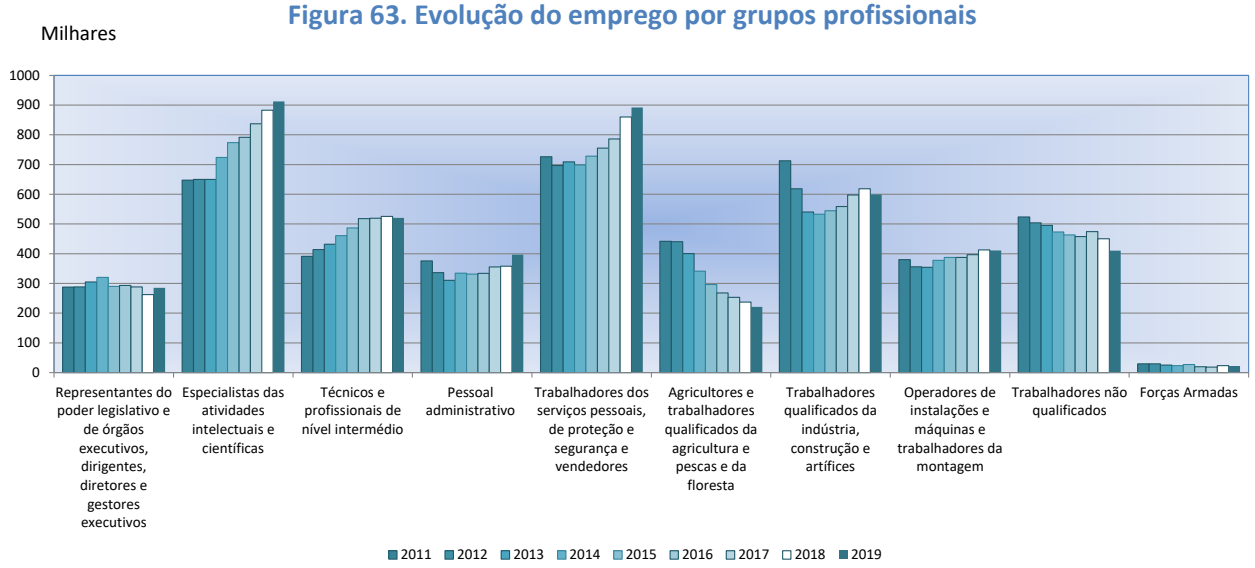
Relativamente a 2011, o emprego aumentou em todos os subsectores deste conjunto de actividades: no *Alojamento e similares* e nas *Atividades desportivas, de diversão e recreativas,* a partir de 2013, esse crescimento foi constante; nas *Atividades dos serviços administrativos e de apoio prestados às empresas* houve um único decréscimo, em 2018 mas, no subsector da *restauração e similares* o emprego cresceu, em 2013, depois diminuiu novamente, até 2015 e voltou a aumentar, até 2017, para tornar a decrescer, nos dois últimos anos.

2.2.1.10. População empregada por grupos profissionais

Em 2019, no Continente, os grupos profissionais mais representativos em termos da população empregada continuavam a ser os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, que representavam 19,5% do total de empregados; o grupo dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (19,1%) e o grupo dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (12,8%).

Entre 2018 e 2019, o grupo que mais cresceu foi o do *Pessoal administrativo* (+38,6 mil indivíduos) e depois o dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (+32, 1 mil) e o dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* (+29,8 mil). Em todos os outros grupos profissionais, excepto no dos *Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos,* o emprego diminuiu relativamente ao ano anterior. No grupo dos *Trabalhadores não qualificados* decresceu em 40 mil pessoas e no dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* em 19,4 mil.

Figura 63. Evolução do emprego por grupos profissionais



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Como facilmente se observa o peso dos diferentes grupos profissionais no emprego alterou-se significativamente desde 2011. O grupo dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas, o* dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores e* dos *Técnicos e profissionais de nível intermédio,* cresceram acentuadamente e de forma sistemática. Nos grupos do *Pessoal administrativo* e dos *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem* o emprego também tem crescido embora mais modestamente. Por outro lado, nos grupos dos *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pescas e floresta* e o dos *Trabalhadores não Qualificados* o emprego tem diminuído fortemente. No grupo dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* o emprego também decresceu consideravelmente, até 2014.

2.2.2. Emprego nas administrações públicas

2.2.2.1. Postos de trabalho nas administrações públicas

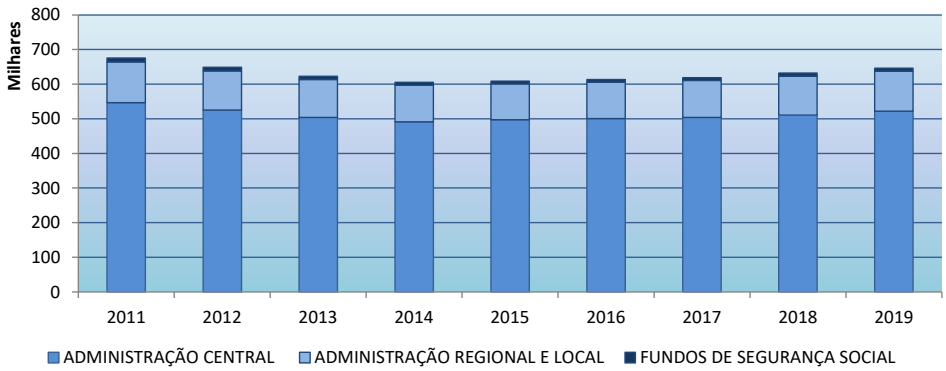
Segundo os dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em dezembro de 2019, no Continente, havia 646,1 mil postos de trabalho ocupados[21] nas administrações públicas, mais cerca de 14 mil que em 2018. Cerca de 61% desses postos de trabalho eram ocupados por mulheres. Estas aumentaram em 12,2 mil relativamente ao ano anterior, enquanto os homens cresceram em apenas 1,8 mil.

O número de postos de trabalho ocupados nas administrações públicas diminuiu fortemente, entre 2011 e 2014, tendo depois crescido sempre, mas de forma moderada. Assim, em 2019 havia ainda menos cerca de 29 mil postos de trabalho ocupados do que no início da série. Os postos de trabalho ocupados por homens decresceram mais, até 2014, e cresceram menos, a partir daí. Deste modo, entre 2011 e 2019, os postos de trabalho ocupados por homens diminuíram em 25,6 mil enquanto os postos de trabalho ocupados por mulheres decresceram em 3,5 mil.

O peso dos postos de trabalho relativos à administração central, à administração regional e local e aos fundos da segurança social no total não se alterou, relativamente a 2018. O número de postos de trabalho na administração central cresceu percentualmente mais (2,3%) do que na administração regional e local (1,9%). Nos fundos da segurança social aumentou em 3%.

[21] A DGAEP publica dados relativos a postos de trabalho ocupados. Alguns postos de trabalho podem ser ocupados por mais do que uma pessoa e, por outro lado, designadamente nos sectores da educação e da saúde humana, a mesma pessoa pode ocupar mais do que um posto de trabalho.

Figura 64. Postos de trabalho nas Administrações Públicas



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre 2011 e 2019, o número de postos de trabalho na administração central decresceu em 4,5% (-24,6mil), na administração regional e local diminuiu em 2,6% (-2,2 mil) e nos fundos da segurança social em cerca de 1,8% (-1,7 mil).

- ***Por escalões etários***

Se considerarmos o emprego nas administrações públicas por escalões etários constata-se que, em 2018[22], 32,7% dos postos de trabalho eram ocupados por pessoas com *entre 45 e 54 anos*, e 26,5% por indivíduos *entre os 55 aos 64 anos,* tendo o peso deste escalão etário ultrapassado o dos *35 aos 44 anos,* que representavam 26,1%. Os postos de trabalho ocupados por indivíduos *até aos 34 anos* constituíam 12,3%. Entre 2017 e 2018, o número de postos de trabalho ocupados só cresceu relativamente aos escalões etários acima dos 45 anos., tendo aumentado em 15,7 mil relativamente aos escalões dos *55 e mais anos*. O número de postos de trabalho ocupados por indivíduos *até aos 44 anos* decresceu em 4,5 mil, embora os postos de trabalho ocupados por indivíduos entre *os 15 e os 24 anos* tenham aumentado ligeiramente.

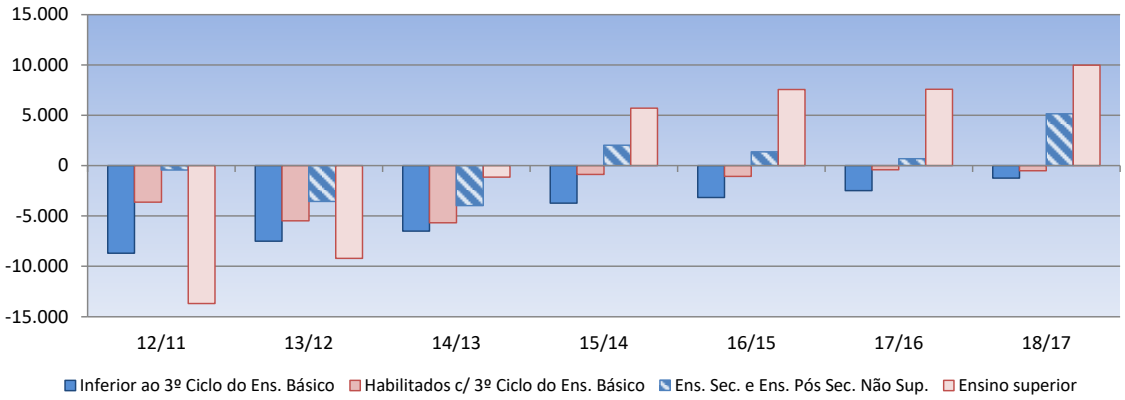
Entre 2011 e 2018, os únicos escalões etários que registaram aumentos no que se refere aos postos de trabalho ocupados foram os escalões dos *55 aos 64 anos* (+61%) e o escalão dos *65 e mais anos* (mais de 200%).Já os escalões *até aos 34 anos* decresceram em 45,7%.

[22] A informação relativa a 2019 que respeita ao emprego nas administrações públicas por sexos, níveis etários e níveis de habilitações não se encontra ainda disponível.

- ***Por níveis de escolaridade***

Em dezembro de 2018, no Continente, 53,3% dos postos de trabalho nas administrações públicas eram ocupados por trabalhadores com o ensino superior e 25,5% por trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário não superior. Os postos de trabalho ocupados por indivíduos com o 3º ciclo do ensino básico representavam 11,2% e 10% eram ocupados por indivíduos com menos que o 3º ciclo do ensino básico.

Figura 65. Variação dos postos de trabalho nas Administrações Públicas por níveis de habilitações 2011-2018



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Relativamente a 2017, o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino secundário ou mais aumentou (5,1 mil relativamente aos trabalhadores com o ensino secundário ou pós secundário e 10 mil no que se refere aos trabalhadores com o ensino superior). O número de postos de trabalho dos trabalhadores com habilitações mais baixas diminuiu em cerca de 1,7 mil postos de trabalho.

Entre 2011 e 2014, o número de postos de trabalho nas Administrações Públicas ocupados por trabalhadores com o ensino secundário ou mais diminuiu, tendo decrescido mais relativamente aos que possuíam o ensino superior e, a partir de 2014 cresceu, tendo também aumentado mais fortemente no que respeita aos trabalhadores com o ensino superior. Os postos de trabalho ocupados por trabalhadores de habilitações mais baixas decresceram sempre, ao longo da série, embora de forma progressivamente menos acentuada. Em 2018 havia, pois, mais 6,8 mil postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino superior do que em 2011, mais 1,1 mil postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino secundário ou pós secundário, menos cerca de 18 mil postos de trabalho ocupados por

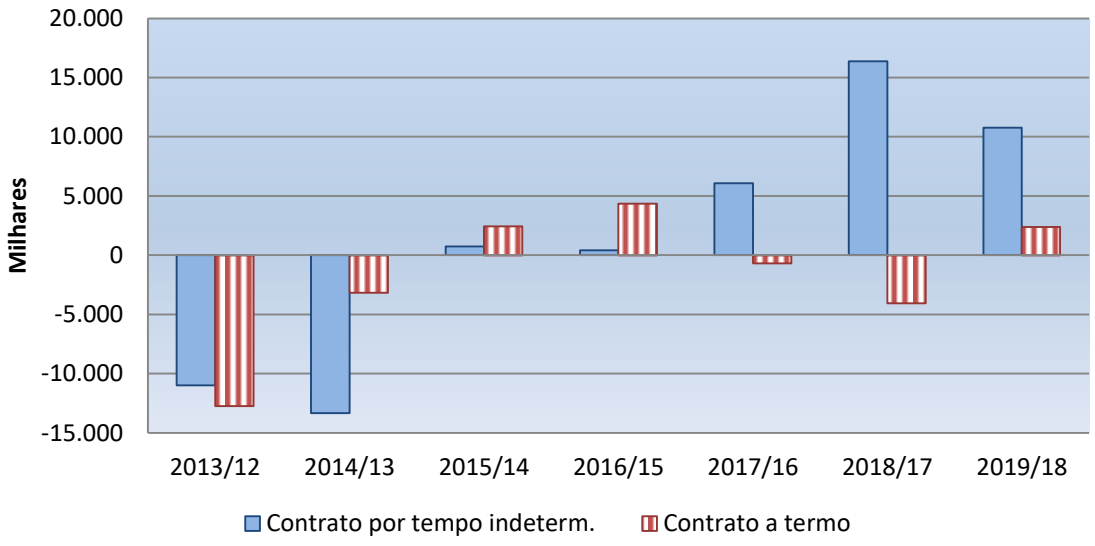
trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico e menos 33 mil postos de trabalho ocupados por trabalhadores com menos do que este nível de habilitações.

- ***Por tipo de vínculo***

Em dezembro de 2019, no Continente, 75,1% dos postos de trabalho das administrações públicas, ou seja, 485,5 mil, eram ocupados por indivíduos com contratos por tempo indeterminado e 10,8% (69,7 mil) por contratados a termo. Os postos de trabalho de indivíduos que tinham sido nomeados somavam 72,4 mil (11,2%) e os postos de trabalho que respeitavam a indivíduos em comissão de serviço, mandato ou cargos políticos 18,7 mil (2,9%).

Entre 2018 e 2019, o número de postos de trabalho ocupados aumentou relativamente a todas as categorias, sobretudo relativamente aos indivíduos com contratos por tempo indeterminado (+ 10,8 mil) e aos indivíduos com contratos a termo (+2,4 mil).

Figura 66. Postos de trabalho nas Administrações Públicas – evolução dos contratos a termo e sem termo



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre 2012 e 2014 o número de postos de trabalho diminuiu relativamente a todas as categorias, designadamente os ocupados por contratados por tempo indeterminado e os ocupados por contratados a termo. Nos anos seguintes, por outro lado, todas as categorias aumentaram, excepto os nomeados. Deste modo, em 2019, havia mais 10 mil postos de trabalho ocupados por contratados por tempo indeterminado do que em 2012, menos 11,5 mil ocupados por contratados a termo, menos 3,7 mil postos

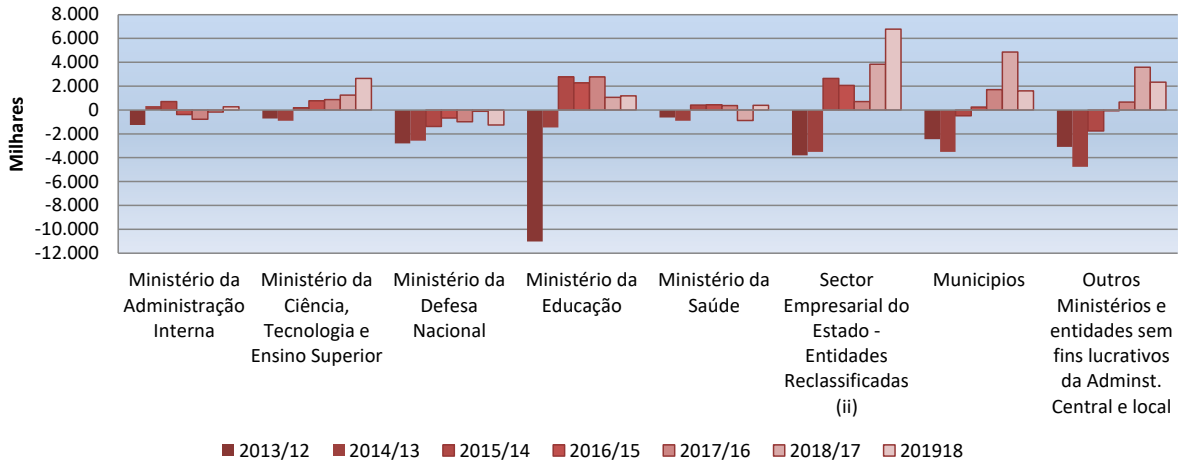
de trabalho ocupados por indivíduos nomeados e mais 2,5 mil ocupados por indivíduos em comissão de serviço, mandato ou cargos políticos.

- ***Por área governativa***

Segundo os dados da DGAEP, no Continente, em dezembro de 2019, na Administração central, a *Educação* concentrava 27,8% do total dos postos de trabalho, o *Sector empresarial do Estado – entidades reclassificadas*, 18,6%, *a Administração Interna*, 7,2%, a *Ciência tecnologia e ensino superior*, 6,7%, a *Defesa* 4,7% e a *Saúde* 4,6%.No que se refere à Administração Local os M*unicípio*s representavam 15,1% do total dos postos de trabalho nas Administrações Públicas.

Entre 2018 e 2019 o número de postos de trabalho ocupados aumentou relativamente à maioria das áreas governativas, com destaque para o *Sector empresarial do Estado – entidades reclassificadas* que registou mais 6,8 mil postos de trabalho ocupados, à *Ciência, tecnologia e ensino superior* (+2,6 mil) e à *Educação* (+1,2 mil). O maior decréscimo verificou-se nos postos de trabalho ocupados na área da *Defes*a (-1,3 mil). No que se refere à Administração Local, os *Municípios* somaram mais 1,6 mil postos de trabalho ocupados do que em 2018.

Figura 67. Variações dos postos de trabalho na Administração pública por áreas governativas



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

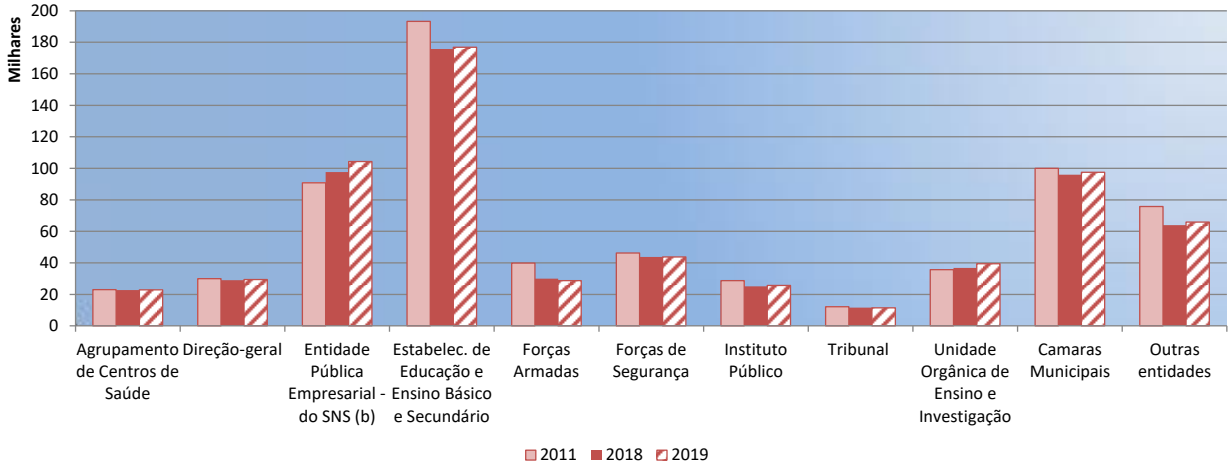
Analisando a evolução do número de postos de trabalho na Administração pública no Continente, entre 2012 e 2019, constata-se que estes diminuíram, de um modo geral, na Administração central, tendo decrescido fortemente na área da Defesa (- 10 mil) e depois na Educação (-2,4 mil). Por outro lado, no

Sector empresarial do Estado-entidades reclassificadas o número de postos de trabalho ocupados cresceu em 8,7 mil ao longo da série, tendo aumentado em 4,1 mil na área da Ciência, tecnologia e ensino superior. Já na Administração regional e local o número de postos de trabalho ocupados aumentou, sobretudo nos Municípios.

- ***Por tipo de entidade***

De acordo com os dados da DGAEP, em dezembro de 2019, os estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário no Continente eram o tipo de entidade que reúnia maior número de postos de trabalho (27,4% do total). Seguiam-se as entidades públicas empresariais do Serviço Nacional de Saúde[23] (16,1%), as Camaras Municipais (15,1%), as Forças de Segurança (6,8%), as Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação[24] (6,1%).

Figura 68. Emprego na Administração central por tipo de entidade – 2011, 2018 e 2019



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019 a esmagadora maioria das entidades públicas registou aumentos no número de postos de trabalho, designadamente as as entidades públicas empresariais do Serviço Nacional de Saúde (+6,7 mil), as Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (+2,6 mil), as Camaras Municipias (+1,6 mil), e este ano também os Estabelecimento do ensino básico e secundário (+,2 mil) e as Estruturas atípicas e estrutura de missão (+0,9 mil). As Forças Armadas foram o único tipo de entidade que registou um decréscimo significativo (-1,3 mil).

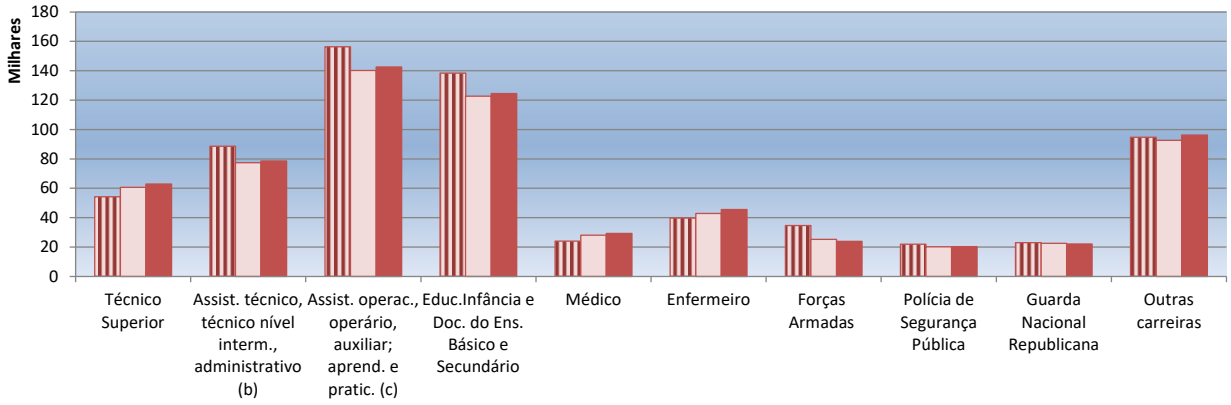
[23] Hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde do tipo E.P.E.
[24] Inclui Universidades e respetivas Faculdades, Institutos Politécnicos e respetivas Escolas Superiores e outras unidades de ensino superior não integradas em Universidades e Institutos Politécnicos.

Em dezembro de 2019, na maioria das entidades públicas, o número de postos de trabalho ocupados era já muito próximo ou mesmo ligeiramente superior ao número registado em 2011. Os tipos de entidade que mais postos de trabalho perderam, relativamente ao inicio da série, foram os estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário (-16,4 mil), as Forças Armadas (-11,2 mil), as Entidades públicas empresariais excepto SNS (-4,7 mil) e os Institutos Públicos[25] (-3 mil). Por outro lado, nas Entidades Públicas Empresariais - do SNS os postos de trabalho cresceram em 13,6 mil e nas Unidades Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação em 3,8 mil.

- ***Por cargos/carreiras/grupos***

Em dezembro de 2019, no Continente, as carreiras profissionais nas administrações públicas, que agregavam maior número de postos de trabalho continuavam a ser os *Assistentes operacionais, operários, auxiliares; aprendizes e praticantes,* que representavam 22,1%, os *Educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário*, (19,3%) os *Assistentes técnicos, técnicos de nível intermédio e administrativos*, (12,2%), os *Técnicos superiores* (9,6%) e depois os *Enfermeiros* (7%) e os *Médicos* (4,5%).

Figura 69. Emprego na Administração Pública por cargos/carreiras/grupos – 2011, 2018 e 2019



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Relativamente ao ano anterior, o número de postos de trabalho cresceu na maioria das carreiras, tendo aumentado mais significativamente nas carreiras de *Enfermeiro* (+2,7 mil), de *Assistente operacional, operário, auxiliar, aprendiz e praticante (+2,4 mil);* de *Técnico superior* (+2,2 mil)*;* de *Educador de infância e docente do ensino básico e secundário (+1,9 mil)* e no *Pessoal de investigação científica (+1,7 mil).* O decréscimo mais evidente registou-se nas *Forças armadas (-1,2 mil).*

[25] Exceto Universidades e Institutos Politécnicos e unidades hospitalares do tipo I.P.

Entre 2011 e 2019, e no que se refere à evolução dos postos de trabalho nas carreiras mais significativas, o número de postos de trabalho decresceu fortemente nas carreiras de *Educador de infância e docente do ensino básico e secundário* (-13,8 mil),de *Assistente operacional, operário, auxiliar; aprendiz e praticantes* (-13.7 mil), nas *Forças Armadas* (-10 mil) e nas carreiraas de *Assistente técnico, técnico de nível intermédio e administrativo* (-10 mil). Em contrapartida, o número de postos de trabalho ocupados por *Técnicos Superiores, Enfermermeiros* e *Médicos aumentou significativamente* (+8.9 mil, +5,9 mil e mais 5,2 mil, respetivamente).

2.2.2.2. Emprego nas entidades do sector público, exceto administrações públicas (AP)

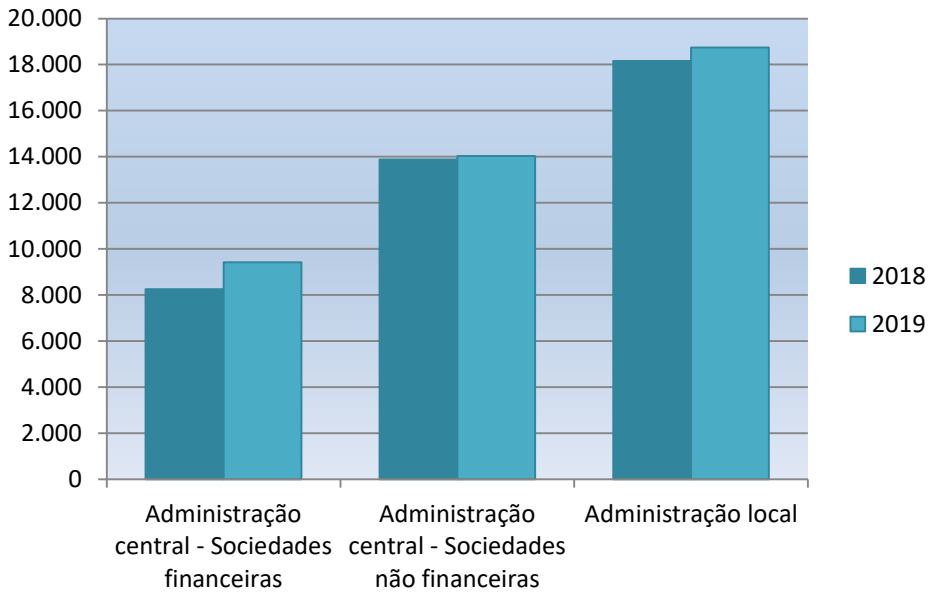
No que se refere ao emprego nas empresas e demais entidades públicas, a análise restringe-se aos dados de 2018 e 2019, (ou exclusivamente de 2018, quando a informação relativa a 2019 não está ainda disponível), uma vez que, até 2017 foram integradas e exluídas desta categoria diversas entidades[26], o que inviabiliza uma análise da evolução destas empresas ao longo da série.

De acordo com os dados da DGAEP, em 2019, no Continente, as empresas e demais entidades públicas (exceto AP) somavam 42,2 mil postos de trabalho ocupados, mais 1,9 mil do que em 2018. 55,6% desses postos de trabalho respeitavam a empresas e demais entidades detidas pela administração central (23,4 mil) e os restantes 18,7 mil a empresas e demais entidades detidas pela administração local. As sociedades não financeiras representavam 60% dos postos de trabalho ocupados nas empresas e demais entidades detidas pela administração central.

[26] "Empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central: entradas e saídas de entidades com maior impacto no emprego"

2013/T1	Entrada do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2013/T3	Saída da ANA Aeroportos Portugal S.A. e participadas
2013/T4	Saída dos CTT - Correios de Portugal, S.A. e participadas
2014/T1	Saída do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2014/T2	Saída da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e participadas
2014/T3	Entrada do Novo Banco S.A. e participadas
2015/T3	Saída EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A e participadas
2015/T4	Saída Oceanário de Lisboa, S.A.
2016/T1	Saída CPCARGA - Logística e Transp. Ferroviários Mercadorias, S.A.
2017/T2	Saída da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e participadas
2017/T4	Saída do Novo Banco, S.A. e participadas

Figura 70. Postos de trabalho nas entidades do sector público, exceto AP, por subsector



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Relativamente a 2018, o número de postos de trabalho cresceu relativamente a todo o tipo de empresas e demais entidades públicas (exceto AP) mas sobretudo relativamente às Sociedades financeiras (+1,2 mil).

Os postos de trabalho ocupados por homens constituíam 65,3% dos postos de trabalho nas empresas e demais entidades públicas (exceto AP,) e aumentaram mais, relativamente a 2018. Ao contrário do que sucedia nas outras categorias de empresas, nas sociedades financeiras 57,7% dos postos de trabalho eram ocupados por mulheres, tendo sido essa também a única categoria de empresas em que, relativamente a 2018, o número de postos de trabalho ocupados por mulheres aumentou mais do que os ocupados por homens.

- ***Por escalões etários***

Em dezembro de 2018[27], nas empresas e demais entidades, os postos de trabalho ocupados por indivíduos com entre 45 e 64 anos constituíam 52,4% do total e os postos de trabalho ocupados por indivíduos com entre 35 a 44 anos 32,2%. Para além disso, entre 2017 e 2018, o número de postos de trabalho só aumentou significativamente relativamente aos escalões etários com mais de 45 anos,

[27] A informação relativa a 2019 no que respeita ao emprego nas empresas e demais entidades do sector público, exceto administrações públicas por níveis etários e níveis de habilitações ainda não se encontra disponível.

embora o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com até 24 anos também tenha crescido ligeiramente. Contudo, nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Local, os postos de trabalho aumentaram para todos os escalões etários.

- ***Por níveis de escolaridade***

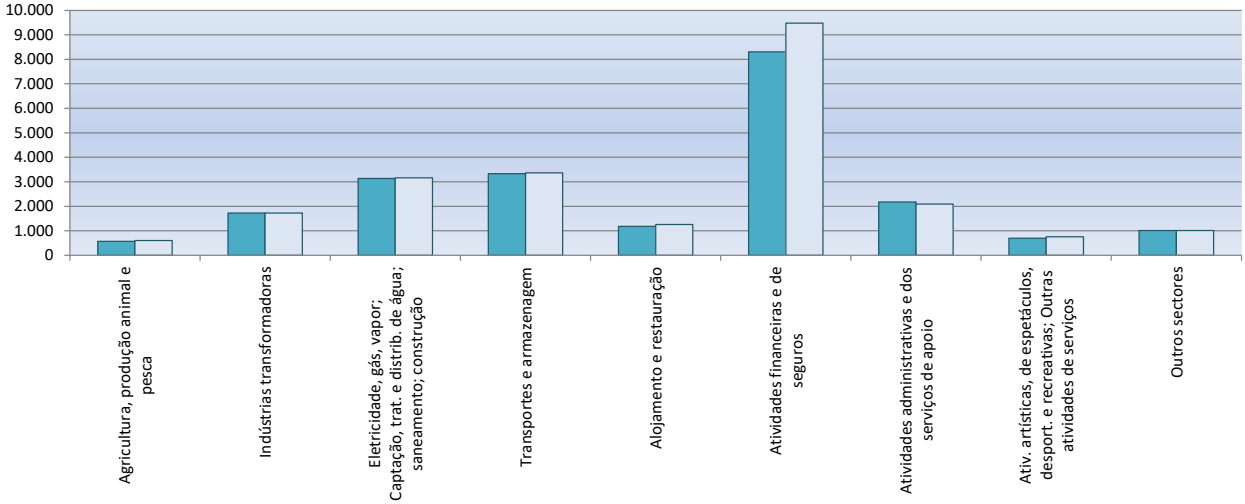
Relativamente aos níveis de habilitações dos trabalhadores das empresas e demais entidades, em dezembro de 2018, 47% dos postos de trabalho nas empresas detidas pela administração central eram ocupados por trabalhadores com o ensino superior, 31,4% por trabalhadores com o ensino secundário e 21,6% por trabalhadores com o ensino básico. No que respeita aos postos de trabalho nas empresas e demais entidades detidas pela administração local, 53% dos postos de trabalho eram ocupados por trabalhadores com o ensino básico, os trabalhadores com o ensino secundário ocupavam 29,7% dos postos de trabalho e os trabalhadores com o ensino superior apenas 17,4%. Num caso como noutro, registou-se um ligeiro crescimento do peso dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com habilitações mais elevadas relativamente ao ano anterior.

- ***Por setores de atividade***

Os sectores que concentravam maior número de postos de trabalho nas empresas e outras entidades detidas pela administração central, no Continente, em dezembro de 2019, continuavam a ser as *Atividades financeiras e de seguros* (40,4% do total dos postos de trabalho), tendo o seu peso aumentado significativamente relativamente a 2018. Seguiam-se os *Transportes e armazenagem* (14,4%), os sectores da *Eletricidade, gás, vapor; Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; construção* (13,5%) e o das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (8,9%).

Este último sector era exactamente aquele que agregava maior número de postos de trabalho no que se refere às empresas e demais entidades públicas detidas pela administração local (65% do total) tendo sido o sector que mais cresceu relativamente ao ano anterior. Seguia-se-lhe o sector agregado do *Comércio, Transportes e Armazenagem* (23%).

Figura 71. Emprego nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Central, exceto AP por CAE, 2019

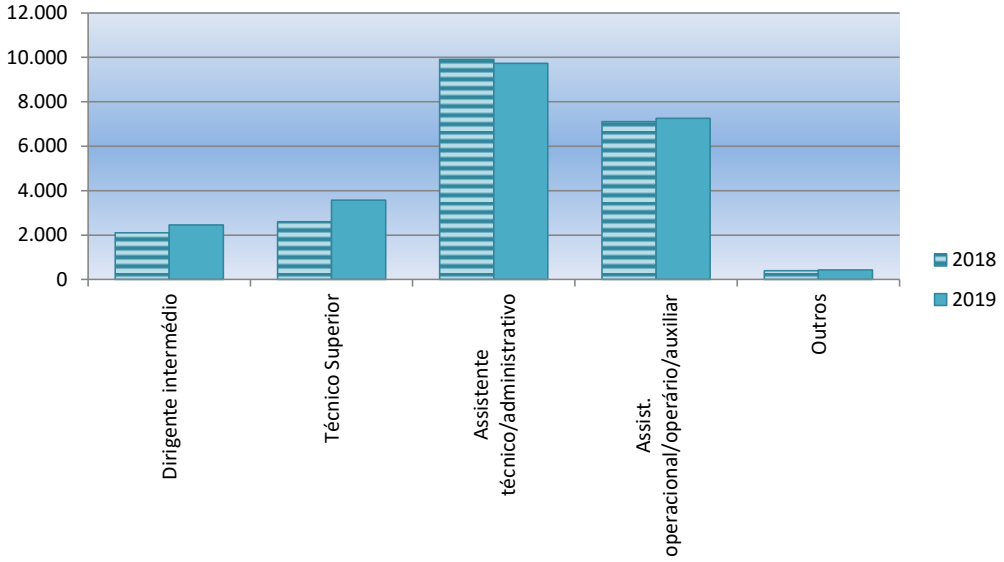


Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

- ***Por cargos/carreiras/grupos***

Em dezembro de 2019, no Continente, o grupo profissional mais relevante nas empresas e outras entidades públicas era o dos Assistentes técnico/administrativos, que ocupavam 41,5% do total dos postos de trabalho, seguindo-se-lhe o dos Assistentes operacionais, operários e auxiliares, que representavam 31%. Contudo, o peso destas categorias diminuiu relativamente a 2018. Por outro lado,o peso dos Técnicso superiores, que representavam 15,2% do total dos postos de trabalho ocupados, cresceu.

Figura 72. Emprego nas empresas e demais entidades por carreiras, 2018



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

2.2.3. Trabalho temporário

2.2.3.1. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários

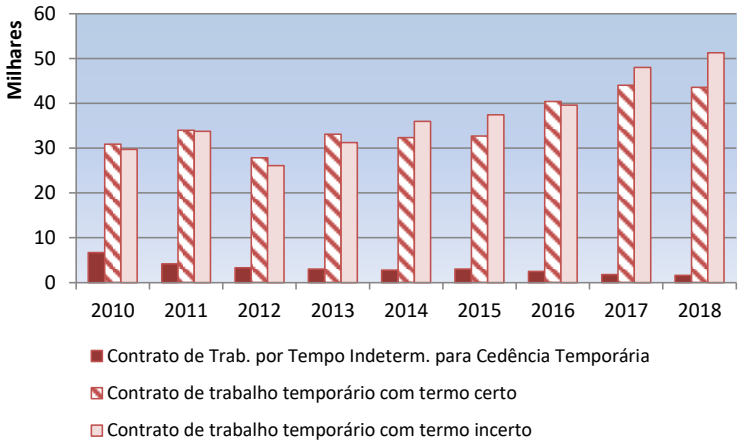
De acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*, em 2018, havia 96,4 mil trabalhadores por conta de outrem (TCO) com contratos de trabalho temporário, constituindo 3,4% do total dos TCO. Estes trabalhadores aumentaram 2,9% relativamente ao ano anterior.

Entre 2010 e 2018. os trabalhadores com contratos temporários só diminuíram entre 2011 e 2012, tendo aumentado em 43,3% desde o início da série.

- ***Por tipo de contrato***

Em 2018, 53,2%, ou seja, 51,3 mil dos TCO com contratos de trabalho temporários tinham contratos de trabalho a tempo incerto, 45,2% tinha contratos com termo certo (43,5 mil) e os restantes 1,6 mil contratos por tempo indeterminado para cedência temporária. Relativamente a 2017, apenas os TCO com contratos temporários a termo incerto aumentaram (+3,3 mil pessoas).

Figura 73. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários por tipo de contrato – 2010 a 2018



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

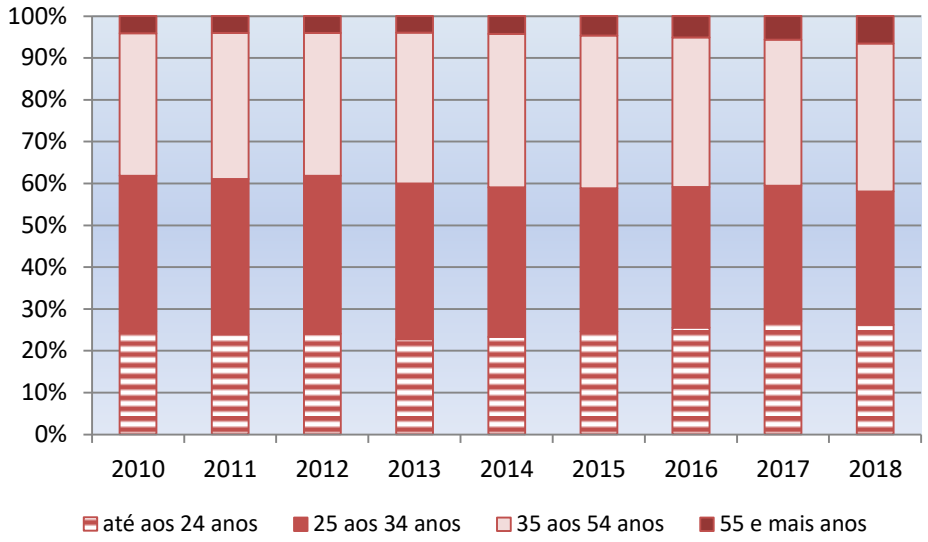
Entre 2010 e 2013,os TCO com contratos de trabalho temporários a termo certo mantiveram-se a categoria mais numerosa tendo, a partir daí, sido ultrapassados pelos contratados a termo incerto, que passaram a constituir mais de metade dos TCO com contratos de trabalho temporários. O peso dos TCO

com contratos de trabalho por tempo indeterminado por cedência temporária que, em 2010 representavam 10%, decresceu fortemente ao longo da série.

- ***Por sexo e escalão etário***

Desde o início da série, os homens constituem a maioria dos TCO com contratos temporários. Em 2018, representavam 56,6% do total.

Figura 74. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários por escalões etários



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

No que se refere aos escalões etários, em 2018, 35,4% dos TCO com contratos temporários tinha entre 35 e 54 anos, 31,8%, entre 25 e 34 anos e 26,2% até aos 24 anos. O escalão dos 55 e mais anos representava 6,6%. O número de contratados a termo cresceu, entre 2017 e 2018, relativamente a todos os escalões etários excepto no que se refere ao escalão dos até aos 24 anos, tendo crescido mais nos escalões a partir dos 34 anos.

Entre 2010 e 2013, o escalão entre os 25 e os 34 anos manteve-se maioritário, tendo sido ultrapassado, a partir daí, pelo escalão dos entre os 35 aos 54 anos. Este último foi o escalão que mais aumentou em número de trabalhadores, desde o início da serie. O escalão a registar o segundo maior aumento foi o escalão até aos 24 anos.

- ***Por níveis de qualificação***

Em 2018, 46,9% dos TCO com contratos de trabalho temporários eram **Profissionais semiqualificados,** 42,7%, **Profissionais qualificados** e 8,1%, **Profissionais não qualificados.** Entre 2017 e 2018, o número de TCO com contratos de trabalho temporários aumentou apenas no que se refere aos **Profissionais não qualificados** e sobretudo aos **Profissionais semiqualificados.**

Figura 75. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários por níveis de qualificações, 2010-2018

Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Entre 2010 e 2018, o número de **Profissionais não qualificados** com contratos temporários diminuiu, tendo em conta sobretudo o decréscimo verificado até 2016, já que nos dois últimos anos o seu número aumentou. Já o número destes TCO que eram **Profissionais Qualificados** cresceu substancialmente, em grande parte devido ao aumento de 150% registado entre 2016 e 2017. O número de P**rofissionais semiqualificados** também aumentou, embora de forma menos significativa.

- ***Por regiões***

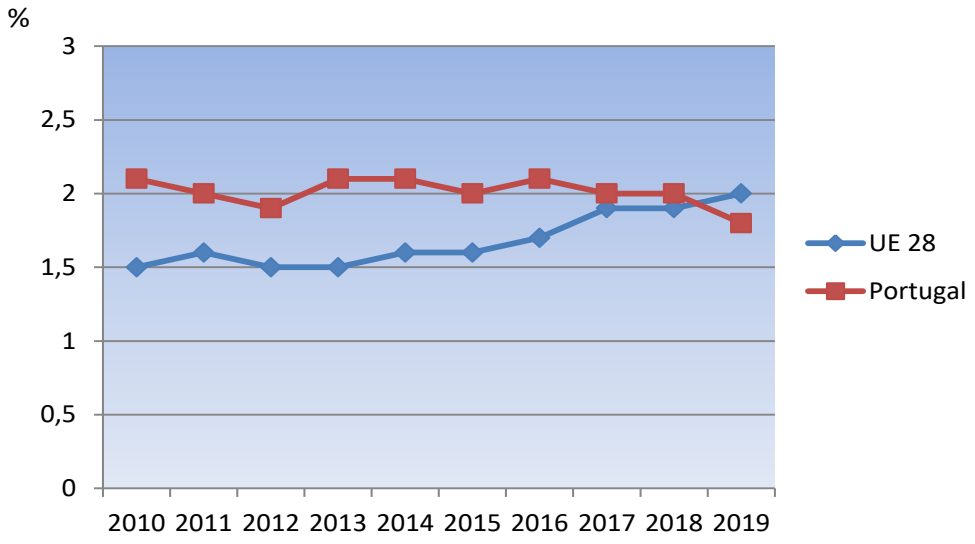
No que respeita à distribuição dos TCO com contratos de trabalho temporários por regiões do Continente, em 2019, Lisboa concentrava quase metade destes TCO (49,1%), o Norte 29,4% e o Centro 16%. Entre 2017 e 2018, o número destes TCO só cresceu de Lisboa para o sul, tendo aumentado sobretudo em Lisboa e depois no Algarve.

Entre 2010 e 2018, o número dos TCO com contratos de trabalho temporários cresceu em todas as regiões excepto no Alentejo, tendo aumentado percentualmente mais no Algarve, depois no Centro e a seguir no Norte.

2.2.3.2. Percentagem de trabalhadores das agências de trabalho temporário no total da população empregada em Portugal e na UE28

De acordo com os dados do Eurostat, em 2019 os trabalhadores das agências de trabalho temporário constituíam 2% da população empregada (15 e os 64 anos), na média dos países da União Europeia, ultrapassando a percentagem destes trabalhadores em Portugal, que foi de 1,8%. Entre 2010 e 2019, essa percentagem aumentou praticamente sempre, na UE 28, tendo crescido em 0,5 p.p. Já em Portugal essa percentagem manteve-se nos 2%.

Figura 76. Percentagem de trabalhadores de agências de trabalho temporário no total da população empregada (15 aos 64 anos)



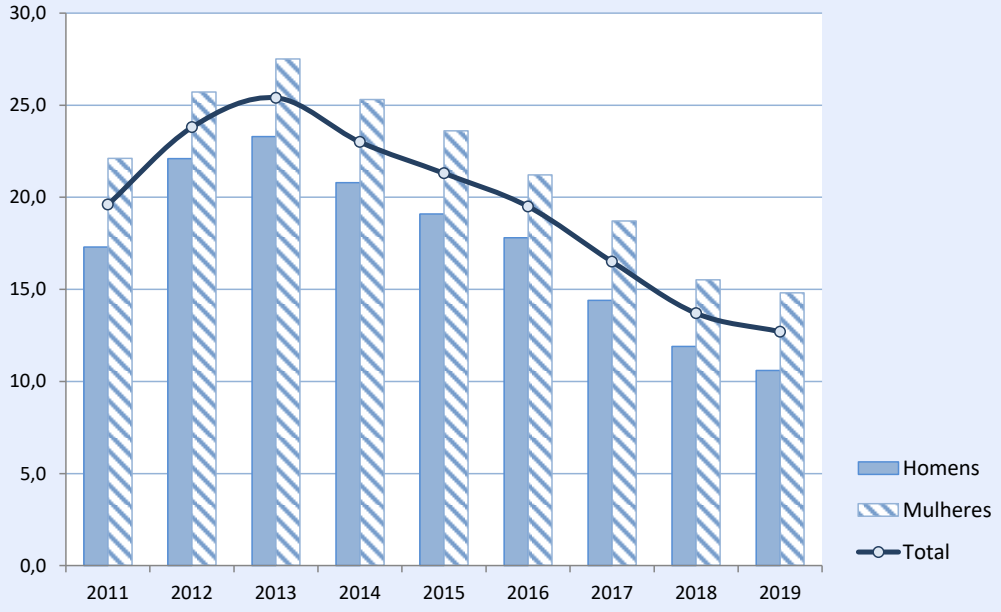
Eurostat: Labour Force Survey

2.2.4. Subutilização do trabalho em Portugal

Considerando a informação estatística disponibilizada pelo *Inquérito ao Emprego* do INE, estima-se que, em 2019, Portugal tenha tido uma taxa de subutilização do trabalho de cerca de 12,7%. Este *indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego*, conheceu um aumento no início da série em análise, tendo iniciado uma fase descendente a partir de 2013, ano em que atingiu o seu valor máximo (25,4%). Em 2019, manteve-se a tendência de decréscimo, tendo-se observado o valor mais baixo desta taxa (12,7%), após uma variação negativa de 7,3%.

Analisando esta informação por sexo, verifica-se que, apesar do declínio desta taxa se ter repercutido entre ambos os sexos (-14,8% nas mulheres e -10,6% nos homens), continuam a ser as mulheres quem apresenta taxas de subutilização do trabalho superiores.

Figura 77. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por sexo

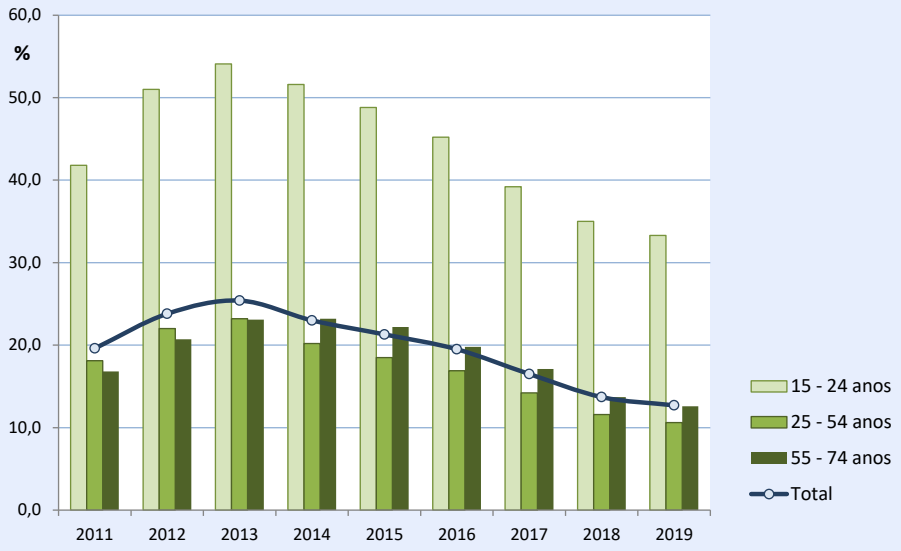


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por outro lado, considerando este indicador por grupo etário, observa-se que são sobretudo os mais novos, com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, quem apresenta valores mais elevados, com taxas de subutilização laboral quase sempre superiores a 40% ao longo de toda a série em análise, não obstante nos últimos anos se ter vindo a observar uma tendência de decréscimo desta taxa neste grupo, que em 2019 desceu para os 33,3%. De notar que, entre 2012 e 2015, mais de metade da população dos 15 aos 24 anos foi afectada por este tipo de subutilização.

No que diz respeito aos restantes grupos da estrutura etária, a incidência desta taxa tem oscilado em torno de valores menos significativos e, à semelhança da taxa do grupo de idades dos 15 aos 24 anos, têm apresentado uma tendência de decréscimo nos últimos anos, atingindo o valor mais baixo da série no ano de 2019.

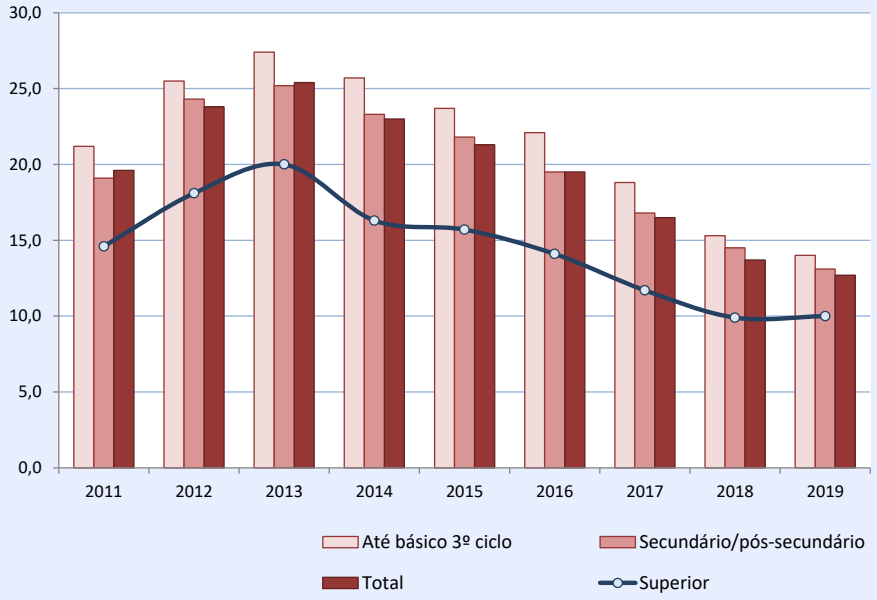
Figura 78. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por grupo etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por último, considerando o indicador em análise por nível habilitacional, observa-se que a taxa de subutilização do trabalho diminui à medida que a escolaridade aumenta. Com efeito, não obstante esta taxa apresentar uma tendência de decréscimo em todas as categorias escolares, a diferença percentual entre o nível de habilitações inferior e o superior permanece quase constante ao longo da série, oscilando em torno dos 7 p.p. e 8 p.p., à excepção dos dois últimos anos, que evidenciaram uma distância percentual de 5 p.p. e 4 p.p., respetivamente.

Figura 79. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

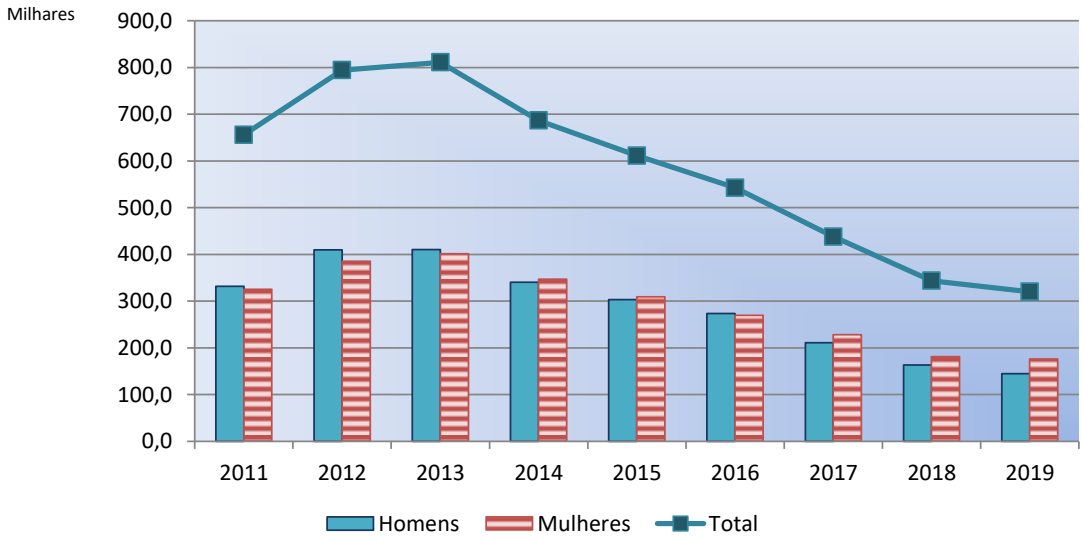
Quanto à taxa da população com o ensino secundário e pós-secundário que se encontra numa situação de subutilização laboral, constata-se uma maior proximidade com a taxa da população que não foi além do ensino básico do 3º ciclo. De facto, ao longo da série, a distância entre a taxa de subutilização com o ensino secundário e pós-secundário e a taxa de quem tem o ensino superior é maior (cerca de 5 p.p. em média) do que a distância entre a taxa de subutilização com o ensino secundário e pós-secundário e a taxa de quem apenas tem o ensino básico do 3º ciclo (cerca de 2 p.p. em média).

2.3. Desemprego

2.3.1. Desemprego e taxas de desemprego

Considerando os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2019, no Continente, estavam desempregadas 320,1 mil pessoas, o que significou um decréscimo de 23,4 mil pessoas relativamente a 2018 (-6,8%), ou seja, bastante mais ligeiro do que no ano anterior. As mulheres representavam quase 55% do total, já que diminuíram apenas 2,7% entre 2018 e 2019, tendo os homens decrescido 11,4%.

Figura 80. Variação do número de desempregados 2011-2019



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Depois do crescimento verificado entre 2011 e 2013, o desemprego diminuiu sempre e, até 2018, acentuadamente. O número de homens desempregados cresceu mais, até 2013, mas, a partir daí, também diminuiu mais. Assim, a percentagem de mulheres desempregadas ultrapassou a percentagem de homens em 2014 e, nos três ultimo anos, aumentou.

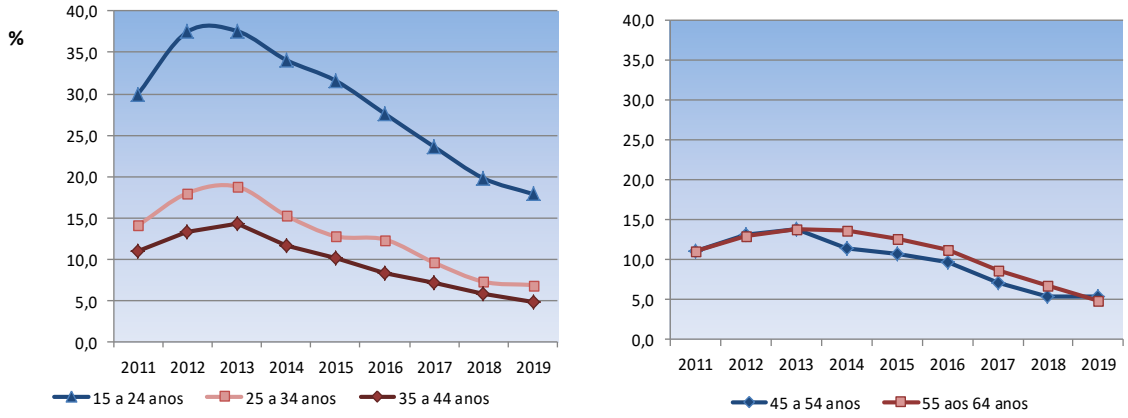
Em 2019, a taxa de desemprego (15 e mais anos) era de 6,4%, tendo decrescido ligeiramente relativamente a 2018. A taxa de desemprego masculino era de 5,7% e a taxa de desemprego feminino de 7,1%.

Em 2019, a taxa de desemprego era metade da taxa registada em 2011, mantendo-se a taxa de desemprego feminina acima da masculina ao longo de toda a série.

2.3.1.1. Desemprego por escalões etários

Em 2019, o número de desempregados no Continente nos diferentes escalões etários era muito equilibrado. Entre 2018 e 2019, o desemprego diminuiu em todos os escalões, excepto no escalão dos 55 aos 64 anos (+1,5%), tendo diminuído, sobretudo, no escalão dos 45 aos 54 anos (-17,3%) e, logo a seguir, no escalão dos 15 aos 24 anos (-8,9%). Contudo, neste último escalão, como no dos 25 aos 34 anos, apenas o número de homens desempregados diminuiu (no escalão mais jovem em 23,9%) já que o número de mulheres desempregadas cresceu (8,7% no escalão entre os 15 e os 24 anos).

Figura 81. Taxas de desemprego por escalão etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2019, os escalões etários mais jovens eram os que registavam taxas de desemprego mais elevadas: 17,9% no escalão dos 15 aos 24 nos e 6,7% no escalão dos 25 aos 34 anos. Entre 2018 e 2019, a taxa de desemprego diminuiu em todos os escalões etários excepto no escalão dos 45 aos 54 anos, em que a taxa se manteve.

Entre 2011 e 2019, a taxa de desemprego evoluiu de forma muito semelhante em todos os escalões etários, aumentando até 2013 – de forma tanto mais acentuada quanto mais jovem o escalão – e depois decrescendo, tendo diminuído também mais fortemente nos escalões mais jovens, sobretudo no escalão dos 15 aos 24 anos (-12,1 p.p.).

2.3.1.2. Taxas de desemprego em Portugal e na União Europeia

A taxa de desemprego portuguesa evidenciou um crescimento acentuado desde 2010, tendo em 2013 atingido 16,4%, o máximo desta série e ponto a partir do qual se inverteu a tendência com sucessivos decréscimos da taxa de desemprego que, em 2019, registou o valor mais baixo com 6,5%.

Quanto à taxa média dos países europeus, verificou-se uma tendência para a manutenção dos valores entre 9% e 10%, nos primeiros anos da série em análise, não obstante em 2013 ter atingido quase 11%. Apesar de no início do período em análise Portugal evidenciar uma taxa de desemprego não muito superior à da taxa observada na UE, a diferença acentuou-se marcadamente no período posterior. Seguiu-se então uma forte recuperação, registando-se, em 2019, uma quase total confluência de ambas as taxas (Portugal com 6,5% e a UE com 6,3%).

Figura 82. Evolução da taxa de desemprego

Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Relativamente à taxa de desemprego dos jovens entre os 15 e os 24 anos, esta apresentou um comportamento muito semelhante ao da taxa de desemprego do total da população. Entre 2010 e 2013, a taxa de desemprego jovem portuguesa aumentou de forma expressiva à semelhança da taxa de desemprego geral, passando de 28,2%, em 2010, para 38,1%, em 2013, tendo desde então decrescido progressivamente até 2019, ano em que registou 18,2% (menos 19,9 p.p. face ao valor máximo registado em 2013).

Figura 83. Evolução da taxa de desemprego jovem

Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Em relação à média dos países da UE, a taxa de desemprego dos jovens aumentou entre 2010 e 2013, ano em que atingiu o valor mais elevado da série (23,8%) e a partir do qual se observou uma inversão da tendência de crescimento. De salientar que, tal como a taxa de desemprego geral europeia, também a da população jovem entrou em declínio a partir de 2013, tendo registado 14,4%, após uma diminuição de 9,4 p.p., no decurso dos últimos anos.

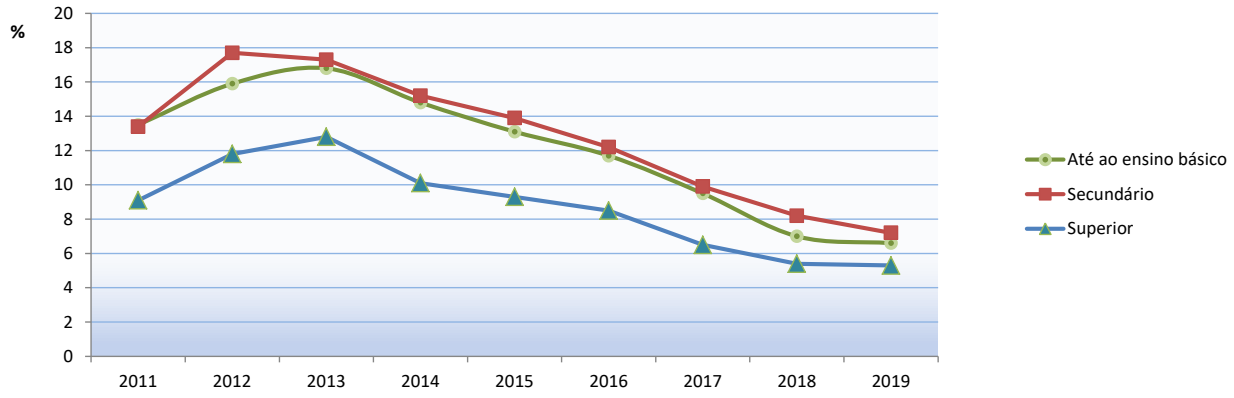
2.3.1.3. Desemprego por níveis de escolaridade

No Continente, em 2019, os desempregados com o ensino básico representavam 44% do total, os desempregados com o ensino secundário, 32,8% e os desempregados com o ensino superior, 23,3%. Entre 2018 e 2019, o desemprego diminuiu relativamente aos níveis de habilitações mais baixas, mas aumentou em 3,2 mil pessoas, no que se refere ao ensino superior.

Em 2019, a taxa de desemprego da população ativa com até ao ensino básico era de 6,6%; a taxa de desemprego da população ativa com o ensino secundário era de 7,2% e a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior de 5,3%. A taxa diminuiu, relativamente a 2018, em todos os níveis de escolaridade.

Em 2019, a taxa de desemprego das mulheres era superior à dos homens em todos os níveis de habilitações e diminuiu menos, relativamente ao ano anterior, no que respeita aos níveis de habilitações secundário e superior.

Figura 84. Taxas de desemprego por níveis de escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

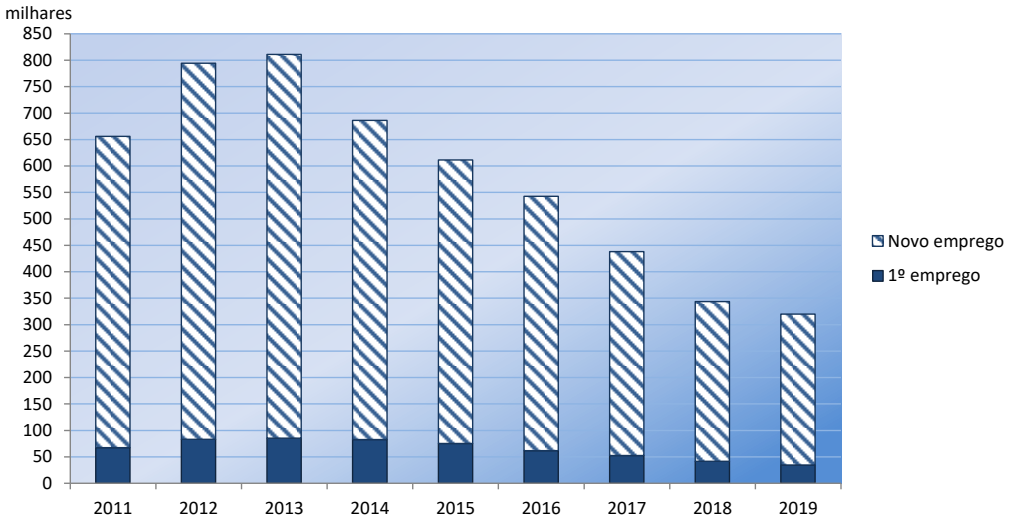
Ao longo da série a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior manteve-se sempre inferior à dos restantes níveis de habilitações. Entre 2011 e 2019, a taxa de desemprego da população ativa com o ensino básico diminuiu quase 7 p.p., a taxa de desemprego da população ativa com secundário decresceu 6,2 p.p. e a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior 3,8 p.p.

2.3.1.4. Desemprego por experiência anterior de trabalho

No Continente, em 2019, a população desempregada à procura de novo emprego constituía 89,2% do total dos desempregados (cerca de 285,6 mil pessoas). Os desempregados à procura do 1º emprego totalizavam 34,5 mil. O desemprego diminuiu em ambas as categorias face a 2018. As mulheres eram maioritárias em ambas as categorias e decresceram bastante menos do que os homens, sobretudo no que se refere aos desempregados à procura do 1º emprego (-2,6%, para um decréscimo de desempregados homens de -29,4%).

Entre 2011 e 2013, o desemprego aumentou em ambas as categorias mas mais na categoria dos desempregados à procura do 1º emprego, pelo que o seu peso no total aumentou. A partir de 2013, o número de desempregados decresceu igualmente nas duas categorias mas mais nos desempregados à procura de novo emprego. Assim, o peso dos desempregados à procura do 1º emprego no total continuou a crescer, até 2018.

Figura 85. Desemprego por experiência anterior de trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

O número de mulheres desempregadas à procura do 1º emprego manteve-se superior ao dos homens até 2016. Em 2017 e 2018, os homens passaram a constituir a maioria. No que se refere aos desempregados à procura de novo emprego, o número de homens desempregados foi, de forma geral, superior ao número de mulheres até 2017, invertendo-se a posição em 2018 e 2019.

Praticamente 2/3 dos desempregados à procura do primeiro emprego situa-se no escalão dos 15 aos 24 anos, mas o peso dos escalões mais velhos tem vindo a aumentar desde o início da série.

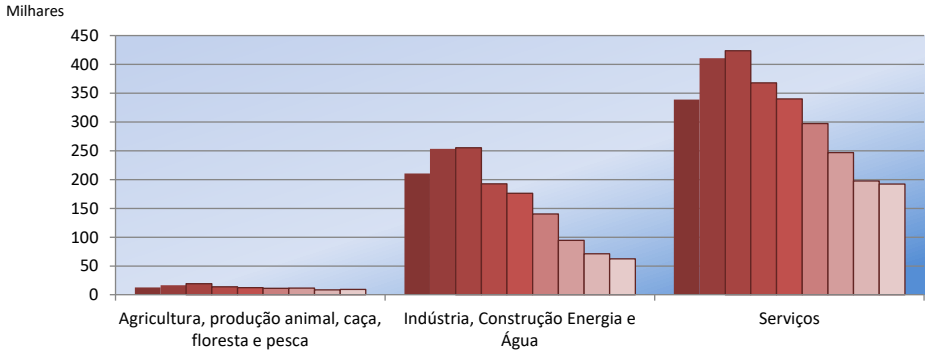
Já no que se refere aos desempregados à procura de novo emprego, o escalão entre os 25 e os 54 anos constituía 65,5% do total. O peso do escalão dos 15 aos 24 anos tem vindo a crescer, desde 2015 e, nos dois últimos anos, ultrapassou mesmo o peso dos desempregados com entre 55 e 64 anos.

2.3.1.5. Desempregados à procura de novo emprego

- ***Por áreas de atividade***

Considerando os desempregados à procura de novo emprego por grandes áreas de actividade, constata-se que, em 2019, no Continente, os desempregados que provinham do sector dos *Serviços* continuavam a representar a esmagadora maioria (72,9% do total). Os desempregados oriundos da *Indústria*, *construção*, *energia* e *água* constituíam 23,6% e os que provinham da A*gricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* 3,5% O número de desempregados diminuiu relativamente ao ano anterior na *Indústria*, *construção*, *energia* e *água* (-8,8 mil pessoas) e nos *Serviços* (-5,4 mil) mas cresceu, ainda que ligeiramente, na A*gricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (+0,5 mil).

Figura 86. Desempregados à procura de novo emprego por áreas de atividade

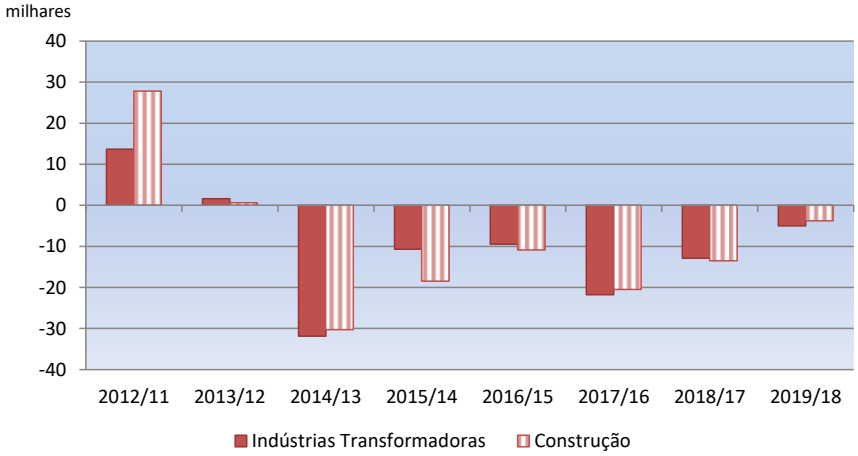


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2011 e 2013, o número de desempregados aumentou em todas as áreas de atividades, tendo decrescido posteriormente. Assim, entre 2011 e 2019, o desemprego diminuiu 27,6% no sector da *Agricultura, produção animal, caça, floresta,* 70,4% na *Indústria, construção, energia e água* e 43,2% no sector dos *Serviços*.

Relativamente aos principais sectores da *Indústria, construção, energia e água,* em 2019, no Continente, os desempregados à procura de novo emprego oriundos *das Industrias Transformadoras* totalizavam 40,8 mil, representando 15,5% do total da categoria. Já os desempregados à procura de novo emprego provenientes do sector da Construção eram 18,4 mil e constituíam 7% do total. Em ambos os sectores o desemprego diminuiu relativamente a 2018.

Figura 87. Variação dos desempregados à procura de novo emprego na Indústria Transformadora e Construção

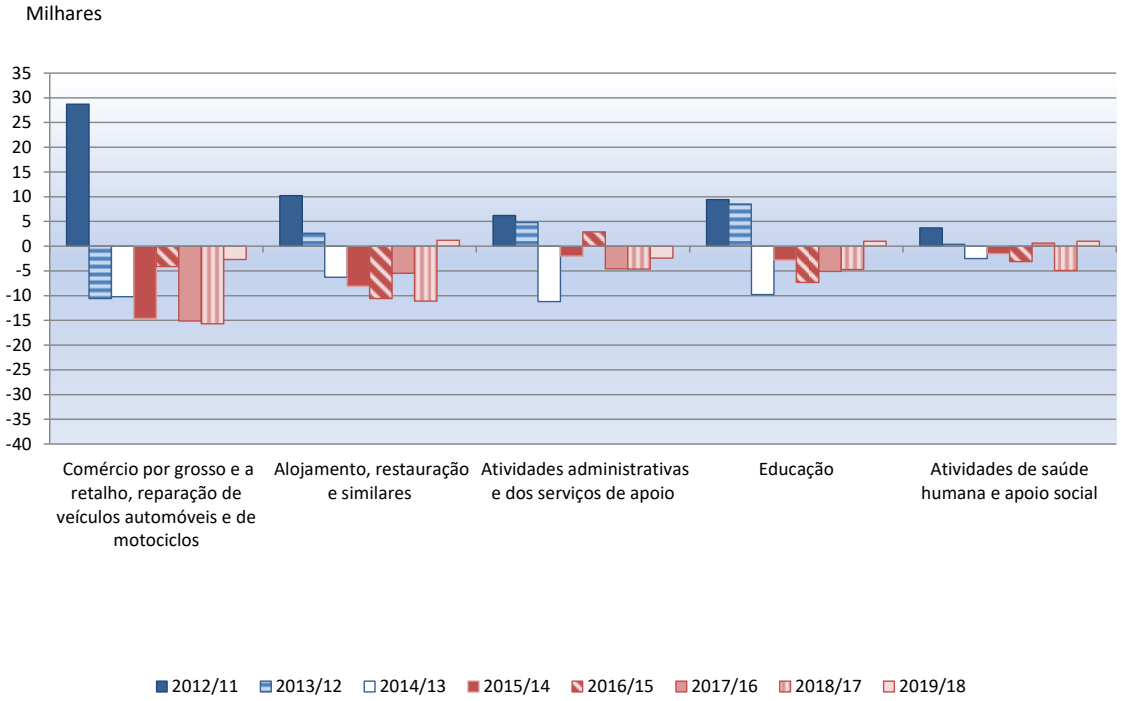


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

O número de desempregados à procura de novo emprego nestes dois sectores cresceu, significativamente, entre 2011 e 2013, e depois diminuiu, embora de forma cada vez menos acentuada.

No que se refere aos principais sectores dos *Serviços*, em 2019, 19,7% dos desempregados à procura de novo emprego provinham do C*omércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos* (52, 1 mil pessoas), 12,2% do A*lojamento, restauração e similares*, (32,1 mil), 7% das A*tividades de saúde humana e apoio social* (18,4 mil), 5,6% das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (14,8 mil) e 5,5% da *Educação* (14,5 mil). O número de desempregados aumentou relativamente ao ano anterior no *Alojamento, restauração e similares* (+ 1,2 mil) nas A*tividades de saúde humana e apoio social* e na *Educação* (mil pessoas em ambo os sectores).

Figura 88. Variação dos desempregados à procura de novo emprego nos serviços



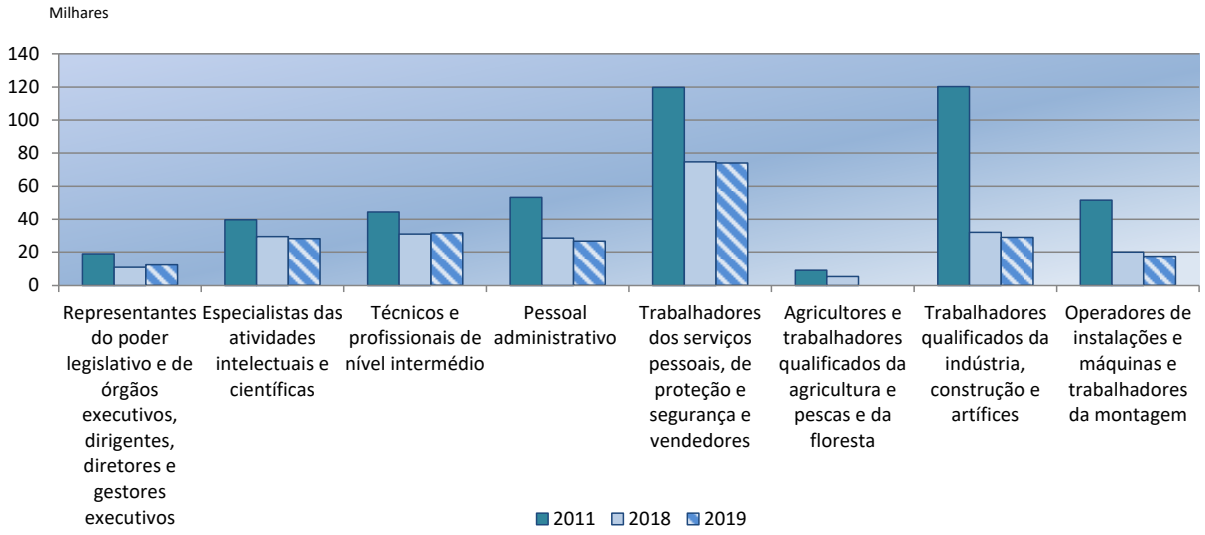
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2011 e 2013, o desemprego aumentou em todos os principais sectores dos *Serviços*, exceto no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos* que, entre 2012 e 2013, registou já um decréscimo. A partir de 2013, o desemprego diminuiu em todos estes sectores, particularmente no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos* e no *Alojamento, restauração e similares*.

- ***Por grupos profissionais***

De acordo com os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2019, no Continente, os grupos profissionais que registavam maior número de desempregados à procura de novo emprego eram os grupos dos Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (24,5% do total), dos Trabalhadores não qualificados (13,4) e dos Técnicos e Profissionais de nível intermédio (10,5%). Entre 2018 e 2019, o desemprego diminuiu na maioria dos grupos profissionais, sobretudo relativamente aos Trabalhadores não qualificados (-4.8 mil) e aos Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (-3,2 mil). Nos grupos dos Técnicos e Profissionais de nível intermédio e dos Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos o número de desempregados aumentou ligeiramente.

Figura 89. Evolução do desemprego por Grupos Profissionais 2011, 2018 e 2019



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2011 e 2019, o desemprego diminuiu relativamente a todos os grupos profissionais, de forma particularmente acentuada nos grupos dos Trabalhadores não qualificados e o dos Trabalhadores pessoais, de proteção e segurança e vendedores e sobretudo dos Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices.

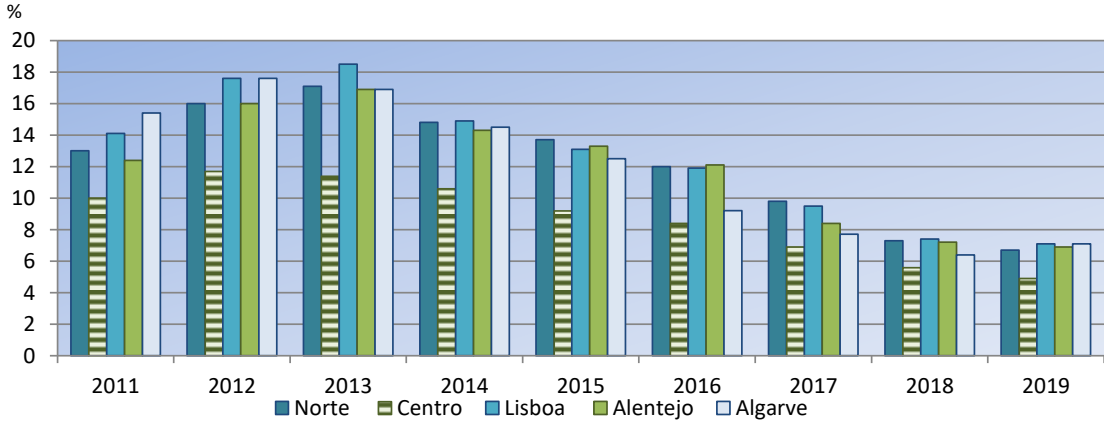
- ***Por regiões***

Em 2019, o Norte continuava a ser a região do Continente com maior número de desempregados (131,2 mil). Seguia-se-lhe a Área Metropolitana de Lisboa (102,9 mil), tendo o desemprego diminuído em ambas as regiões em cerca de 2% relativamente a 2018. O Centro, que totalizava 59 mil desempregados, foi a

região onde o desemprego mais diminuiu (-9,6%). O Alentejo manteve-se praticamente sem alteração (25,1 mil desempregados) e no Algarve o desemprego aumentou, em 7,7%, somando 15,4 mil indivíduos.

Já no que se refere à taxa de desemprego, em 2019, os valores mais elevados foram observados na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve, embora em Lisboa tenha diminuído relativamente ao ano anterior e no Algarve tenha aumentado. O Norte e o Alentejo registavam taxas de desemprego muito semelhantes (6,7% e 6,9%, respectivamente) e mais baixas do que em 2018. Por fim, o Centro era a região onde a taxa de desemprego era mais baixa (4,9%) e também a região onde essa taxa mais decresceu relativamente ao ano anterior.

Figura 90. Evolução da taxa de desemprego por regiões



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A taxa de desemprego decresceu consecutivamente, em todas as regiões, a partir de 2013. Em 2011, o Algarve era a região que registava a taxa de desemprego mais elevada, tendo sido ultrapassado, em 2013, pela Área Metropolitana de Lisboa e, a partir de 2015, pelo Norte. A região Centro manteve-se a região com a taxa de desemprego mais baixa ao longo do período.

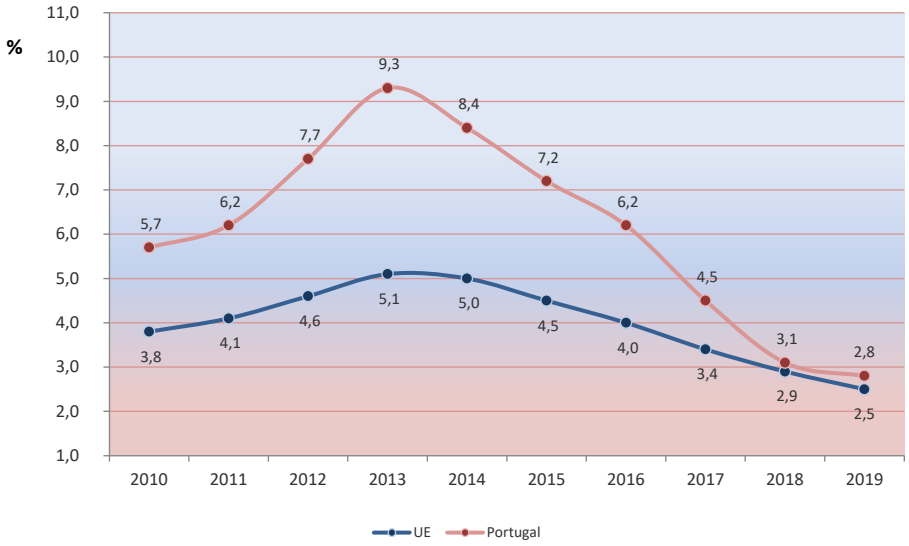
2.3.1.6. Desempregados de longa duração e muito longa duração

Taxa de desemprego de longa duração em Portugal e na UE

A taxa de desemprego de longa duração para Portugal, que registou uma subida gradual desde o início da série em análise, quase duplicou o seu valor em 2013, quando atingiu o valor máximo (9,3% da população ativa) da série. A inflexão deste comportamento verificou-se em 2014, dando lugar a uma fase de contínuo decréscimo.

Assim, o desemprego de longa duração diminuiu 6,5 p.p. entre 2013 e 2019, tendo registado, neste último ano, uma taxa de 2,8%. Quando comparada com a taxa da média dos países da UE, a taxa portuguesa é superior, apesar de, desde 2013, a diferença ter-se vindo a esbater e, em 2019, se ter verificado uma grande aproximação de ambas as taxas (Portugal com 2,8% e a UE com 2,5%).

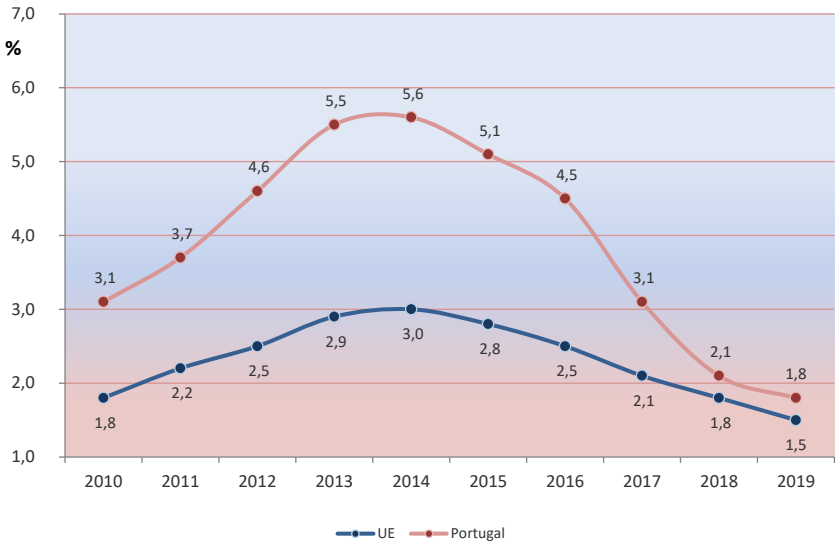
Figura 91. Taxa de desemprego de longa duração (% na população ativa)



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Quanto ao desemprego de muito longa duração, este evidencia uma tendência similar ao desemprego de longa duração, com a taxa média europeia a manter uma certa constância, entre 1,5% e 3%, enquanto a taxa portuguesa tem evidenciado sempre valores superiores. De salientar que, em 2019, a taxa portuguesa continuou a diminuir, aproximando-se grandemente da da média dos 28 países da União.

Figura 92. Taxa de desemprego de muito longa duração (% na população ativa)

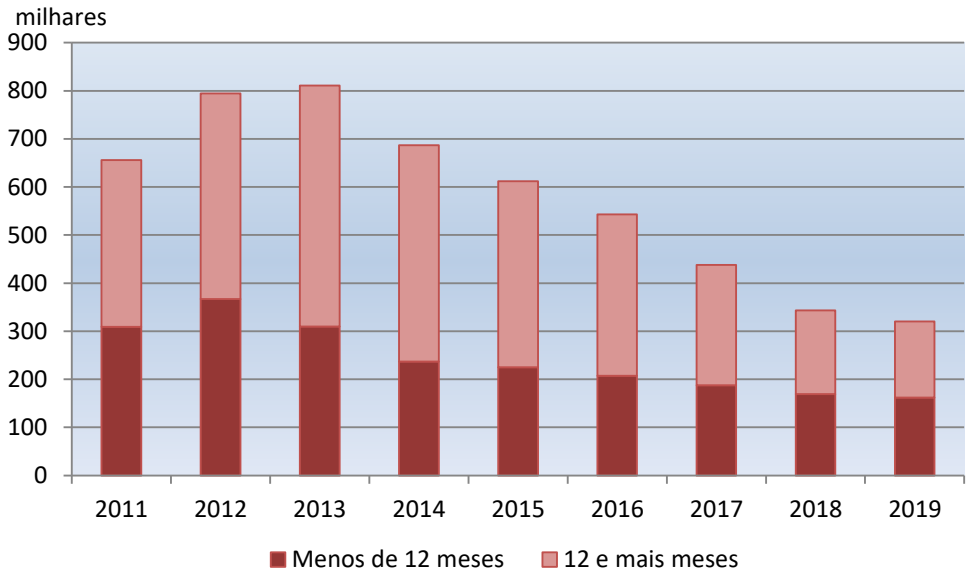


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Em 2019, no Continente, dos 320,1 mil desempregados cerca de 157,9 mil (49,3% do total) estavam desempregados há 12 e mais meses, ou seja eram desempregados de longa duração (DLD). Entre 2018 e 2019, o número de desempregados de longa duração decresceu em cerca de 16,1 mil pessoas, ou seja, de forma bastante mais acentuada do que os desempregados até 12 meses (-7,2 mil indivíduos).

Em 2019, as mulheres representavam 53,8% dos DLD, tendo o seu peso aumentado em cerca de 2 p.p. relativamente a 2018, já que o seu número diminuiu bastante menos do que o número de homens.

Figura 93. Desemprego de Longa Duração



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

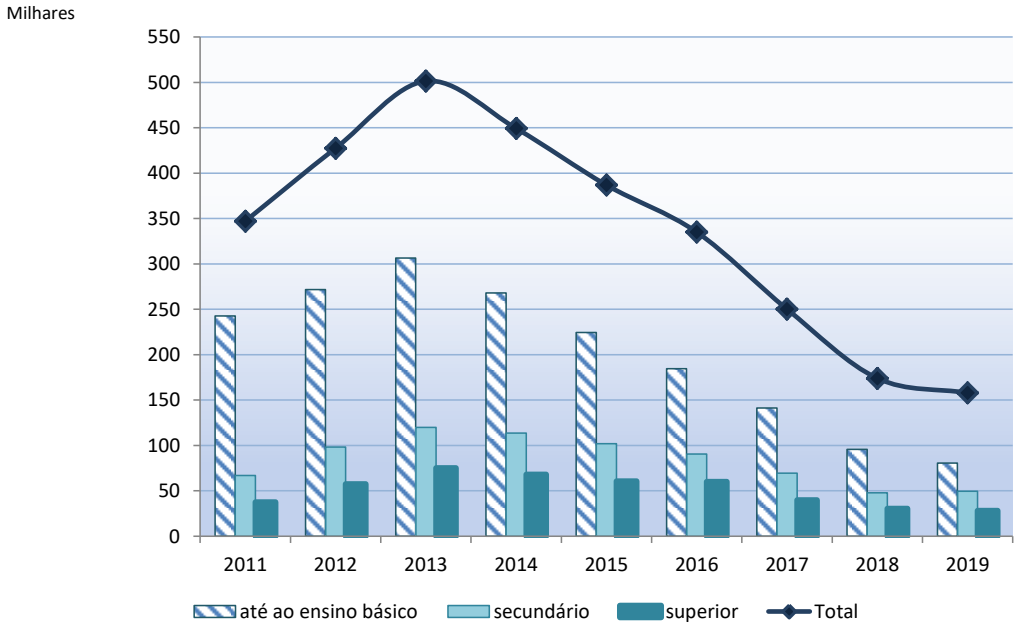
Em 2011, os DLD constituíam 52,9% do total dos desempregados e o seu peso continuou a crescer, tendo atingido os 65,4% em 2014, uma vez que os desempregados até 12 meses começaram a diminuir ainda em 2012 e, nos anos seguintes, diminuíram mais. Dado o decréscimo mais acentuado dos DLD, a partir de 2018 o peso das duas categorias tornou-se praticamente equivalente.

Entre 2011 e 2016, a percentagem de homens DLD foi sempre superior à das mulheres. A partir de 2017 as mulheres voltam a ser maioria.

No Continente, em 2019, os DLD com o ensino básico constituíam cerca de metade do total dos desempregados de longa duração. Os DLD com o ensino secundário representavam 31,3% e os DLD com o ensino superior, 17,9%. Entre 2018 e 2019, o número de DLD diminuiu relativamente aos DLD com o ensino básico e com o ensino superior, mas aumentou ligeiramente no que se refere aos DLD com o ensino secundário.

Ate 2013, os DLD aumentaram em todos os níveis de habilitações e depois decresceram sempre, acentuadamente, sobretudo no que se refere aos DLD com o ensino básico.

Figura 94. Desempregados há 12 e mais meses por níveis de habilitações



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Em 2019, no Continente, os DLD com entre 15 e 34 anos totalizavam 128,8 mil pessoas, constituindo 41,5% do total dos DLD, tendo o seu peso crescido em 14,1 p.p. relativamente a 2018, e seu número aumentado em 17,8 mil indivíduos. O escalão de DLD entre os 15 e 24 anos somava 84,1 mil pessoas, representando 61,7% dos DLD entre os 15 e os 34 anos.

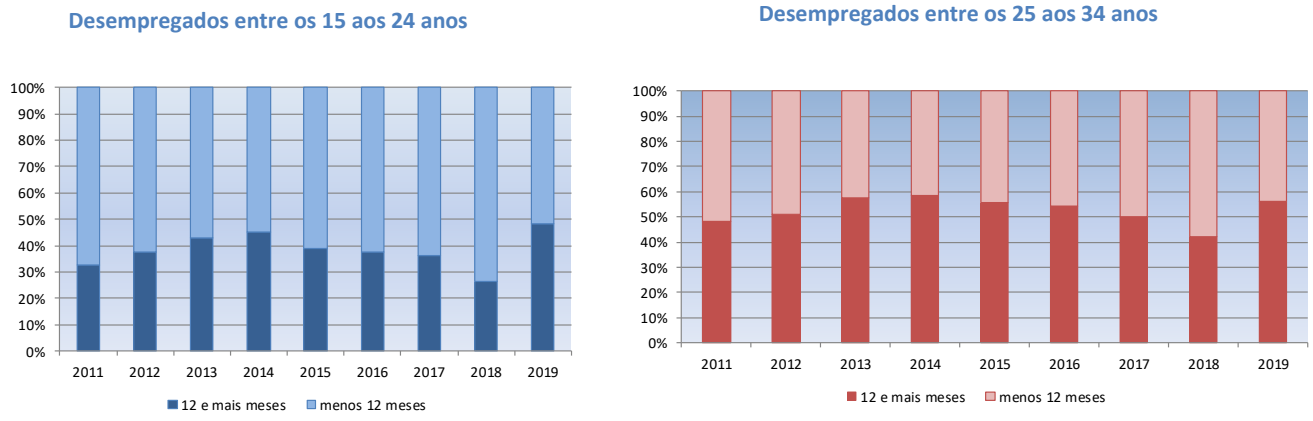
Entre 2011 e 2019 o número de DLD com entre 15 e 34 anos diminuiu para quase metade.

Considerando os desempregados com entre 15 e 24 anos, constatamos que, em 2019, o peso dos DLD no total dos desempregados desse escalão etário era de 48,2%, o que significa que depois de ter diminuído em cerca de 10 p,p, entre 2017 e 2018, registou um aumento de mais de 25 p.p. no último ano.

No escalão dos 25 aos 34 anos, os desempregados há 12 e mais meses representavam 55,9% do total dos desempregados daquele escalão etário, tendo esta percentagem também crescido em 14 p.p. relativamente a 2018 (depois de ter diminuído em 8 p.p. no ano anterior).

Entre 2011 e 2014, o peso dos DLD aumentou relativamente ao total de desempregados em ambos os escalões etários. No escalão dos 25 aos 34 anos, os DLD tornaram-se mesmo maioritários, a partir de 2012 e no escalão mais jovem no ano seguinte. Contudo, a partir de 2014, a percentagem de DLD diminuiu em ambos os escalões etários, de forma bastante mais lenta no escalão dos 25 aos 34 anos que só em 2018 registou um valor abaixo dos 50%. Em 2019, a percentagem de DLD no escalão dos 15 aos 24 anos atingiu o valor mais alto verificado desde o início da série. No escalão dos 25 aos 34 anos o peso dos DLD regressou aos valores de 2015.

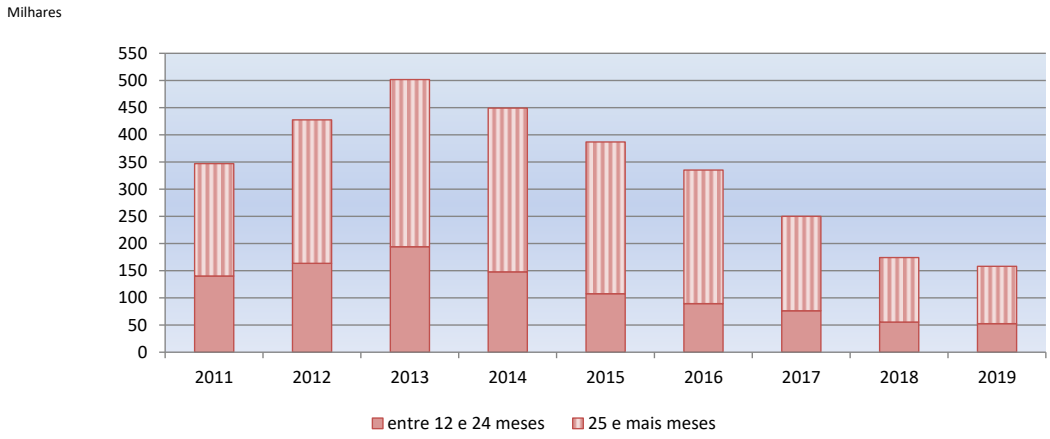
Figura 95. Desempregados entre os 15 e os 34 anos por duração da procura de emprego



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Dos cerca de 158 mil indivíduos desempregados há mais de 1 ano, no Continente, em 2019, 105,2 mil, ou seja 66,6% do total estavam desempregados há mais de 2 anos, isto é, eram desempregados de muito longa duração (DMLD). Relativamente ao ano anterior esta subcategoria de DLD diminuiu quase o dobro dos DLD com *entre 12 e 24 meses.* Em 2019, os DMLD constituíam assim 33% do total dos desempregados.

Figura 96. Desempregados de longa e muito longa duração



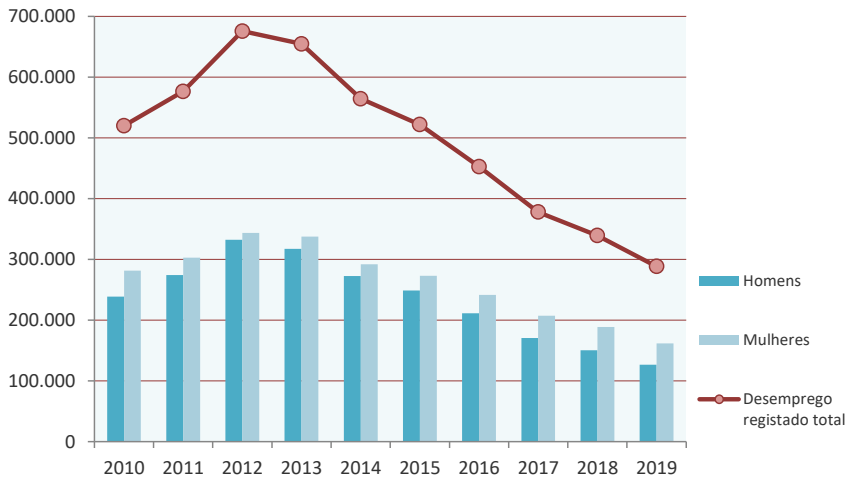
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Os desempregados de muito longa duração foram a categoria de desempregados que mais cresceu, em número, até 2014 e, a partir daí, a que menos diminuiu. Assim a percentagem dos DMLD no total de desempregados, em 2019, era ainda ligeiramente superior à registada em 2011.

2.3.2 Desemprego registado e pedidos de emprego nos Centros de Emprego

Segundo a informação disponibilizada pelo IEFP, no final de Dezembro de 2019, o número de inscritos nos Centros de Emprego do Continente totalizavam cerca de 288,2 mil desempregados, o que representou uma diminuição de aproximadamente 50,9 mil indivíduos face ao período homólogo. Este decréscimo do desemprego registado foi mais acentuado para os homens (-15,8%) do que para as mulheres (-14,3%), pelo que o peso relativo masculino, em 2019, manteve-se inferior ao feminino, após um decréscimo de 0,4 p.p., passando de 44,3% para 43,9% do total do desemprego registado.

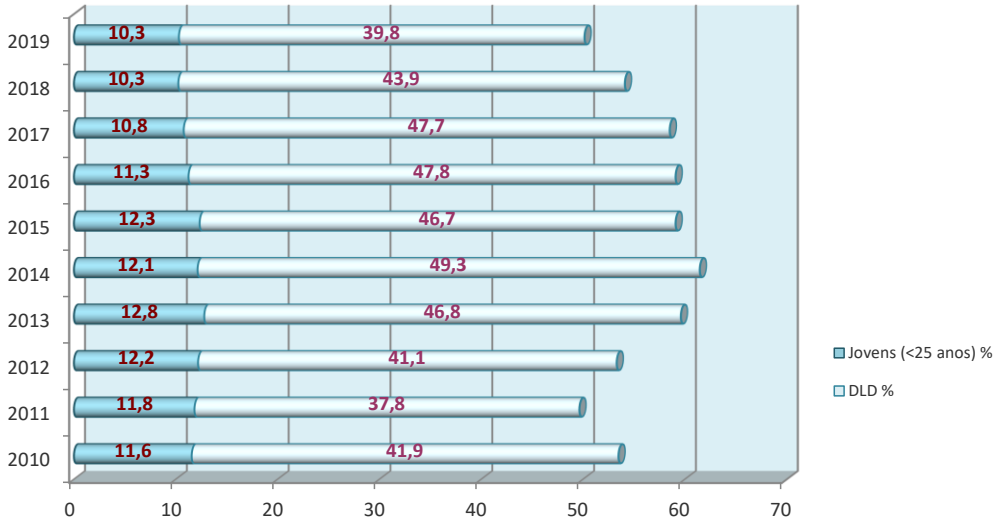
Figura 97. Evolução do Desemprego registado por género



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Quanto ao número de desempregados registados de longa duração (DLD), em 2019, constatou-se uma quebra de 22,8% relativamente a 2018 (menos 33,9 mil pessoas), tendo o respectivo peso relativo no total de inscritos decrescido face ao período homólogo, atingindo 39,8%. Em relação ao número de jovens inscritos, registou-se igualmente um decréscimo (-14,5%, ou seja, menos cerca de 5 mil indivíduos), mantendo-se, no entanto, inalterado o seu peso relativo face ao ano anterior (10,3%).

Figura 98. Percentagem do Desemprego Jovem e do DLD no Desemprego Registado

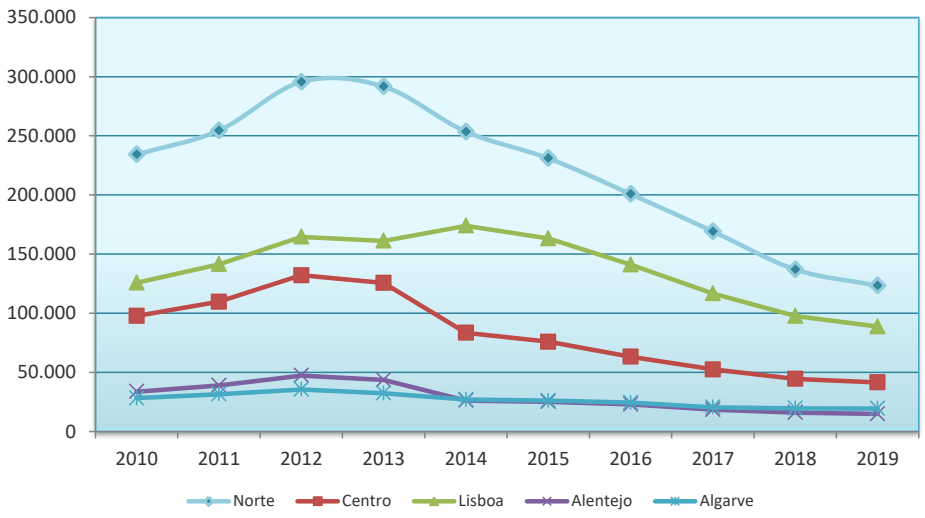


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Considerando as diversas regiões do Continente, observa-se que a tendência de decréscimo anual do desemprego registado, iniciada no ano de 2013, se manteve em 2019. O Norte continuou a ser a região mais afectada pelo desemprego, com cerca de 123,4 mil desempregados inscritos, não obstante ter evidenciado, em 2019, a maior descida face ao período homólogo, quer em termos relativos (-10%), quer em termos absolutos (-13,7 mil pessoas), logo seguido por Lisboa e Vale do Tejo e pela região Centro (com menos 9 mil e 2,9 mil registos, respetivamente).

De salientar que o Norte, só por si, no final de 2019, representava 42,8% do total de registos de desemprego e, conjuntamente com as regiões de Lisboa e do Centro, representavam perto de 88,1% do desemprego registado no Continente em Dezembro de 2019. No que respeita às restantes regiões, tanto o Alentejo como o Algarve registaram igualmente variações negativas, com descidas do número de desempregados na ordem dos 7,1% e dos 1,2%, o que, em termos absolutos, se traduziu nos decréscimos menos expressivos (menos 1,1 mil registos na região alentejana e menos 239 registos na região algarvia).

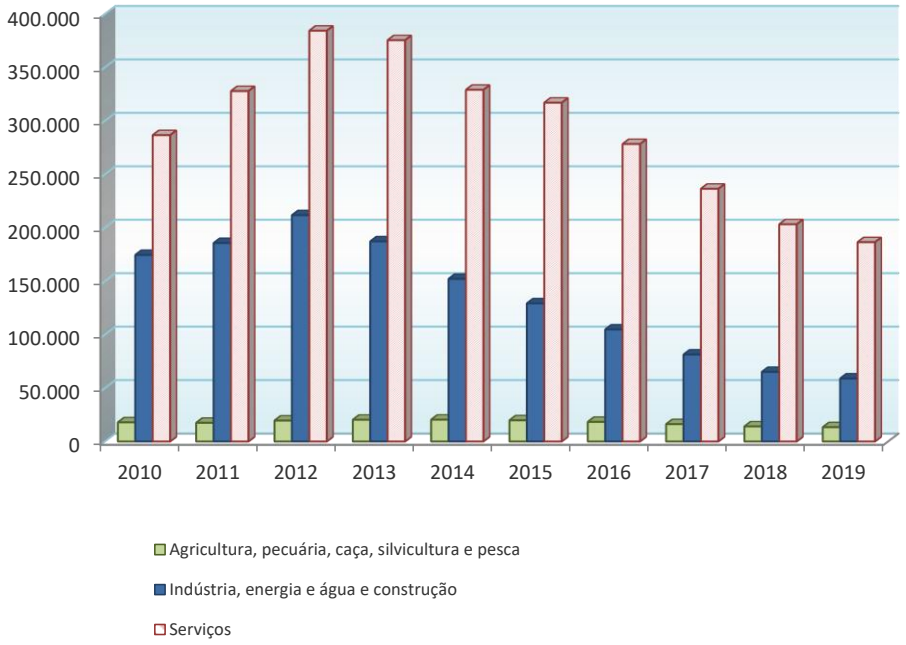
Figura 99. Evolução do Desemprego registado por regiões



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Relativamente ao desemprego registado por sectores de actividade, a maior proporção de desempregados inscritos à procura de novo emprego continuou a provir do sector dos *Serviços* (71,3%), seguindo-se a *Indústria, Energia e Água e Construção* (22,5%) e a *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* (5,1%).

Figura 100. Desemprego registado por sectores de atividade

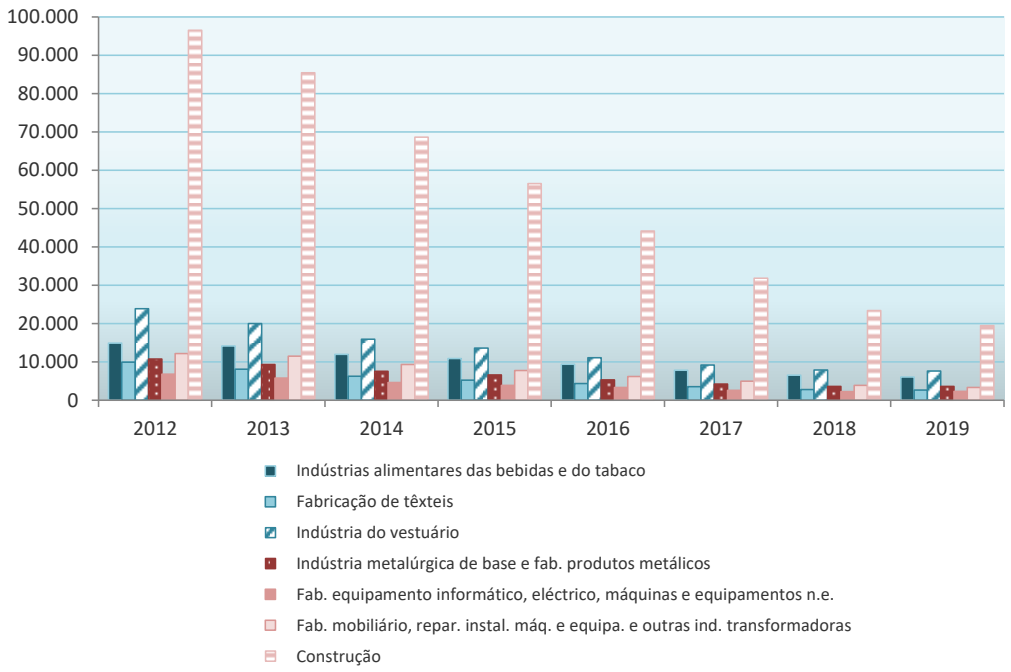


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Não obstante todos os sectores de actividade evidenciarem, no final de 2019, quebras face ao período homólogo, o sector da *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* registou, em 2019, a quebra menos expressiva (-5,2%), o que se traduziu, dada a sua menor representatividade (5,1%) no total dos sectores, num decréscimo de 732 registos de desemprego. Os restantes sectores evidenciaram igualmente uma descida do número de desempregados inscritos face a Dezembro de 2018. O sector dos *Serviços* que continuou a registar o maior peso relativo no conjunto dos sectores de actividade (71,3%) em dezembro de 2019, foi o sector que apresentou a maior descida absoluta relativamente ao período homólogo (cerca de menos 16,7 mil inscritos).

Analisando o sector da *Indústria, Energia e Água e Construção* de uma forma mais detalhada, observa-se que foi o subsector da *Construção* que continuou a assumir maior peso relativo no total de desempregados inscritos provenientes da *Indústria* (33,1%), logo seguido da *Indústria do Vestuário* (13%) e das *Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco* (10,3%). De salientar que, em termos absolutos, em 2019, o subsector da *Construção* registou a maior quebra, com um decréscimo de cerca de 4 mil desempregados inscritos, logo seguido pela Indústria do *Fabrico de mobiliário, reparação e instalação de máquinas e equipamento e outras indústrias transformadoras* que evidenciou a segunda maior diminuição do número de inscrições, com menos 548 desempregados inscritos neste subsector, relativamente ao ano anterior.

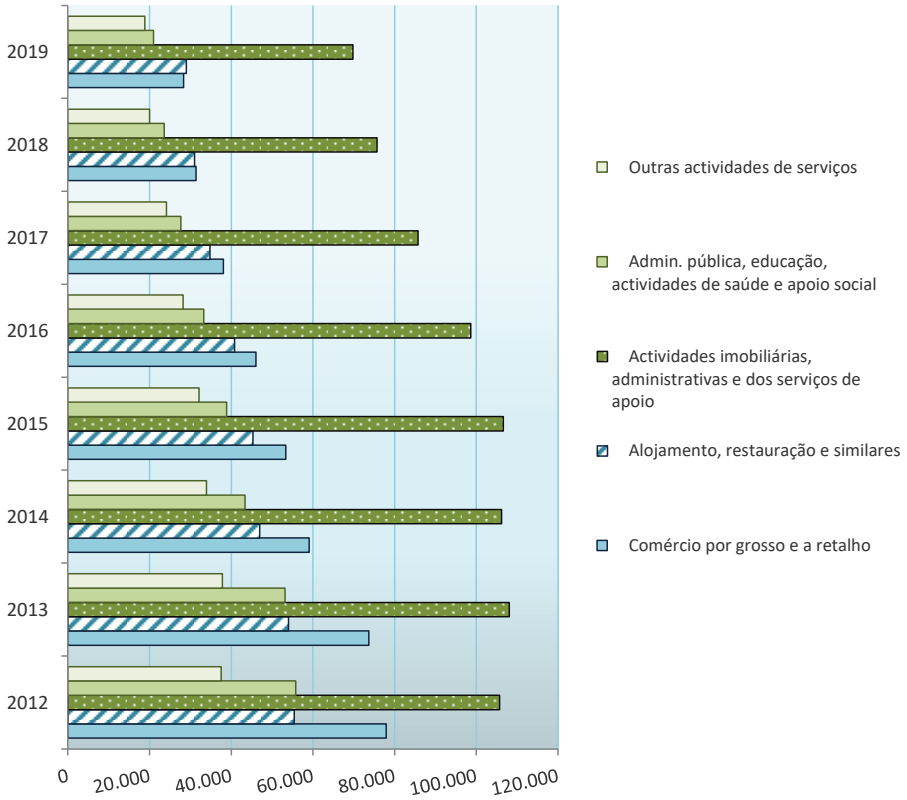
Figura 101. Desemprego registado na Indústria



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

No sector dos *Serviços*, o subsector com maior peso relativo (37,4%) – *Actividades Imobiliárias, Administrativas e dos Serviços de Apoio* – registou um decréscimo do desemprego em relação ao período homólogo (-7,8%), o que, em termos absolutos, se traduziu no registo de menos 5,9 mil desempregados. Relativamente ao subsector que, em 2019, apresentou a segunda maior representatividade, o do *Alojamento, restauração e similares* com 15,5% do total do desemprego registado, verificou-se um decréscimo em termos absolutos de cerca de 2 mil inscrições, logo seguido pelo subsector do *Comércio por Grosso e a Retalho*, que evidenciou a terceira maior representatividade (15,2%), após uma redução de cerca de 3 mil desempregados inscritos. De salientar o facto de, os subsectores da *Administração Pública, Educação, Actividades de Saúde e Apoio Social* e de *Outras actividades de serviços* terem evidenciado, igualmente, descidas expressivas do número de desempregados registados (menos 2,6 mil e 1,1 mil, respectivamente).

Figura 102. Desemprego registado nos Serviços

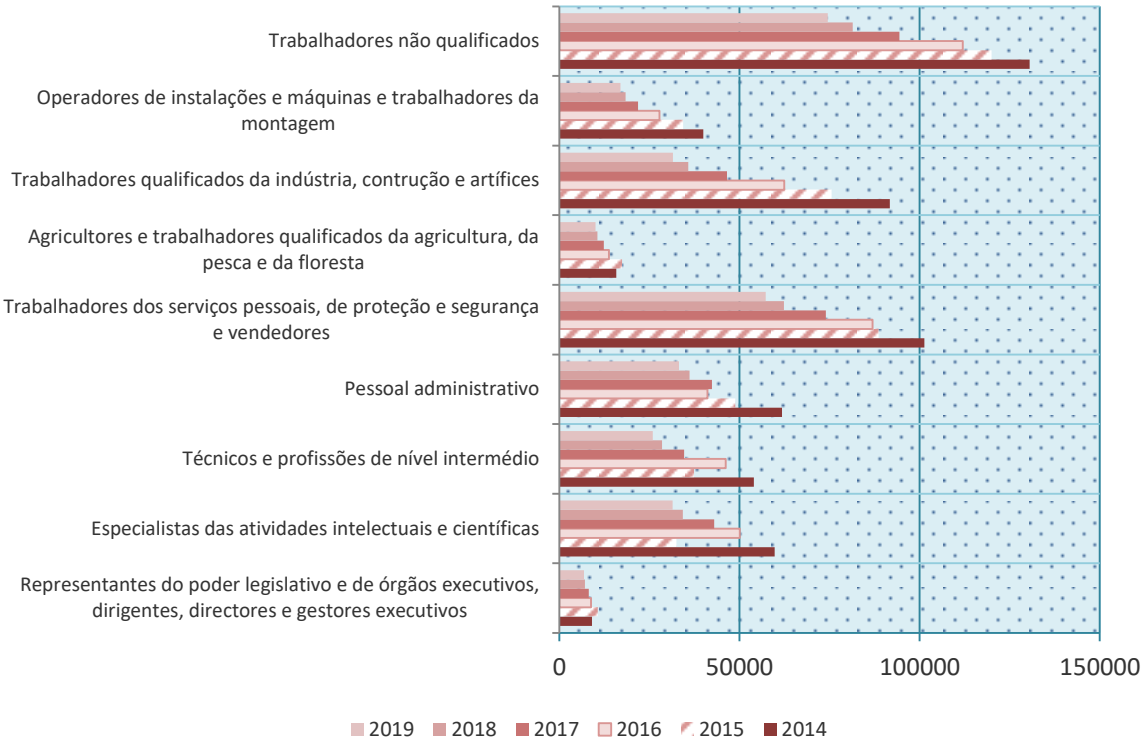


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

No final de 2019, as profissões mais representadas nos ficheiros dos Centros de Emprego do Continente continuaram a ser os *Trabalhadores não qualificados* (26%) e o *Pessoal dos serviços de protecção e segurança* (20%), sucedendo-se o *Pessoal administrativo* (11,5%) e os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* e os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* (ambos com 10,9%).

Por outro lado, a evolução em 2019, face ao período homólogo, continuou a evidenciar uma quebra na maioria das profissões, tendo-se constatado os maiores decréscimos do número de inscritos nas profissões dos *Trabalhadores não qualificados* (menos 6,9 mil), dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores* (menos 5,1 mil) e dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (menos 4,3 mil).

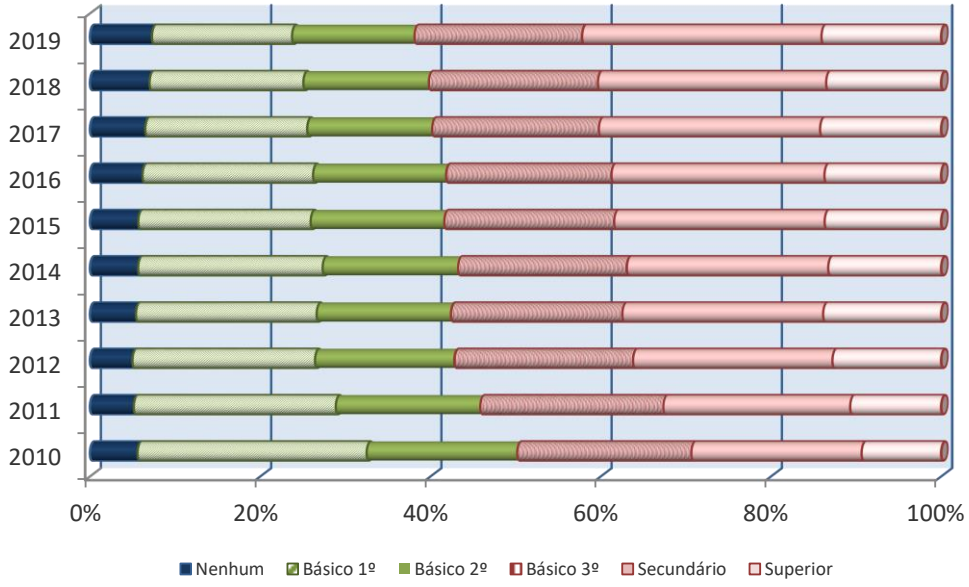
Figura 103. Desemprego registado (novo emprego) por profissões



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Considerando o nível das habilitações, no decurso da última década, é de notar que os desempregados registados com o Ensino Secundário ou Superior têm vindo a assumir maior peso no desemprego total, em detrimento dos desempregados registados com níveis inferiores de habilitações. Todavia, em 2019, os desempregados registados com o Ensino Secundário assumiram o maior peso no desemprego total (28,1%) com um aumento de 8,1 p.p. em relação a 2010, ao contrário dos desempregados com o 1º e 2º ciclos do Ensino Básico que, no mesmo período em análise, viram o seu peso relativo diminuir 10,5 p.p. e 3,3 p.p., respectivamente.

Figura 104. Evolução do desemprego registado por níveis de habilitações (%)



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

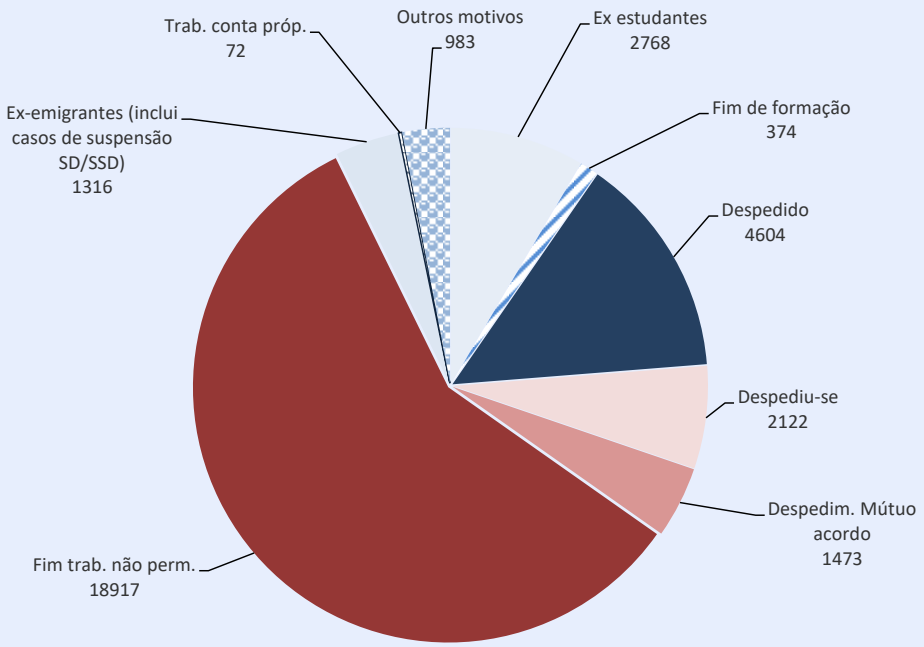
Por último, considerando a evolução do desemprego registado em 2019 face ao período homólogo, constatam-se quebras em todos os níveis de ensino, tendo os maiores decréscimos ocorrido entre os desempregados com o 1º e o 2º Ciclo do Ensino Básico, com menos 22,6% e menos 17% respectivamente, o que se traduziu em menos 13,8 mil e 8,5 mil pessoas registadas.

MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO

Em 2019, de acordo com a informação estatística disponibilizada pelo *Mercado de emprego* do IEFP, o principal motivo de inscrição dos desempregados nos Centros de Emprego foi o *Fim de trabalho não permanente*, que representou cerca de 46% do total dos registos de desemprego, logo seguido, apesar de com menor representatividade, pelas categorias dos *Despedidos* (11,2%), dos *Ex-estudantes* (6,7%) e dos *Despediram-se* (5,1%).

Figura 105. Motivos de inscrição dos desempregados em 2018

Média mensal do movimento ao longo do ano



* Inclui ex-domésticas, reformados e situações de fim de indisponibilidade prolongada para o emprego.

** Inclui fim do serviço militar obrigatório, ex-emigrantes, beneficiários de prestações de desemprego no espaço europeu, situações de reinscrições e de más condições de trabalho, subutilização ou baixo salário, bem como outros motivos.

Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

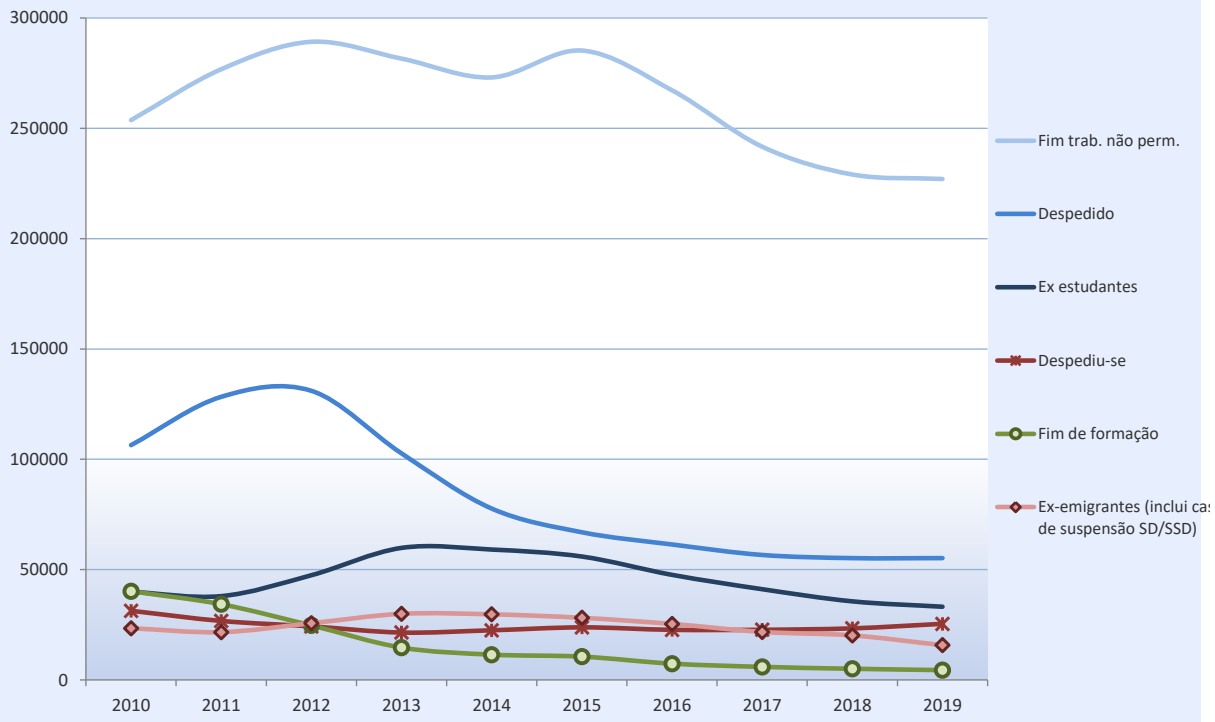
Por outro lado, considerando a evolução dos motivos de inscrição dos desempregados ao longo dos últimos anos, constata-se que a categoria mais representada – *Fim de trabalho não permanente* – tem vindo a apresentar uma trajectória de oscilação, evidenciando dois picos de aumento no volume de registos, em 2012 e 2015.

De salientar que esta categoria, que tem vindo a decrescer desde 2015, quando comparada com o início da década em análise (ano de 2010), evidencia uma quebra de cerca de 10,5%, ou seja menos 26,7 mil inscrições de desempregados, atribuída ao *Fim de trabalho não permanente*.

Relativamente à segunda categoria mais representada, a dos desempregados inscritos por terem sido *Despedidos*, a análise da sua evolução, ao longo dos últimos 10 anos, traduz uma redução de 51,2 mil registos em 2019 relativamente a 2010 (menos 48,1%), apesar dos acréscimos no volume de inscrições verificados em 2010 e 2012.

Figura 106. Evolução dos motivos de inscrição dos desempregados

Total dos movimentos ao longo dos meses



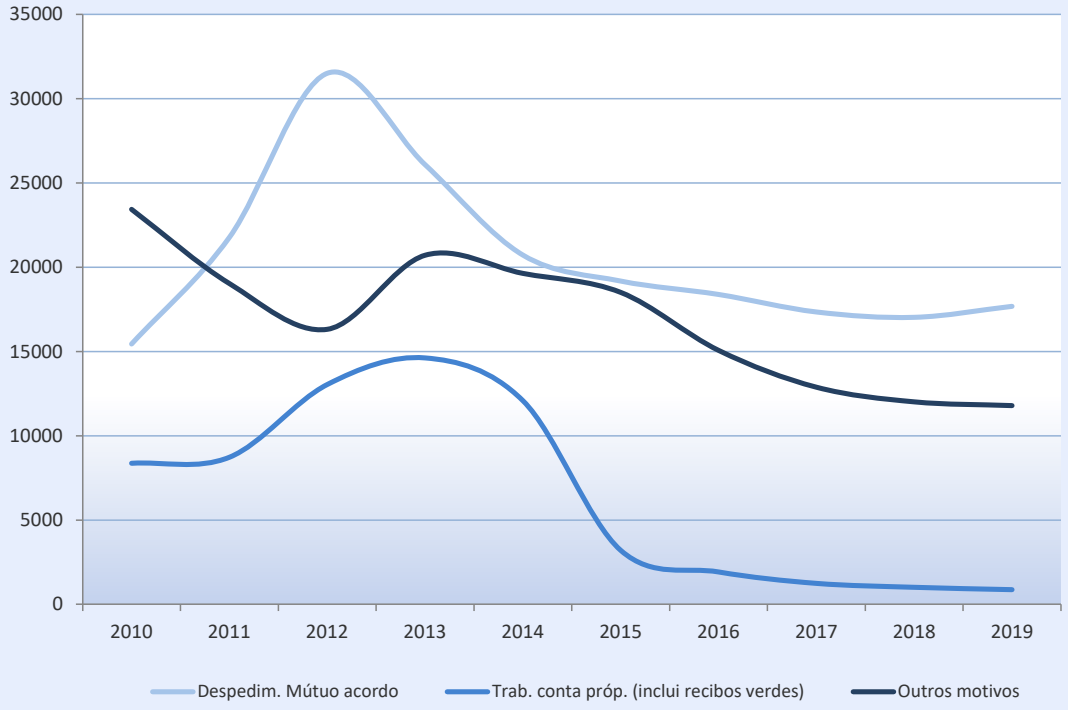
* Inclui ex-domésticas, reformados e situações de fim de indisponibilidade prolongada para o emprego.

Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Quanto aos *Ex-estudantes*, que ocupam a terceira categoria na escala dos motivos de inscrição, o número de registos apresentou alguma constância até 2012, ano a partir do qual se evidenciou uma subida, com maior expressividade em 2013 e 2014. De notar que, os *Ex-estudantes* inscritos como desempregados inflectiram a sua trajectória ascendente a partir de 2015, tendo registado em 2019, o valor mais baixo dos últimos dez anos, com 33,2 mil inscrições.

No que respeita aos motivos de inscrição *Despediu-se*, *Fim de formação* e *Ex-emigrantes (incluindo casos de suspensão SD/SSD)*, constata-se uma perda expressiva da sua representatividade face ao início da década em análise. Com efeito, no decurso dos últimos dez anos, estas três categorias registaram quebras na ordem dos 19%, 89% e 33%, respetivamente.

Figura 107. Evolução dos motivos de inscrição dos desempregados
Total dos movimentos ao longo dos meses



** Inclui fim do serviço militar obrigatório, ex-emigrantes, beneficiários de prestações de desemprego no espaço europeu, situações de reinscrições e de más condições de trabalho, subutilização ou baixo salário, bem como outros motivos.

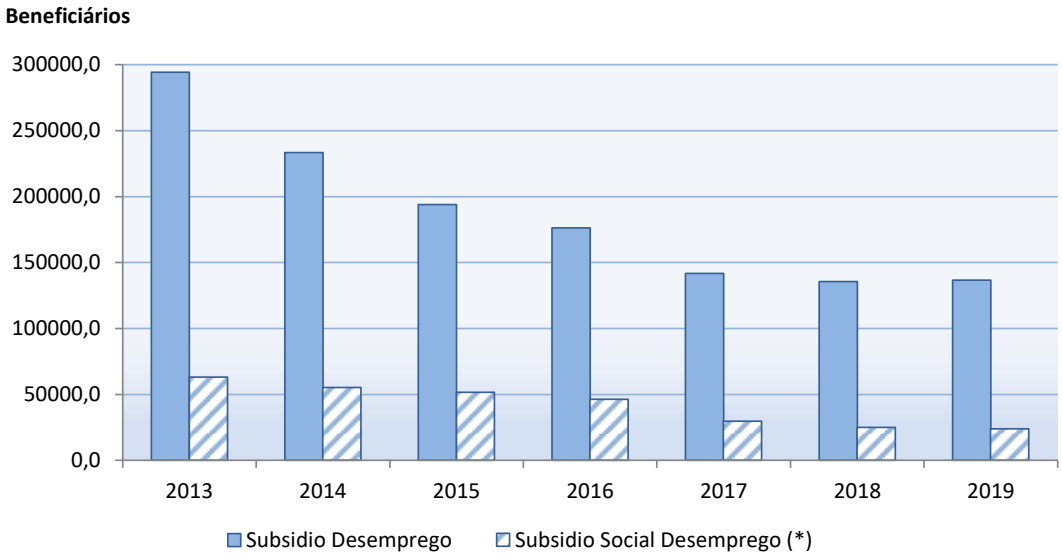
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Por último, no que concerne aos motivos de inscrição que concentram um menor número de desempregados registados, nomeadamente o *Despedimento por mútuo acordo* e os *Trabalhadores por conta própria*, verificou-se um decréscimo nos últimos anos, apesar destas categorias terem apresentado subidas significativas nos anos de 2012 e 2032. Quanto às inscrições originadas por *Outros motivos*, estas mantiveram a trajetória de decréscimo acentuado, iniciada em 2015.

2.3.3. Situação do desemprego subsidiado

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Informática do MTSSS, em 2019 havia cerca de 161,5 mil beneficiários com processamento de prestações de desemprego. Destes, 367 indivíduos beneficiavam de subsídio por cessação de atividade, ou seja, eram trabalhadores independentes.

Figura 108. Variação dos beneficiários com prestações de desemprego por tipo de subsídio

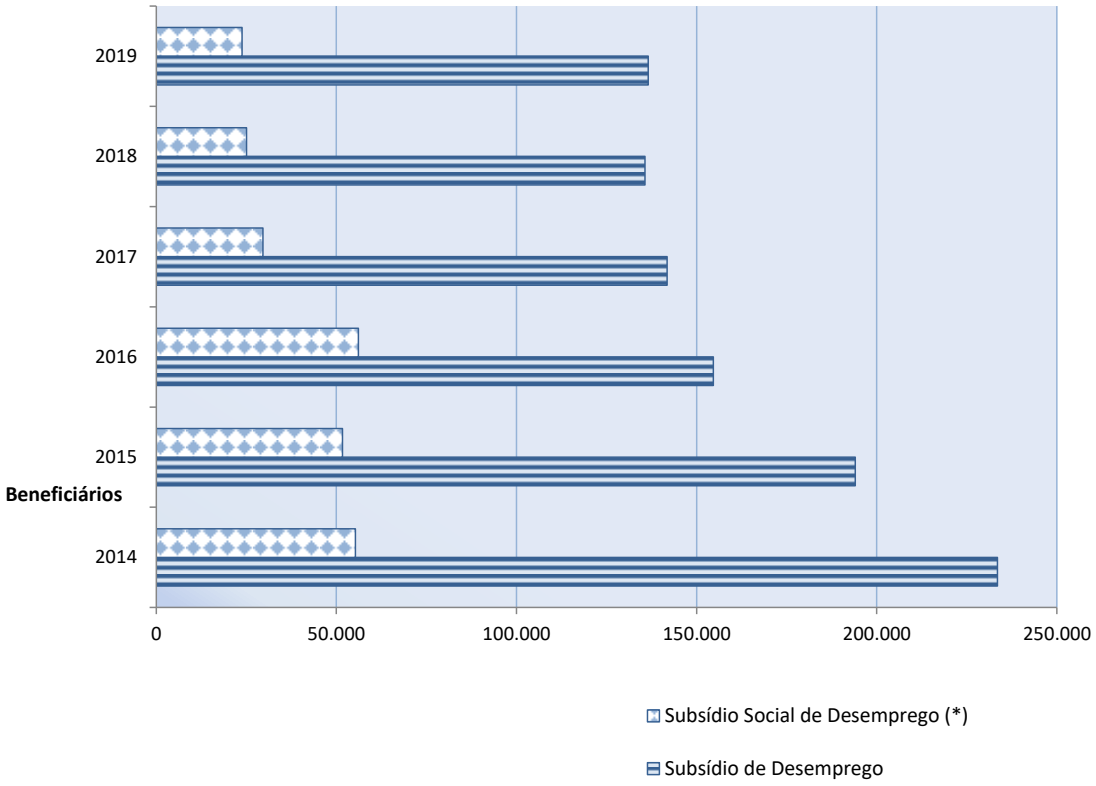


(*) Inclui subsídio social de desemprego subsequente
Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

Relativamente ao período homólogo, o número de beneficiários, em 2019, manteve-se praticamente inalterado (-0,2%), o que correspondeu, em termos absolutos a um decréscimo de 273 beneficiários. Esta tendência foi idêntica no que se refere aos beneficiários do subsídio social de desemprego (SSD) (incluindo o subsídio social de desemprego subsequente), cuja variação homóloga registou uma diminuição de cerca de 5%, ao contrário dos beneficiários com o subsídio de desemprego (SD) que registaram um acréscimo de 0,7% face ao ano anterior.

Quando comparado com o período homólogo, 2019 continuou a apresentar uma maior representatividade do número de beneficiárias femininas (57,7% de mulheres face a 42,3% de homens), tendo esse peso relativo aumentado em virtude do decréscimo dos beneficiários masculinos (-1,5%). No que respeita aos escalões etários, em 2019, a maioria dos beneficiários situava-se no escalão dos 25 aos 54 anos (64,5% do total dos beneficiários dependentes), logo seguido pelo escalão dos 55 aos 64 anos (28,6%).

Figura 109. Beneficiários com prestações de desemprego deferidas entre 2014 e 2019



(*) inclui subsídio social de desemprego subsequente

Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

Ao longo de 2019, foram deferidas prestações de desemprego relativas a cerca de 161,5 mil beneficiários: cerca de 136,6 mil relativas ao subsídio de desemprego e 23,8 mil relativas ao subsídio social de desemprego.

No que se refere ao subsídio por cessação de actividade e por cessação de actividade empresarial foram deferidas prestações relativas a 367 e 114 beneficiários, respectivamente. Quanto ao subsídio por cessação de actividade profissional dos membros de órgãos estatutários, este foi atribuído a 667 pessoas.

Relativamente ao período homólogo, o número de beneficiários com prestações deferidas diminuiu 0,1%, o que se traduziu num decréscimo de 231 pessoas. De referir que, entre 2018 e 2019, o número de beneficiários com prestações relativas ao subsídio de desemprego conheceu uma variação positiva (+0,7%), contrastando com os beneficiários do subsídio social de desemprego, que registaram uma diminuição 4,9%.

Figura 110. Beneficiários com prestações de desemprego deferidas por tipo de subsídio

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	Número beneficiários						
TOTAL	**357.755**	**289.261**	**246.519**	**202.402**	**172.575**	**161.740**	**161.509**
Subsídio por Cessação de Atividade	222	512	367	602	316	292	367
Subsídio por Cessação de Atividade Empresarial	—	—	77	159	135	105	114
Subsídio por Cessação de Atividade Profissional MOE	—	—	376	736	775	709	667
Subsídio de Desemprego	294.397	233.460	194.019	154.642	141.760	135.620	136.575
Subsídio Social de Desemprego (*)	63.136	55.289	51.680	46.263	29.589	25.014	23.786

— valor não disponível
(*) inclui subsídio social de desemprego subsequente
Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

Por último, importa referir que, no que concerne aos subsídios por cessação de actividade e por cessação de actividade empresarial, verificaram-se aumentos homólogos de 25,7%, de 8,6%, respectivamente. Quanto aos subsídios por cessação de actividade profissional dos membros de órgãos estatutários, em 2019, verificou-se uma quebra de 5,9% face a 2018.

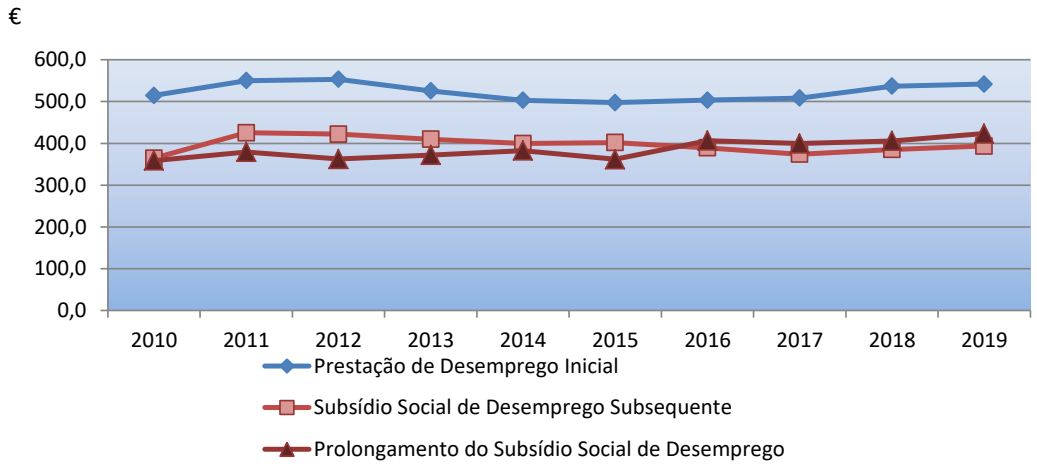
Montantes médios mensais das prestações de desemprego

Segundo os dados da Segurança social, em 2019, no Continente, o montante médio mensal das prestações de desemprego para os trabalhadores por conta de outrem era de 542 €, no que se refere às prestações de desemprego inicial[28], de 393,5 € no que se refere ao subsídio social de desemprego subsequente, de 432,5 € no que respeita ao prolongamento do subsídio social de desemprego e de 301,5 € relativamente à medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração. Já no que respeita ao valor médio do montante único do subsídio de desemprego, este foi de 9.492 €.

Relativamente a 2018, o montante médio mensal manteve-se ou aumentou ligeiramente, relativamente a todas estas diferentes prestações, excepto no que respeita ao montante único de subsídio de desemprego, que diminuiu em 1,1%. O maior crescimento registou-se na prestação por prolongamento do subsídio social de desemprego (4,1%)

[28] Inclui subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego inicial.

Figura 111. Evolução do valor médio mensal das prestações de desemprego (TCO)



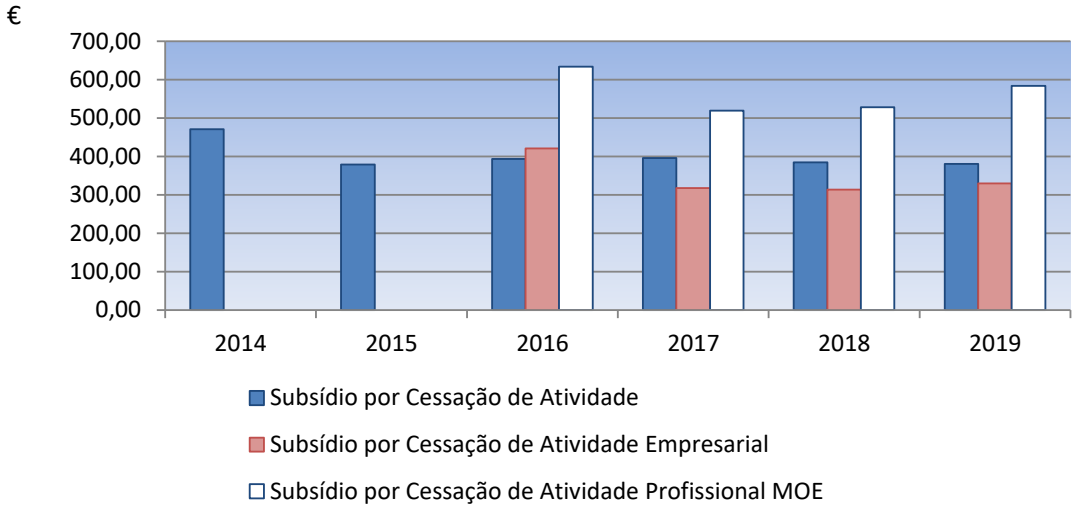
Fonte : Instituto de Informática (MTSSS), Estatísticas da Segurança Social

Entre 2010 e 2019, o valor médio quer das prestações de desemprego inicial quer das prestações relativas ao subsídio social de desemprego subsequente só aumentou de forma significativa entre 2010 e 2011 e, depois, entre 2017 e 2018; no caso do subsídio social de desemprego subsequente, também entre 2018 e 2019. Já o valor médio mensal do prolongamento do subsídio social de desemprego cresceu quase sempre, ao longo da série, tendo registado um único decréscimo significativo entre 2014 e 2015. Quanto à medida extraordinária de apoio a DLD, os primeiros registos são de 2016 e o valor médio da prestação diminuiu sempre. O valor médio do montante único do subsídio de desemprego também cresceu, até 2012 mas, a partir daí, decresceu acentuadamente, tendo registado um único aumento, entre 2016 e 2017.

No que respeita às prestações dirigidas aos trabalhadores por conta própria, ou seja, às prestações por cessação de actividade, por cessação de actividade empresarial e por cessação de actividade profissional de membros dos órgãos estatutários (MOE), o valor médio mensal destas prestações, em 2019, no Continente, era de 380.9 €, 329,5 € e 584,3 €, respectivamente. No que se refere às prestações de montante único, o valor médio mensal do subsídio por cessação de actividade era de 3.926,4 € e o do subsídio relativo aos MOE de 6.808.8 €.

Relativamente ao ano anterior, a prestação por cessação de atividade diminuiu mas, quer a prestação por cessação de actividade empresarial, quer a relativa aos MOE aumentaram (5,1% e 10,7%, respectivamente).

Figura 112. Evolução do valor médio mensal dos subsídios por cessação de atividade



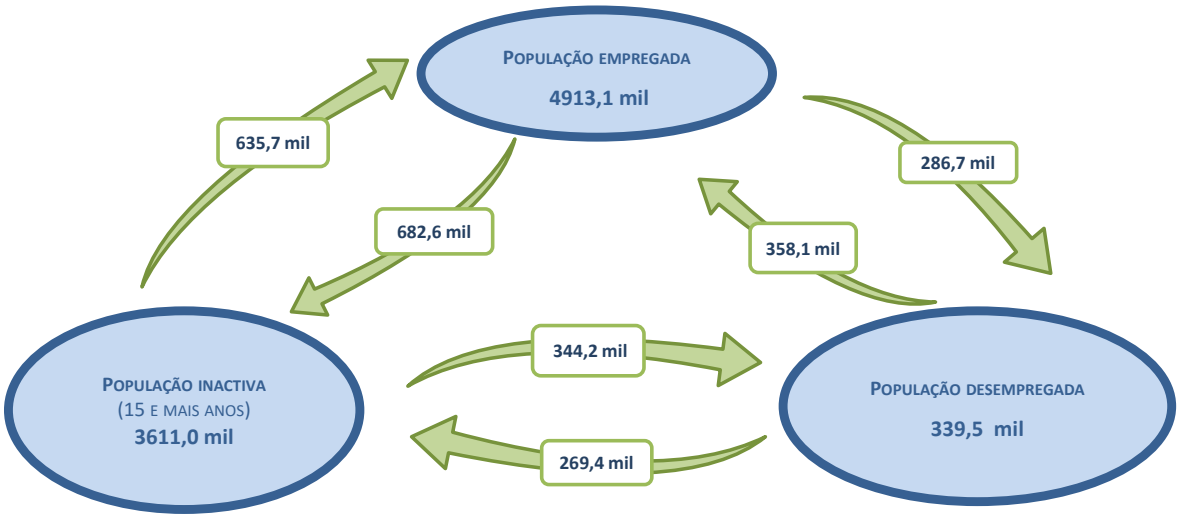
Fonte: Instituto de Informática (MTSSS), Estatísticas da Segurança Social

Analisando a evolução das prestações por cessação de actividade ao longo da série, constata-se que, nos primeiros anos de registo os valores registados correspondem apenas a alguns meses no ano pelo que agregam, possivelmente, valores relativos a vários meses. Assim, consideraram-se nesta análise apenas os valores registados a partir do segundo ano de registos. Deste modo, e no que respeita às prestações por cessação de actividade, entre 2014 e 2015 verificou-se uma descida significativa nos valores médios desta prestação mas, depois disso, apenas um ligeiro aumento, até 2017, seguido por um ligeiro decréscimo. Também no que se refere às prestações por cessação de actividade empresarial e por actividade profissional MOE, em ambas se verificou um decréscimo mais acentuado, entre 2016 e 2017, seguido de alguma estabilidade, nos anos seguintes e de um novo aumento significativo no último ano. O valor médio mensal do subsídio por cessação de actividade profissional MOE manteve-se sempre bastante superior às outras prestações. No que se refere ao valor médio dos montantes únicos por cessação de actividade e relativo aos MOE este regista valores anuais muito variáveis.

2.4. Fluxos de mão de obra entre emprego, desemprego e inatividade

De acordo com os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE relativos a Portugal, no decurso do ano de 2019 o número de pessoas que passaram de uma situação de desemprego para uma situação de emprego, foi de cerca de 358,1 mil. No sentido inverso, 286,7 mil transitaram do emprego para o desemprego. Assim, o saldo emprego-desemprego foi de 71,4 mil pessoas.

Figura 113. Fluxos de mão de obra em 2019



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

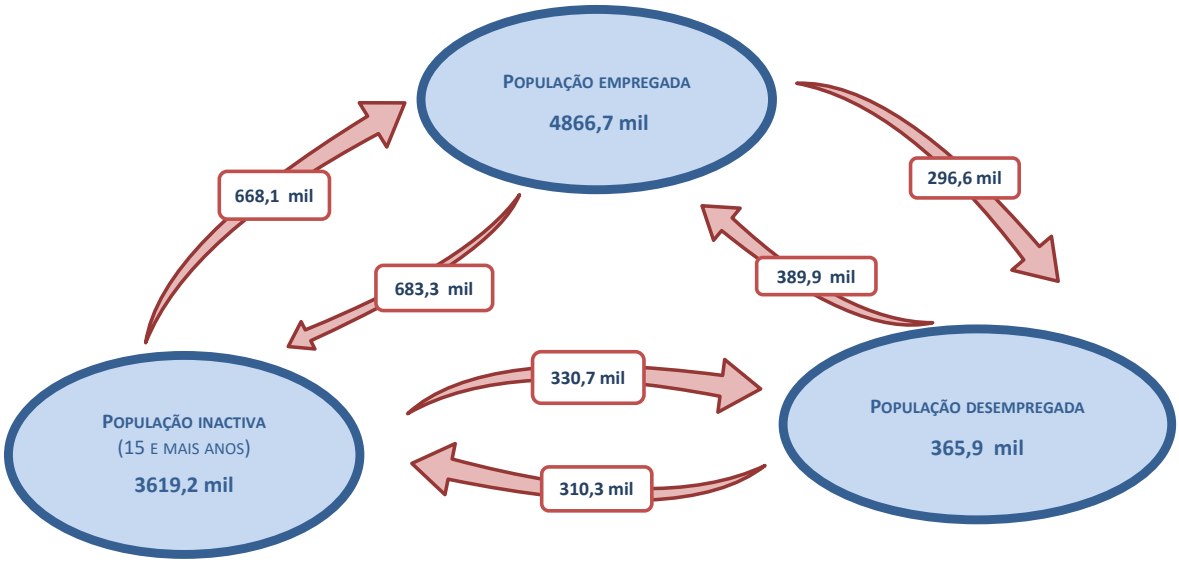
Por outro lado, cerca de 635,7 mil passaram da inatividade para o emprego, sendo que 682,6 mil saíram do emprego para a inatividade. Deste modo, o saldo emprego-inatividade foi negativo (menos 46,9 mil pessoas). No que respeita ao fluxo de saída do desemprego para a inatividade, este foi de cerca de 269,4 mil pessoas, enquanto o fluxo de passagem da inatividade para o desemprego foi de cerca de 344,2 mil indivíduos. O saldo desemprego-inatividade é por isso positivo (mais 74,8 mil pessoas).

Em resumo, em 2019, a população empregada apresenta um saldo positivo de cerca de 24,5 mil pessoas, que resulta sobretudo da entrada de indivíduos vindos de uma situação de desemprego. A população inativa, em contrapartida, diminuiu em cerca de -27,9 mil pessoas, sobretudo devido

ao número de transitados da inactividade para o desemprego. Já o número de desempregados aumentou ligeiramente, sobretudo devido à entrada de inativos para o desemprego.

Analisando os fluxos de mão de obra observados no ano anterior, constata-se que o saldo emprego-desemprego foi também positivo (93,3 mil pessoas) uma vez que cerca de 389,9 mil pessoas transitaram do desemprego para o emprego e 296,6 mil passaram do emprego para o desemprego.

Figura 114. Fluxos de mão de obra em 2018



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

O saldo inactividade-emprego foi, contudo, negativo (-15,2 mil pessoas) já que cerca de 683,3 mil indivíduos passaram do emprego para a inatividade e 668,1 mil saíram da inatividade para a situação de emprego. No que se refere ao saldo desemprego-inatividade, este foi positivo (20,4 mil indivíduos) considerando que cerca de 330,7 mil transitaram da inatividade para uma situação de desemprego enquanto 310,3 mil transitaram do desemprego para a inatividade.

Assim, em 2018, a população empregada aumentou cerca de 78,1 mil pessoas, sobretudo devido aos transitados do desemprego para o emprego. Por outro lado, a população desempregada conheceu um decréscimo de -72,9 mil pessoas em virtude da saída de desempregados para o emprego. Em relação ao número de inactivos, verificou-se igualmente um decréscimo (-5,2 mil pessoas) devido, sobretudo, à saída de inactivos para o desemprego.

Por último, importa salientar o facto dos fluxos do mercado de trabalho em 2019, quando comparados com os do ano anterior, continuarem a apresentador um saldo positivo do emprego e negativo da inatividade. Relativamente ao saldo final do desemprego em 2019, e ao contrário do registado no período homólogo, verificou-se um ligeiro acréscimo, em virtude da passagem de inativos para a condição de desempregados.

Figura 115. Fluxos de mão de obra

Fluxos de mão de obra Saldos Finais (milhares)		
	2018	2019
Emprego	**+ 78,1**	**+ 24,5**
Desemprego	**- 72,9**	**+ 3,4**
Inatividade	**- 5,2**	**- 27,9**

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

2.4.1. Emprego nas administrações públicas – fluxos de entradas e saídas

De acordo com informação da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, em dezembro de 2019, no Continente, entraram nas Administrações públicas cerca de 105,7 mil trabalhadores, dos quais 58,5 mil, ou seja, aproximadamente metade, constituíam novos recrutamentos[29] e os restantes provinham da mobilidade e outras situações[30].

Por outro lado, saíram das Administrações Públicas 91,7 mil trabalhadores, cerca de 58% dos quais, ou seja, 53,1 mil, em definitivo[31]. Destes, 9,3 saíram por reforma/aposentação[32].

[29] inclui os trabalhadores das entidades que entraram no subsector por reclassificação.

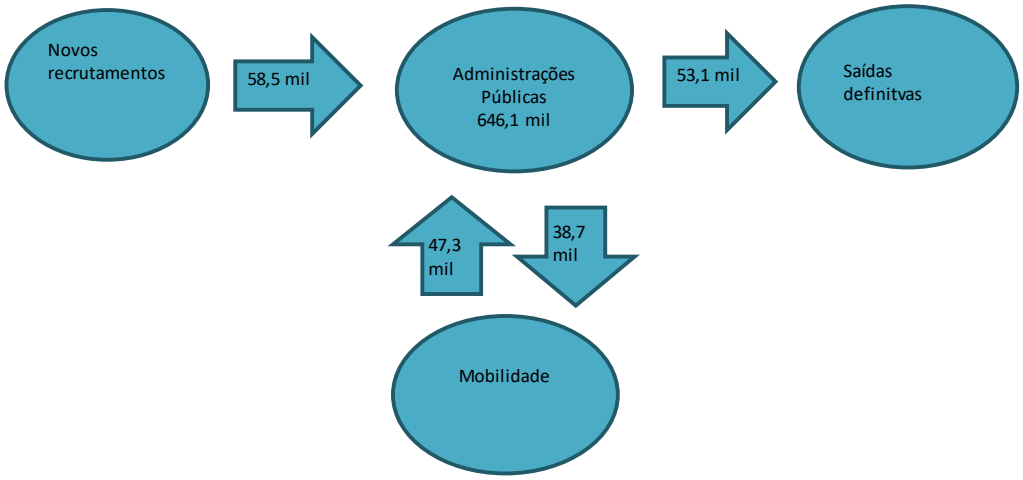
[30] Inclui recrutamento interno, mobilidade, cedência, regresso de licença sem vencimento ou de período experimental, comissão de serviço (início ou regresso) e outras situações.

[31] As saídas definitivas incluem aposentação/reforma, caducidade (termo) de contrato, extinção da relação de emprego por causa imputável ao trabalhador ou à entidade empregadora, morte.

[32] Dos trabalhadores que não saíram por aposentação/reforma, 66,2% provinham do Ministério da Educação, 11,5% do Sector Empresarial do Estado – entidades reclassificadas (unidades reclassificadas no sector das administrações públicas em contas nacionais em SEC 2010) e 10,4% do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Destes movimentos de trabalhadores resultou um acréscimo de cerca de 14 mil trabalhadores nas Administrações públicas no final do ano, dos quais 8,6 mil provinham do saldo dos trabalhadores em mobilidade e outras situações, e os restantes 5,4 mil do saldo entre novos recrutamentos e saídas definitivas.

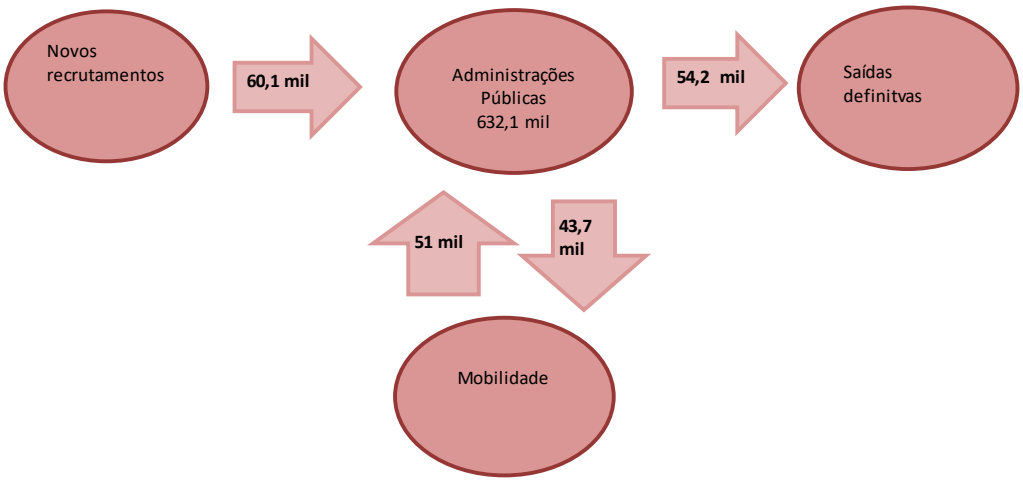
Figura 116. Fluxos de entradas e saídas das administrações públicas – 2019



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Em 2018, tinham entrado e saído mais trabalhadores mas o saldo anual foi ligeiramente mais baixo, 13,2 mil trabalhadores.

Figura 117. Fluxos de entradas e saídas das administrações públicas – 2018



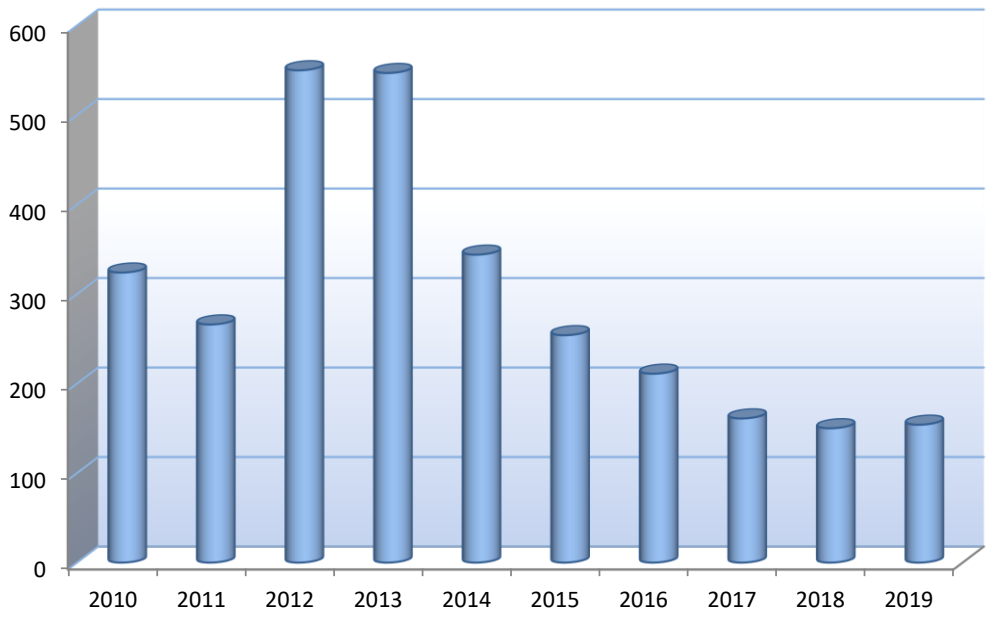
Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre 2012 e 2014, o saldo anual de entradas e saídas foi sempre negativo pelo que o número de trabalhadores nas administrações públicas diminuiu, nesse período, em cerca de -69,4 mil pessoas. Entre 2015 e 2019, entraram nas administrações públicas 40,7 mil trabalhadores, 27 mil dos quais nos dois últimos anos.

2.4.2. Entidades empregadoras e beneficiários com prestações de lay-off

Analisando os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Informática da Segurança Social, no decurso de 2019, 154 entidades empregadoras estiveram em situação de *Lay-off*, inflectindo-se ligeiramente a tendência de decréscimo, iniciada em 2014, no número destas empresas, após se terem registado, em 2012 e 2013, os valores mais elevados da década, anos em que 550 e 547 empresas, respetivamente, se encontravam em *Lay-off*.

Figura 118. Entidades empregadoras em situação de Lay-off

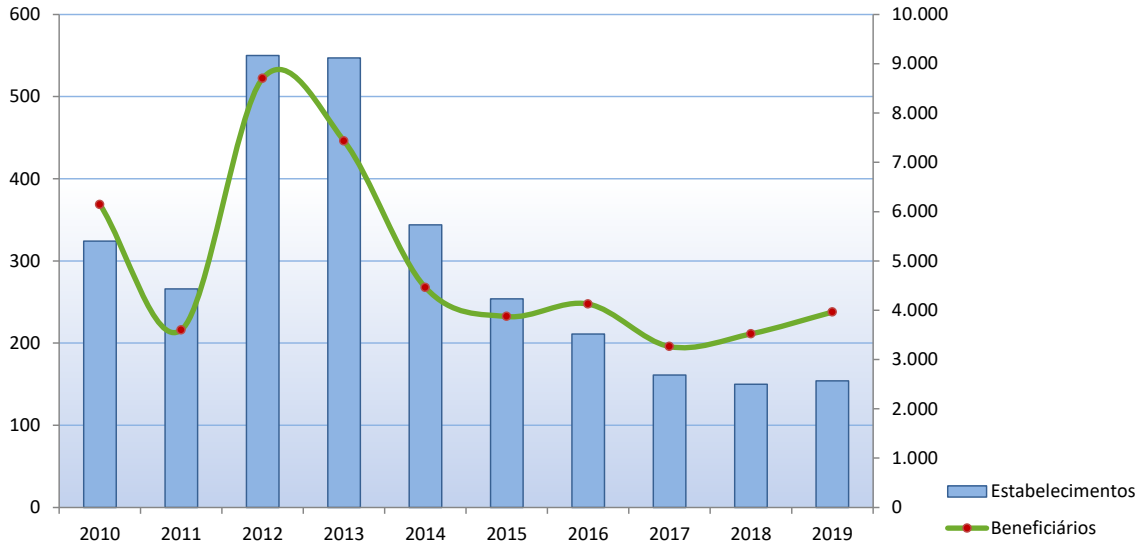


Fonte: II/MTSSS, Estatísticas da Segurança Social

A análise da última década, evidencia um número significativo de empresas em *Lay-off* no primeiro ano da série, em 2010, e um aumento bastante acentuado que ocorreu em particular nos anos de 2012 e 2013. Por outro lado, considerando os beneficiários com prestações de *Lay-off*, constata-se que, nos anos de 2012 e 2013, a um maior número de registos de empresas em situação de *Lay-off* (550 e 547, respetivamente), correspondeu igualmente um número mais expressivo de trabalhadores envolvidos.

Relativamente a 2019, apesar do número de entidades empregadoras em situação de *Lay-off* ter conhecido um aumento pouco expressivo de 2,7% – passando de 150, em 2018, para 154, em 2019 – o mesmo não sucedeu aos beneficiários com prestações de *Lay-off*, que viram o seu número aumentar de forma mais acentuada, com uma variação positiva de 12,6%, abrangendo cerca de 3,9 mil trabalhadores.

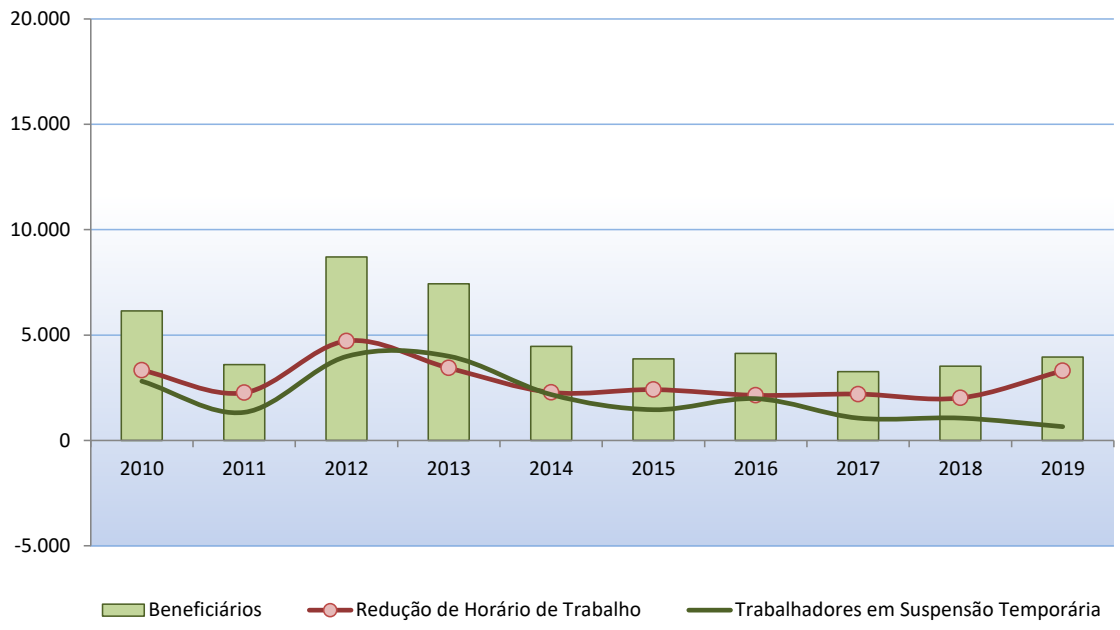
Figura 119. Entidades empregadoras e beneficiários em situação de Lay-off



Fonte: II/MTSSS, Estatísticas da Segurança Social

Por último, ainda no que concerne aos beneficiários com prestações de *Lay-off*, importa destacar duas situações diferenciadas: por um lado, os trabalhadores com redução de horário de trabalho e, por outro, os trabalhadores em suspensão temporária de trabalho. De salientar que em ambas as situações a tendência é semelhante, excetuando os dois últimos anos onde a tendência é inversa, nomeadamente em 2019, com uma diminuição de 38,2% dos trabalhadores com redução de horário de trabalho, ao contrário dos trabalhadores em suspensão temporária de trabalho, cujo valor conheceu um acréscimo de 63,8%.

Figura 120. Beneficiários com prestações de Lay-off, por tipologia



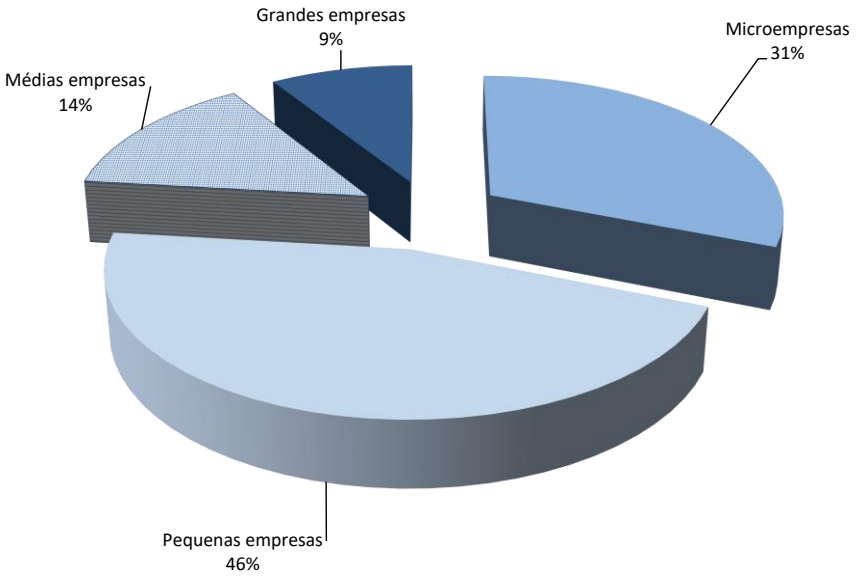
Fonte: II/MTSSS, Estatísticas da Segurança Social

2.4.3. Despedimentos coletivos

Analisando os dados estatísticos disponibilizados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), em 2019, foram comunicados 345 despedimentos colectivos que abrangeram um total de cerca de 3,6 mil trabalhadores. Em termos homólogos, no ano de 2019, constatou-se um aumento de 7,8% do número de despedimentos coletivos comunicados, o que correspondeu a mais 25 despedimentos.

Relativamente ao número de despedimentos coletivos por dimensão de empresa, verifica-se que, em 2019, as pequenas empresas e as microempresas concentraram mais de metade dos despedimentos coletivos comunicados, com cerca de 46% e 31%, respetivamente (158 nas pequenas empresas e 107 nas microempresas).

Figura 121. Despedimentos coletivos por tipologia de empresa, em 2019

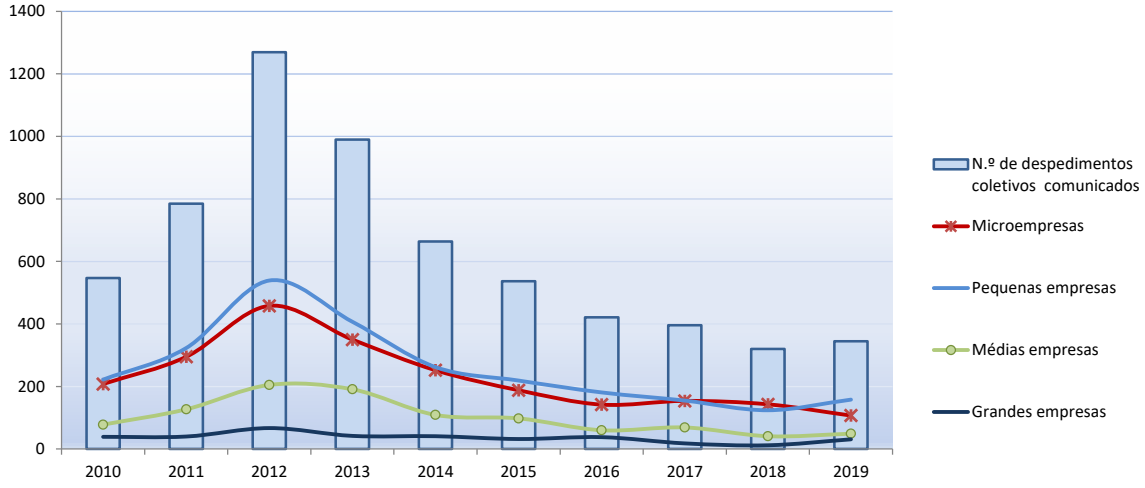


Fonte: DGERT, *Relatório anual*

De salientar que, à excepção das microempresas, que apresentaram um decréscimo de 25,2%, todas as restantes dimensões apresentaram um aumento do número de despedimentos colectivos, em particular as grandes empresas, que registaram um aumento de 158,3%, passando de 12 despedimentos colectivos em 2018 para 31 em 2019.

Por outro lado, a análise da última década, evidencia um aumento bastante expressivo entre 2010 e 2012, ano em que se atingiu o máximo da série em análise, com 1269 registos, tendo a partir de então e até 2018, decrescido o número total de despedimentos coletivos comunicados, não obstante um ligeiro aumento em 2019.

Figura 122. Evolução do número de despedimentos coletivos por tipologia de empresa

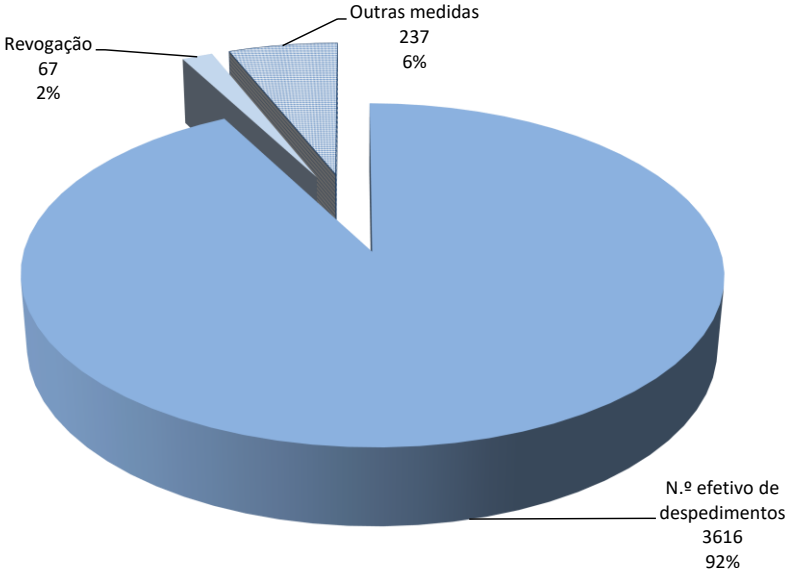


Fonte: DGERT, *Relatório anual*

De notar que apesar de em 2019 se ter registado um ligeiro aumento do número de despedimentos colectivos comunicados (mais 25), o total de trabalhadores afectados permaneceu inalterado (3,6 mil), um dos valores mais baixos dos últimos dez anos, a par com o valor referente a 2010 e 2017, ambos com cerca de 3,5 mil despedimentos efetivos.

Relativamente ao número de trabalhadores abrangidos por despedimentos coletivos, em 2019, de um total de 345 despedimentos coletivos, foram efetivamente despedidos cerca de 3,6 mil trabalhadores, tendo-se constatado um acréscimo pouco expressivo de 0,4% em relação a 2018, o que em termos absolutos se traduziu num aumento de 15 trabalhadores despedidos. No total, em 2019, estiveram envolvidos quase 3,9 mil trabalhadores, incluindo 67 cujos contratos foram revogados[33] e 237 abrangidos por outras medidas[34].

Figura 123. Número de trabalhadores a despedir por despedimentos coletivos, em 2019

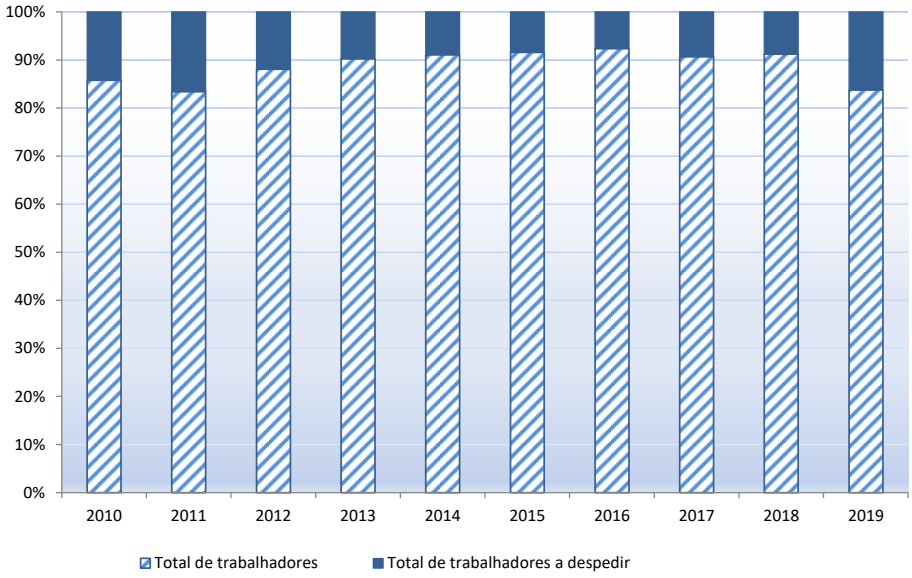


Fonte: DGERT, *Relatório anual*

[33] Cessação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

[34] Suspensão de contratos de trabalho, redução de períodos normais de trabalho, reconversão ou reclassificação profissional e reformas antecipadas ou pré-reformas.

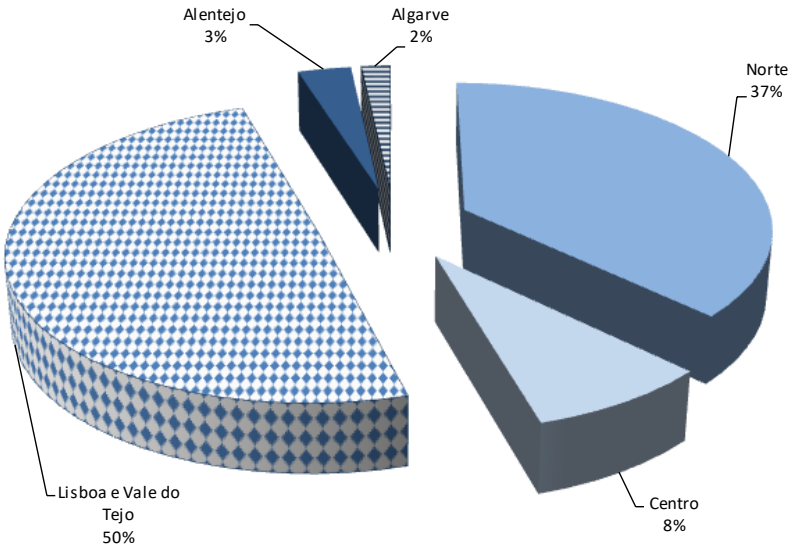
Figura 124. Total de trabalhadores e total de trabalhadores a despedir entre 2010 e 2019



Fonte: DGERT, *Relatório anual*

Por último, a análise dos despedimentos colectivos comunicados por região, em 2019, permite evidenciar que Lisboa e Vale do Tejo foi a região com maior número de despedimentos comunicados (171), concentrando cerca de metade do total de despedimentos comunicados, logo seguida pela região Norte que registou 37% do total de despedimentos (128).

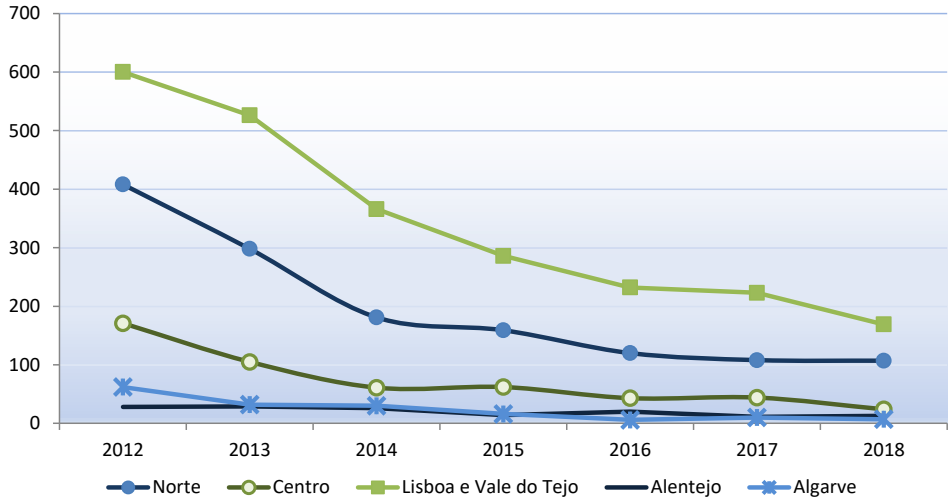
Figura 125. Despedimentos coletivos por região, em 2019



Fonte: DGERT, *Relatório anual*

Por outro lado, saliente-se o facto das regiões com uma maior expressividade de despedimentos colectivos terem vindo a apresentar uma tendência de decréscimo de despedimentos nos últimos anos.

Figura 126. Evolução do número de despedimentos coletivos por região



Fonte: DGERT, *Relatório anual*

3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS

3.0. Nota introdutória

Este capítulo analisa a estrutura empresarial e do emprego nas empresas, tendo como fontes principais os dados de natureza administrativa dos *Quadros de Pessoal* (QP), do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e a informação proveniente do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) do INE, no período entre 2009 e 2018, que é a informação mais recente disponível. O número total de empresas difere entre as fontes consideradas já que os QP consideram as empresas com pessoal ao serviço (empresas que preenchem o *Anexo A* do *Relatório Único*), enquanto que o SCIE, que resultou de um processo de integração da informação estatística sobre empresas baseado em dados administrativos, inclui também empresas individuais (empresários em nome individual e trabalhadores independentes), recebidos por via do protocolo estabelecido entre o INE e a AT, e outra informação proveniente do Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE) do INE.

Nas três primeiras secções do capítulo analisa-se a estrutura empresarial, o emprego nas empresas e trabalhadores estrangeiros nas empresas, com base nos *Quadros de Pessoal* procedendo-se depois à análise da estrutura empresarial e do emprego por nível de tecnologias recorrendo aos dados do SCIE.

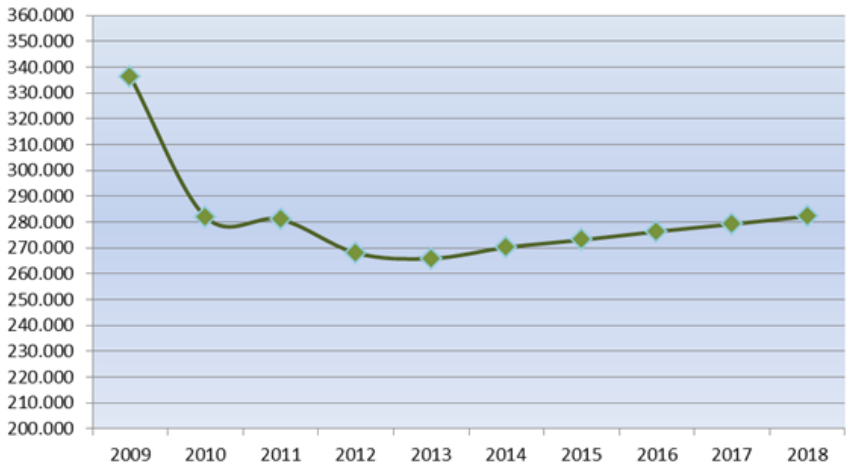
Na última secção do capítulo procede-se à análise da sinistralidade e do absentismo laboral. No primeiro caso a fonte utilizada foi a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do MTSSS, no período entre 2008 a 2017. Na análise do absentismo apenas se identificaram dados para o absentismo motivado por baixas por doença, publicados nas Estatísticas da Segurança Social do MTSSS, e considerou-se a informação de 2010 a 2019.

3.1. Estrutura empresarial

Em 2018, responderam aos *Quadros de Pessoal* 282,2 mil empresas, mais cerca de 3 mil do que em 2017. O número de empresas tem vindo a aumentar de forma regular desde 2014, depois de

ter diminuído consecutivamente entre 2009 e 2013. Entre 2009 e 2018, os maiores decréscimos registaram-se em 2010 (-54 mil) e 2012 (-13 mil).

Figura 127. Evolução do número de empresas



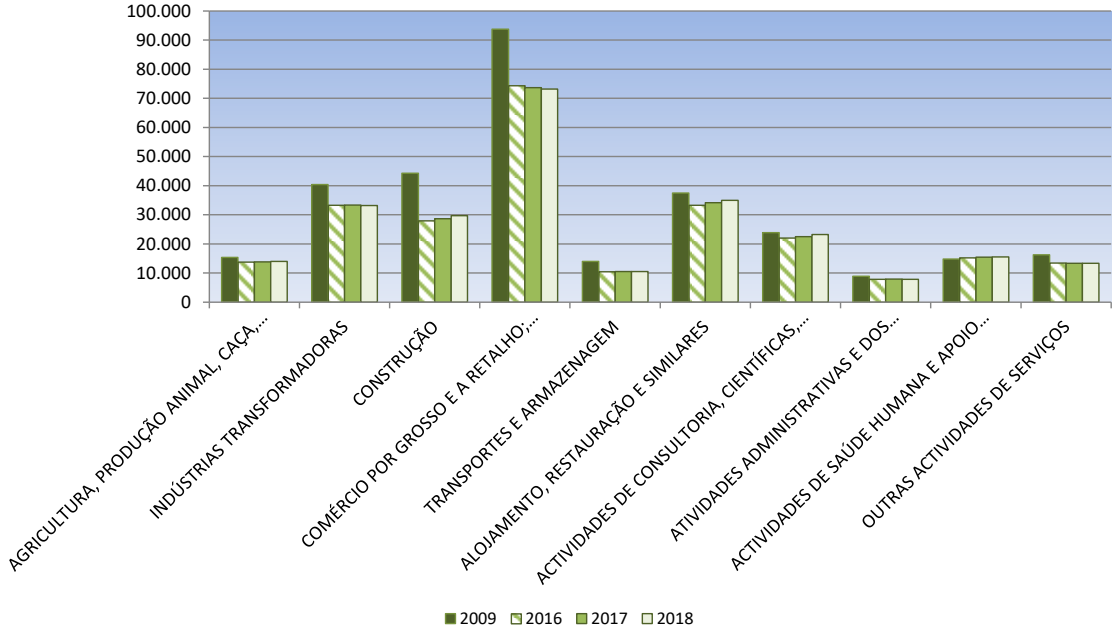
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

3.1.1. Por setores de atividade

Entre 2017 e 2018, o número de empresas aumentou em quase todos os sectores e, como nos anos anteriores, sobretudo nos sectores da *Construção* (+993 empresas), do *Alojamento, Restauração e similares* (+790), das *Atividades Imobiliárias* (+767) e das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares,* (+663 empresas). De entre os sectores com mais peso em termos de estrutura empresarial, o número de empresas diminuiu no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (-446 empresas), nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (-148) e nas *Industrias Transformadoras* (-138 .

No que se refere aos subsectores de atividade, os maiores aumentos verificaram-se nos subsectores do *Comércio, manutenção e reparação e veículos automóveis e motociclos* (+271 empresas), no subsector da *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; Silvicultura e exploração florestal* (+162 empresas), no subsector da *Consultoria e programação informática e atividades relacionadas; atividades dos serviços de informação* (+157 empesas) e no subsector das *Indústrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos* (+132). Por outro lado, os maiores decréscimos registaram-se no subsector do *Comércio a retalho* (-569 empresas), no subsector da *Indústria têxtil do couro e dos produtos de couro* (-186).

Figura 128. Evolução do número de empresas por CAE



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Entre 2009 e 2018, o número de empresas diminuiu em todos os sectores mais significativos, exceto nos sectores da S*aúde humana e apoio social.* Os sectores que registaram maiores decréscimos foram o do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* e o do sector da *Construção.*

3.1.2. Por dimensão de empresas

A estrutura empresarial por dimensão de empresas manteve-se praticamente inalterável entre 2009 e 2018. Em 2018, as empresas com até 9 trabalhadores representavam 83,3% do total, as empresas com entre 10 e 49 trabalhadores, 13,9%, as empresas com entre 50 e 99 trabalhadores, 1,6% e as empresas com 100 ou mais trabalhadores, 1,2%. De qualquer modo, tem-se verificado um ligeiro decréscimo na percentagem de empresas com até 9 trabalhadores (cujo peso diminuiu em 2,3 p.p. desde o início da série) a favor sobretudo das empresas com entre 10 e 49 trabalhadores (cujo peso cresceu em 1,7 p.p.).

Os sectores com maior peso de empresas no escalão **até 9 trabalhadores** (mais de 90%) continuavam a ser as *Atividades imobiliárias,* as *Atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares,* e as *Outras atividades de serviço,* bem como o subsector *da Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração florestal.*

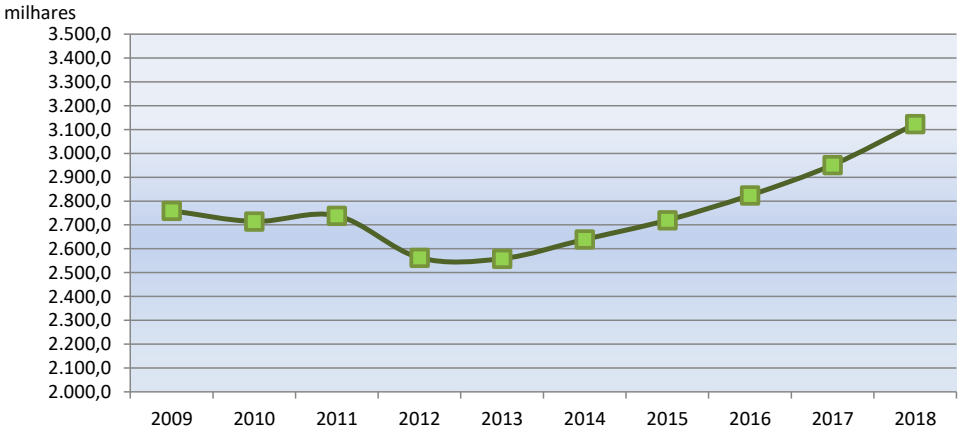
No segmento das empresas com **entre 10 a 49 trabalhadores**, destacava-se, para além do sector das *Atividades das organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais,* o sector da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* e ainda o subsector da *Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas.*

Nos escalões de empresas com **50 e mais trabalhadores** refiram-se os subsectores do *Fabrico de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas* (34,8% do total das empresas) e da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (25,7% do total) sendo que, ao contrário do que aconteceu no ano anterior, o peso destes escalões de empresas aumentou, em ambos os sectores.

3.2. Emprego nas empresas

Segundo os *Quadros de Pessoal*, em 2018, havia 3.064,3 mil trabalhadores ao serviço nas empresas, mais 109 mil do que em 2017, um crescimento mais ligeiro do que o do ano anterior. Em 2018, o número de trabalhadores abrangidos pela série era já bastante superior ao registado em 2009 (mais cerca de 300 mil trabalhadores).

Figura 129. Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas



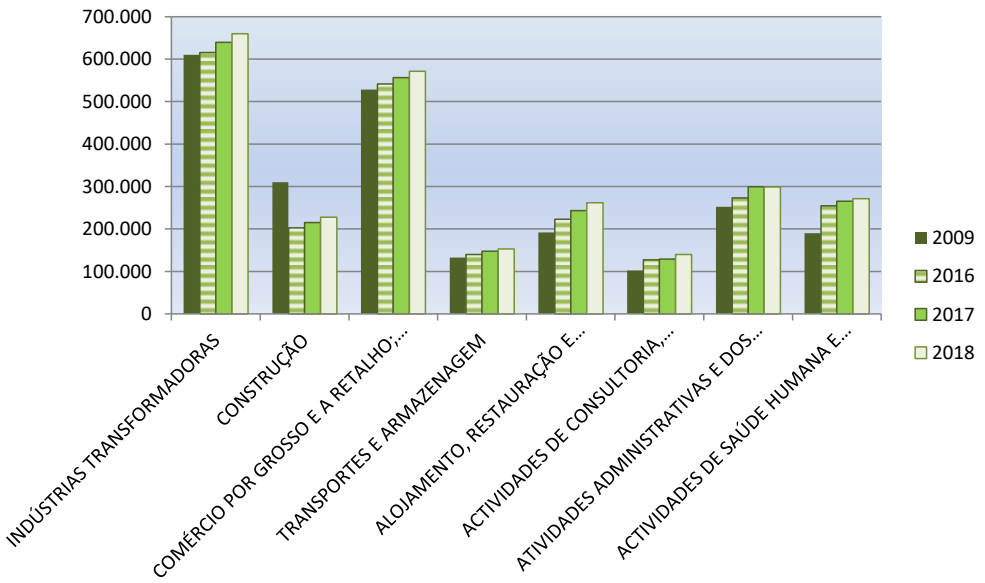
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

3.2.1. Por setores de atividade

Os sectores de atividade mais significativos em termos da estrutura do emprego (pessoas ao serviço nos estabelecimentos) não sofreram grandes alterações desde o início da série. Em 2018, as *Indústrias Transformadoras* mantinham-se o sector mais representativo (21,5% do total dos trabalhadores). Seguiam-se os sectores do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (18,7%), as *Atividades administrativas e os serviços de apoio* (9,8%), as *Atividades de saúde humana e apoio social* (8,9%), o *Alojamento, restauração e similares* (8,6%) e a *Construção* (7,4%). O peso de todos estes sectores diminuiu ligeiramente relativamente ao ano anterior, exceto o do *Alojamento, restauração e similares* e o da *Construção.*

Entre 2017 e 2018, o número de trabalhadores ao serviço nos estabelecimentos aumentou em todos os sectores de atividade exceto nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*. Os sectores que mais cresceram em número de trabalhadores foram as *Indústrias Transformadoras* (+20 mil), o *Alojamento, restauração e similares* (+18,5 mil) e o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (+15,2 mil).

Figura 130. Estrutura sectorial do emprego (pessoas ao serviço nos estabelecimentos)

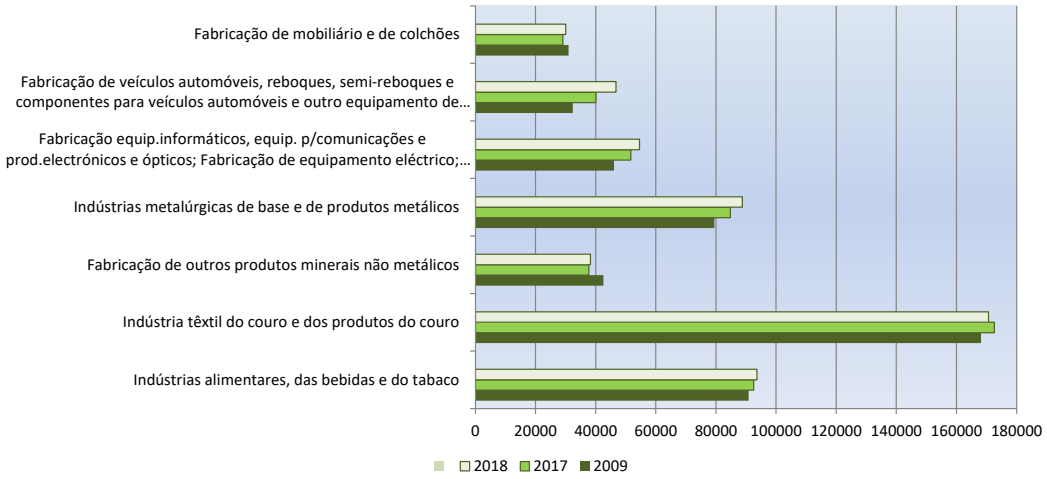


Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Entre 2009 e 2018, o número de trabalhadores ao serviço nos estabelecimentos aumentou em todos os sectores mais significativos, exceto no sector da *Construção* (-82,4 mil). Este crescimento foi mais acentuado nos sectores das A*tividades de saúde humana e apoio social* (+81,7 mil trabalhadores) do Alojamento, restauração e similares (+69,8 mil) a do C*omércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos* (+43,4 mil).

Entre 2017 e 2018, e no que se refere aos subsectores das *Industrias Transformadoras* mais representativos em termos de número de trabalhadores, o emprego decresceu apenas nos subsectores das *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* e da *Indústria têxtil do couro e dos produtos do couro.* O número de trabalhadores cresceu sobretudo nos subsectores da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (+6,7 mil), nas *Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos* (+4 mil) e na *Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicações e produtos eletrónicos e ópticos; Fabricação de equipamento elétrico; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.* (+2,8 mil).

Figura 131. Trabalhadores ao serviço nas empresas nos principais subsetores de atividade das Indústrias Transformadoras 2016-2017

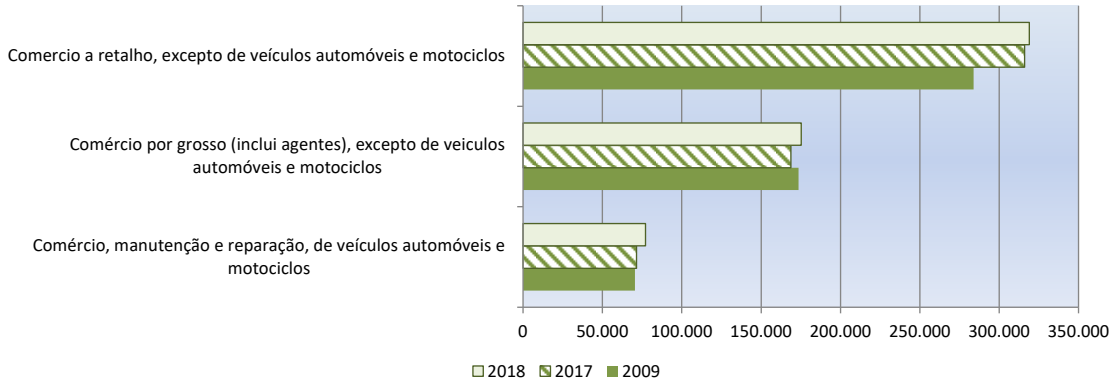


Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Em 2018, o número de trabalhadores era superior ao registado em 2009 em todos estes subsectores, exceto no subsector da *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* e na *Fabricação de mobiliário e colchões*, tendo crescido sobretudo no subsector da *Fabricação de*

veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transportes (+14,4 mil trabalhadores) e no subsector das Industrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos (+9,3 mil).

Figura 132. Trabalhadores ao serviço nas empresas nos subsetores do Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos 2016-2017



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Entre 2017 e 2018, o número de trabalhadores ao serviço aumentou em todos os subsectores do Comércio. Relativamente ao início da série, o emprego também cresceu em todos os subsectores com destaque para o subsector do *Comércio por grosso, exceto de veículos automóveis e motociclos.* (+35 mil pessoas).

3.2.2. Por dimensão de empresas

Em 2018, as empresas com 100 e mais trabalhadores continuavam a empregar mais de 40% do total dos trabalhadores (41,8%) tendo esta percentagem aumentado levemente relativamente a 2017, à custa das empresas com até 9 trabalhadores. Entre 2009 e 2018, a percentagem de trabalhadores das empresas com 100 e mais trabalhadores no total dos trabalhadores cresceu 3,7 p.p. O escalão de empresas em que o peso do emprego mais decresceu foi o das empresas com entre 10 e 49 trabalhadores.

Os sectores que reuniam maior percentagem de trabalhadores no **escalão de empresas até 9 trabalhadores** eram as A*tividades imobiliárias* a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e o subsector do *Comércio e reparação de veículos automóveis e motociclos.* Refira-se que,

entre 2009 e 2018, o peso do emprego neste escalão de empresas no sector da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* diminuiu em 6,2 p.p.

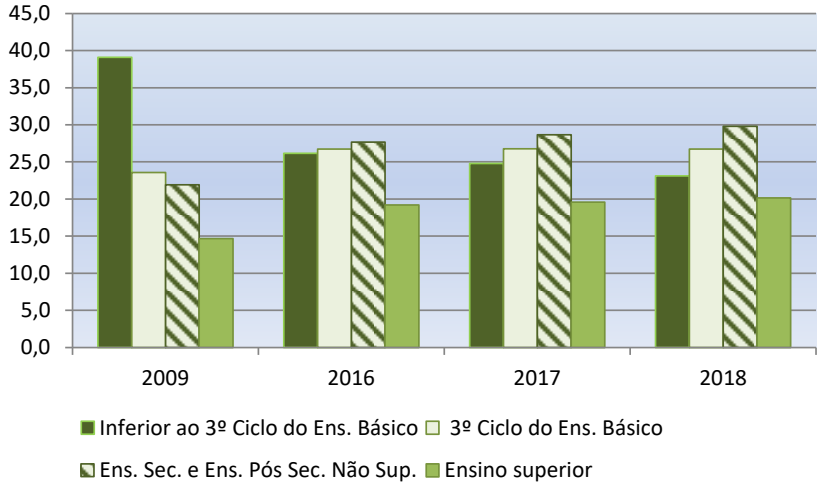
No segmento das empresas entre os **10 e os 49 trabalhadores** destacava-se o peso do emprego nos sectores da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória*, das *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* e no subsector da *Pesca e aquacultura*.

No escalão de empresas com **100 ou mais trabalhadores**, sublinhe-se o sector das *Atividades administrativas e serviços de apoio,* e ainda os subsectores das *Telecomunicações*, da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* e *da Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas.*

3.2.3. Por níveis de habilitações e qualificações

Em 2018, os trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário não superior constituíam 29,8% dos TCO, os trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico 26,7%, os trabalhadores com menos do que o 3º ciclo do ensino básico, 23,1% e os trabalhadores com o ensino superior, 20,1%. Os escalões de habilitações que mais cresceram, percentualmente, relativamente a 2017, foram o dos TCO com o ensino secundário e pós-secundário e depois o dos TCO com o ensino superior.

Figura 133. Evolução da estrutura dos TCO por nível de habilitações



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Entre 2009 e 2018, a estrutura de habilitações dos TCO alterou-se consideravelmente. Em 2009 os TCO com menos que o 3º ciclo do ensino básico constituíam praticamente 40% do total e o peso do emprego diminuía à medida que o nível de habilitações aumentava. Em 2018, como referido, o único nível de habilitações com peso inferior aos habilitados com menos que o 3º ciclo do ensino básico são os habilitados com o ensino superior. Ao longo da série a categoria que mais aumentou foi a dos TCO habilitados com o ensino secundário e pós-secundário não superior (7,9 p.p.) e depois a categoria de TCO com o ensino superior (5,5 p.p.)

Relativamente à estrutura dos TCO por nível educativo e por sectores de atividade, em 2018, 61,8% dos trabalhadores do subsector da *Pesca e aquacultura* e 48,3% dos trabalhadores do subsector da *Indústria têxtil do couro e dos produtos de couro* tinham menos do 3º ciclo do ensino básico.

Os subsectores do *Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos* e das *Indústrias metalurgias de base e dos produtos metálicos* e dos sectores do *Alojamento e restauração* e da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória*, tinham as percentagens mais elevadas de TCO com o 3º ciclo do ensino básico.

Em contrapartida, nos sectores das A*tividades financeiras e dos seguros,* das *Atividades de informação e comunicação* e da E*ducação,* bem como no subsector *da Consultoria e programação informática e atividades relacionadas; Atividades dos serviços de informação* mais de 50% dos TCO tinham o ensino superior.

Entre 2009 e 2018, o peso dos TCO com o ensino superior aumentou em todos os sectores de atividade, exceto na *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* e nas *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*. Os sectores onde essa percentagem mais cresceu foram as *Atividades de informação e comunicação,* as *Atividades de consultoria, científicas técnicas e similares e* as *Atividades financeiras e de seguros.*

A **estrutura do emprego por níveis de qualificação** manteve-se sem grandes alterações relativamente aos anos anteriores. Os grupos mais representativos continuavam a ser os grupos de **Profissionais qualificados**, **semiqualificados** e **não qualificados.** Entre 2009 e 2018, as categorias profissionais que mais cresceram foram a dos **Profissionais semiqualificados e** a dos **Profissionais qualificados.**

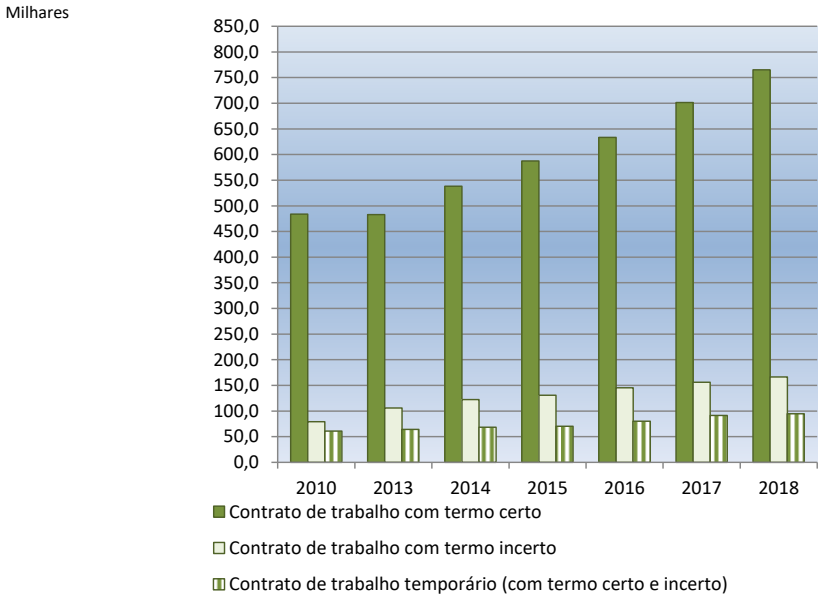
Segundo os dados dos Quadros de Pessoal, em 2018, 81,6% dos **Quadros Superiores** e 65,2% dos **Quadros Médios** tinham o ensino superior. No que respeita aos **Profissionais altamente qualificados**, 74,3% possuía o ensino secundário ou mais. Nas categorias de **Profissionais qualificados, semiqualificados e não qualificados** cerca de 60% dos trabalhadores tinham entre 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário e pós-secundário não superior.

3.2.4. Por tipos de contrato

Em 2018, 1.830,6 mil trabalhadores tinham contratos de trabalho sem termo, representando 63,6% do total dos TCO e 1.027,6 mil tinham contratos com termo (35,7%). Entre 2017 e 2018, o número de TCO aumentou em ambas as categorias, mas o número de contratados a termo cresceu bastante mais (+77,6 mil e +32,8 mil, respetivamente) pelo que o peso dos contratados sem termo no total de TCO diminuiu. Entre 2009 e 2018, o peso dos contratados sem termo decresceu em 11,2 p.p.

No que se refere aos TCO com contratos com termo, 74,5% tinham contratos de trabalho com termo certo e 16,2% contratos de trabalho com termo incerto. Os contratos de trabalho temporários (a termo certo ou incerto) representavam 9,2%.

Figura 134. Evolução dos TCO com contratos a termo por tipo de contrato



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Relativamente a 2010, o peso dos contratados a termo cresceu em todas as categorias. O peso dos contratados com termo certo aumentou em 8 p.p.

3.2.4.1. Por tipo de contrato e escalão etário

De acordo com os *Quadros de Pessoal*, em 2018, no escalão etário até aos 24 anos, os contratados a termo representavam 70,9% dos TCO e no escalão dos 25 aos 34 anos, 47,5%. Já no escalão dos 35 anos aos 54 anos, os contratados sem termo constituíam 71,2% e, no escalão dos 55 e mais anos, 77,9%. Em todos os escalões etários o peso dos contratados a termo aumentou, relativamente ao ano anterior.

Figura 135. Evolução dos TCO até aos 24 anos por tipo de contrato 2011-2018

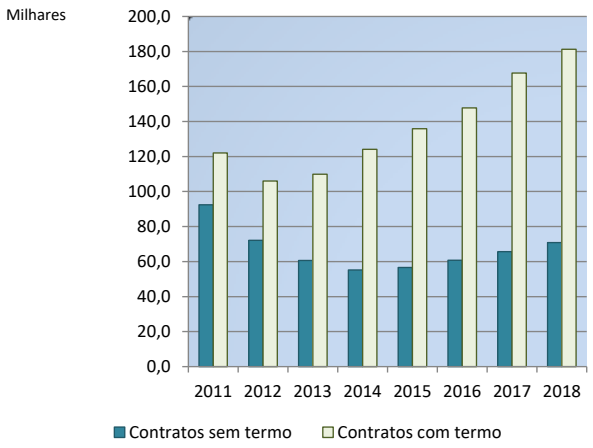


Figura 136. Evolução dos TCO entre os 25 e os 34 anos por tipo de contrato 2011-2018

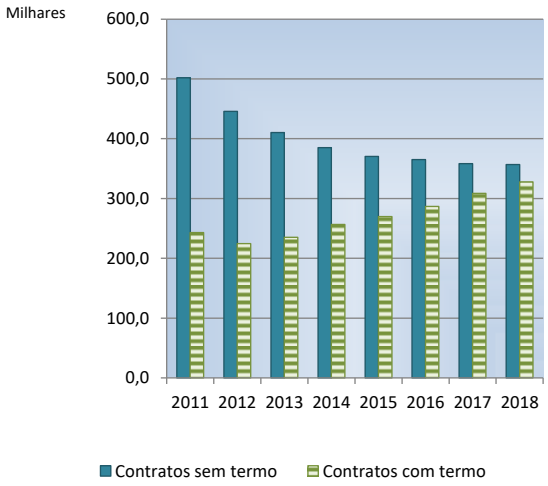


Figura 137. Evolução dos TCO entre os 35 e os 54 anos por tipo de contrato 2011-2018

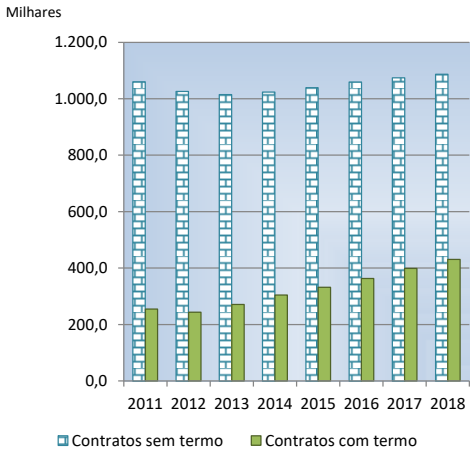
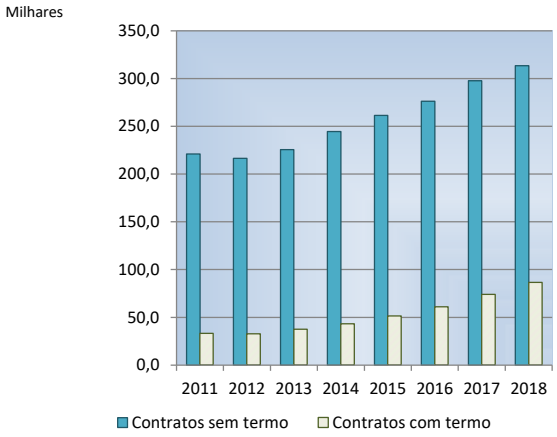


Figura 138. Evolução dos TCO com 55 e mais anos por tipo de contrato 2011-2018



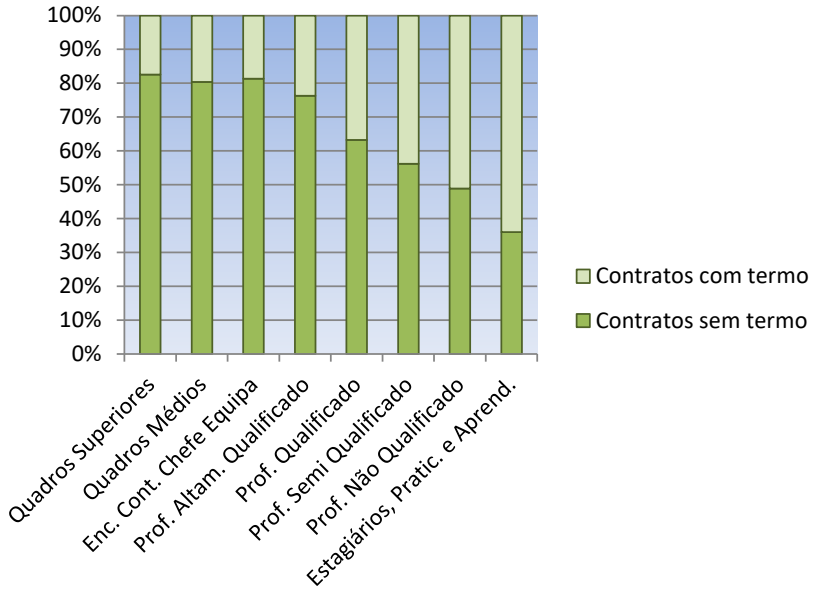
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Analisando a evolução do número de TCO por tipo de contrato e escalão etário entre 2011 e 2018 constata-se que, em todos os escalões etários, os contratados com termo começaram a crescer a partir de 2012, tendo aumentado percentualmente, ao longo da série, entre os 35% (no escalão dos 35 aos 54 anos) e os 162% (no escalão dos 55 e mais anos.) Já os contratados sem termo, começaram a crescer em 2013, no escalão dos 55 e mais anos, em 2014, no escalão dos 45 aos 54 anos e, em 2015, no escalão até aos 24 anos. No escalão dos 25 aos 34 anos diminuíram sempre. Deste modo, em termos percentuais, os contratados sem termo só cresceram significativamente entre 2009 e 2018 no escalão mais velho (41,8%), já que no escalão entre os 45 e os 54 anos aumentaram apenas em 2,5%. Nos grupos mais novos diminuíram (23,5% no escalão até aos 24 anos e 29% e no escalão dos 25 aos 34 anos).

3.2.4.2. Por tipo de contrato e níveis de qualificação

Considerando os TCO por tipo de contrato e por níveis de qualificação, constata-se que, em 2018 como em anos anteriores, a percentagem de contratados sem termo decrescia à medida que diminuía o nível de qualificações. Os contratados sem termo constituíam, pois, 82% dos Quadros Superiores e 48,4% dos Profissionais não Qualificados. No grupo dos estagiários, praticantes e aprendizes os contratados a termo representavam 63,2%. Relativamente a 2017, o peso dos contratados a termo aumentou para todos os níveis de qualificação.

Figura 139. TCO por níveis de qualificação – peso dos contratos com termo e sem termo em 2018



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

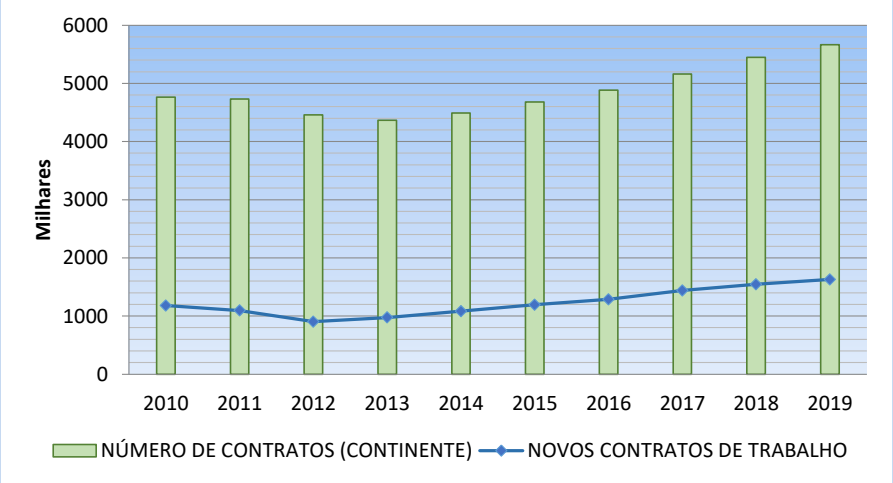
Também entre 2012 e 2018, o peso dos contratados com termo aumentou para todos os níveis de qualificações, tendo crescido em 1,7 p.p. para os Quadros Superiores, em 3,4 p.p. para os Quadros Médios, em cerca de 5 p.p. relativamente aos Profissionais altamente qualificados e em mais de 10 p.p. nos níveis de qualificação mais baixos.

CONTRATOS DE TRABALHO REGISTADOS NA SEGURANÇA SOCIAL

Segundo dados do Instituto de Informática da Segurança Social, durante o ano de 2019 foram registados 5,666,1 mil contratos de trabalho[35]. Destes, 1.627,6 mil, ou seja 28,7%, foram novos contratos[36]. Entre 2018 e 2019 o número de contratos registados na segurança social aumentou 4%. Já o número de novos contratos cresceu 5,4%.

Entre 2010 e 2012, o número de contratos registados na segurança social diminuiu em 6,4%. O número de novos contratos decresceu em cerca de 25%. Por outro lado, o número de novos contratos começou a aumentar em 2013, enquanto o número total dos contratos ainda diminuía e, até 2019, cresceu sempre percentualmente mais, pelo que o seu peso no total dos contratos registados aumentou, entre 2010 e 2019, em cerca de 4 p.p.

Figura 140. Evolução do número de contratos e do número de novos contratos de trabalho registados na Segurança Social



Fonte: IIES: Estatísticas da Segurança Social

[35] Contrato no ano = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrem ou Membro de Orgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com pelo menos um dia no ano.

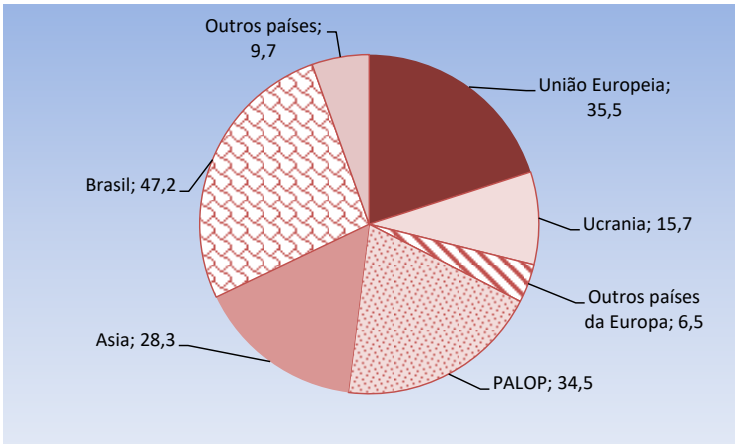
[36] Novo Contrato = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrem ou Membro de Orgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com data de início no ano.

3.3. Trabalhadores estrangeiros nas empresas

Em 2018, havia 177,4 mil estrangeiros nas empresas do Continente, dos quais 169,3 mil (95,4%) eram trabalhadores por conta de outrem Os empregadores[37] representavam 4,4% e os restantes estavam classificados como "outros". Relativamente a 2017, os TCO aumentaram em 20,7% (cerca de 29 mil pessoas) enquanto os empregadores aumentaram em cerca de 8,7%. Entre 2009 e 2018 o peso de empregadores e TCO relativamente ao total de estrangeiros não se alterou muito.

Em 2018, 47,2% dos estrangeiros nas empresas, no Continente, eram oriundos do Brasil, 35,5% da União Europeia, 34,5% dos PALOP e 28,3% da Asia.

Figura 141. Estrangeiros nas empresas por nacionalidade em 2018



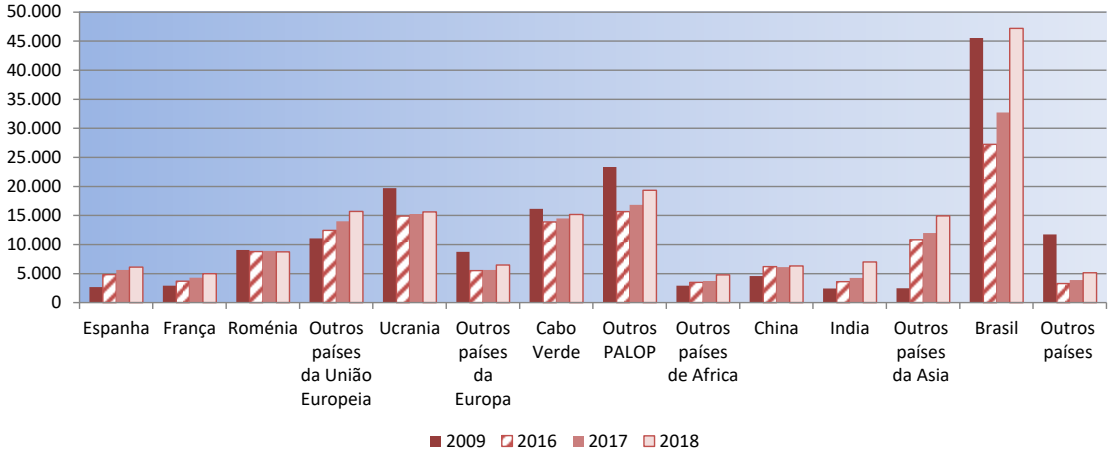
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Entre 2017 e 2018, no Continente, o número de estrangeiros nas empresas cresceu no que respeita à maioria das nacionalidades com mais peso no total de estrangeiros. Esse aumento foi especialmente significativo no que respeita aos oriundos do Brasil (+ 44%).

Entre 2009 e 2018, o número de estrangeiros nas empresas diminuiu, no que se refere à grande maioria das nacionalidades mais representativas. Contudo, aumentaram os estrangeiros oriundos da União Europeia, dos diferentes países da Asia e sobretudo do Brasil.

[37] Empregadoras que exercem actividade na própria empresa.

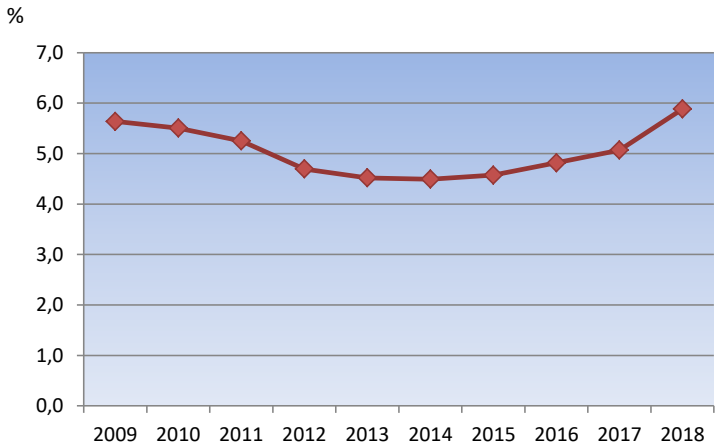
Figura 142. Evolução do número de estrangeiros nas empresas por nacionalidade 2009-2018



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Em 2018, no Continente, os TCO estrangeiros eram cerca de 6% do total dos TCO. Entre 2009 e 2013, o número de TCO estrangeiros nas empresas registou uma diminuição, logo seguida de um aumento paulatino mas constante. Deste modo, em 2018, havia mais 13,8 mil TCO estrangeiros nas empresas do que em 2009, sendo o seu número superior ao registado em 2008.

Figura 143. Evolução da percentagem de TCO estrangeiros no total dos TCO



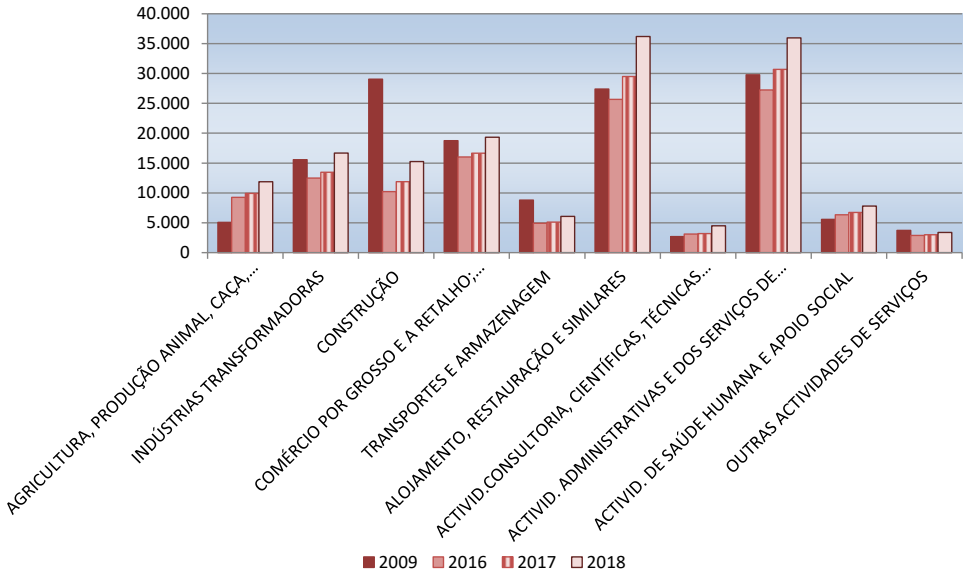
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

No que se refere à sua distribuição por sectores de atividade, 21,4% destes estrangeiros trabalhava no sector do *Alojamento, restauração e similares* que, em 2018, ultrapassou o número de estrangeiros no sector das *Atividades administrativas e dos Serviços de Apoio, (*21,2%).

Seguiam-se o sector do *Comércio* (11,4%), o sector das *Indústrias Transformadoras* (10%) e o da Construção (9%). Relativamente ao ano anterior, o número de TCO estrangeiros aumentou em praticamente todos os sectores de atividade.

Entre 2009 e 2013, os trabalhadores estrangeiros diminuíram em todos os sectores de atividade em que o seu número era significativo, exceto nos sectores da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e da *Saúde humana e apoio social.* A partir de 2013, em contrapartida, o número de trabalhadores estrangeiros cresceu, sendo que, em 2018, o seu número era já superior ao verificado em 2009, em todos estes sectores de atividade exceto nas *Outras Atividades de serviços*, nos *Transportes e armazenagem* e, sobretudo, na *Construção* (-12,8 mil pessoas).

Figura 144. Evolução do número de TCO por sector de atividade



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Os sectores em que o número de TCO mais aumentou, entre 2009 e 2018 foram ao *Alojamento, restauração e similares* (+9,8 mil pessoas) e as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (+6,2 mil).

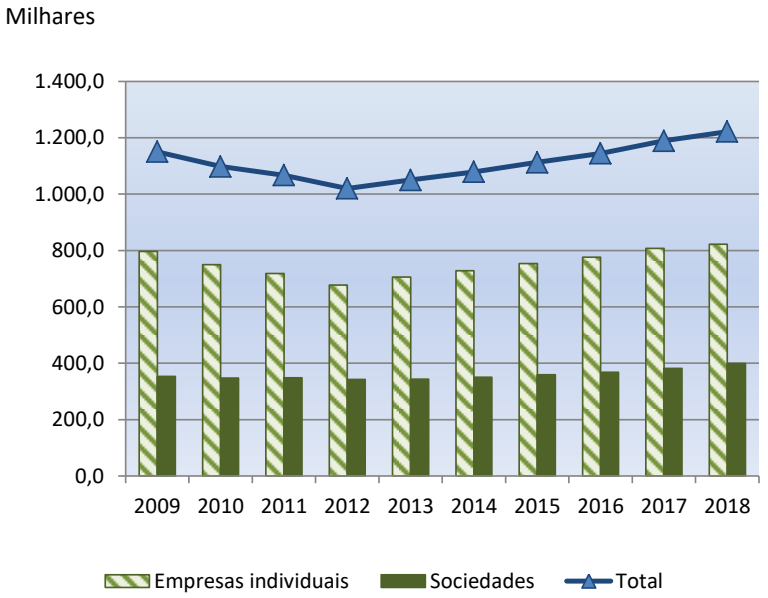
Em 2018, 32% dos TCO estrangeiros tinha o 3º ciclo do ensino básico e 30,5% o ensino secundário ou pós-secundário.

3.4. Estrutura Empresarial – Setores intensivos em tecnologia e conhecimento

Neste capítulo do relatório pretende-se analisar a repartição das empresas e do emprego por nível de tecnologia, recorrendo aos dados constantes do *Sistema Integrado de Contas das Empresas* (SCIE) do INE. Adicionalmente, e porque estes dados incluem as empresas individuais (não respondentes ao *Relatório Único*, e logo não incluídas na análise realizada no capítulo anterior), a informação constante do SCIE permite complementar os dados dos *Quadros de Pessoal* no que se refere à estrutura empresarial e do emprego, agora para o universo das empresas.

De acordo com os dados do *Sistema de Contas Integradas das empresas* do INE, em 2018[38], existiam no Continente 1.221,9 mil empresas: 822,6 mil empresas individuais, representando 67,3% do total das empresas e 399,3 mil sociedades. Em 2018, havia mais 32,8 mil empresas do que em 2017, tendo as empresas individuais crescido em 1,8% (+14,7 mil) e as sociedades em 4,7% (+18 mil).

Figura 145. Evolução do número de empresas por regime jurídico das empresas 2009-2018



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

[38] Os últimos dados disponíveis respeitam a 2018.

O número de empresas decresceu significativamente, entre 2009 e 2012, sobretudo no que se refere às empresas individuais e a partir daí aumentou, nas duas categorias, embora novamente mais no que respeita às empresas individuais. Contudo, em 2018, e ao contrário do que acontecia com as sociedades, o número de empresas em nome individual era ainda inferior a 2009.

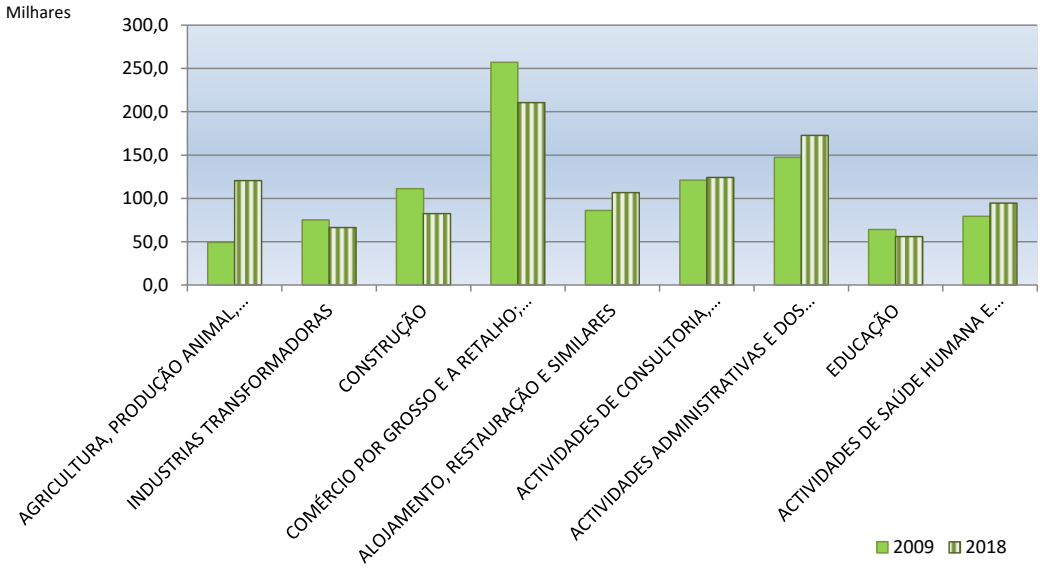
3.4.1. Por setores de atividade

Tendo em conta os dados do *Sistema de Contas Integradas das Empresas*, em 2018, no Continente, os sectores mais representados em termos da estrutura empresarial eram o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (17,2%), as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (14,1%), a A*gricultura, caça, floresta e pesca* e as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (10,2%) e o *Alojamento, restauração e similares* (8,7%).

O peso dos sectores da *Atividades Administrativas e dos serviços de apoio* e da A*gricultura, caça, floresta e pesca* na estrutura empresarial deve-se sobretudo ao número de empresas individuais nestes sectores. Por outro lado, sectores como as *Indústrias Transformadoras* e a *Construção* tinham um peso acrescido no que se refere às sociedades. Já em sectores como o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* e as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* o número de empresas era significativo em ambas as categorias.

Entre 2009 e 2018, o número de empresas diminuiu consideravelmente nos sectores do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (que registava em 2018 menos 46,5 mil empresas do que no início da série) e da *Construção* (-28,8 mil). Em contrapartida, no sector das *Atividades de* S*aúde humana e apoio social,* existiam mais 15,2 mil empresas, nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* mais 25,4 mil e, no sector da A*gricultura, caça, floresta e pesca*, mais 71,4 mil devido, em grande parte, ao crescimento registado no número de empresas individuais entre 2012 e 2014, embora o número de sociedades também tenha crescido expressivamente ao longo da série (+6,9 mil).

Figura 146. Evolução do número de empresas nos setores de atividade mais significativos

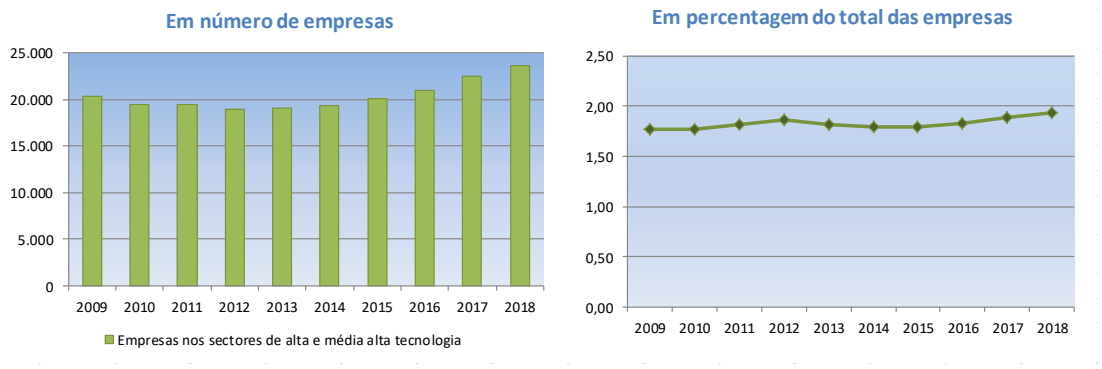


Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

3.4.1.1. Empresas nos setores de alta e média alta tecnologia

Em 2018, as empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia[39] eram cerca de 23,6 mil e representavam 1,9% do total. O número destas empresas cresceu 5,2% relativamente ao ano anterior. As empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia decresceram, entre 2009 e 2012.,para depois aumentarem, mas, em termos percentuais, nunca diminuíram. Em 2018 havia cerca de mais 3 mil empresas nesta categoria do que início da série.

Figura 147. Evolução das empresas dos setores de alta e média alta tecnologia



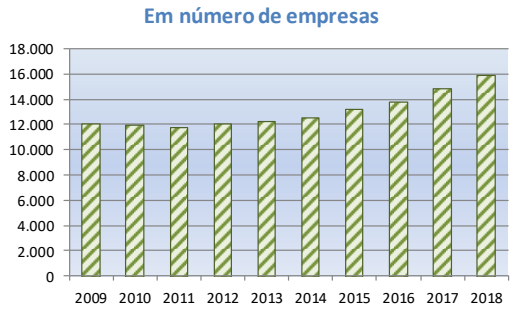
Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

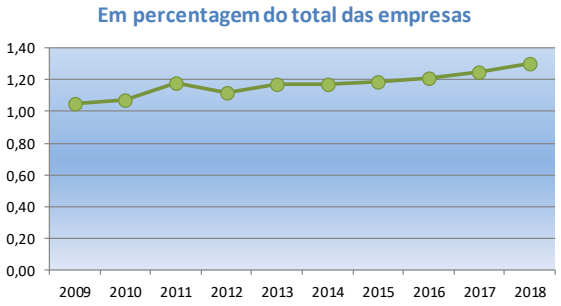
[39] Os sectores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). Ver anexo.

3.4.1.2. Empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)

Em 2018, as empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)[40], eram cerca de 16 mil (mais mil do que em 2017.) Estas empresas representavam 1,3% do total.

Figura 148. Evolução das empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)





Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

Entre 2009 e 2018, o número de empresas com atividades de tecnologia de informação aumentou praticamente sempre. Em 2018, havia mais cerca de 3,8 mil empresas com atividades de TIC do que em 2009. Contudo, o peso desta categoria de empresas no total cresceu apenas em 0,25 p.p.

3.4.1.3. Empresas das indústrias transformadoras de alta e média alta tecnologia

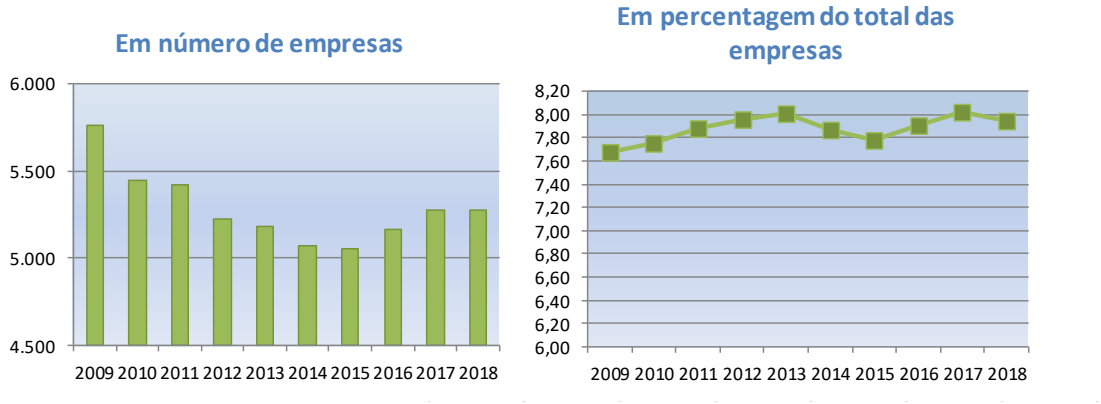
Relativamente ao sector das *Indústrias Transformadoras*, em 2018, no Continente, o número de empresas das indústrias de alta e média alta tecnologia[41] somava 5,3 mil e não cresceu, relativamente ao ano anterior. Estas empresas representavam cerca de 8% das empresas das *Indústrias Transformadoras.*

[40] Correspondem às divisões 61 e 62 e aos grupos 261,262,263,264,268,465,582,631 e 951 da CE Ver.3 (ver quadro, pp. 165-166).

[41] Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 21 a 26 e grupo 303 da CAE, Rev.3 (Indústrias de alta tecnologia); e às divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 da CAE, Rev. 3) (indústrias de média-alta tecnologia); EUROSTAT, "High.technology" and "Knowledge based services" aggregations (ver quadro, pp. 165-166).

O número destas empresas diminuiu entre 2009 e 2015, e a partir daí começou a aumentar lentamente. No entanto, o seu peso no total do sector só decresceu ligeiramente entre 2013 e 2015 e, em 2018, era 0,27 p.p. mais elevado do que em 2009.

Figura 149. Evolução das empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia

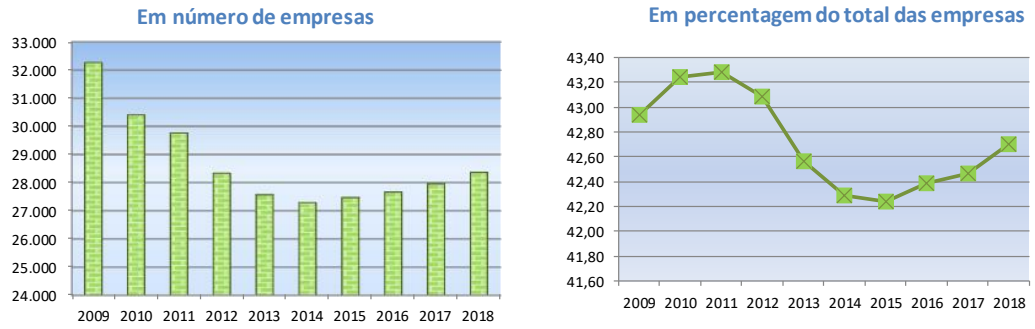


Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

3.4.1.4. Empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados

Em 2018, as empresas das *Indústrias Transformadoras* com factores competitivos avançados[42] somavam 28,4 mil e representavam 42,7% do total do sector. Estas empresas cresceram em cerca de 400 empresas relativamente ao ano anterior.

Figura 150. Evolução das empresas das Indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

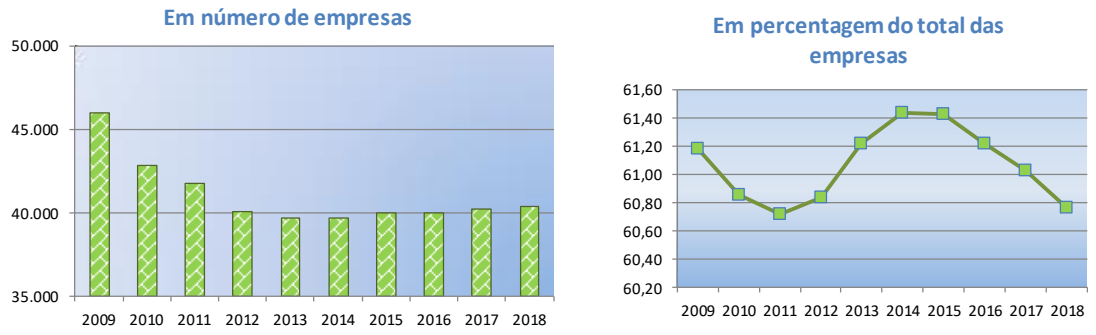
[42] Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 e ao grupo 325 das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3). Inclui as indústrias de alta e média alta tecnologia e praticamente todas as indústrias de média-baixa tecnologia (ver quadro, pp.165-166).

O número destas empresas diminuiu consideravelmente (cerca de -5 mil empresas) entre 2009 e 2014, e depois aumentou sempre, embora lentamente. Contudo, em termos de proporção no total do sector, o seu peso aumentou até 2011 mas depois decresceu até 2015, para voltar a aumentar, nos três últimos anos. Assim, em 2018, o seu peso no total era ainda inferior ao de 2009.

3.4.1.5. Indústrias transformadoras de baixa tecnologia

Quanto as Indústrias de baixa tecnologia Indústrial[43], estas constituiam cerca de 40,4 mil e representavam 60,8% das empresas das *Industrias Transformadoras*. O seu número cresceu ligeiramente relativamente a 2017, mas o seu peso no total do sector diminuiu 0,2 p.p. O número destas empresas diminuiu em 6,3 mil, entre 2009 e 2014, e depois cresceu. Também o seu peso diminuiu, entre 2009 e 2012, tendo depois crescido até 2014 para voltar a decrescer, nos três últimos anos. Assim, em 2018 o peso destas empresas no total do sector era já 0,4 p.p. inferior ao que registavam em 2009.

Figura 151. Evolução das empresas das indústrias de baixa tecnologia das Indústrias transformadoras



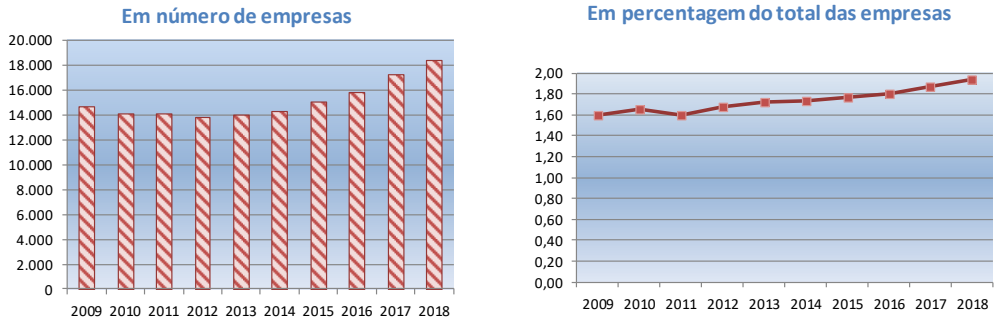
Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

[43] Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 31 e grupos 181, 321, 322, 323, 324 e 329 da CAE Rev. 3; EUROSTAT, "High.technology" and "Knowledge based services" aggregations (ver quadro, pp. 165-166).

3.4.1.6. Empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia

Relativamente ao sector dos serviços, as empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia[44] totalizavam, em 2018, no Continente, 18,3 mil empresas e constituiam 1,9% do total das empresas do sector. Entre 2017 e 2018, estas empresas cresceram em 1,2 mil, ligeiramente menos do que no ano anterior.

Figura 152. Evolução das empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

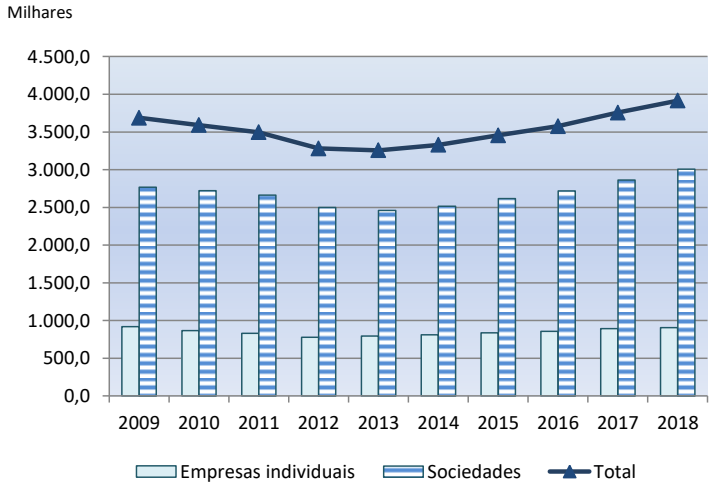
As empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia diminuíram, até 2012, e a seguir aumentaram, tendo crescido de forma bastante expressiva nos dois últimos anos.. Em termos percentuais, contudo, e após uma ligeira oscilação, entre 2009 e 2011, aumentaram sempre. Em 2018, havia mais 3,8 mil empresas desta categoria do que no inicio da série.

3.5. Emprego nas empresas – Setores Intensivos em tecnologia e conhecimento

Segundo os dados do *Sistema Integrado de Contas das Empresas*, em 2017, havia no Continente 3.916,2 mil pessoas ao serviço nas empresas, 76,9%, das quais trabalhavam em Sociedades. Entre 2017 e 2018, o pessoal ao serviço nas empresas cresceu em 159,8 mil pessoas, tendo aumentado em 5,1% (+145,8 mil trabalhadores) nas Sociedades e em 1,6% (+13,9 mil) nas empresas individuais.

[44] Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3; EUROSTAT, "High.technology" and "Knowledge based services" aggregations (ver quadro, pp. 165-166)

Figura 153. Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas por forma jurídica das empresas



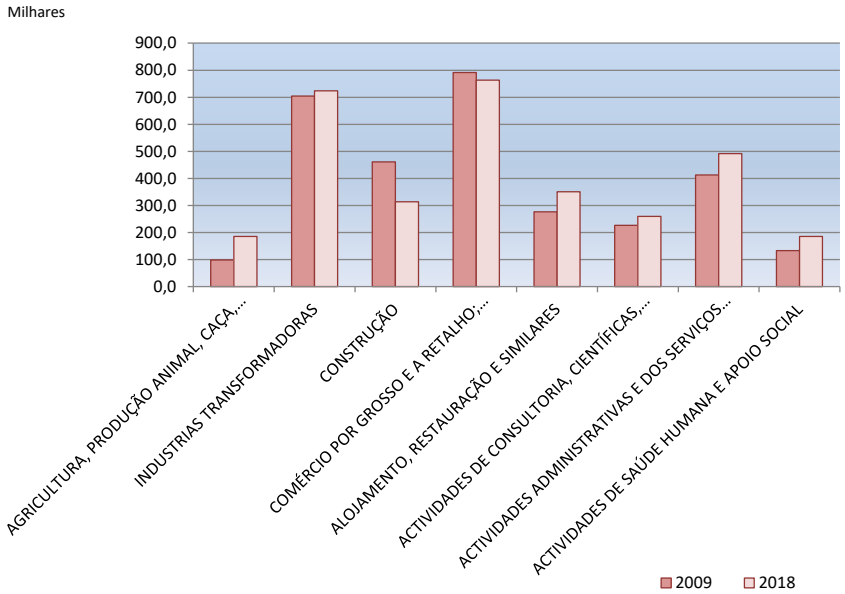
Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

De acordo com os dados do *Sistema Integrado de Contas das Empresas,* o emprego nas empresas decresceu consecutivamente até 2013, seguindo-se um aumento continuado. O emprego nas empresas individuais diminuiu percentualmente mais do que nas sociedades até 2013 e, a seguir, cresceu também mais devagar pelo que, ao contrário do que sucedia nas sociedades, em 2018, era ainda ligeiramente inferior ao registado no início da série.

3.5.1. Por setores de atividade

Segundo os dados do *Sistema Integrado de Contas das Empresas*, e tal como no ano anterior, em 2018, no Continente, o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* era o sector de atividade mais representativo em termos do emprego, representando 19,5% do total das pessoas ao serviço nas empresas. Seguia-se as *Indústrias Transformadoras* (18,5%), as *Atividades administrativas e os serviços de apoio* (12,6%), o *Alojamento, restauração e similares* (8,9%) e a *Construção* (8%). Nas Sociedades, as *Industrias Transformadoras* ultrapassavam o *Comércio* e a *Construção* e o *Alojamento, Restauração e similares* surgiam praticamente equiparados. Já nas empresas individuais, as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* ocupavam o segundo lugar, a A*gricultura, produção animal caça, floresta e pesca* o terceiro e as *Atividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares* surgiam em quarto.

Figura 154. Estrutura sectorial do emprego (pessoas ao serviço nas empresas)



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

Entre 2009 e 2018, o número de trabalhadores ao serviço nas empresas aumentou na maioria dos sectores mais representativos em termos de emprego, com destaque para os sectores da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca,* das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*, e das *Atividades de saúde humana e apoio social. Contudo,* diminuiu significativamente, sobretudo na Construção (-147 mil trabalhadores) mas também no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* (devido ao decréscimo no emprego nas empresas individuais, já que o emprego nas sociedades era já superior ao verificado em 2009.

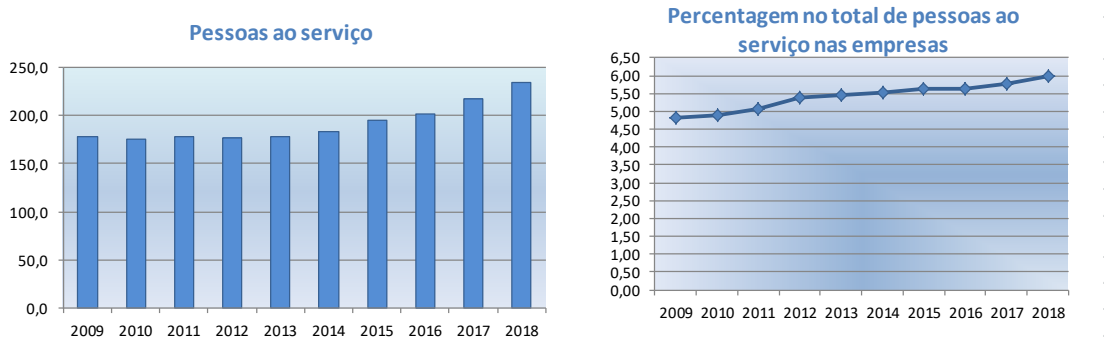
3.5.1.1. Pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia

Em 2018, no Continente, havia 234,2 mil pessoas ao serviço nas empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia [45], que representavam 6% do total destes trabalhadores. O número de pessoas ao serviço nas empresas destes sectores aumentou em 17,5 mil relativamente ao ano anterior. Entre 2009 e 2012 houve um ligeiro decréscimo do número de pessoas ao serviço nas empresas destes sectores, seguido de uma inversão da tendência que permitiu que entre 2009 e 2018 o número de pessoas ao serviço nestas empresas aumentasse em cerca de 56,7 mil pessoas.

[45] Os sectores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). Ver quadro, pp. 165-166.

Já a percentagem de pessoas ao serviço nesta categoria de empresas no total de pessoas ao serviço aumentou sempre, ao longo da série.

Figura 155. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas dos setores de alta e média alta tecnologia



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

3.5.1.2. Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)

Relativamente às pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)[46], em 2018, no Continente, estas constituíam 110,2 mil (mais 9 mil do que em 2017) e representavam 2,8% do total. Embora os dados relativos a esta categoria de empresas não tenham sido disponibilizados para todos os anos, o número de pessoas ao serviço aumentou, ao longo da série, tendo crescido em 76,3 mil entre 2009 e 2018.

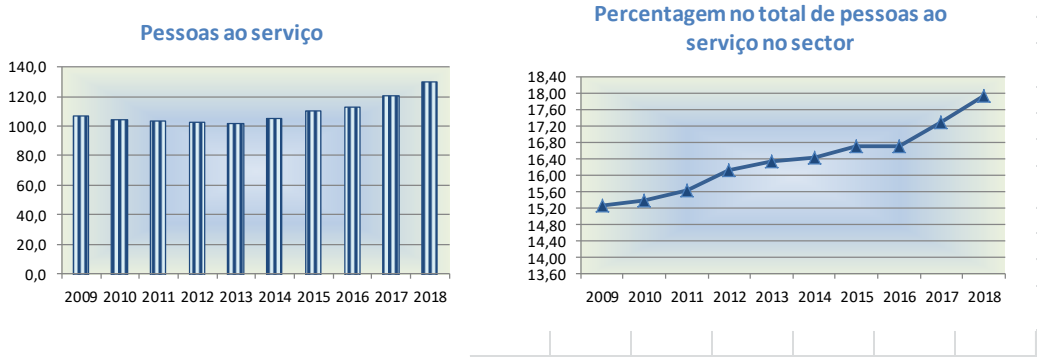
3.5.1.3. Pessoas ao serviço nas empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia

No que se refere ao sector das *Indústrias Transformadoras*, as indústrias de alta e média alta tecnologia[47] empregavam cerca de 130 mil pessoas, tendo este total aumentado em cerca de 8,8 mil desde o ano anterior. As pessoas ao serviço nestas empresas constituíam 18% do total do pessoal ao serviço no sector. Ao longo do intervalo em análise, o pessoal ao serviço nestas empresas registou apenas um ligeiro decréscimo, até 2013, e a partir daí aumentou. O peso do pessoal ao serviço nestas empresas no total do sector aumentou sempre, tendo crescido entre 2,7 p.p. entre 2009 e 2018.

[46] Correspondem às divisões 61 e 62 e aos grupos 261,262,263,264,268,465,582,631 e 951 da CE Ver.3 (ver anexo).

[47] Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 21 a 26 e grupo 303 da CAE, Rev.3 (Indústrias de alta tecnologia); e às divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 da CAE, Rev. 3) (indústrias de média-alta tecnologia) EUROSTAT, "High.technology" and "Knowledge based services" aggregations (ver quadro, pp. 165-166).

Figura 156. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias de alta e média alta tecnologia



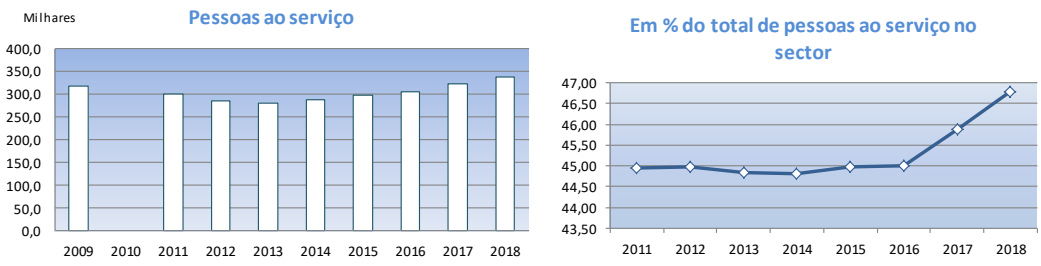
Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

3.5.1.4. Pessoas ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados

No Continente, em 2018, o pessoal ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com factores competitivos avançados constituía quase 47% do total do emprego no sector, somando 338,7 mil pessoas, tendo aumentado em 17 mil relativamente a 2017.

O emprego nesta categoria de empresas diminuiu, até 2013, para depois crescer, mas o seu peso no total do emprego no sector manteve-se estável, apresentando um crescimento em 2 p.p. nos últimos dois anos.

Figura 157. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados (Pessoas ao serviço)



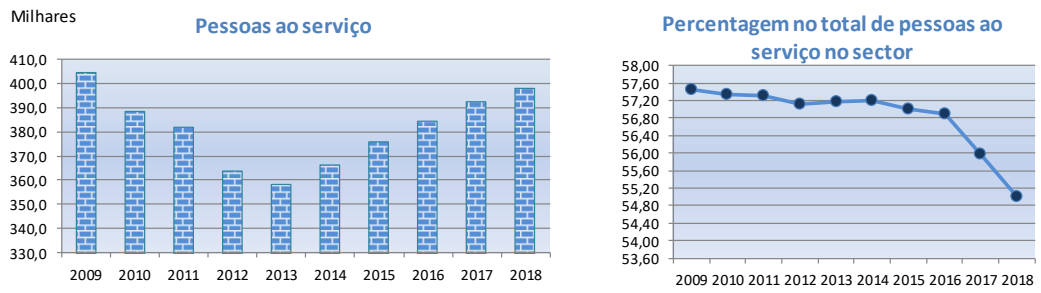
Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

3.5.1.5. Pessoal ao serviço nas empresas Indústrias de baixa tecnologia

Em 2018, as Indústrias de baixa tecnologia Industrial[48] concentravam ainda 398, 2 mil pessoas ao serviço, 55% do emprego nas *Indústrias Transformadoras*, embora esta percentagem tivesse diminuido quase 1 p.p. relativamente ao ano anterior.

Entre 2008 e 2013, o número de pessoas ao serviço nestas empresas diminuiu, mas de forma pouco significativa, e depois aumentou, sendo que, em 2018, o emprego nestas empresas era quase equivalente ao registado em 2009. Contudo, a percentagem do emprego nestas empresas no total do sector diminuiu sempre, sobretudo nos dois últimos anos.

Figura 158. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias de baixa tecnologia das Indústrias transformadoras



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

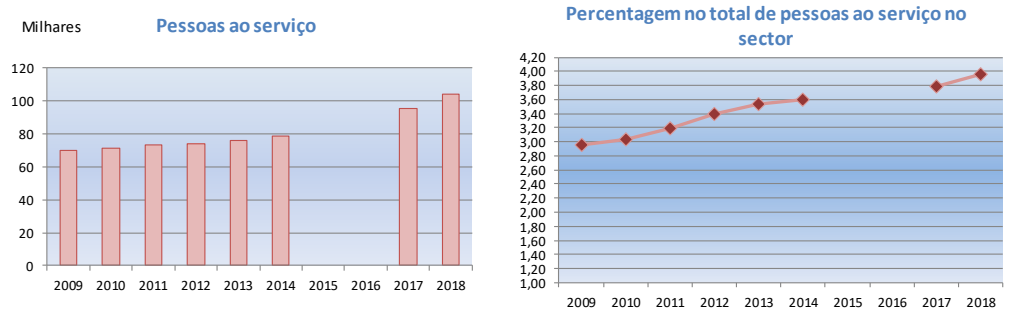
- ***Pessoal ao serviço nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia***

No que se refere ao emprego nas empresas de serviços, e concretamente nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia[49], em 2018, havia 104,3 mil pessoas ao serviço nessas empresas, que representavam cerca de 4% do total do sector. Embora não tenham sido disponibilizados dados relativos a 2015 e 2016, o número de pessoas ao serviço nestas empresas aumentou sempre ao longo da série, tal como o peso do emprego nesta categoria de empresas.

[48] Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 31 e grupos 181, 321, 322, 323, 324 e 329 da CAE Rev. 3; EUROSTAT, "High.technology" and "Knowledge based services" aggregations (ver quadro, pp. 165-166).

[49] Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3; EUROSTAT, "High.technology" and "Knowledge based services" aggregations (ver quadro da página seguinte).

Figura 159. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresa*

Figura 160. Setores intensivos em tecnologia ou conhecimento

Intensidade Tecnológica - Indústria Transformadora

	CAE (Ver.3)	Intensidade Tecnológia	Factores competitivos avançados	Empresas com actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)
21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	Alta tecnologia industrial	X	
26	Fabricação de equipamento informático, equip. p. comunicação e prod. electrónicos e ópticos;	Alta tecnologia industrial	X	
261	Fabricação de componentes e de placas, electrónicos			X
262	Fabricação de computadores e de equipamento periférico			X
263	Fabricação de aparelhos e de equipamentos para comunicações			X
264	Fabricação de receptores de rádio e de televisão e bens de consumo similares			X
268	Fabricação de suportes de informação magnéticos e ópticos			X
30	***Fabricação de outros equipamentos de transporte***		X	
303	Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado	Alta tecnologia industrial		
20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	Média-alta tecnologia	X	
25	***Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos***			
254	Fabricação de armas e municões	Média-alta tecnologia	X	
27	Fabricação de equipamento eléctrico	Média-alta tecnologia	X	
28	Fabricação de máquinas e equipamentos n.e.	Média-alta tecnologia	X	
29	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte	Média-alta tecnologia	X	
30	***Fabricação de outro equipamento de transporte***			
302	Fabricação de material circulante para caminhos de ferro	Média-alta tecnologia	X	
304	Fabricação de veículos militares de combate	Média-alta tecnologia	X	
309	Fabricação de equipamento de transporte, n.e.	Média-alta tecnologia	X	
32	***Outras indústrias transformadoras***			
325	fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico	Média-alta tecnologia	X	
18	***Impressão e reprodução de suportes gravados***		X	
182	Reprodução de suportes gravados	Média-baixa tecnologia	X	
19	Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados e combustíveis	Média-baixa tecnologia		
22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	Média-baixa tecnologia	X	
23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	Média-baixa tecnologia	X	
24	Indústrias metalúrgicas de base	Média-baixa tecnologia	X	
25	***Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos***		X	
251	Fabricação de elementos de construção em metal	Média-baixa tecnologia	X	
252	atórios, recipientes, caldeiras e radiadores metálicos para aquecimento central	Média-baixa tecnologia	X	
253	Fabricação de geradores de vapor (excepto caldeiras para aquecimento central)	Média-baixa tecnologia	X	
255	Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados; metalurgia dos pós	Média-baixa tecnologia	X	
256	Tratamento e revestimento de metais;actividades de mecânica geral	Média-baixa tecnologia	X	
257	Fabricaçãod e cutelaria, ferramentas e ferragens	Média-baixa tecnologia	X	
259	Fabricação de outros produtos metálicos diversos n.e.	Média-baixa tecnologia	X	
30	***Fabricação de outro equipamento de transporte***			
301	Construção naval	Média-baixa tecnologia	X	
33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	Média-baixa tecnologia	X	
10	Indústrias alimentares	Baixa tecnologia industrial		
11	Indústria das bebidas	Baixa tecnologia Industrial		
12	Indústria do tabaco	Baixa tecnologia Industrial		
13	Fabricação de texteis	Baixa tecnologia Industrial		
14	Indústria do vestuário	Baixa tecnologia Industrial		
15	Indústria do couro e de produtos do couro	Baixa tecnologia Industrial		
16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestana e de espartaria	Baixa tecnologia Industrial		
17	Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	Baixa tecnologia Industrial		
18	***Impressão e reprodução de suportes gravados***			
181	Impressão e atividades dos serviços relacionados com a impressão	Baixa tecnologia Industrial	X	
31	Fabricação de mobiliário e de colchões	Baixa tecnologia Industrial		
32	***Outras indústrias transformadoras***			
321	Fabricação de joalharia, ourivesaria, bijutaria e artigos similares; cunhagem de moedas	Baixa tecnologia Industrial		
322	Fabricação de instrumentos musicais	Baixa tecnologia Industrial		
323	Fabricação de artigos de desportos	Baixa tecnologia Industrial		
324	Fabricação de jogos e brinquedos	Baixa tecnologia Industrial		
329	Industrias trasnsformadoras, n.e.	Baixa tecnologia Industrial		

Fontes: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas; EUROSTAT, "High.technology" and "Knowledge based services" aggregations

Intensidade de Conhecimento - Serviços

	CAE (Ver.3)	Intensidade de conhecimentos	Empresas com actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)
J	**Actividades de informação e comunicação**		
59	Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento	
60	Actividades de rádio e de televisão	Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento	
61	Telecomunicações	Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento	X
62	Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento	X
63	Actividades dos serviços de informação		
631	Actividades de processamento de dados, domiciliação de informação e actividades relacionadas		X
M	**Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares**		
72	Actividades de investigação científica e de desenvolvimento	Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento	
H	Transportes e armazenagem		
50	Transportes por água	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
51	Transportes aéreos		
M	**Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares**		
69	Actividades jurídicas e de contabilidade	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
70	Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
71	Actividades de arquitectura, de engenharia e técnica afins;actividades de ensaios e de análises técnicas	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
73	Pubicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
74	Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
N	**Actividades administrativas e dos serviços de apoio**		
78	Actividades de emprego	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
80	Actividades de investigação e segurança	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
k	**Actividades financeiras e de seguros**	Serviços financeiros com forte intensidade de conhecimento	
J	**Actividades de informação e comunicação**		
58	Actividades de edição	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	
582	Edição de programas informáticos		X
M	**Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares**		
75	Actividades veterinárias	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	
O	**Administração pública e defesa; segurança social obrigatória**	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	
P	**Educação**	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	
Q	**Actividades de saúde humana e apoio social**	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	
R	**Actividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas**	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	
G	**Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos**		
45	Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimentp	
46	Comércio por grosso (inclui agentes) excepto de veículos automóveis e motociclos	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimentp	
465	Comércio por grosso de equipamento de tecnologia de informação e comunicação (TIC)		X
47	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimentp	
H	**Transportes e armazenagem**		
49	Transportes terrestres e transportes por oleodutos e gasodutos	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimentp	
52	Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamentos)	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimentp	
I	**Alojamento, restauração e similares**		
55	Alojamento, restauração e similares	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimentp	
56	restauração e similares	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimentp	
L	**Actividades imobiliárias**	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimentp	
N	**Actividades administrativas e dos serviços de apoio**		
77	Actividade de aluguer	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimentp	
79	Agências de viagem, operadores túristicos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimentp	
81	Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimentp	
82	Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimentp	
S	**Outras actividades de serviços**		
95	Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimentp	
951	Reparação de computadores e equipamento de comunicação		X
H	**Transportes e armazenagem**		
53	Actividades postais e de courrier	Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento	
S	**Outras actividades de serviços**		
94	Actividades das organizações associativas	Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento	
96	Outras actividades de serviços pessoais	Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento	
T	**Actividades de famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio**	Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento	
U	**Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais**	Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento	

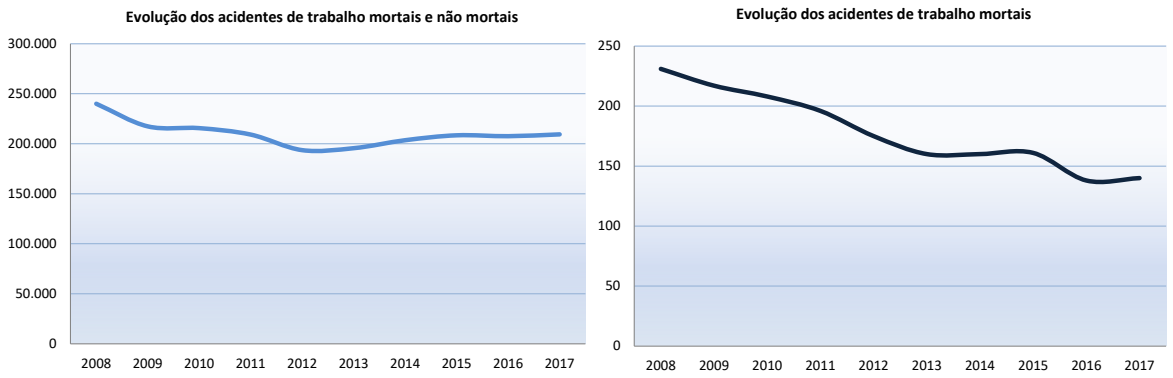
Fontes: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas; EUROSTAT, "High.technology" and "Knowledge based services" aggregations

3.6. Sinistralidade e absentismo laboral

3.6.1. Sinistralidade laboral

De acordo com a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do MTSSS, em 2017[50] ocorreram, em **Portugal**, cerca de 209,4 mil acidentes de trabalho, entre os quais se contabilizaram 140 acidentes mortais, mais 2 mortes e mais 1823 acidentes em relação ao ano anterior. Por outro lado, considerando a evolução da sinistralidade laboral na última década, constata-se uma certa tendência de decréscimo do número de acidentes, em particular não mortais, não obstante, os acidentes na sua totalidade terem evidenciado um ténue acréscimo em 2017. Assim, no espaço de uma década, o número total de participações de acidentes laborais registou uma quebra de 12,8% (menos 30,6 mil acidentes), tendo-se igualmente verificado uma quebra no número de acidentes mortais (menos 39,4%, o que correspondeu a menos 91 mortes).

Figura 161. Evolução dos acidentes de trabalho

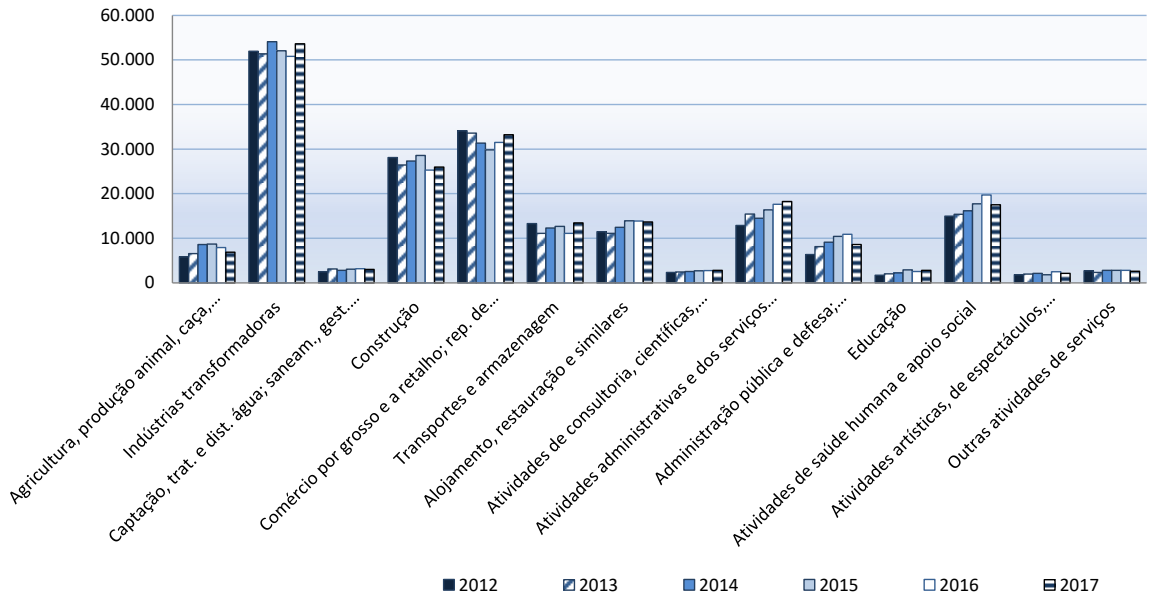


Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho.*

Uma análise mais detalhada dos acidentes de trabalho por actividade económica, em 2017, permite constatar que os sectores que registaram mais participações foram as *Indústrias transformadoras* (25,6%), o *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (15,9%), a *Construção* (12,4%), as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (8,7%), as *Atividades de saúde humana e apoio social* (8,4%), o Alojamento, restauração e *similares* (6,5%) e os *Transportes e armazenagem* (6,4%).

[50] A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2017.

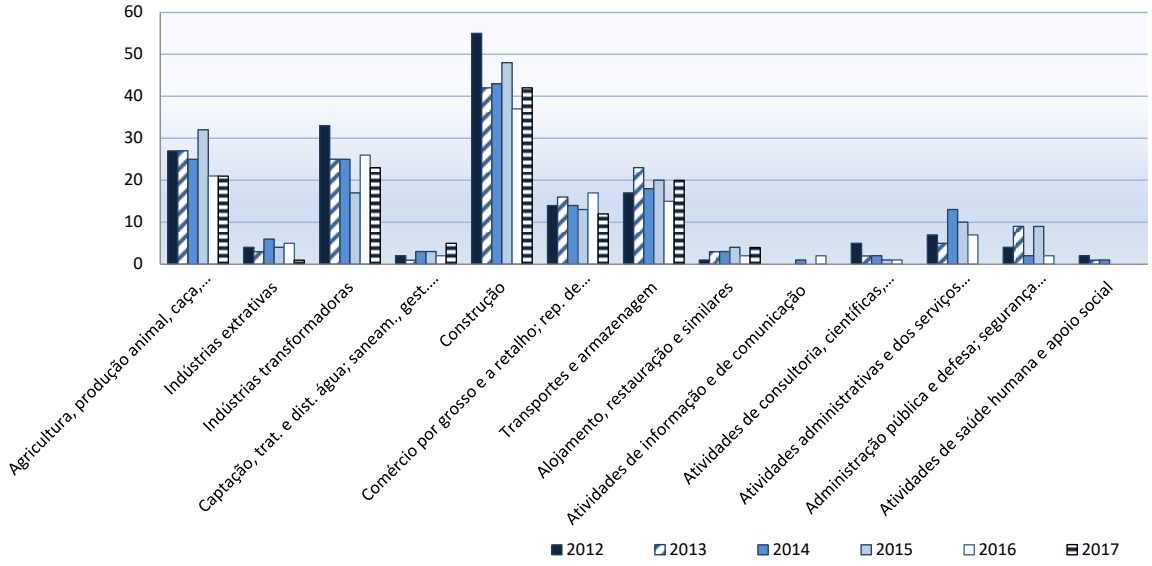
Figura 162. Evolução dos acidentes de trabalho por atividade económica



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho.*

Considerando apenas os acidentes de trabalho mortais, em 2017, observa-se que, o subsector da *Construção* concentrou 30% do total de participações de acidentes mortais, registando o maior número de sinistros (42), logo seguido pelas *Indústrias transformadoras* (23), pela *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (21), pelos *Transportes e armazenagem* (20) e pelo *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (12).

Figura 163. Evolução dos acidentes de trabalho mortais por atividade económica



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho.*

Porém, considerando o impacto da ocorrência dos acidentes de trabalho, quer mortais, quer não mortais, tendo em conta o respetivo número de trabalhadores expostos ao risco, constata-se que este é bastante diferenciado entre os vários setores económicos. Deste modo, analisando a taxa de incidência[51] dos acidentes de trabalho, verifica-se que o maior impacto da sinistralidade laboral ocorreu no sector das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* e na *Construção*, onde se registaram cerca de 11,2 mil e 8,4 mil acidentes, respectivamente, por cada 100 mil trabalhadores. De notar que a *Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição,* as *Indústrias transformadoras*, os *Transportes e armazenagem* e as *Indústrias extractivas*, estão igualmente entre os sectores que evidenciaram taxas de incidência mais elevadas.

Figura 164. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho, em 2017, por setor de atividade
(por cada 100 mil trabalhadores)

		N.º de trabalhadores	Total de acidentes		Acidentes mortais	
			Total de acidentes	Tx. de incidência	Acidentes mortais	Tx. de incidência
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	304400	6872	***2257,6***	21	***6,9***
B	Indústrias extrativas	12300	651	***5292,7***	1	***8,1***
C	Indústrias transformadoras	803400	53650	***6677,9***	23	***2,9***
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	17100	225	***1315,8***	0	***0***
E	Captação, trat. e dist. água; saneam., gest. resíduos e desp.	36500	3054	***8367,1***	5	***13,7***
F	Construção	307500	25968	***8444,9***	42	***13,7***
G	Comércio por grosso e a retalho; rep. de veíc. autom. e mot.	703600	33247	***4725,3***	12	***1,7***
H	Transportes e armazenagem	203900	13487	***6614,5***	20	***9,8***
I	Alojamento, restauração e similares	323200	13664	***4227,7***	4	***1,2***
J	Atividades de informação e de comunicação	114900	988	***859,9***	0	***0***
K	Atividades financeiras e de seguros	107800	626	***580,7***	0	***0***
L	Atividades imobiliárias	43000	759	***1765,1***	0	***0***
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	199900	2850	***1425,7***	0	***0***
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	163700	18254	***11150,9***	6	***3,7***
O	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	296600	8629	***2909,3***	4	***1,3***
P	Educação	390700	2830	***724,3***	0	***0***
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	440300	17540	***3983,6***	1	***0,2***
R	Atividades artísticas, de espectáculos, desp. e recreativas	64100	2173	***3390,0***	1	***1,6***
S	Outras atividades de serviços	111700	2624	***2349,1***	0	***0***
T	Ativ. famílias emp. de pes. dom. e ativ. pr. fam. p/ uso próp.	108500	693	***638,7***	0	***0***
U	Ativ. org. interna. e outras instituições extra-territoriais	—	26	—	0	—
	Ignorado	—	579	—	0	—
	TOTAL	4756600	209390	***4402,1***	140	***2,9***

Nota : — Valor não disponível

— valor não disponível

Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho* e INE, *Inquérito ao emprego.*

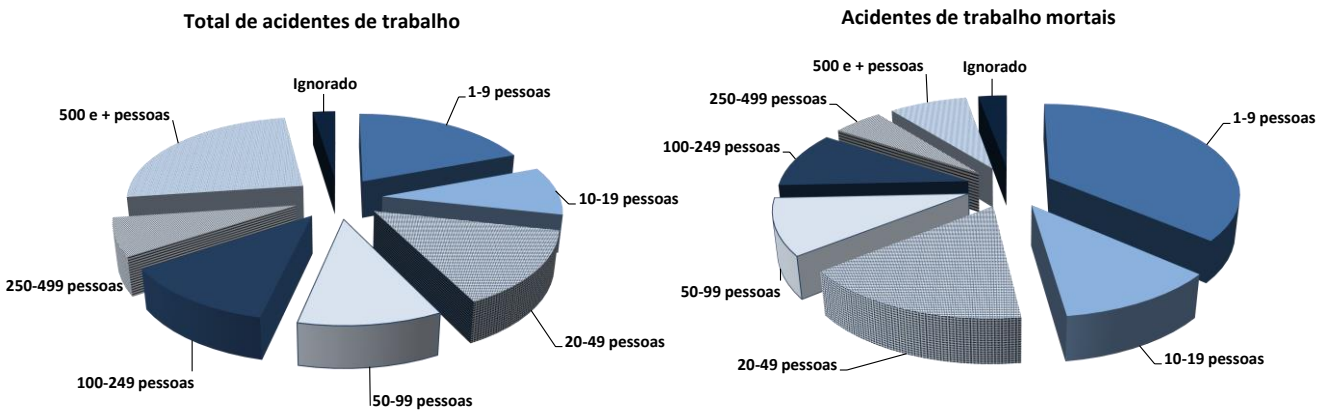
Relativamente à taxa de incidência dos acidentes de trabalho mortais, o impacto mais expressivo ocorreu nos sectores da *Construção* e da *Captação, tratamento e distribuição de água;*

[51] Foram utilizados os dados disponibilizados pelo *Inquérito ao emprego* do INE. A taxa indica o número de acidentes por cada 100 mil trabalhadores.

saneamento, gestão de resíduos e desperdício, ambos com 13,7 mortes, por cada 100 mil trabalhadores, logo seguidos pelas actividades dos *Transportes e armazenagem*, das *Indústrias extractivas* e da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*.

No que concerne à sinistralidade por dimensão empresarial, a maioria dos acidentes laborais em 2017, tanto mortais como não mortais, concentrou-se nas micro e pequenas empresas. Assim, cerca de 42,6% dos acidentes de trabalho e 64,2 dos acidentes mortais ocorreram em empresas com uma dimensão de até 49 trabalhadores.

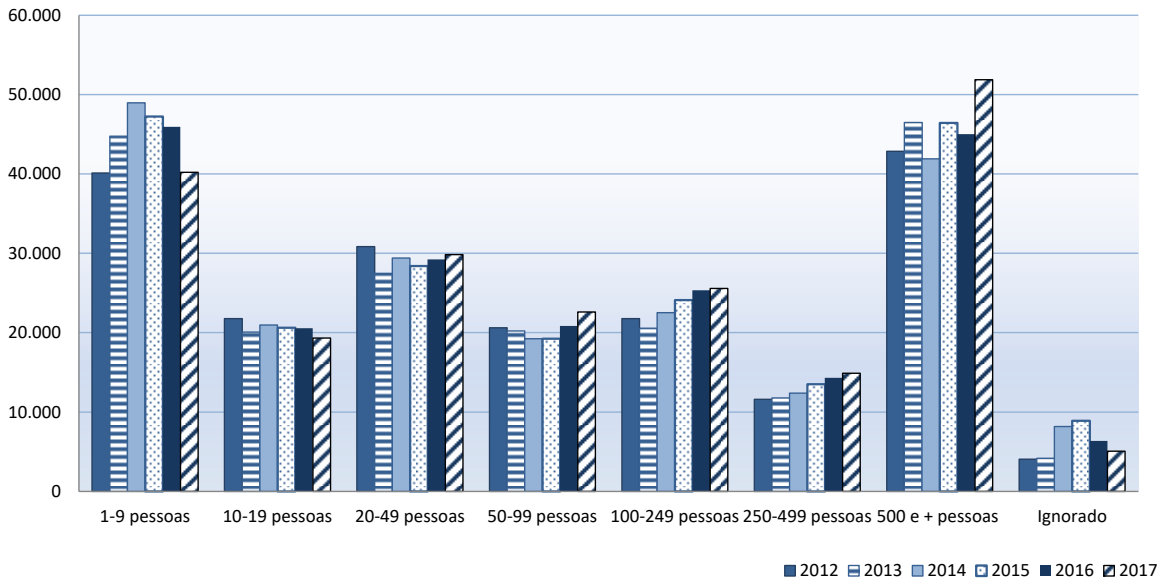
Figura 165. Acidentes de trabalho por dimensão da empresa, em 2017



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho.*

Contudo, analisando a evolução da sinistralidade por dimensão empresarial ao longo da última década, constata-se que as empresas com menor dimensão de trabalhadores têm vindo a diminuir o seu número de acidentes laborais, ao contrário das empresas de maior dimensão, com mais de 500 trabalhadores, que nos últimos anos, viram aumentar o número de sinistros ocorridos em contexto laboral. Em relação aos acidentes de trabalho mortais, salienta-se o facto de, no decurso da última década, todas as categorias de dimensão empresarial terem apresentado um decréscimo da sinistralidade.

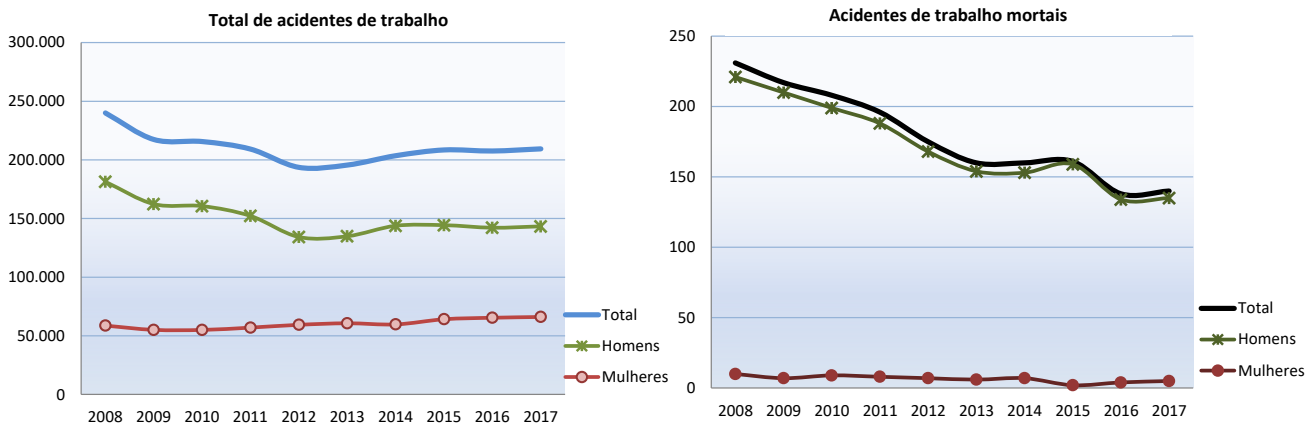
Figura 166. Evolução dos acidentes de trabalho por dimensão da empresa



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho.*

Analisando a sinistralidade laboral por sexo, em 2017, evidencia-se claramente uma maior proporção de ocorrência de acidentes entre os homens. De facto, cerca de 68,4% do total de sinistros laborais registados em 2017 afectaram trabalhadores masculinos. Por outro lado, este diferencial torna-se ainda mais evidente no que respeita aos acidentes de trabalho mortais, cuja incidência se concentra, quase totalmente, nos homens (96,4%), dado que os acidentes mortais que atingiram mulheres corresponderam a 3,6%.

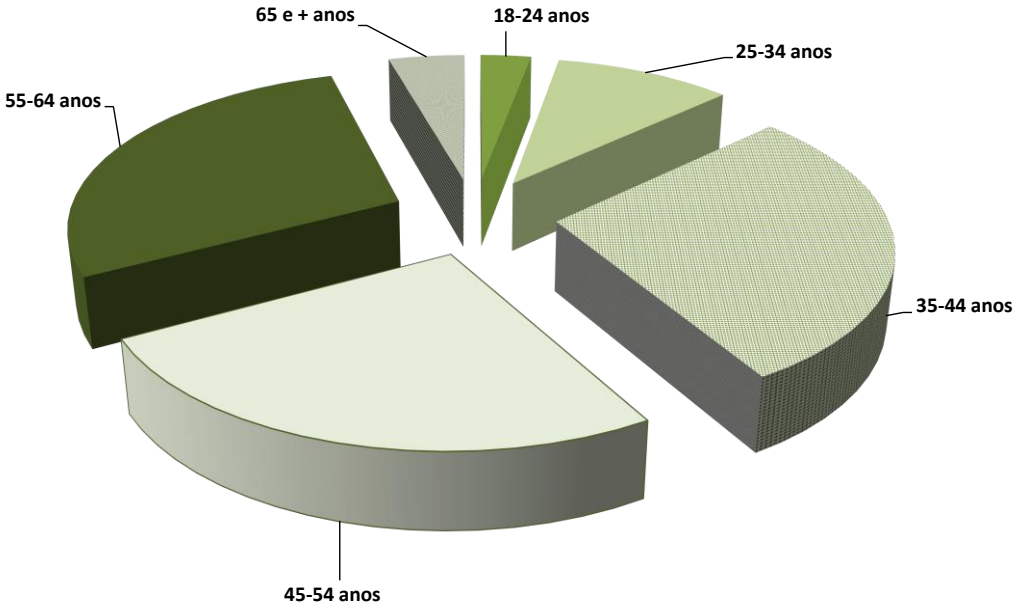
Figura 167. Evolução dos acidentes de trabalho por sexo



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho.*

No que diz respeito à estrutura etária, em 2017, verificou-se uma concentração de acidentes de trabalho sobretudo nos trabalhadores com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos, uma vez que os trabalhadores mais jovens, com menos de 34 anos, foram os menos afectados pela sinistralidade laboral.

Figura 168. Acidentes de trabalho mortais por grupo etário, em 2017



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho.*

Todavia, tendo em conta o número de trabalhadores expostos ao risco por grupo etário, constata-se que o impacto da ocorrência dos acidentes de trabalho, quer mortais, quer não mortais, diverge consoante o escalão etário. Deste modo, considerando a taxa de incidência[52] dos acidentes de trabalho por idades, constata-se que o escalão mais afectado foi o dos 15 aos 24 anos (cerca de 7,8 mil mortes por cada 100 mil trabalhadores), apesar de, em termos de acidentes mortais, ter sido o das idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (5 mortes por cada 100 mil trabalhadores).

[52] Ver nota 2.

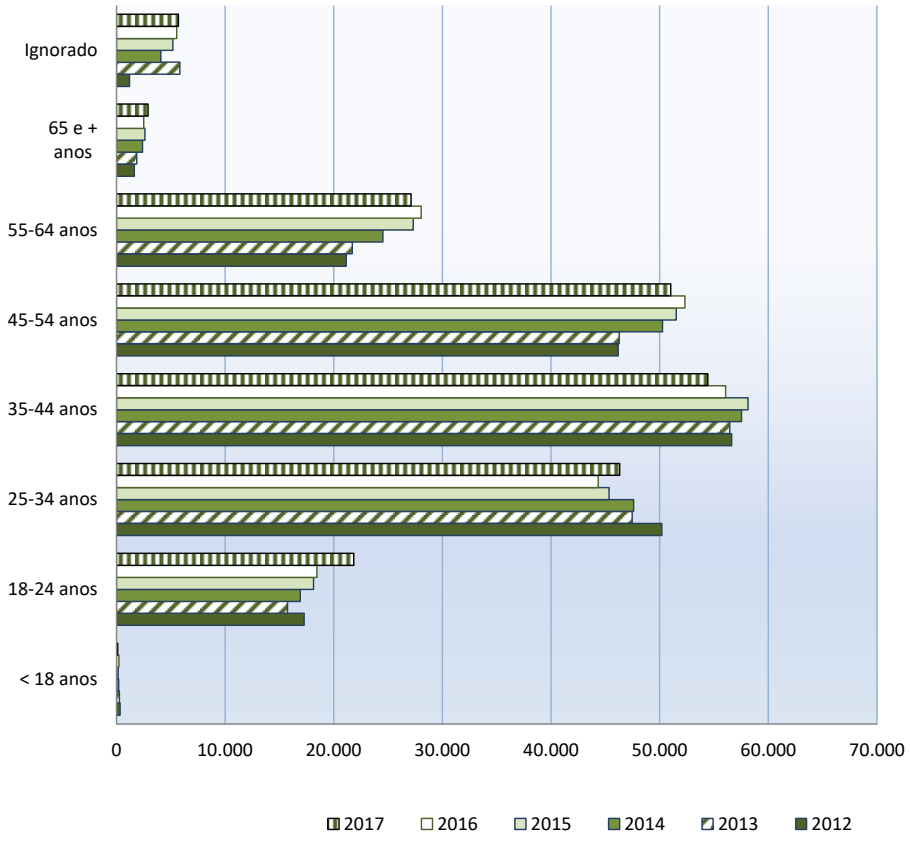
Figura 169. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho, em 2017, por grupo etário
(por cada 100 mil trabalhadores)

	N.º de trabalhadores	Total de acidentes		Acidentes mortais	
		Total de acidentes	Tx. de incidência	Acidentes mortais	Tx. de incidência
TOTAL	4756600	209.390	***4402,1***	140	***2,9***
15-24 anos	282600	21.952	***7767,9***	4	***1,4***
25-34 anos	933000	46.305	***4963,0***	14	***1,5***
35-44 anos	1306800	54.414	***4163,9***	39	***3,0***
45-54 anos	1219600	51.018	***4183,2***	35	***2,9***
55-64 anos	773300	27.106	***3505,2***	39	***5,0***
65 e + anos	241200	2.907	***1205,2***	6	***2,5***
Ignorado	—	5.689	—	3	—

Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho* e INE, *Inquérito ao emprego.*

Importa ainda destacar que, a tendência, dos últimos anos, para o aumento da sinistralidade laboral entre os trabalhadores dos 45 aos 64 anos e para a sua redução nos escalões etários mais novos, evidenciou uma inflexão em 2017. De notar que, em termos gerais, a distribuição etária dos acidentes mortais acompanhou a tendência da totalidade dos acidentes laborais.

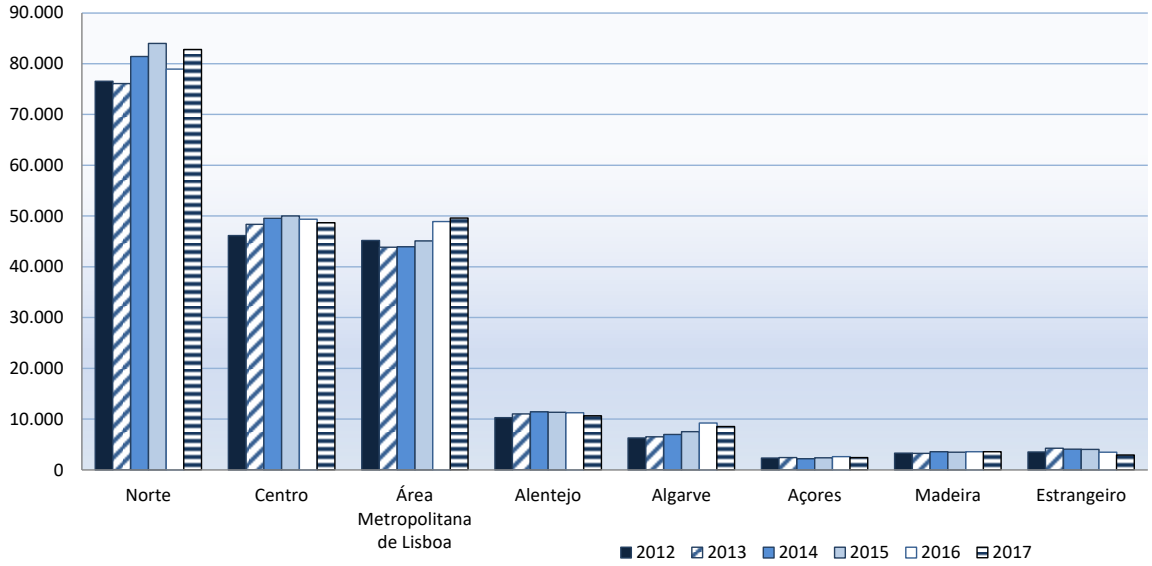
Figura 170. Evolução dos acidentes de trabalho por grupo etário



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho.*

Quanto à incidência regional, em 2017, são sobretudo as regiões do Norte, do Centro e da Área Metropolitana de Lisboa, as mais afectadas pela sinistralidade laboral, concentrando mais de 86% da totalidade dos acidentes de trabalho. Face ao período homólogo, o Norte evidenciou um acréscimo de sinistros laborais, à semelhança da Área Metropolitana de Lisboa e ao contrário da região Centro que registou uma ligeira descida do número de acidentes de trabalho, após uma tendência de estabilidade de ocorrências nos anos anteriores. Quanto ao número de acidentes de trabalho ocorridos no Alentejo, nos últimos anos, verificou-se uma certa constância de valores à semelhança do sucedido, nos Açores, na Madeira e no estrangeiro. Quanto à região algarvia, onde ocorreram 4,1% dos acidentes de trabalho em 2017, observou-se uma descida de cerca de 8%.

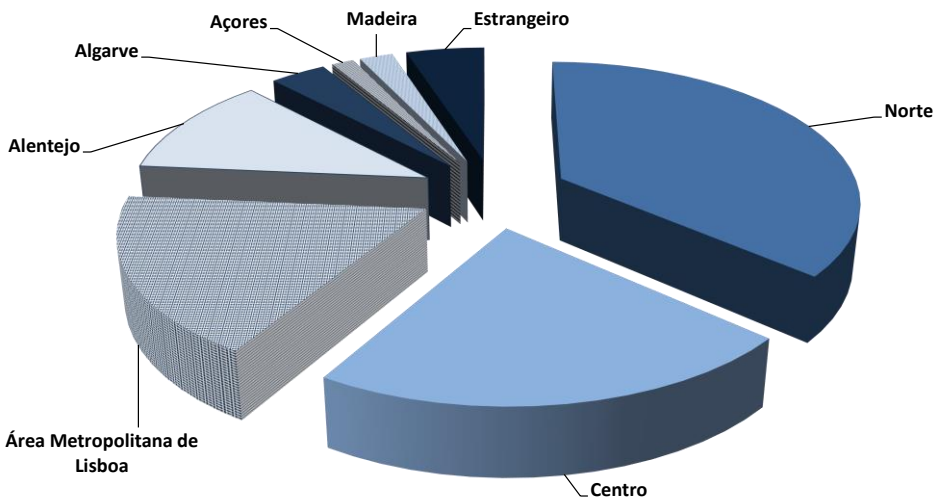
Figura 171. Evolução dos acidentes de trabalho por região (NUTS II)



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho.*

Por outro lado, no que concerne aos acidentes de trabalho mortais, em 2017, destacam-se claramente as regiões do Centro e do Norte, com 51 e 31 mortes respectivamente, logo seguidas pela Área Metropolitana de Lisboa e pelo Alentejo, com a ocorrência de 25 e 16 mortes. Saliente-se ainda o facto de, em 2017, se terem registado 7 mortes de trabalhadores que exerciam a sua atividade no estrangeiro.

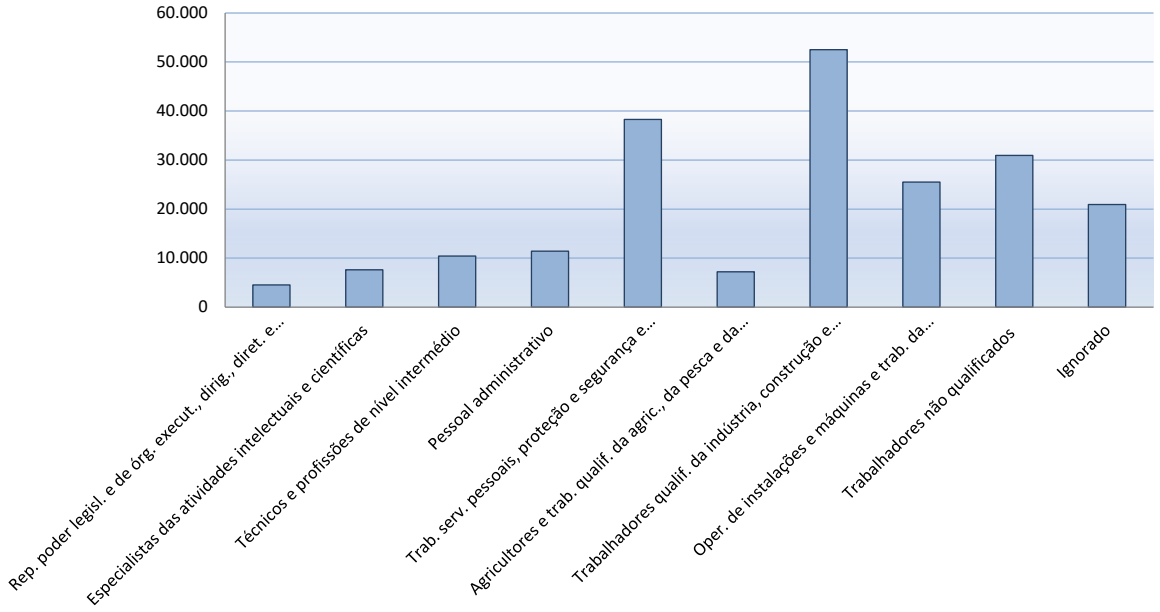
Figura 172. Acidentes de trabalho mortais por região (NUTS II), em 2017



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho.*

Em 2017, ao nível dos grandes grupos profissionais, foram os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices*, que registaram o maior número de sinistros de trabalho (25,1%), apesar de apresentarem uma tendência de decréscimo nos últimos anos. Destacam-se, igualmente os *Trabalhadores dos serviços pessoais, proteção e segurança e vendedores* (18,3%), os *Trabalhadores não qualificados* (14,8%) e os *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem* (12,2%) que apresentaram valores de sinistralidade laboral com alguma expressividade.

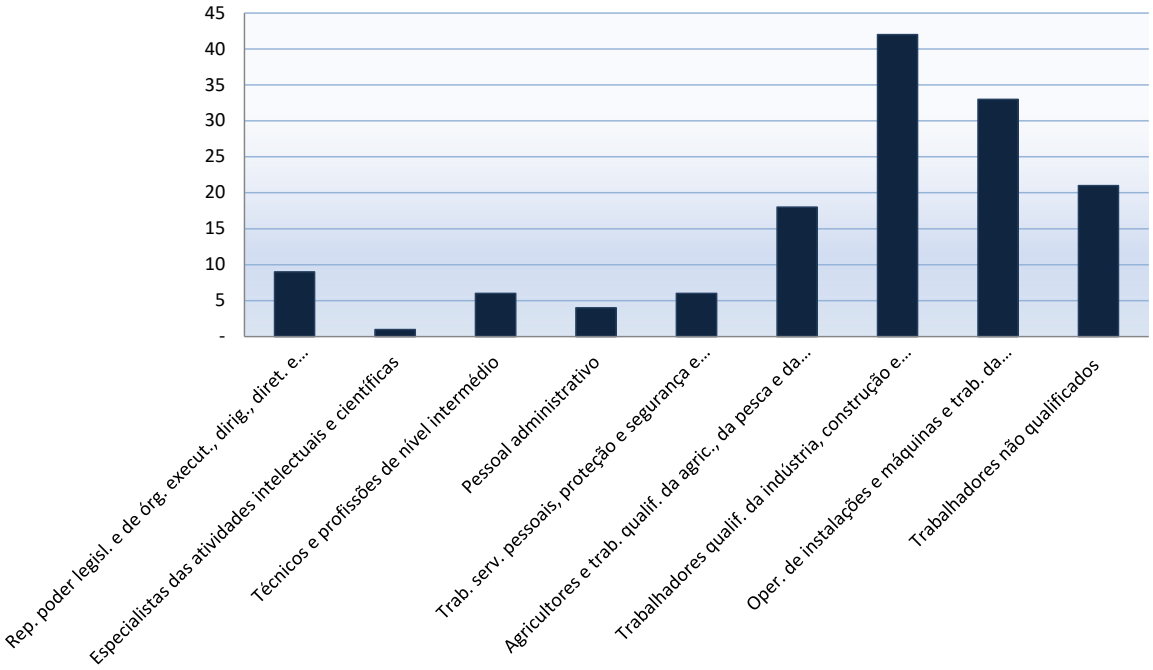
Figura 173. Acidentes de trabalho por grupos profissionais, em 2017



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho.*

Quanto aos acidentes de trabalho com consequência mortal em 2017, constata-se que, os profissionais mais atingidos foram os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (30%), os *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem* (23,6%), os *Trabalhadores não qualificados* (15%) e os *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta* (12,9%). De notar que, todos estes grupos profissionais evidenciaram um decréscimo da sinistralidade mortal, à excepção dos *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta* que apresentaram um aumento de 12,5% em 2017 (18 mortes), com o registo de mais 2 mortes face ao período homólogo.

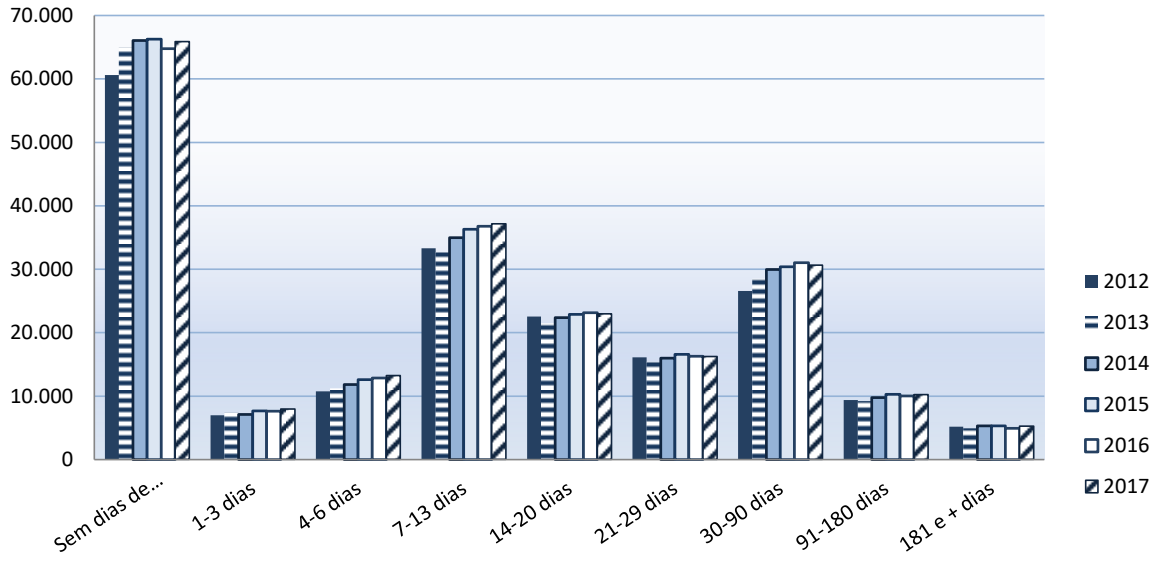
Figura 174. Acidentes de trabalho mortais por grupos profissionais, em 2017



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho.*

Por último, analisando o número de dias de trabalho perdidos na sequência de um acidente laboral, constata-se que, em 2017, 68,5% dos acidentes laborais deram origem a dias de ausência laboral.

Figura 175. Evolução do n.º de acidentes de trabalho por escalão de dias perdidos

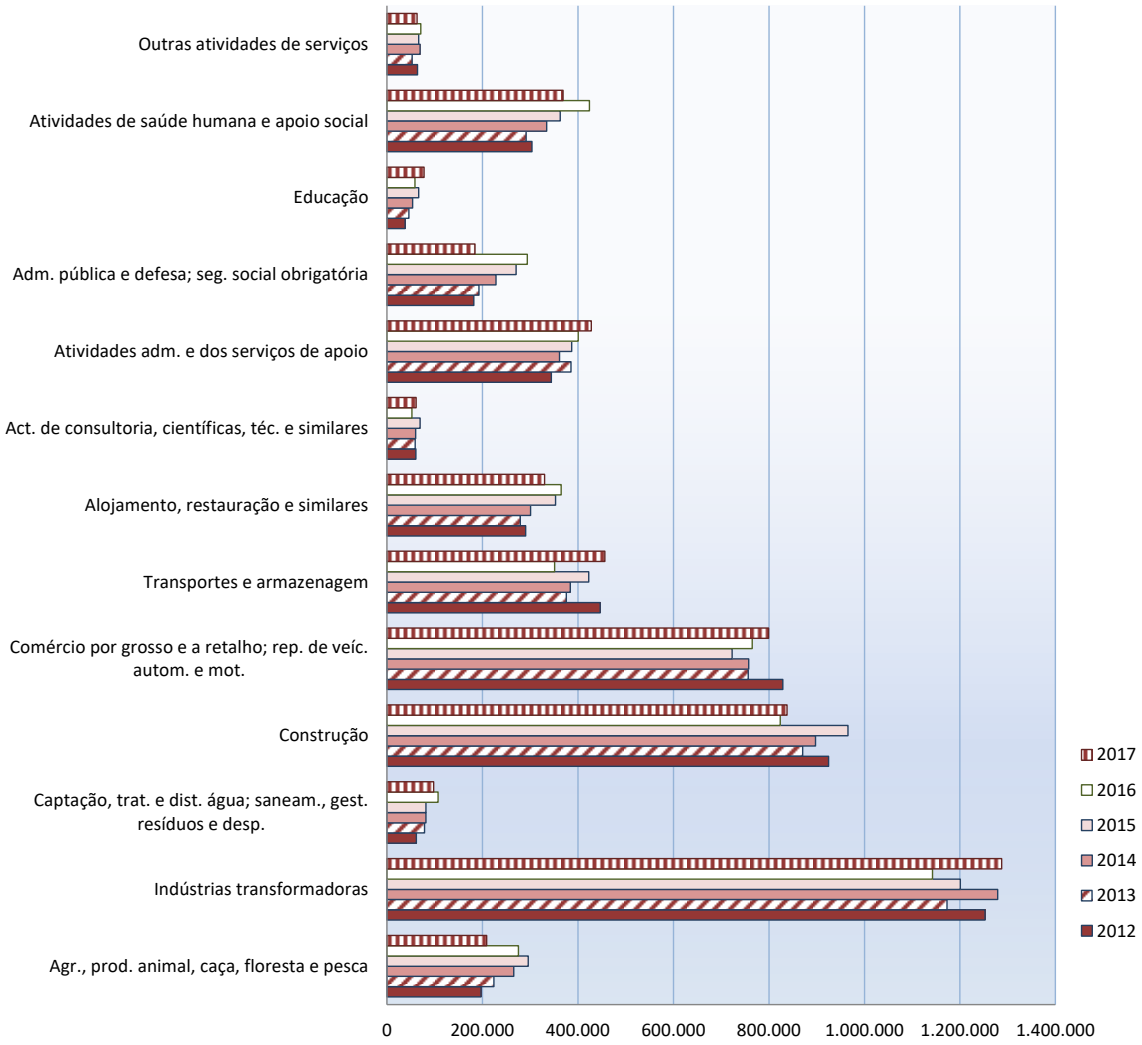


Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho.*

Por outro lado, em 2017, 17,7% da sinistralidade laboral originou 7 a 13 dias de ausência ao trabalho, 14,6% originou 30 a 90 dias e 11% originou 14 a 20 dias. De salientar que, apesar de ligeiras oscilações, o número de acidentes por escalão de dias de trabalho perdidos tem evidenciado alguma estabilidade nos valores apresentados.

Ainda neste contexto e numa análise mais detalhada, desagregada por actividade económica, os acidentes de trabalho nas *Indústrias transformadoras* foram os responsáveis por 23,7% do total de dias de trabalho perdidos, logo seguidos pelos acidentes nos sectores da *Construção* e do *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos,* que estão na origem, respectivamente, de 15,4% e 14,7% do total de dias perdidos em virtude da sinistralidade em contexto laboral.

Figura 176. Evolução do n.º de dias de trabalho perdidos por setor de atividade



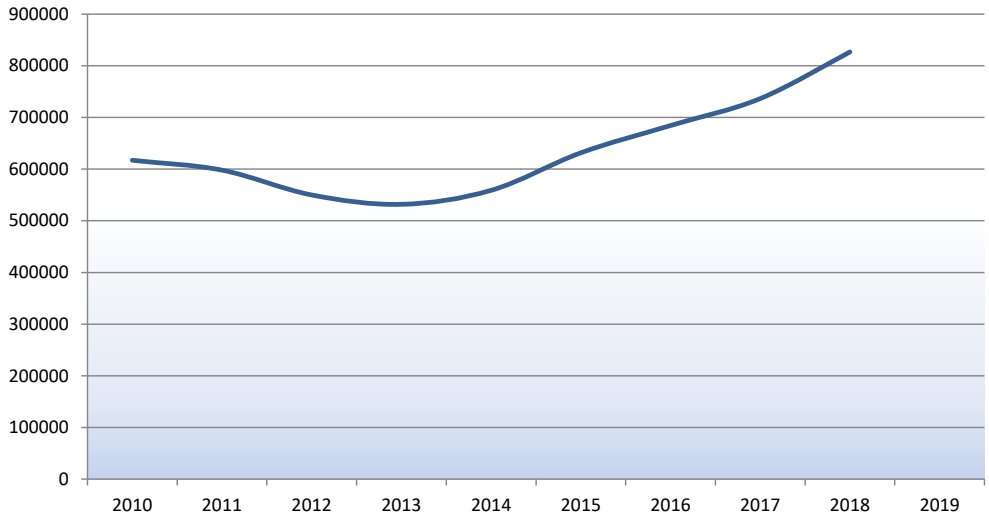
Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho.*

3.6.2. Baixas no âmbito de doença

No final de 2019, segundo a informação disponibilizada para o **Continente** pelo Instituto da Segurança Social do MTSSS, foram terminadas cerca de 859,4[53] mil baixas por doença, o que representou, em termos homólogos, um acréscimo de 3,9%. No decurso dos últimos dez anos, a análise da evolução do número de baixas por doença evidencia uma tendência de crescimento, não obstante uma ligeira inflexão deste comportamento no ano de 2013.

[53] Por forma a não violar o segredo estatístico, este total não inclui os valores residuais das baixas terminadas por mulheres dos 20 aos 24 anos e por homens com menos de 20 anos.

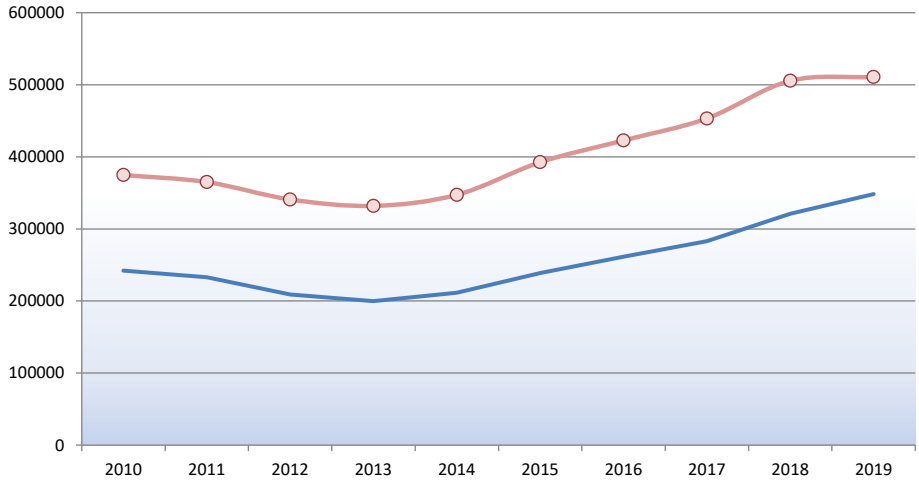
Figura 177. Evolução do número de baixas por doença



Fonte: II, MTSSS: Estatísticas da Segurança Social

Por outro lado, a análise desagregada desta informação por sexo, revela uma maior concentração de baixas por doença entre as trabalhadoras do sexo feminino ao longo da última década. De facto, ao longo do período em análise, o número de baixas por doença das mulheres tem evidenciado valores mais elevados que o dos homens, registando diferenças sempre superiores a 21 p.p.

Figura 178. Número de baixas por doença em 2018 e respetiva evolução, por sexo

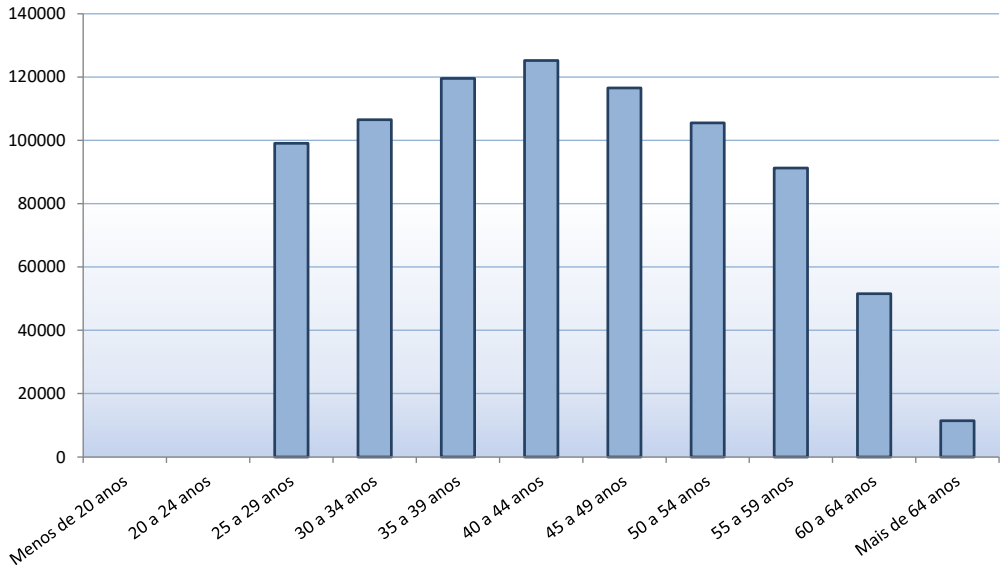


Fonte: II, MTSSS: Estatísticas da Segurança Social

Relativamente à distribuição etária do número de baixas por doença terminadas em 2019, verifica-se que os grupos etários com idades compreendidas entre os 35 e os 49 anos concentram grande parte do número de baixas motivadas por doença (mais de 40% do total), ao contrário dos

escalões de idades mais jovens e mais velhas, onde a percentagem face ao total de baixas é quase residual.

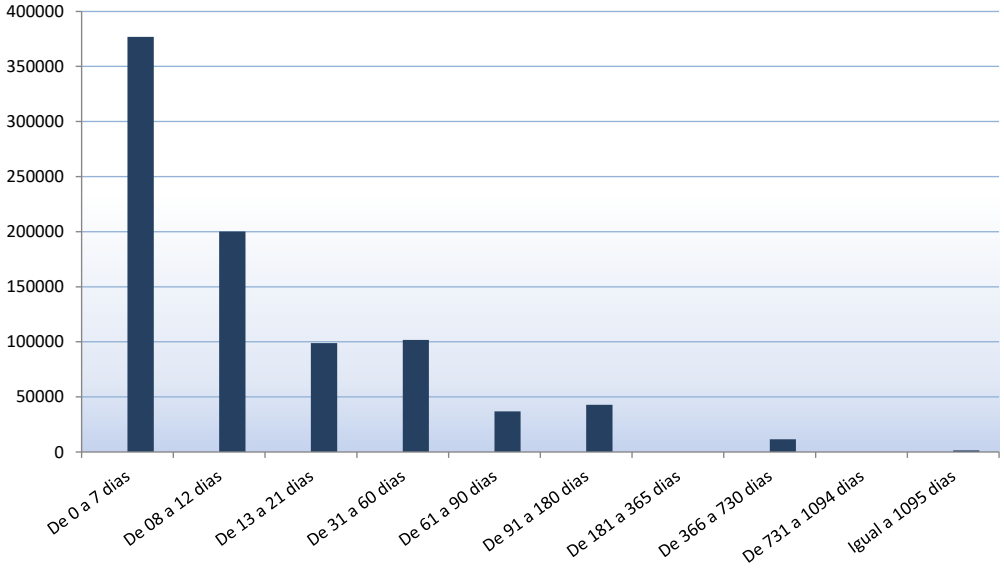
Figura 179. Distribuição etária do número de baixas por doença, em 2019



Fonte: II, MTSSS: Estatísticas da Segurança Social

Por último, considerando o número de dias de ausência ao trabalho motivados por doença, em 2019, verifica-se que, a grande maioria das baixas terminadas tiveram durações curtas, entre 0 e 12 dias.

Figura 180. Número de baixas por doença, em 2019, por número de dias



Fonte: II, MTSSS: Estatísticas da Segurança Social

4. GANHOS E REMUNERAÇÕES

4.0. Nota introdutória

Este capítulo trata da estrutura remuneratória e da evolução dos ganhos e remunerações no setor empresarial e também nas Administrações Públicas e ainda da evolução dos custos do trabalho.

No que respeita à estrutura remuneratória e aos ganhos do setor empresarial, a principal fonte utilizada são os dados dos *Quadros de Pessoal* (QP), cujo último ano com informação disponível é 2018 (os QP reportam a situação real do mês de outubro de cada ano). A análise reporta-se aos dados relativos à remuneração base mensal, à remuneração base mensal mais prestações regulares e ao ganho mensal, por sexo, níveis de habilitações, setores de atividade, regiões e tipos de contrato. Procede-se ainda à análise dos trabalhadores por conta de outrem abrangidos pela Retribuição Mínima Mensal garantida, neste caso recorrendo aos dados do *Inquérito aos ganhos e à duração do trabalho* do GEP- MTSSS.

Na terceira secção do capítulo analisa-se o *Índice do Custo do Trabalho*, que é publicado pelo INE, e tem como base o ano de 2016, indicador cuja evolução é depois comparada com indicadores semelhantes dos restantes países europeus, a partir da informação do *Labour Cost Survey* do Eurostat.

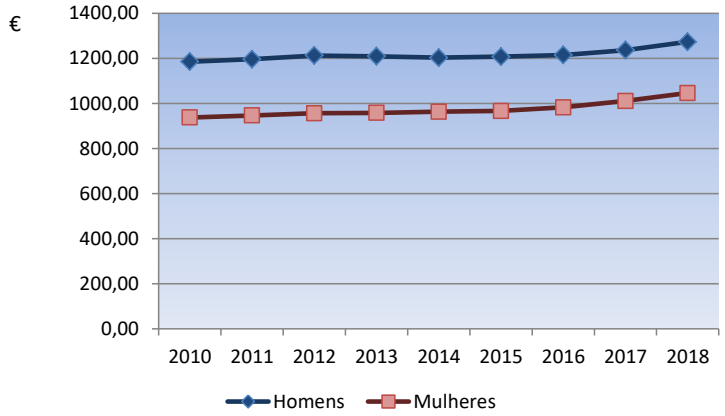
Por fim são apresentados os Ganhos e Remunerações nas Administrações Públicas, de 2011 a 2019, tendo como fonte de informação a *Síntese estatística do emprego público* publicada pela DGAEP.

4.1. Remunerações: remuneração base média mensal, ganhos médios e mediana do ganho

Em outubro de 2018, e de acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*, **o ganho médio mensal,** no Continente, dos trabalhadores por conta de outrem que trabalhavam a tempo completo era de 1.170,25 €, o que representava um aumento de 3,3% face a Outubro do ano anterior, o maior aumento registado desde 2010.

O ganho médio mensal masculino era 1.273,99 €, enquanto o feminino totalizava 1.046,59 €. Ambos cresceram, relativamente a 2017, mas o feminino mais do que o masculino pelo que a diferença entre salários médios se atenuou ligeiramente, como aliás já vinha acontecendo desde 2010. Assim, em 2019, o salário médio mensal feminino representava 82% do salário masculino quando, em 2010, constituía 79%.

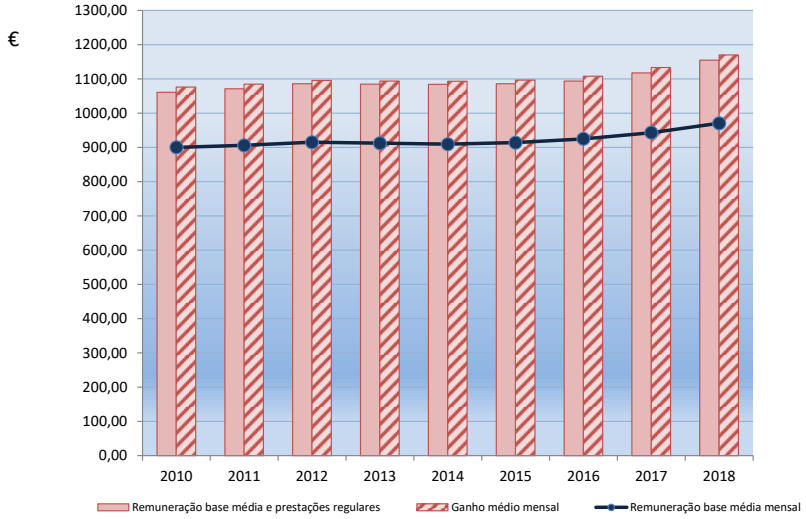
Figura 181. Evolução do ganho médio mensal masculino e feminino



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Em Outubro de 2018 a **mediana do ganho** era de 854,8 €, tendo registado um aumento de 3,9% relativamente ao ano anterior. Desde 2010 que se tem vindo a verificar uma leve aproximação da mediana relativamente ao ganho médio. Assim, esta representava 71,4% daquele, no início da série e, em 2018, constituía 73%.

Figura 182. Evolução do ganho médio mensal, da remuneração base e da remuneração base mais prestações regulares



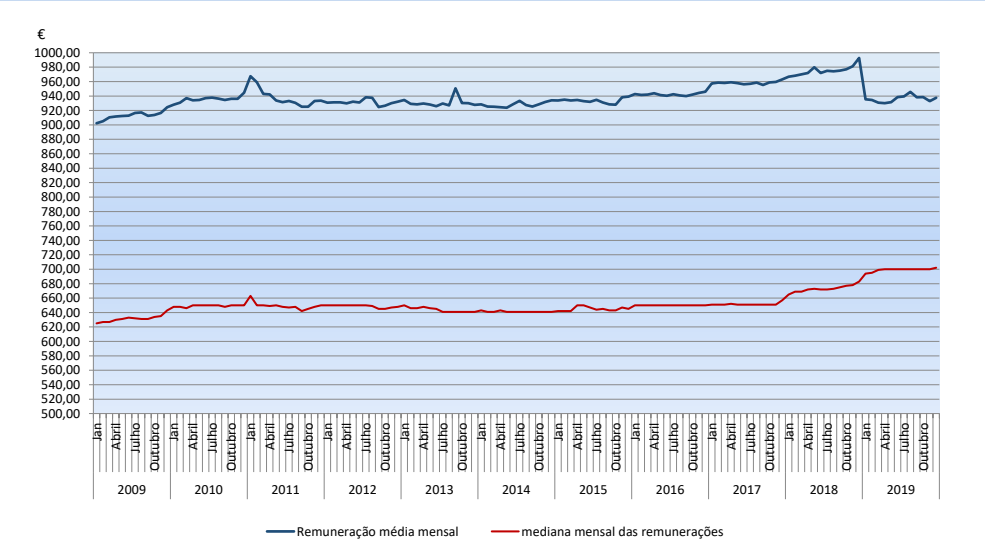
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Em Outubro de 2018, O valor da **remuneração base média mensal** para os TCO que trabalhavam a tempo completo era de 970,42 €, (cerca de 83% do **ganho médio mensal)** e cresceu em 2,9% relativamente a 2017. A remuneração base média masculina era 1.039,08 € e a feminina, 888,56 €, representando 85,5% da masculina.

Quanto ao valor da **remuneração base média mais prestações regulares**, esta era de 1.154,54 €, representando 98,7% do ganho médio e tendo aumentado 3,3% relativamente ao ano anterior. A **remuneração base média mais prestações regulares feminina** representava 82,8% da masculina.

Remunerações médias mensais e mediana do ganho - Segurança Social

Figura 183. Evolução da remuneração média mensal e da mediana do ganho – Segurança Social



Fonte: II/MTSSS, *Estatísticas da Segurança Social*

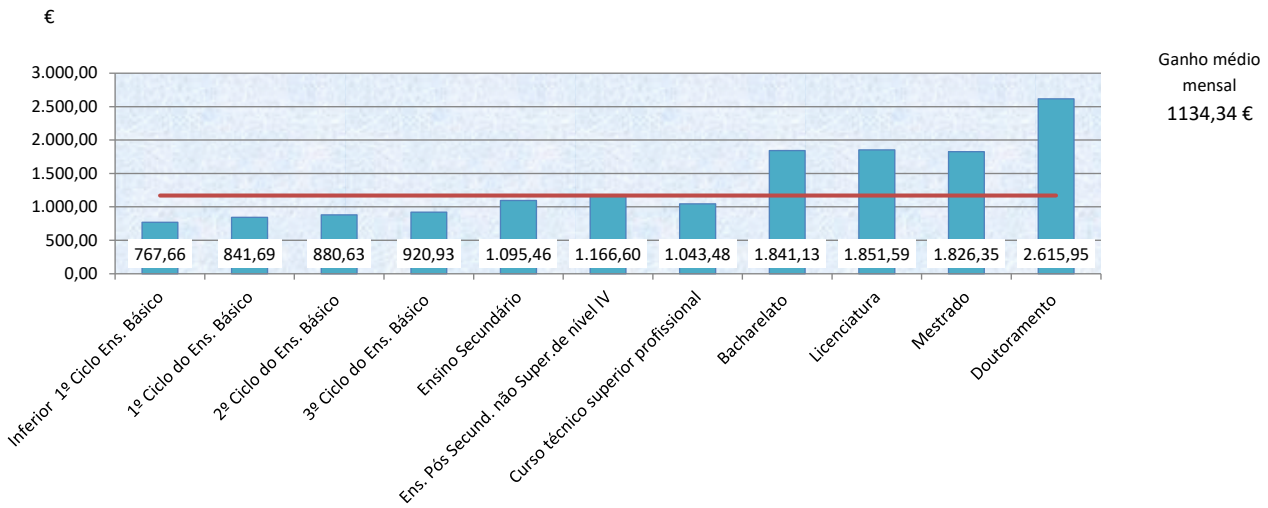
Os dados sobre remunerações médias mensais e mediana do ganho disponibilizados pela Segurança Social não distinguem trabalhadores a tempo completo e a tempo parcial. Tendo isso em conta, procurou-se sobretudo analisar a evolução registada ao longo da última década.

A remuneração média manteve-se estável, entre 2010 e 2014, e depois aumentou sempre, embora ligeiramente, até 2018 Em 2019, registou-se contudo um decréscimo, tendo a remuneração base média regressado aos valores de 2016. A mediana do ganho, contudo, que tinha aumentado, em 2018, depois de um período de estabilidade, registou em 2019 novo aumento, aproximando-se pois, da remuneração base média.

- ***Por níveis de habilitações***

Analisando o ganho médio mensal por níveis de habilitações, verifica-se que, em 2018 como no ano anterior, este era, de um modo geral, tanto mais elevado quanto maior o nível de escolaridade, variando entre os 767,66 €, para os trabalhadores que tinham habilitações inferiores ao 1º ciclo do ensino básico e os 2.615,95 €, para os trabalhadores que possuíam doutoramento.

Figura 184. Ganho médio mensal por níveis de habilitações - 2018

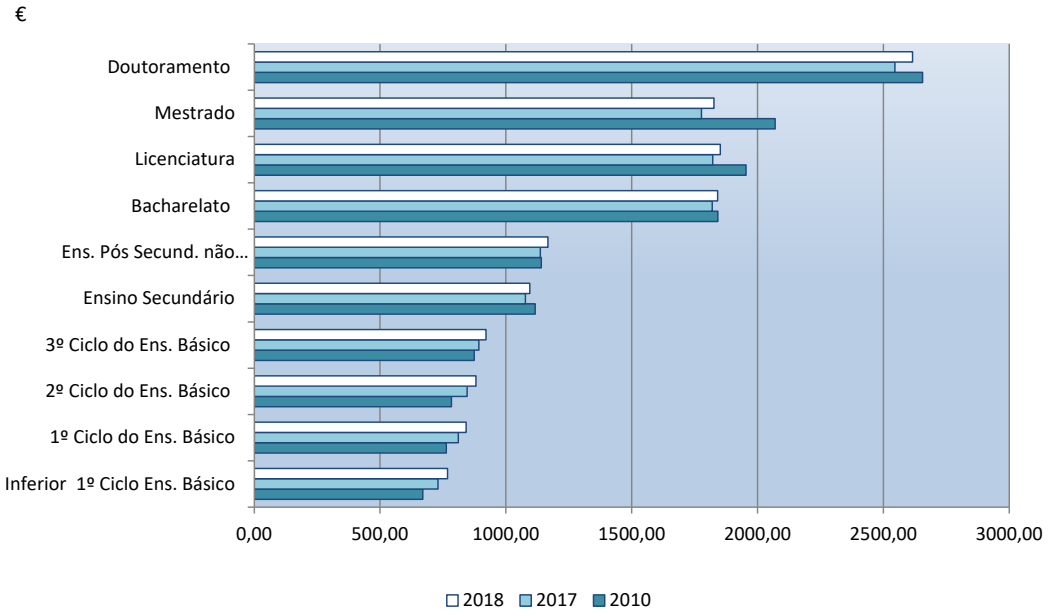


Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Entre 2017 e 2018 o ganho médio mensal aumentou para todos os níveis de habilitações, tendo aumentado mais nos níveis de habilitações mais baixos (5,1% para os trabalhadores com menos do que o 1º ciclo do ensino básico, 4,2% para os trabalhadores com o 2º ciclo do ensino básico e 3,2% para os trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico). Os trabalhadores cujo ganho médio mensal menos cresceu, foram os trabalhadores que possuíam o ensino secundário (+1,7%), o bacharelato (+1,2%) ou a licenciatura (+1,6%).

Entre 2010 e 2018, o ganho médio mensal aumentou mais de 10% para os trabalhadores com até o 3º ciclo do ensino básico e 5,3% para os trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico. Por outro lado, decresceu em 11,8% para os trabalhadores com mestrado e em 5,3% para os trabalhadores com licenciatura.

Figura 185. Evolução do Ganho médio mensal por nível de habilitações – 2010, 2017 e 2018

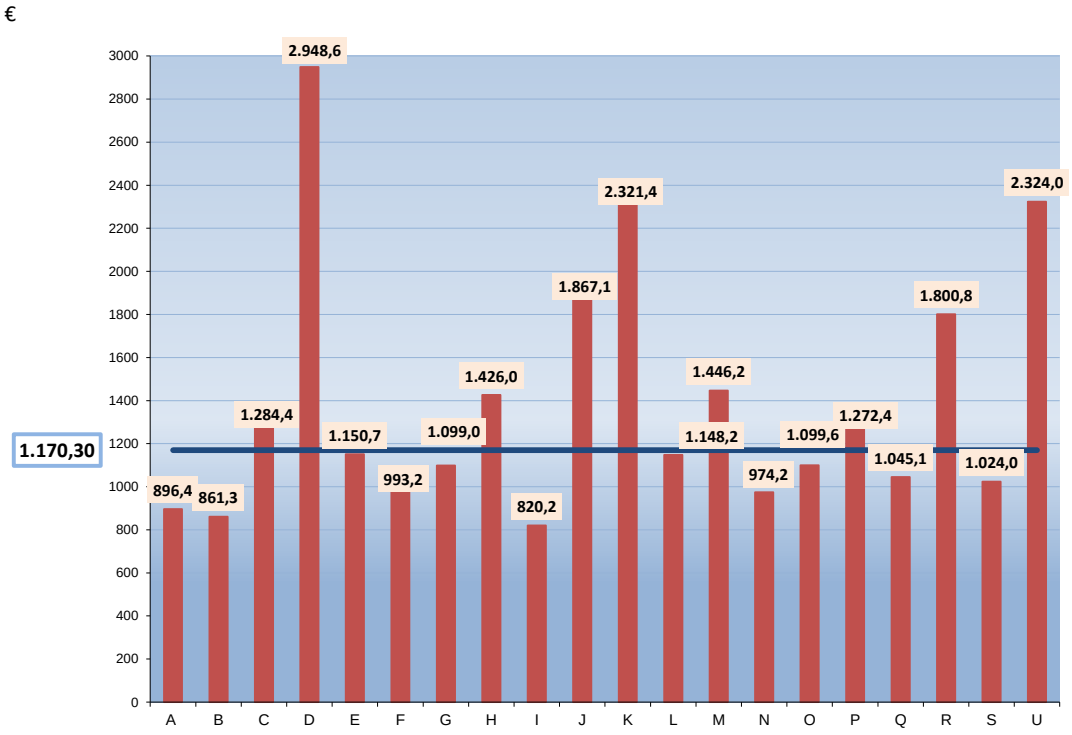


Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

- ***Por setores de atividade***

No que se refere aos ganhos médios mensais por sectores de actividade, não se registaram, grandes diferenças relativamente aos anos anteriores. Assim, em outubro de 2018, os sectores que registavam os valores mais elevados de **ganho médio mensal** eram *a Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*, (2.948,6,7 €), o das *Atividades dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais*. (2.324 €), que este ano, ultrapassou o sector das *Atividades financeiras e de seguros* (2.321,4 €) e ainda os subsectores das *Telecomunicações* (2.210,2 €) e da *Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis; fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos* (1.911,5 €).

Figura 186. Ganho médio mensal dos TCO a tempo completo por Atividades Económica – Out. de 2018



A	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA
B	INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS
C	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS
D	ELECTRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO
E	CAPTAÇÃO,TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA; SANEAMENTO,GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLUIÇÃO
F	CONSTRUÇÃO
G	COMÉRCIO POR GROSSO E RETALHO; REP. DE VEÍC. AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS
H	TRANSPORTES E ARMAZENAGEM
I	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
J	ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

K	ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS
L	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
M	ATIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES
N	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO
O	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DEFESA; SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA
P	EDUCAÇÃO
Q	ATIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL
R	ATIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPETÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS
S	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS
U	ACTIV. ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUT. INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS

Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Os sectores de atividade com **ganhos médios mensais** mais baixos continuavam a ser o *Alojamento, restauração e similares* (820,2 €*), a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas (896,4 €),* e os subsectores da *Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; indústria do couro e dos produtos do couro* (842,5 €) e do *Fabrico de mobiliário e colchões* (854,6€).

Relativamente ao mês homólogo, os sectores em que o valor do **ganho médio mensal** mais cresceu foram as *Atividades dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais (*10,4%), sector onde o ganho médio tinha diminuído no ano anterior, as *Indústrias Extrativas* (8,3%) e a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (5,4%) e também o subsector da *Pesca e aquacultura* (12,2%), que tinha decrescido em 9,3% em 2017.

Os subsectores da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outros equipamentos de transporte* e das *Atividades de edição; Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de tv, de gravação de som, de edição de música, actividades de radio e de tv* que registaram decréscimos nos valores do **ganho médio mensal** (-2,7% e -0,7%, respetivamente). Os sectores onde o ganho médio mensal menos cresceu foram o das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (0,1%) e o das *Atividades financeiras e de seguros* (0,7%).

Em outubro de 2018, como nos anos anteriores, o ganho médio feminino era superior ao masculino nos sectores da *Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição*; dos *Transportes e armazenagem* e da *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória,* e ainda na *Construção* e nas *Indústrias Extrativas*. Em contrapartida, o valor do ganho médio mensal feminino era especialmente baixo no sector das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas,* representando cerca de 61% do ganho mensal masculino.

Os sectores onde a remuneração base média mensal estava mais próxima do ganho médio mensal eram, em outubro de 2018, como nos anos anteriores, a *Educação*, o *Alojamento, restauração e similares* e as *Atividades dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais* e ainda o subsector da *Pesca e aquicultura.* Os sectores onde essa diferença era maior, eram as *Atividades financeiras e de seguros,* a *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio,* os *Transportes e Armazenagem, as Indústrias Extrativas* e, também, o subsector da *Fabricação dos artigos de borracha e de matérias plásticas.*

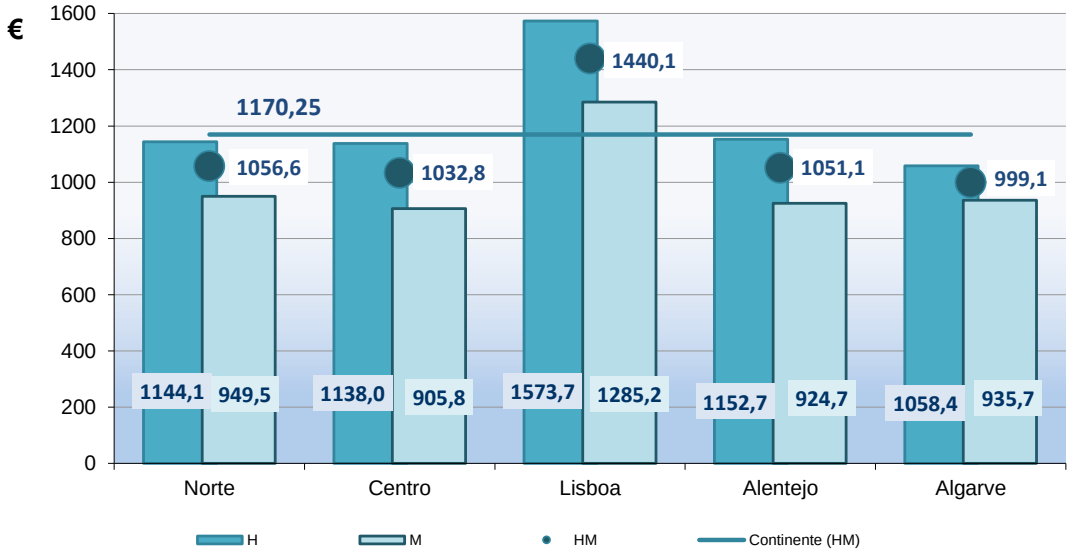
- ***Por regiões***

Em outubro de 2018, e tal como em anos anteriores, o **ganho médio mensal** dos TCO que trabalhavam a tempo completo era mais elevado na região de Lisboa (1.440,1 €), seguindo-se-lhe as regiões do Norte e do Alentejo, que tinham ganhos médios mensais muito próximos (1056,6 e

1.051,1 €, respectivamente). A região do Centro registava um ganho médio mensal de 1.032,8 € enquanto o Algarve continuava a ser a região onde o ganho médio mensal era mais baixo (991,1 €).

Relativamente ao mês homólogo, o ganho médio mensal aumentou mais na região do Norte (+0,8%) depois no Centro e no Alentejo e apenas 0,1% na região de Lisboa. No Algarve o ganho médio mensal diminuiu 0,4%.

Figura 187. Evolução do Ganho médio mensal dos TCO a tempo completo por região

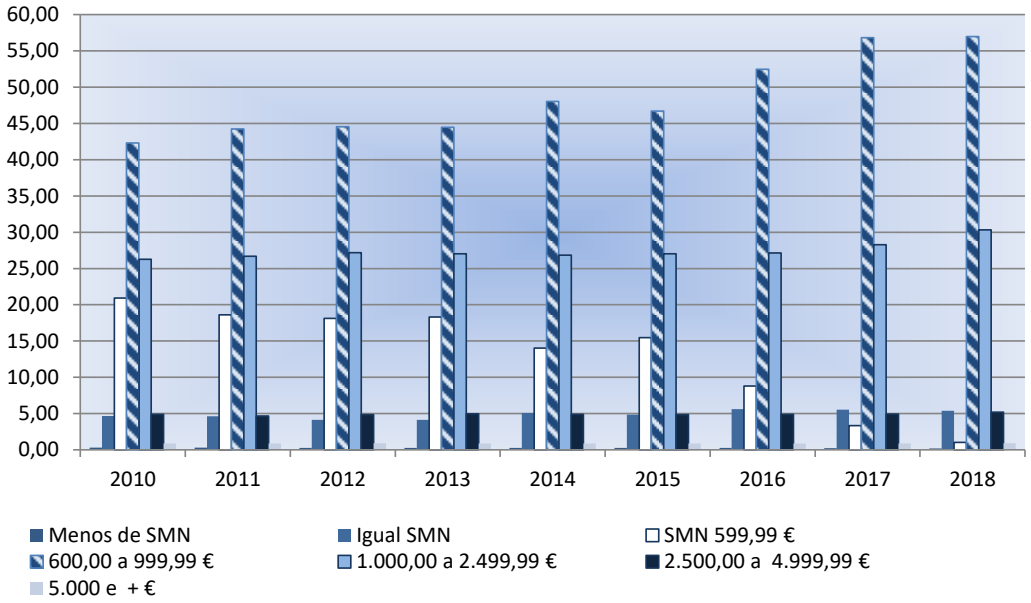


Fonte: *GEP, Quadros de pessoal*

A região onde a diferença entre a **remuneração base média mensal** e o **ganho médio mensal** era mais significativa continuava a ser no Alentejo (77,3%) e a região onde esses valores se encontravam mais próximos, o Norte, onde a remuneração base média mensal constituía 84% do ganho médio mensal.

4.2. Estrutura remuneratória

Figura 188. Evolução da Estrutura remuneratória dos TCO (Remuneração base mensal mais prestações regulares), em percentagem



Nota: Em Outubro de 2010 o SMN era 475€; em Outubro de 2012, 585€; em Outubro de 2014, 505€, em Outubro de 2016, 530 € e em Outubro de 2017, 557 €.
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

A análise da estrutura remuneratória dos Trabalhadores por Conta de Outrem que trabalhavam a tempo completo, em 2018, e no que respeita à remuneração base mensal mais prestações regulares, permite constatar que mais de metade dos trabalhadores se concentrava no escalão remuneratório entre "600 e 999,99 €". Surgia em seguida o escalão entre "1.000 e 2.499,9 €", que reunia 30,3% dos trabalhadores. O escalão equivalente ao SMN, reunia 5,4% e o escalão entre "2.500 e 4999,99 €", 5,2%. Quanto a escalão entre o SMN e 599 €, e tendo em conta o aumento do SMN para 580 € em 2018, passou a incluir apenas cerca de 1% dos trabalhadores.

Relativamente a 2017, constatou-se um ligeiro decréscimo nos escalões até aos 599,9 €, e um leve aumento na percentagem de trabalhadores nos escalões superiores a 600 € que foi mais elevado no escalão dos 1.000 aos 2.499,9 € (+2,6 p.p.)

Entre 2010 e 2017, refira-se que o escalão entre os 600 e os 999,99 € aumentou em 14,7 p.p. e o escalão entre os 1.000 e os 2.499,99 € em 4,1 p.p., à custa do escalão entre o SMN e os 999,99 € cujo peso foi naturalmente decrescendo à medida que o valor do SMN aumentava. Os restantes escalões registaram apenas ligeiras alterações.

Relativamente à estrutura remuneratória nos diferentes sectores de atividade, em 2018, a percentagem de trabalhadores nos escalões remuneratórios até aos 599,99 € diminuiu, em todos os sectores, relativamente a 2017, tendo decrescido 8 p.p. nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* e 7 p.p. no sector do *Alojamento, restauração e similares.* De qualquer modo, 23,9% dos trabalhadores deste último sector situava-se nos escalões remuneratórios até aos 599,99 €, assim como 12% dos trabalhadores das *Outras actividades de serviços* e 10,1% dos trabalhadores da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.*

O escalão entre os 600 e os 999,9 € reunia 73,9% dos trabalhadores da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória*, e cerca de 70,5% dos trabalhadores da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio.* Neste último sector, a percentagem de trabalhadores neste escalão remuneratório aumentou 6,2 p.p.

O escalão "1.000 aos 2.499,99 €" era maioritário nos sectores das *Atividades financeiras e dos seguros* (61,4% dos trabalhadores), das *Atividades de informação e comunicação* (60%) e das *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* (57,8%). A percentagem de trabalhadores neste escalão remuneratório cresceu em 5,3 p.p. no sector das *Indústrias Extrativas* e 4,7 p.p. no sector dos *Transportes e Armazenagem.*

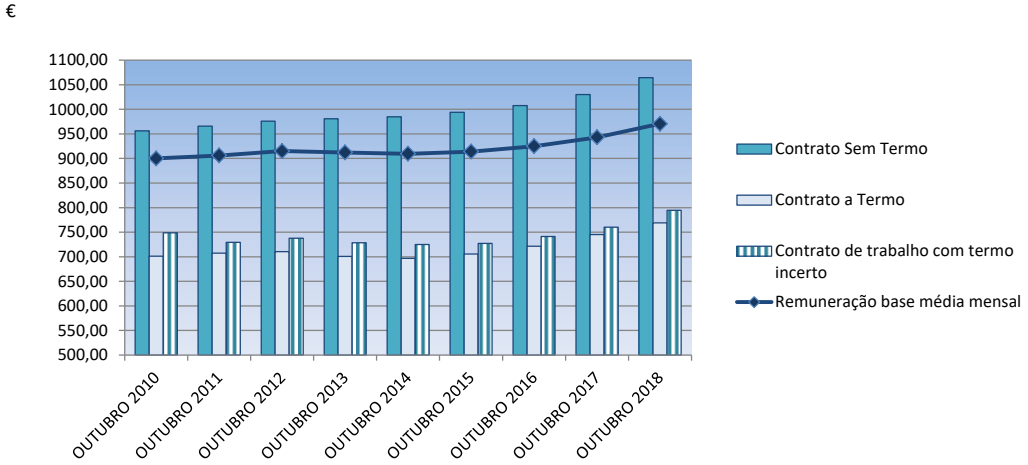
No escalão dos "2.500 aos 4.999,99 €" destacava-se o sector da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* que incluía 51,9% dos trabalhadores nesse escalão. No sector das *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra territoriais* este escalão abrangia 30% dos trabalhadores tendo esta percentagem crescido, em 5 p.p. relativamente a 2017.

Sublinhe-se ainda que, no sector das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio,* o escalão mais baixo (até ao SMN) concentrava 1,3% dos trabalhadores.

- ***Remunerações bases médias mensais por tipo de contrato***

Analisando as **remunerações bases médias mensais** tendo em conta o tipo de contrato, e de acordo com a informação dos *Quadros de Pessoal*, constata-se que, em 2018, no Continente, a remuneração média mensal dos TCO que trabalhavam a tempo completo era de 1.064,3 €, para os contratados sem termo, de 768,9 para os contratados a termo, (ou seja, cerca de 72% da remuneração base média dos contratados sem termo) e de 794,2 €, para os contratados com termo incerto. No que se refere a estes três tipos de contratados, que representavam respectivamente 63,4%, 26,8% e 5,8% do total dos TCO, a remuneração base média aumentou, entre 2017 e 2018, tendo crescido em 3,3% para os contratados sem termo, 3,2% para os contratados com termo e 4,5% para os contratados a termo incerto.

Figura 189. Evolução da remuneração base média mensal dos TCO a tempo completo com contratos sem termo e com termo e a termo incerto – 2010-2018



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Em 2018, as categorias de contratados em que a **remuneração base média mensal** era mais elevada continuavam a ser os contratados em comissão de serviços, (2.680 € para os TCO em comissão de serviço com termo incerto e 2.663,1 € para os TCO em comissão de serviço por termo certo). Os TCO com este tipo de contratos eram cerca de 1,6 mil.

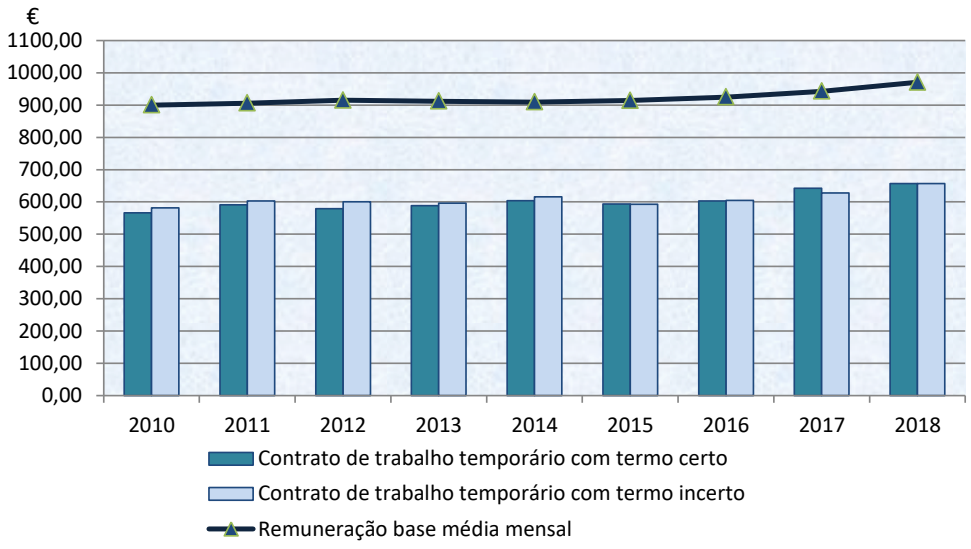
Quanto aos TCO com contratos para prestação subordinada de teletrabalho, que constituíam, no total, cerca de 800 indivíduos, a remuneração base média mensal variava entre os 809,5 € (contratados com termo certo) e os 923,1 € (contratados sem termo). A remuneração base média mensal destes TCO diminuiu, em cerca de 4%, relativamente a 2017.

As **remunerações médias mensais** mais baixas, em 2018, respeitavam aos TCO que trabalhavam a tempo completo com contratos temporários que, no seu conjunto, constituíam 3,4% do total dos TCO. Assim, a remuneração base média mensal dos TCO com contratos por tempo indeterminado por cedência temporária era de 750,7 €, a dos TCO com contratos temporários a termo certo era de 657,3 € e a dos TCO com contratos temporários a termo incerto era de 656,7 €. Entre 2017 e 2018, a remuneração base média mensal aumentou em, respectivamente, 2,9%, 2,4% e 4,7%, relativamente a estes tipos de contratos.

Entre 2010 e 2018 a remuneração base média mensal aumentou relativamente a praticamente todos os tipos de contrato. No que se refere aos TCO com contratos sem termo a remuneração base média mensal aumentou em 11,3%, tendo crescido sempre, ao longo da série. Quanto aos TCO com contratos a termo, a remuneração base média diminuiu, entre 2012 e 2014, mas depois cresceu mais do que a dos contratados sem termo. Em 2018, era 9,7% mas elevada do que em 2010. A remuneração base média mensal dos TCO com contratos com termo incerto decresceu entre 2010 e 2011 e depois novamente, entre 2012 e 2014. Entre 2010 e 2018 aumentou 6,1%.

Relativamente à evolução da remuneração base média mensal dos TCO com contratos temporários, entre 2010 e 2018, esta registou decréscimos mais significativos entre 2011 e 2012 e depois entre 2014 e 2015. Entre 2010 e 2018, a remuneração base média mensal dos TCO com contratos temporários aumentou em mais de 13% aproximou-se ligeiramente da remuneração base média mensal do total dos TCO.

Figura 190. Evolução da remuneração base média mensal dos TCO com contratos temporários a termo certo e incerto – 2010-2018



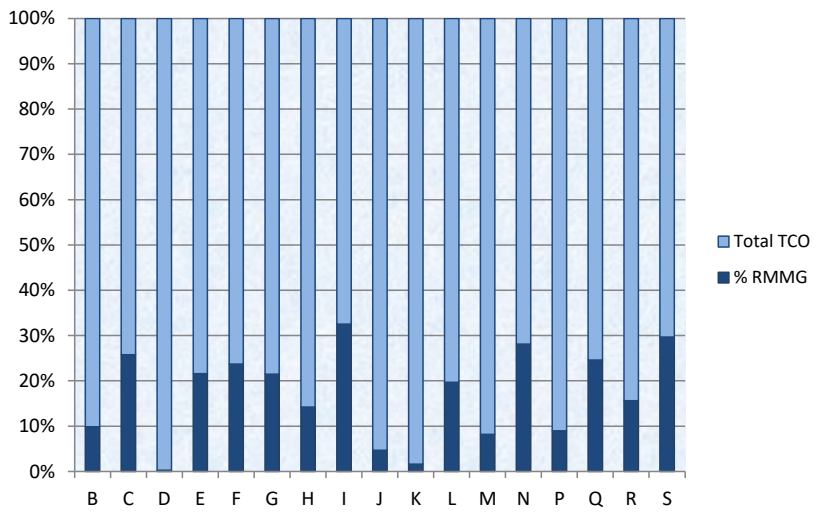
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

- ***TCO abrangidos pela Retribuição Mínima Mensal Garantida***

Considerando os dados do *Inquérito aos ganhos e à duração do trabalho*, em Outubro de 2018, 22,1% dos TCO que trabalhavam a tempo completo eram abrangidos pela Retribuição mínima mensal garantida (RMMG), 17,9% do total dos homens e 26,8% do total das mulheres. A percentagem destes TCO cresceu 0,5% relativamente a 2017.

Tal como já vinha acontecendo em anos anteriores a percentagem de TCO abrangidos pelo RMMG era particularmente elevada no sector do *Alojamento, restauração e similares* (32,5%), nas *Outras atividades de serviços* (28,1%) e *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (28,1%).

Figura 191. Percentagem de TCO a tempo completo abrangidos pelo RMMG em relação aos TCO a tempo completo por CAE (outubro 2018)



B	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS
C	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS
D	ELETRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO
E	CAPTAÇÃO,TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA; SANEAMENTO,GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLUIÇÃO
F	CONSTRUÇÃO
G	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS
H	TRANSPORTES E ARMAZENAGEM
I	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
J	ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

K	ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS
L	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
M	ATIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES
N	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO
P	EDUCAÇÃO
Q	ATIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL
R	ATIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPETÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS
S	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS

Fonte: GEP, *Inquérito aos ganhos e à duração do trabalho*.

Contudo, enquanto a percentagem desses TCO no sector das *Outras actividades de* cresceu 2,8 p.p. relativamente ao mês homólogo, (o maior aumento a seguir ao registado no sector da

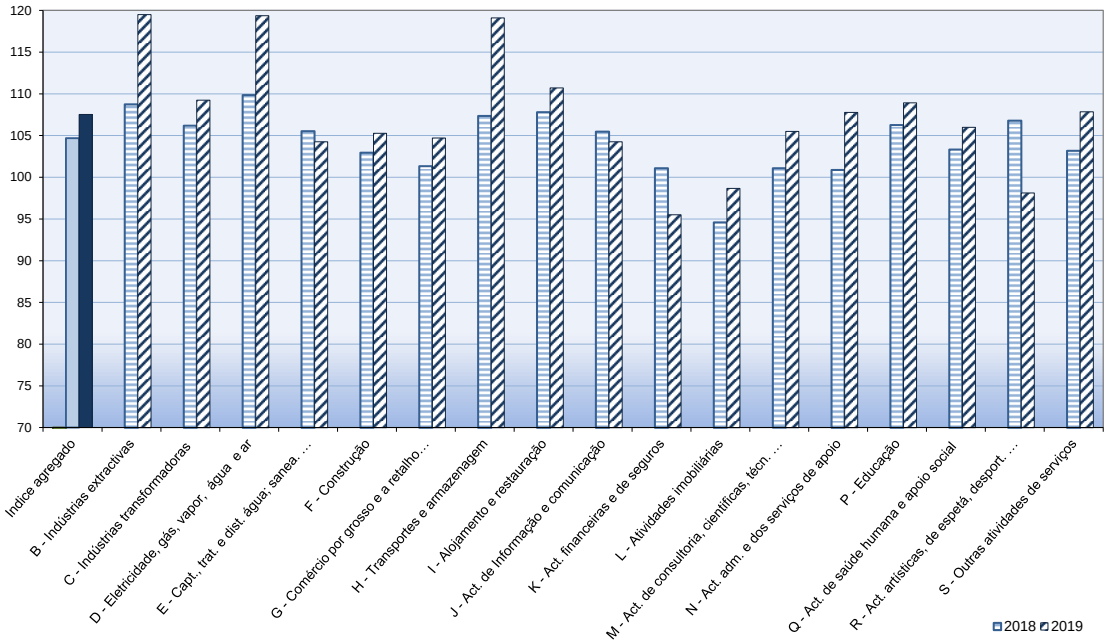
*Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição (*5,3 p.p.), no sector do *Alojamento e Restauração* essa percentagem diminuiu em 3,4 p.p., decréscimo só superado pelo verificado no sector das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (-4,1 p.p.).

Entre 2015 e 2018, os sectores em que a percentagem de TCO abrangidos pelo RMMG aumentou mais foram o das *Atividades de Saúde humana e apoio social* (3,2 p.p.) e o dos *Transportes a Armazenagem* (3,1 p.p.) e os sectores em que esta percentagem mais diminuiu foram o das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (-5,4 p.p.)* e depois o do *Alojamento e restauração (-2-2 p.p.).*

4.3. Índice do custo de trabalho

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, em 2019, o Índice de Custo do Trabalho em Portugal registou um acréscimo de 2,7% em termos homólogos, tendo aumentado em todos os sectores de atividade, à exceção das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (-8,1%), das *Actividades financeiras e de seguros* (-5,5%), da *Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição* (-1,2%) e das *Atividades de Informação e comunicação* (-1,2%).

Figura 192. Índice do custo de trabalho em Portugal, por setor de atividade ***(Base: 2016 = 100)***



Fonte: INE, *Índice do Custo do Trabalho*

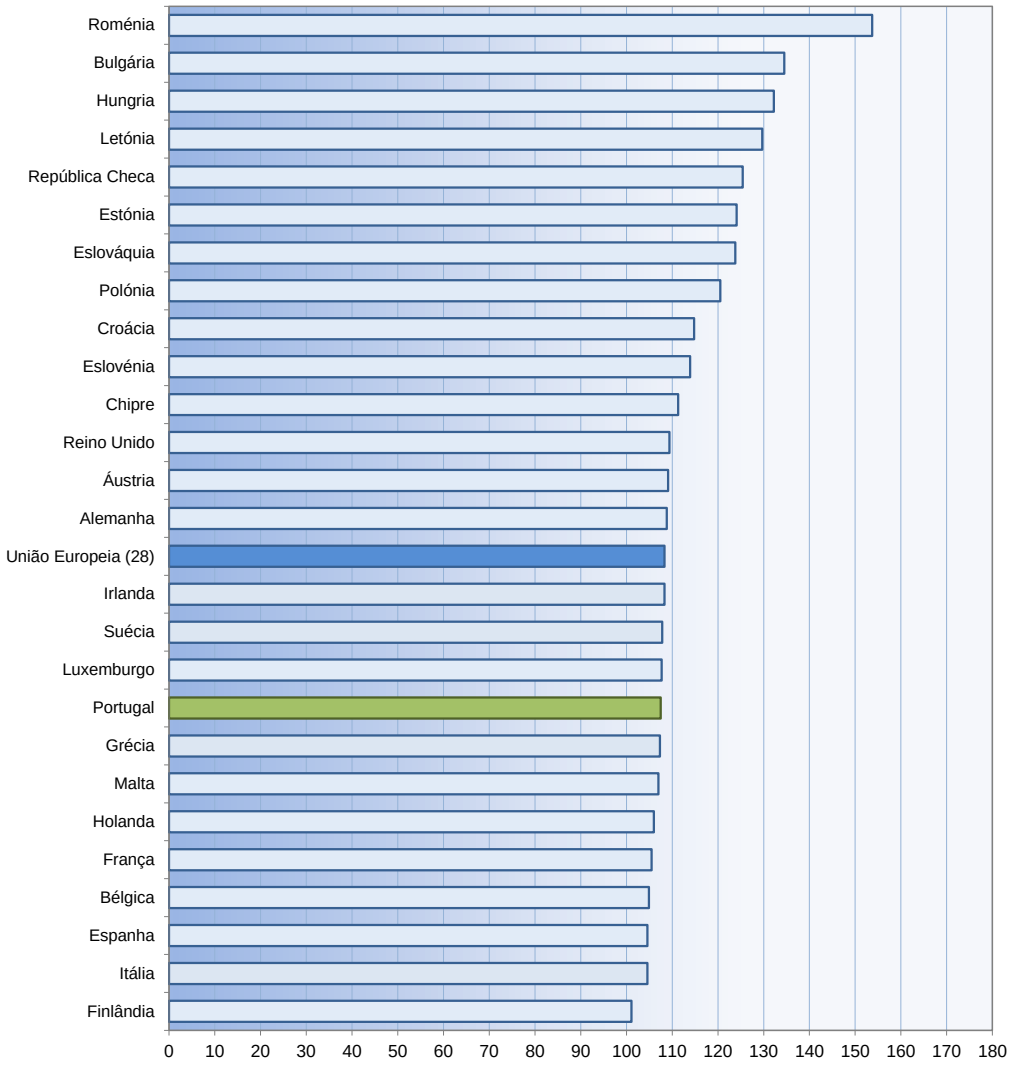
Notas: O índice do custo do trabalho abrange os setores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

Por outro lado, o sector de atividade onde se verificou o maior acréscimo, face ao ano anterior, foi o dos *Transportes e armazenagem* (mais 11%), logo seguido pelo das *Indústrias extractivas* (mais 10%) e pelo da *Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* (8,7%).

Considerando a informação coligida pelo Eurostat, em 2019, constata-se que relativamente à maioria dos países da UE 28, Portugal apresenta um índice de crescimento, em relação a 2016, dos mais baixos, inferior, portanto, à média do conjunto da União. Apenas Grécia, Malta, Holanda, França, Bélgica, Espanha, Itália e Finlândia apresentaram índices de crescimento inferiores ao português.

Figura 193. Índice do custo de trabalho nos países da UE, em 2019

(Base: 2016 = 100)

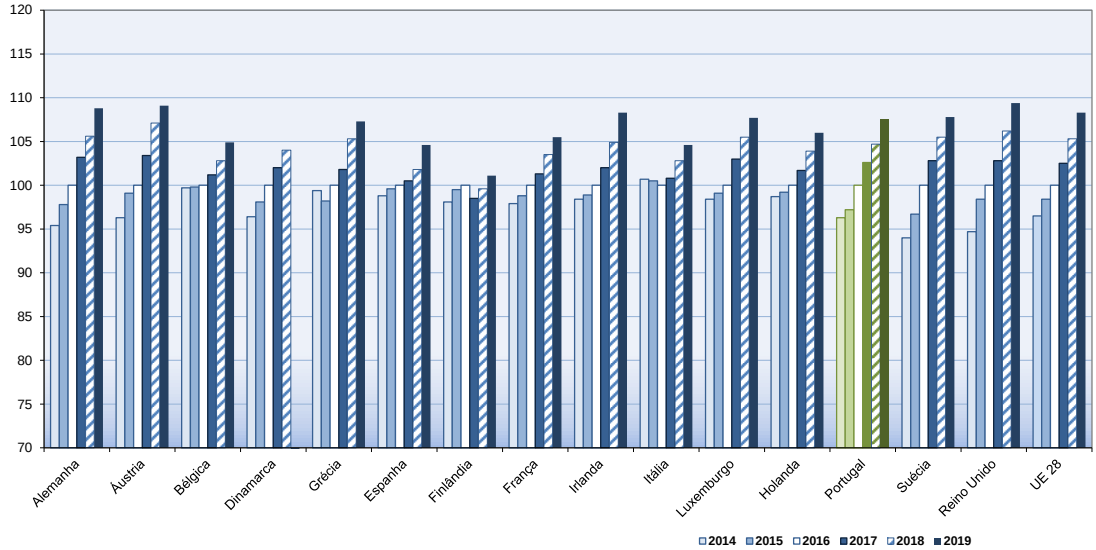


Fonte: Eurostat, *Labour Cost Survey*

Notas: O índice do custo do trabalho abrange os setores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

Por último, importa salientar que, a análise deste índice desde o início da série em 2014, coloca em evidência o facto de Portugal ser um dos países da UE onde o índice do custo de trabalho mais cresceu, só sendo ultrapassado pelo Reino Unido, a Suécia e a Áustria.

Figura 194. Evolução do Índice do custo de trabalho nos países da EU
(Base: 2016 = 100)



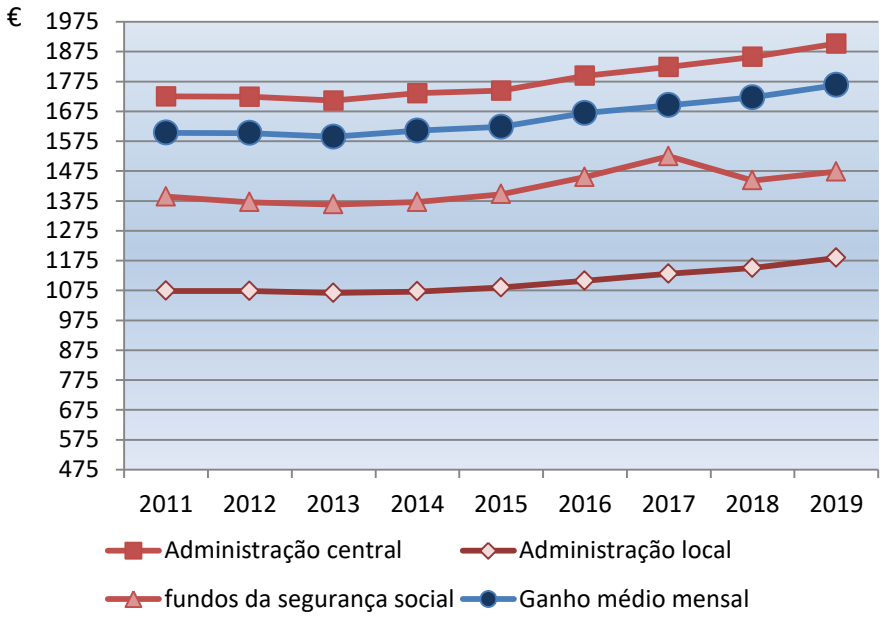
Fonte: EUROSTAT, *Labour Cost Survey*
Notas: O índice do custo do trabalho abrange os setores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

4.4. Ganhos e Remunerações nas Administrações Públicas

De acordo com os dados da Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em 2019[54], no Continente, o ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas Administrações Públicas era de 1.763,2 €, um aumento de 2,4% relativamente a 2018. Na Administração central, o valor registado era mais alto (1.902,2 €) enquanto na Administração local era de 1.184,1 €. Os fundos da segurança social ocupavam uma posição intermédia, com um ganho médio mensal de 1.472,8 €. Foi, contudo, neste último subsector que o ganho médio mensal cresceu menos relativamente ao ano anterior (2%), tendo esse aumento sido de 2,4% na Administração central e de 2,9% na Administração local.

[54] Os dados apresentados neste capítulo têm como data de referência o mês de outubro.

Figura 195. Ganho médio mensal nas Administrações Públicas (Continente) por subsector



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre 2011 e 2013, o ganho médio mensal nas Administrações Públicas diminuiu ligeiramente e, a partir daí, cresceu sempre. O maior aumento anual registou-se entre 2015 e 2016 (2,8%). Entre 2011 e 2019, o ganho médio mensal nas administrações públicas aumentou cerca de 10%, tendo crescido 10,3% na Administração central e local e 6% nos fundos da segurança social.

Em 2019, no Continente, a remuneração base mensal nas Administrações públicas era de 1.598,2 €, constituindo 85,5% do ganho médio mensal. Cresceu 2,2% relativamente ao ano anterior e 8,4% desde o início da série. Já a remuneração base média mensal mais suplementos regulares era de 1.702 € e representava 96,5% do ganho médio mensal. Entre 2018 e 2019, registou um crescimento de 2,3%, tendo aumentado em 9,7% desde 2011.

Considerando o ganho médio mensal nas Administrações Públicas no Continente nos sectores de actividade com maior percentagem de postos de trabalho no sector da *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória* o ganho médio mensal era de 1.619,4 €. Já nos sectores da *Educação* e das *Atividades de saúde humana e apoio social* o valor era ligeiramente mais elevado (1.895 € e 1,839 €, respectivamente). No sector dos *Transportes e armazenagem* o valor do ganho

médio mensal era de 2.078,5 € tendo sido este o sector que registou o maior aumento no ganho médio mensal relativamente a 2018.

- ***Ganhos e remunerações nas empresas públicas e demais entidades do sector público***

Nas empresas públicas e demais entidades do sector público, em 2019, no Continente, o ganho médio mensal era de 2.419,3 € nas entidades detidas pela Administração Central, um aumento de 6,2% relativamente a 2018, e de 1.210,7 € nas entidades detidas pela Administração local (mais 3,2% do que no ano anterior).

Quanto à remuneração base média mensal, esta era 1.576 € para as empresas e demais entidades detidas pela Administração Central, (65,1% do ganho médio), e de 946,8 € para as entidades detidas pela Administração local, constituindo 78,2% do ganho médio.[55] A remuneração base média cresceu 5,6% relativamente a 2018 nas entidades detidas pela Administração central e 4,3% nas entidades detidas pela Administração local.

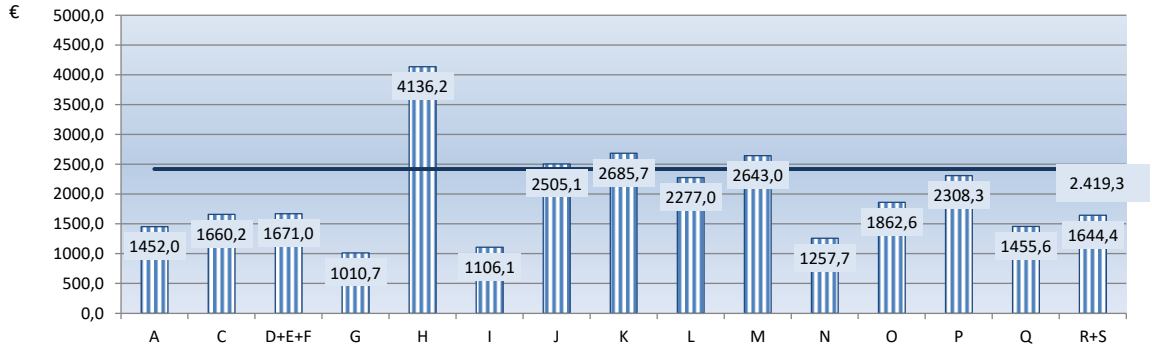
Considerando o ganho médio mensal nas empresas e demais entidades detidas pela Administração central, em 2019[56], por sector de actividade, o sector que registava o valor mais elevado era o dos *Transportes e Armazenagem* (4.136,2 €)e depois as *Atividades financeiras e de seguros* (2.685,7 €) que este ano ultrapassaram as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (2.643 €) Os sectores que registavam ganhos médios mensais mais baixos continuavam a ser, como em 2018, o do *Comércio a retalho, manutenção e reparação e veículos automóveis* (1,010,7 €) e o do *Alojamento e restauração* (1.106,1 €).

[55] Não se analisa a evolução das remunerações até 2017 tendo em conta que, anualmente, diversas entidades são incluídas ou excluídas desta categoria. As entidades entradas e saídas com maior impacto no emprego foram:

2013/T1 Entrada do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2013/T3 Saída da ANA Aeroportos Portugal S.A. e participadas
2013/T4 Saída dos CTT - Correios de Portugal, S.A. e participadas
2014/T1 Saída do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2014/T2 Saída da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e participadas
2014/T3 Entrada do Novo Banco S.A. e participadas
2015/T3 Saída EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A e participadas
2015/T4 Saída Oceanário de Lisboa, S.A.
2016/T1 Saída CPCARGA - Logística e Transp. Ferroviários Mercadorias, S.A.
2017/T2 Saída da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e participadas
2017/T4 Saída do Novo Banco, S.A. e participadas

[56] Em 2017, a DGAEP passou a agregar os valores dos ganhos médios relativos aos sectores D+E e F e R e S que, nos anos anteriores, eram apresentados separadamente.

Figura 196. Ganho médio mensal nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela Administração Central (Continente) – trabalhadores a tempo completo – 2019



A	Agricultura, produção animal e pesca	K	Atividades financeiras e de seguros
C	Industrias transformadoras	M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
D+E+F	Eletricidade, gás, vapor; Captação, trat. e distrib. de água; saneamento; Construção	N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
G	Comércio a retalho; Manutenção e reparação de veículos automóveis	O	Administração Pública
H	Transportes e armazenagem	P	Educação
I	Alojamento e restauração	Q	Atividades de Saúde Humana
J	Informação e comunicação	R+S	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas; Outras atividades de serviços

Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre 2018 e 2019, nas empresas e demais entidades detidas pela Administração central, o ganho médio mensal diminuiu nos sectores da *Administração Pública* (-1,8%), das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (-1,1%) e também, embora mais ligeiramente, no sectores das *Atividades de saúde humana* e das *Industrias Transformadoras*. Por outro lado, aumentou expressivamente nos sectores das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (9,2%) e das *Atividades financeiras e dos seguros* (8,7%).

No que se refere às empresas e outras entidades detidas pela Administração local, os sectores onde, em 2019, se verificaram valores de ganhos médios mais elevados foram a Educação (1.444,7 €); da Informação e comunicação e actividades imobiliárias (1.438,5 €) e o sector que agregava o Comércio e os transportes e armazenagem (1.421,8 €) que, contudo, registou um decréscimo de 2% relativamente a 2018, tal como o sector do Alojamento e Restauração. No sector das Atividades administrativas e dos serviços de apoio, o ganho médio mensal aumentou em quase 20% relativamente ao ano anterior e no sector das Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas e das outras atividades de serviços em 14,2%.

5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO

5.0. Nota introdutória

Neste capítulo são analisadas as políticas ativas de emprego e a formação profissional, privilegiando a informação proveniente do sistema *SIGO* (Sistema de Informação de Gestão da Oferta Educativa e Formativa), coordenado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação (DGEEC), do GEP-MTSSS.

A primeira secção apresenta dados relativos às ações de formação constantes no sistema *SIGO*, que foi criado para gerir a rede de oferta educativa e formativa e dos percursos educativos e formativos de jovens e adultos, e abrange a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), incluindo os Centros Qualifica. A informação reportada nesta secção respeita aos cursos de dupla certificação, no período entre 2016 e 2019, à formação modular certificada no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) em 2018 e 2019 e ainda à formação extra-catálogo, no período de 2015 a 2019.

A formação contínua nas empresas é analisada na quarta secção do capítulo, utilizando a informação do *Relatório anual de Formação Continua do GEP-MTSSS*, que inclui os dados relativos às ações de formação promovidas pelas empresas para os seus trabalhadores, repostados no *Anexo C* do *Relatório Único.* Este relatório foi publicado a partir de 2010 e os últimos dados disponíveis respeitam a 2018.

Este capítulo termina com a análise das ofertas e colocações dos Centros de Emprego, tendo como fonte a publicação *Mercado de Emprego,* da responsabilidade do IEFP.

5.1. Cursos de dupla certificação e formação contínua extra-catálogo

Para análise destas ações de formação recorreu-se à informação constante do sistema SIGO (*Sistema de Informação de Gestão da Oferta Educativa e Formativa*)[57], coordenado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação (DGEEC).

A informação remetida por aquela Direção-Geral respeita aos cursos de dupla certificação, à formação modular certificada no âmbito do *Catálogo Nacional de Qualificações* (CNQ), em 2019, e ainda à formação extra-catálogo.

5.1.1. Cursos de dupla certificação

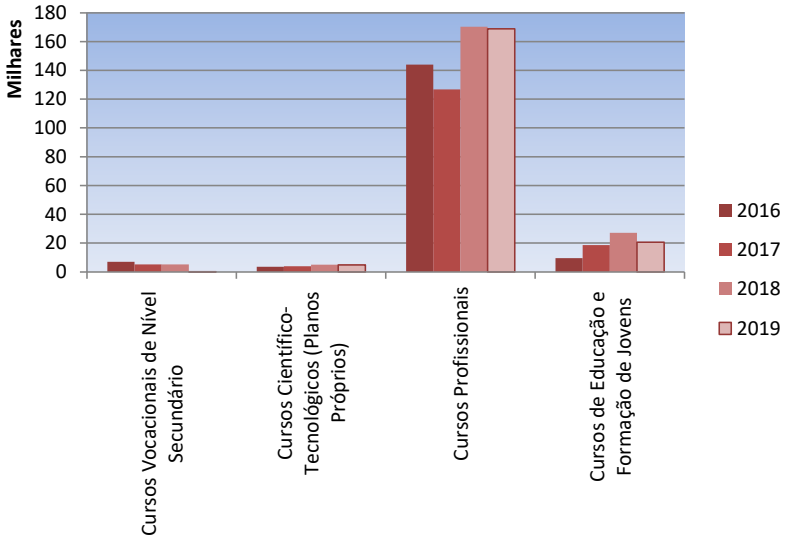
Tendo em conta os dados do *Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa* (SIGO), matricularam-se em cursos de educação e formação, em 2019, 232 mil indivíduos. Destes, 194, 3 mil (83,7 %) frequentavam cursos dirigidos a jovens até aos 24 anos[58] e os restantes 37,8 mil cursos dirigidos a adultos. Entre 2018 e 2019, o número de matriculados em cursos de dupla certificação diminuiu, em 7,3%, depois de, no ano anterior, ter crescido em 26%. Este decréscimo foi de 6,5% no que se refere aos matriculados nos cursos de formação de jovens e de 11,7% no que respeita aos matriculados nos cursos de formação de adultos.

Analisando a oferta de dupla certificação dirigida a jovens, constata-se que, como nos anos anteriores, cerca de 87% dos jovens abrangidos, ou seja 168,8 mil, frequentavam cursos profissionais e 10,6% (20,5 mil) enquadravam-se em cursos de educação e formação de jovens. Os cursos científico-tecnológicos (planos próprios) abrangeram cerca de 5 mil jovens, representando 2,5% do total. O número de matriculados nos cursos vocacionais de nível secundário foi apenas residual (74 formandos). Refira-se que todas estas modalidades de formação conferem uma certificação de nível 4, excepto os cursos de educação e formação de jovens, que conferem uma certificação de nível 2.

[57] O SIGO abrange a rede de entidades formativas do sistema nacional de qualificações e os centros qualifica e integra todas as ações de formação certificadas, incluindo as não inseridas no *Catálogo Nacional de Qualificações*, designadamente as ações de formação desenvolvidas pelas empresas conforme previsto no Código do Trabalho.

[58] Os dados recebidos do SIGO para o presente relatório não incluem informação sobre os cursos de aprendizagem. Esta informação é analisada em 5.2.

Figura 197. Distribuição dos formandos matriculados em cursos de dupla certificação para jovens por tipo de curso

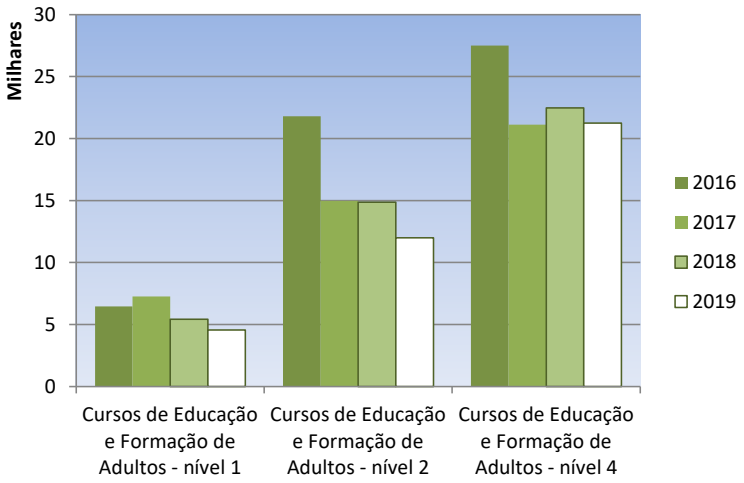


Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Relativamente a 2019, a modalidade de formação de jovens em que o número de matriculados diminuiu mais foram os cursos de educação e formação de jovens (que, no ano anterior foi a modalidade que mais aumentou) para além de, naturalmente os cursos vocacionais de nível secundário, que foram descontinuados.

Quanto aos cursos de **educação e formação** de adultos, mais de metade dos matriculados (21,2 mil indivíduos) frequentaram cursos de nível 4, 31,7% (12 mil) frequentaram cursos de nível 2 e os restantes 4,6 mil, cursos de nível 1.

Figura 198. Formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos por níveis de qualificações



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Entre 2018 e 2019, o número de formandos matriculados nos cursos de dupla certificação para adultos diminuiu relativamente a todos os níveis de formação, tendo decrescido mais relativamente aos cursos de nível 2.

Abrangidos por sexo e escalão etário

Em 2019, como já verificado em anos anteriores, os homens representavam cerca de 60% dos formandos em **cursos de dupla certificação para jovens** e eram maioritários em todas as modalidades de formação, constituindo 68,2% dos matriculados nos cursos de educação e formação de jovens. Já nos cursos de **Educação e formação de adultos**, eram as mulheres que representavam 60%.

No que respeita aos escalões etários, em 2019, cerca de 88% dos formandos matriculados nos **cursos de dupla certificação para jovens** tinha entre 15 e 24 anos, e os restantes matriculados menos de 15 anos. Nos cursos de **Educação e Formação de Adultos**, os formandos distribuíam-se de forma bastante equilibrada pelos vários escalões etários a partir dos 15 anos. Os escalões que agregavam maior número de formandos eram, tal como no ano anterior, o dos 35 aos e 44 anos, (25,6%) e o dos 50 ou mais anos (23,4%)

Abrangidos por entidades promotoras de formação

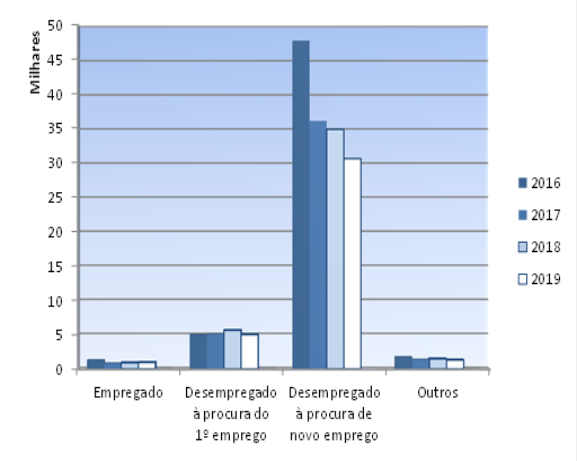
No que respeita às entidades promotoras da formação, em 2019, os **cursos de dupla certificação para jovens** registados no SIGO eram da responsabilidade do Ministério da Educação[59]. Já no que se refere aos cursos de **Educação e Formação de Adultos**, 90% dos formandos frequentavam cursos promovidos pelo IEFP. Os cursos promovidos pelo Ministério da Educação abrangiam apenas 6,6%, o Ministério da Justiça enquadrava 3,5% dos formandos abrangidos e o Ministério do Mar, 0,4%. Entre 2018 e 2019 a única entidade que registou um ligeiro aumento no número de matriculados foi o Ministério da Justiça.

[59] Como já referido o Sistema não disponibilize os dados relativos aos cursos de Aprendizagem, que é a medida de formação de jovens em que o IEFP mais investe. Os cursos de Aprendizagem são analisados no ponto 5.2.

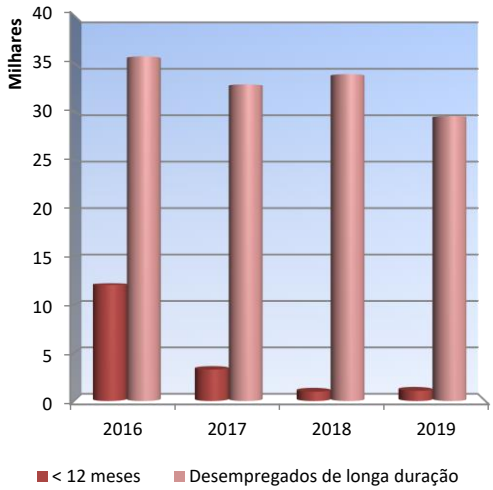
Abrangidos nos cursos de formação de adultos por situação no início da formação

Figura 199. Formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos por situação face ao emprego no início da formação

Formandos por situação face ao emprego



Formandos desempregados à procura de novo emprego por duração de procura de emprego



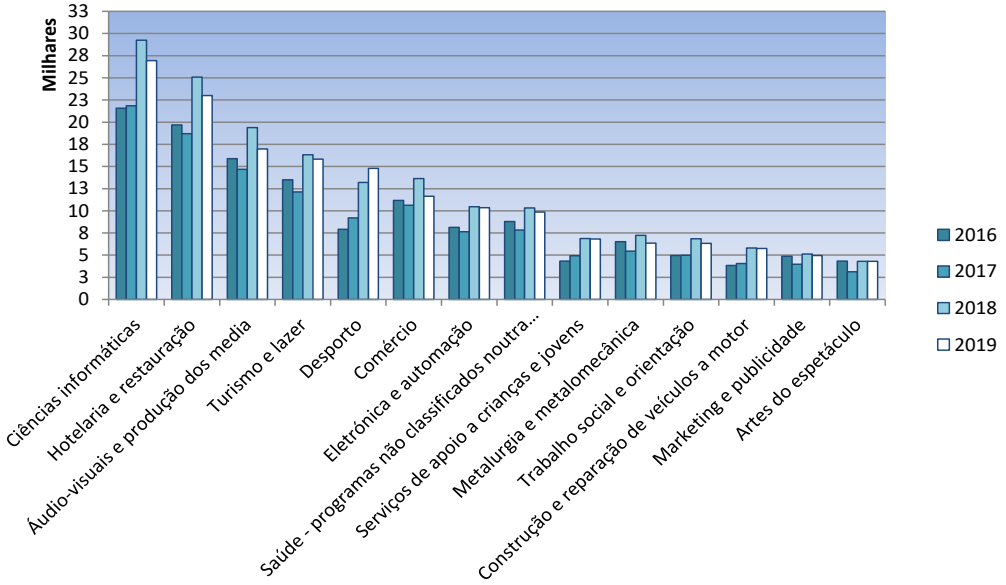
Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Em 2019, dos formandos matriculados em cursos de e**ducação e formação de adultos**, 35,6 mil, representando 94,2%, estavam desempregados no início da formação. Os empregados constituíam 2,4% (0,9 mil) Os restantes "Outros" incluíam inactivos e reformados e representavam 3,4%. De entre os desempregados, cerca de 5 mil eram desempregados à procura do 1º emprego. Os empregados foram a única categoria que registou um ligeiro aumento relativamente a 2018.

Os formandos desempregados à procura de novo emprego somavam 30,6 mil (81% do total dos formandos) sendo que, destes, 29,5 mil eram desempregados à 12 ou mais meses (desempregados de longa duração (DLD). O peso dos DLD no total dos formandos desempregados à procura de novo emprego representava pois, como no ano anterior, 84% do total dos formandos desta categoria, tendo aumentado sempre, desde 2016.

Abrangidos por áreas de formação

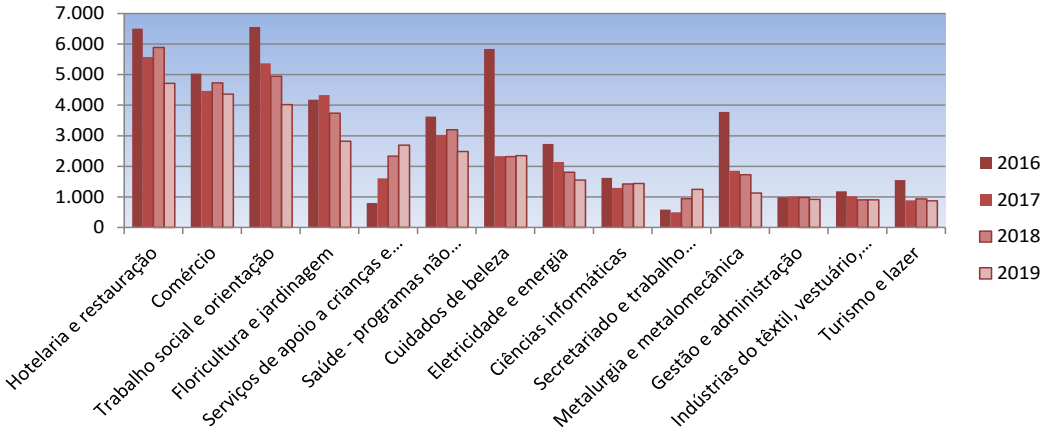
Figura 200. Formandos matriculados em cursos de dupla certificação para jovens por áreas de formação mais representativas



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

As áreas de formação que integravam maior número de formandos dos cursos de dupla certificação para jovens, em 2019, como nos anos anteriores e eram as "Ciências Informáticas" (14% do total de abrangidos), a "Hotelaria e Restauração" (11,8%), os "Audiovisuais e produção dos média" (8,7%), o "Turismo e lazer" (8,2%), surgindo este ano o "Desporto" (7,6%) antes do "Comércio" (6%).

Figura 201. Formandos matriculados em cursos de dupla certificação para adultos por áreas de formação mais representativas



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Já no que se refere às áreas de formação dos cursos de dupla certificação para adultos, as mais representativas eram a "Hotelaria e Restauração" (12,5% do total de abrangidos), o "Comércio" (11,6%), "o trabalho social e orientação" (10,6%), a "Floricultura e jardinagem"(7,5%) os "Serviços de apoio a crianças e jovens" (7,1%).

5.1.2. Formação modular no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações *(CNQ)*[60]

Em 2019, cerca de 546 mil pessoas matricularam-se em ações de formação modular realizadas no âmbito do *Catálogo Nacional de Qualificações*, menos 12% do que no ano anterior. As mulheres representavam 62,4% dos total dos matriculados, tendo o seu peso vindo a aumentar desde 2016. Tal como relativamente aos cursos de dupla certificação para adultos, os abrangidos distribuíam-se de forma bastante equilibrada pelos diversos escalões etários a partir dos 15 anos, atingindo os 30% do total no escalão dos 50 ou mais anos e os 27,3% no escalão dos 35 aos 44 anos.

5.1.3. Ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações

Considerando os dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, realizaram-se, em 2019, 86,5 mil ações de formação[61] não inseridas no *Catálogo Nacional de Qualificações*, implementadas por cerca 2,2 mil entidades, envolvendo 689,4 mil matriculados[62]. Quer o número de acções quer o número de matriculados cresceu relativamente a 2018 (21,8% e 18,3%, respectivamente). Tal como no ano anterior, mais de metade dos matriculados eram homens.

Entre 2015 e 2019, o número de acções de formação e o número de matriculados neste tipo de acções de formação aumentou sempre.

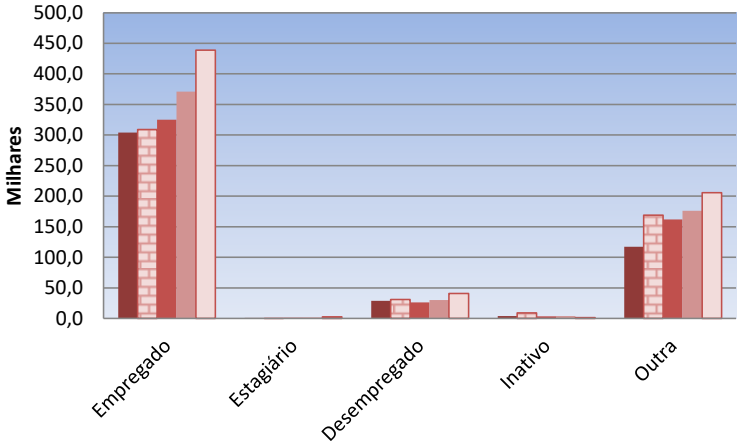
---

[60] A Formação Modular certificada (FM) é uma modalidade de formação de adultos, cujo plano de formação é constituído por uma ou várias UFCD - Unidades de Formação de Curta Duração, de acordo com o *Catálogo Nacional de Qualificações* (CNQ). Em regra, as UFCD podem ser da componente de formação base ou da componente de formação tecnológica daquele Catálogo.

[61] Ações de formação na modalidade de educação e formação promovidas por entidades certificadas ou equiparadas a certificação pela DGERT e, ainda, por entidades não certificadas.

[62] De acordo com os dados da DGEEC, a mesma pessoa frequentou diversas ações pelo que as 689,4 mil matrículas respeitam a 487,3 mil pessoas.

Figura 202. Formandos em ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações por situação face ao emprego



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

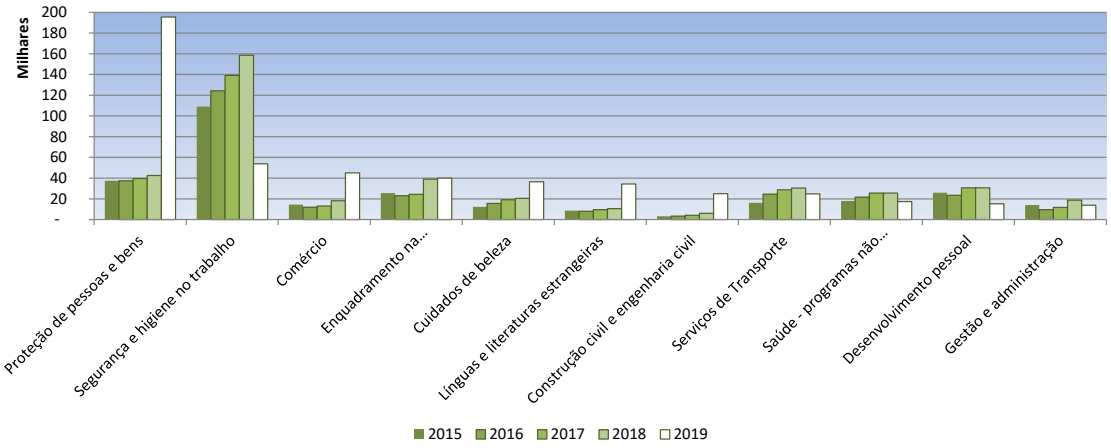
No que se refere à situação face ao emprego, a maioria dos formandos destes cursos eram empregados (63,7%) embora a formação envolvesse também 6% de desempregados e uma pequena percentagem de inativos e de estagiários. Os formandos classificados como em "outra situação" representavam 30% do total.

Em 2015, o peso dos empregados era de 67%, tendo diminuído, no ano seguinte e depois estabilizado. Já a percentagem de desempregados, que representavam 6,3% em 2015, diminuiu ligeiramente em 2017, para voltar a crescer este ano.

Se analisarmos as áreas de formação mais representativas nestas ações de formação não incluídas no *Catálogo Nacional de Qualificações*, constatamos que, em 2019, 28,4% dos formandos tinham integrado acções de formação de "proteção de pessoas e bens" que, neste ano, ultrapassou o número de inscritos nas acções de "segurança e higiene no trabalho" (7,8%). Seguiam-se acções de "Comércio" (6,5%), "Enquadramento na organização/empresa" (5,8%) e "Cuidados de beleza" (5,3%).

Entre 2015 e 2019, registe-se o aumento das acções de "segurança e higiene no trabalho" e, em contrapartida, o decréscimo das ações de formação no âmbito da "Produção agrícola e animal" que este ano praticamente não tiveram expressão.

Figura 203. Formandos em ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações por áreas de formação mais representativas



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

5.2. Formação Profissional promovida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional

Para análise das medidas de formação e emprego promovidas pelo IEFP recorreu-se ao *Relatório de execução física e financeira* daquele Instituto. Tendo em conta, quer as alterações introduzidas nos últimos anos na tipologia das medidas, quer a forma como estas foram sendo agrupadas em termos do relatório, considerou-se pertinente centrar a análise nos anos de 2013 a 2019, possibilitando assim a comparação entre anos.

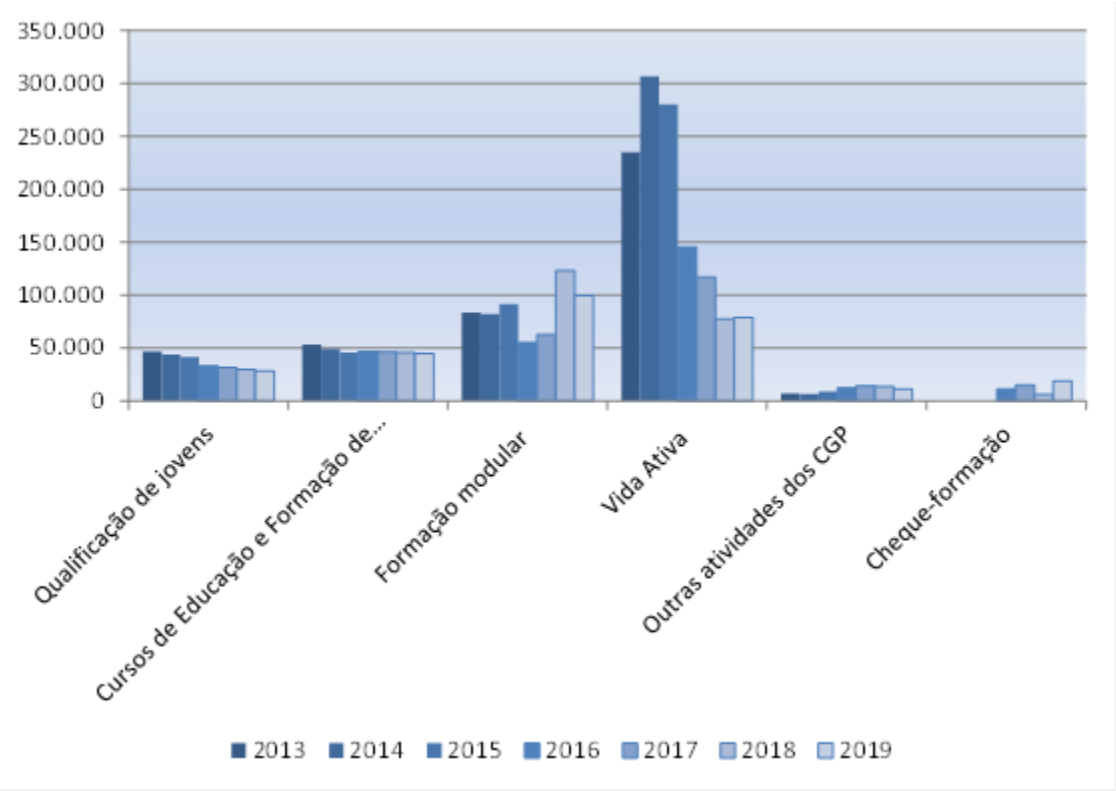
Em 2019, as ações de formação promovidas pelo IEFP abrangeram 306 mil pessoas,290,5 mil das quais em ações de **Qualificação de adultos** (87,6%) e 28,1 mil (8,5%) na **Qualificação de Jovens**[63] e ainda 1.7 mil (0,5%) na **Formação de Formadores.** Relativamente a 2018, estas ações abrangeram mais 25,4 mil pessoas, sendo que esse acréscimo respeitou exclusivamente ao número de formandos das ações **Qualificação de adultos,** uma vez que o número de abrangidos na **Qualificação de jovens** e na **Formação de formadores** diminuiu ligeiramente.

[63] As ações de Qualificação de Jovens promovidas pelo IEFP não constam da informação disponibilizada pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência relativa ao SIGO.

No que respeita à **Qualificação de Jovens,** 85% dos abrangidos frequentou "cursos de Aprendizagem" (23,9 mil pessoas), tendo o seu número decrescido em 1,5 mil relativamente a 2018. As restantes 4,2 mil pessoas integraram "cursos de especialização tecnológica" [64](aproximadamente o mesmo número do que no ano anterior).

Entre 2013 e 2019, o número de abrangidos nos "cursos de Aprendizagem" diminuiu sempre, sobretudo entre 2015 e 2016. Já os abrangidos pelos "cursos de especialização tecnológica", aumentaram ligeiramente (em 2019 havia mais 2,8 mil abrangidos do que em 2013).

Figura 204. Número de formandos abrangidos por cursos de formação



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Dezembro

No que se refere à **Qualificação de Adultos,** em 2019, os abrangidos **n**a medida "Formação modular" [65] representavam 34,2% do total (99,4 mil pessoas), os abrangidos pela medida "Vida Ativa"[66], 27,2% (79.1 mil pessoas) e os abrangidos nos "Cursos de Educação e Formação de

[64] Esta medida não se destina exclusivamente a jovens, abrangendo também a população adulta.

[65] Até 2016 esta medida dirigia-se apenas a ativos empregados, mas no último ano passou a incluir também desempregados.

[66] A medida Vida Ativa é dirigida a desempregados que não possuam o 9º ano de escolaridade ou a desempregado que não possuam uma qualificação ajustada ao mercado de trabalho e visa promover a (re)integração no mercado de trabalho através da frequência de unidades de formação de curta duração. Os percursos de formação têm uma duração entre 25 e 300 horas.

Adultos" 15,5% (45 mil pessoas). Depois, a medida "cheque-formação"[67] envolveu 19 mil pessoas e as "outras atividades de formação" implementadas pelos Centros de Gestão Participada, 11,2 mil pessoas. Refira-se ainda a nova medida de "Formação à distância" que, em 2019, abrangeu apenas 0,8 mil. Entre 2018 e 2019 a única medida em que o número de abrangidos aumentou significativamente foi a medida "cheque-formação" (+12,8 mil pessoas). A medida que mais diminuiu foi a "Formação modular" que enquadrou menos 23,5 mil pessoas.

Entre 2013 e 2019, o número de abrangidos diminuiu em praticamente todas as medidas de **Qualificação de Adultos**, exceto na "Formação modular" (+16 mil pessoa) e nas "Outras atividades de formação" desenvolvidas pelos Centros de Gestão Participada (+4 mil). O maior decréscimo verificou-se na medida "Vida Ativa" que aumentou até 2014 e, a partir daí, diminuiu sistematicamente. Esta evolução do número de abrangidos nas diferentes medidas reflecte, em grande parte, as transformações do próprio mercado de trabalho.

Em 2019, como nos anos anteriores, os homens representavam a maioria dos abrangidos nas ações de **Qualificação de Jovens** (66,5%). Já as mulheres constituíam 60% nas ações de **Qualificação de Adultos** e 68,2% nas acções de **Formação de formadores** Ao contrário do que se verificava nas restantes medidas de qualificação de adultos nas "Outras atividades de formação" dos Centros de Gestão Participada os homens representavam 71,4%.

No que se refere aos escalões etários, em 2019, nas ações de **Qualificação de Jovens**, 89% dos abrangidos tinham até 24 anos, embora nos cursos de "Especialização tecnológica" este escalão representasse apenas 36,4% do total, constituindo o escalão dos 25 aos 34 anos, 27,7% e o dos 35 aos 44 anos, 21,6%.

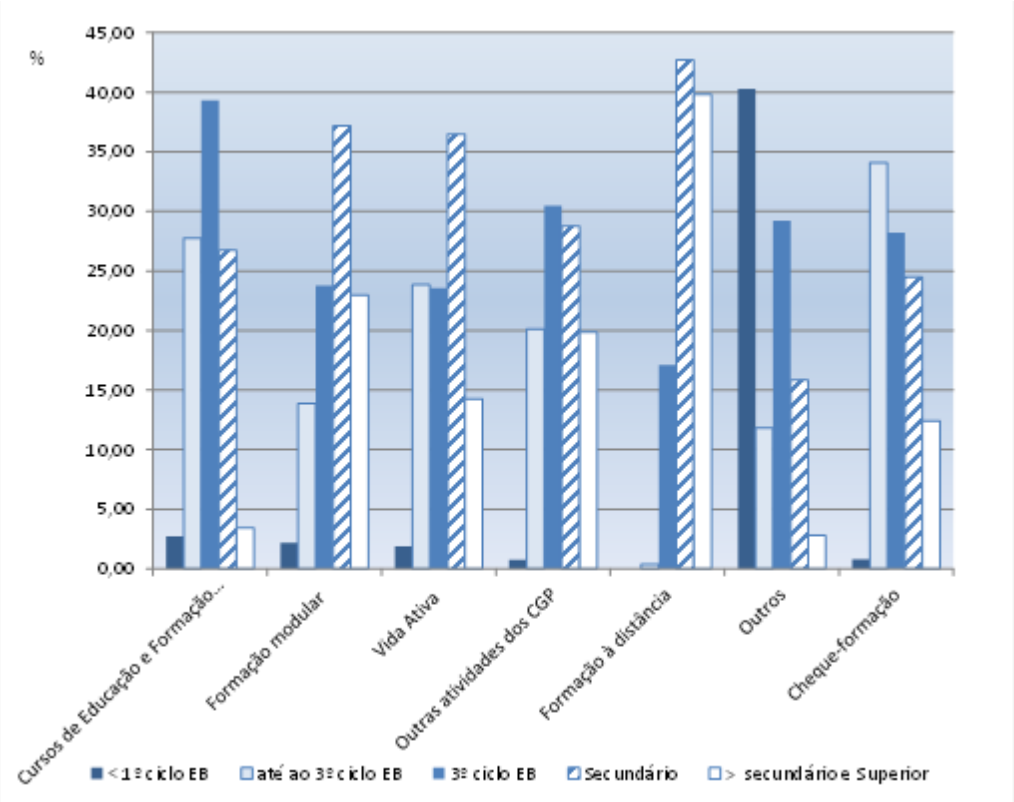
Nas ações de **Qualificação de Adultos,** quase metade dos abrangidos tinha entre 25 e 44 anos. Os abrangidos com 50 e mais anos representavam 32% dos formandos. Relativamente aos anos anteriores, o número dos abrangidos dos escalões etário mais velhos tem vindo a aumentar. Entre 2013 e 2019, a percentagem de formandos com 50 e mais anos cresceu em cerca de 12 p.p.

[67] A medida Cheque-formação consiste na concessão de apoio financeiro a entidades empregadoras, aos ativos empregados ou a desempregados que frequentem percursos de formação orientados para a aquisição de competências relevantes para a melhoria do desempenho individual ou para o aumento da produtividade do fator trabalho e, no caso dos desempregados, ajustadas às necessidades do mercado de trabalho. O apoio a atribuir considera um limite de 50 horas (ativos empregados) ou de 150 horas (desempregados) num período de 2 anos.

Analisando o número de abrangidos por níveis de habilitações, nas medidas de **Qualificação de Jovens,** considerando que os "cursos de Aprendizagem" se dirigem a jovens com o 3º ciclo do ensino básico que não tenham concluído o 12º ano, os abrangidos enquadram-se, naturalmente, nesse nível de habilitações. Já aos cursos de "Especialização Tecnológica" são dirigidos a jovens com pelo menos o ensino secundário pelo que 87,3% dos abrangidos tinha esse nível de escolaridade e 11,1% habilitações superiores.

Relativamente às ações de **Qualificação de Adultos**, 34,5% dos abrangidos tinha o ensino secundário, 26,6%, o 3º ciclo do ensino básico e 20,4% até ao 3º ciclo do ensino básico. Relativamente aos anos anteriores verifica-se uma tendência para o decréscimo dos abrangidos com níveis de habilitações mais baixos.

Figura 205. População abrangida pelas medidas de Qualificação de Adultos por níveis de habilitações -2019



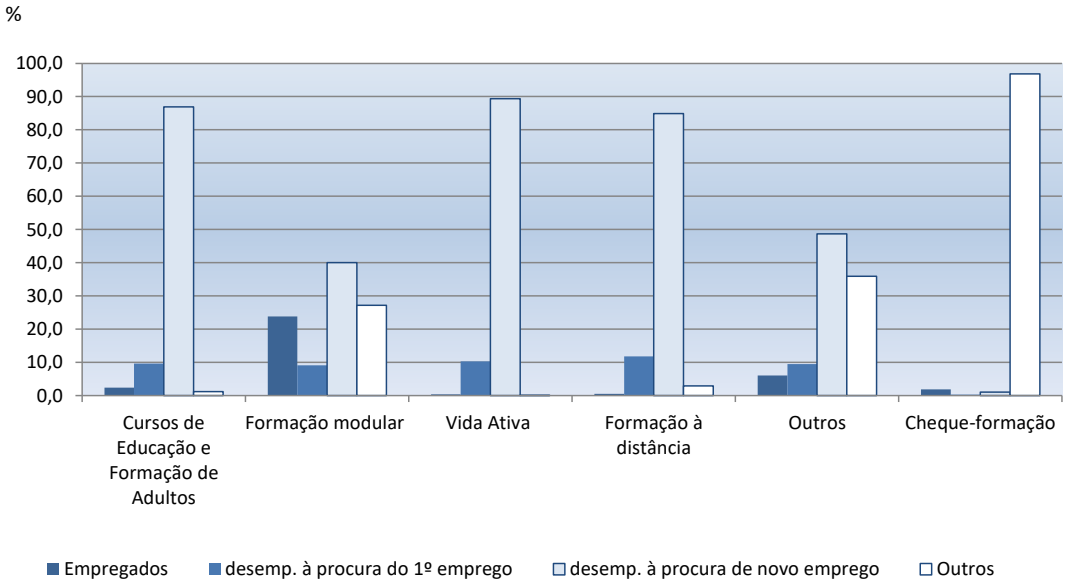
Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Dezembro

No que se refere às diferentes medidas de **Qualificação de Adultos,** os formandos com o ensino secundário eram maioritários nas medidas "formação modular", "vida ativa" e na "formação à distância" (medida em que os formandos com o ensino superior representavam também cerca de 40%). Nos "cursos de educação e formação de adultos" 39,3% dos formandos possuía o 3º ciclo do ensino básico, escalão que abrangia 30,5% dos formandos na medida "Outras atividades de formação" dos Centros de Gestão Participada. Já na medida "cheque formação" 34,1% tinha até o 3º ciclo do ensino básico.

No que respeita à situação face ao emprego dos formandos no início da formação, em 2019 apenas foram disponibilizados os dados relativos às acções de formação desenvolvidas directamente pelo IEFP. A análise desses dados permite constatar que, nas ações de **Qualificação de Jovens,** 66,5% se enquadravam na categoria de "Outros" o que possivelmente significa que são estudantes. Os desempregados representavam 31,9% e os empregados 1,6%. Ao contrário do que acontecia na medida "Aprendizagem", nos cursos de "Especialização tecnológica" os desempregados representavam 93,3% sendo que 76% eram desempregados à procura de novo emprego.

No que respeita à situação face ao emprego no início da formação, dos abrangidos pelas ações de **Qualificação de Adultos** implementadas directamente pelo IEFP, em 2019, os desempregados representavam 77,7%, e os desempregados à procura de novo emprego 68,8%. 16,7% enquadrava-se na categoria de "Outros". Os empregados representavam apenas 5,6%.

Figura 206. População abrangida nas ações de Qualificação de Adultos implementadas directamente pelo IEFP por situação face ao emprego no início da formação – 2019



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro.

Em todas as medidas os desempregados, designadamente os que procuravam novo emprego eram maioritários, exceto na medida "cheque-formação" em que 97% dos formandos se enquadravam na categoria "Outros". Os empregados só tinham alguma expressão na medida "Formação modular", em que representavam 23,8% (embora, nesta medida, a categoria "Outros" também reunisse 27,1% dos formandos).

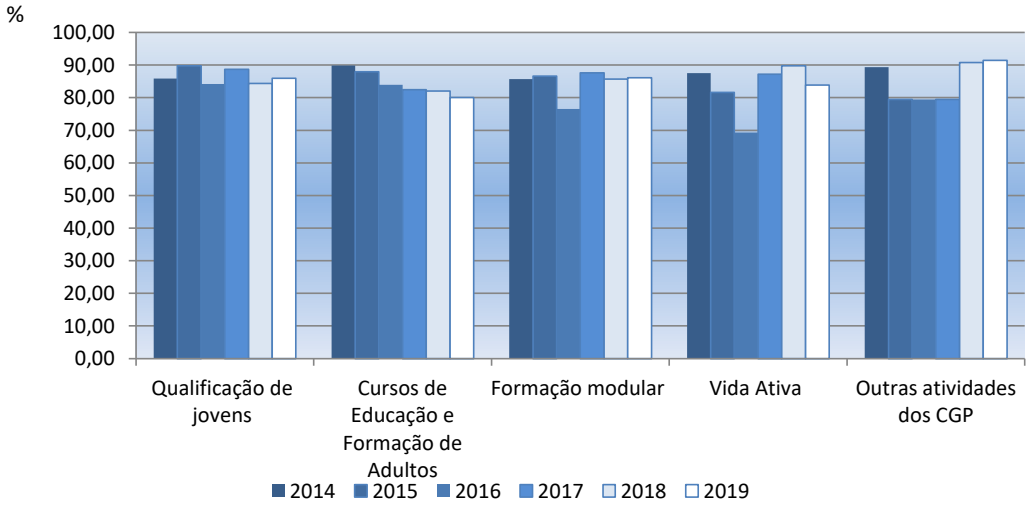
Analisando a percentagem de desistentes nas diferentes medidas de formação profissional esta representava no total 13,2% dos abrangidos mas, nas medidas de **Qualificação dos jovens**, atingia os 35,5%. Nos "Cursos de Aprendizagem", os desistentes constituíam mais de 1/3 dos abrangidos e, nos "Cursos de especialização tecnológica", 26,7%. A percentagem de desistentes na medida "Aprendizagem" atingiu os 43,7% em 2014 e depois diminuiu para 28% em 2015, tendo a partir daí crescido sempre. Quanto aos cursos de "Especialização Tecnológica", a percentagem de desistentes chegou aos 33%, em 2015 e depois diminuiu, mantendo-se a partir daí à volta de 25%.

No que se refere às medidas de **Qualificação dos adultos** continua a constatar-se uma percentagem de desistências especialmente alta nos "cursos de educação e formação de adultos" (42,5%). Na medida "Vida Ativa" o peso dos desistentes era de 15,2%. As medidas que registavam percentagens mais baixas de desistências eram as "Outras actividades" dos Centros de Gestão Participada (1,3%) e a "formação modular" (4.8%). Entre 2013 e 2018 nas medidas de formação

profissional mais significativas verifica-se uma tendência para o crescimento da percentagem de desistentes.

No que se refere à percentagem de aprovações no final da formação, em 2019, esta foi de 86% nos cursos de **Qualificação de jovens**, (um ligeiro acréscimo relativamente a 2018), sendo essa percentagem mais baixa nos cursos de "Especialização Tecnológica" (81,2%). Quanto à **Qualificação de Adultos** a percentagem de aprovações atingiu os 91,5% nas "Outras atividades de formação" dos Centros de Gestão Participada, os 86,1% na "formação modular" e 83,8% na medida "Vida Ativa" . As medidas com mais baixas percentagens de aprovados eram os "cursos de educação e formação de adultos" (80%) e sobretudo a nova medida de "formação à distância" em que a percentagem de aprovações era de apenas 65%.

Figura 207. Percentagem de formandos aprovados no final da formação – 2014-2019



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro.

Entre 2014 e 2019, e de uma forma geral as percentagens de aprovados não sofreram variações muito acentuadas. Nos "cursos de educação e formação de adultos" a percentagem de aprovados tem vindo a diminuir sempre, na medida "vida ativa" a percentagem também diminuiu, até 2016, mas depois cresceu nos últimos 3 anos. Nas "outras actividades" dos Centros de Gestão Participada também se constatou um aumento a partir de 2018.

5.3. Medidas de Apoio ao Emprego

Em 2019, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP abrangeram 81,1 mil pessoas. Destas, 44,4%, ou seja 36 mil frequentaram estágios ao abrigo das medidas de "Inserção profissional"[68] 36,1% (29,3 mil) celebraram "contratos emprego-inserção"[69] e 15,3% (12,4 mil) beneficiaram de apoios à contratação. Para além disso 241 pessoas foram abrangidas pela nova medida de "Apoio do regresso dos emigrantes a Portugal"[70]. Relativamente a 2018 o número de abrangidos diminuiu em 3,3 mil pessoas sobretudo devido ao decréscimo dos abrangidos pelos "contratos emprego-inserção". As únicas medidas em que o número de abrangidos aumentou foram as medidas de "Inserção profissional" (+3,7 mil pessoas).

No final do ano de 2019, 67,5% dos abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego tinham concluído as acções.

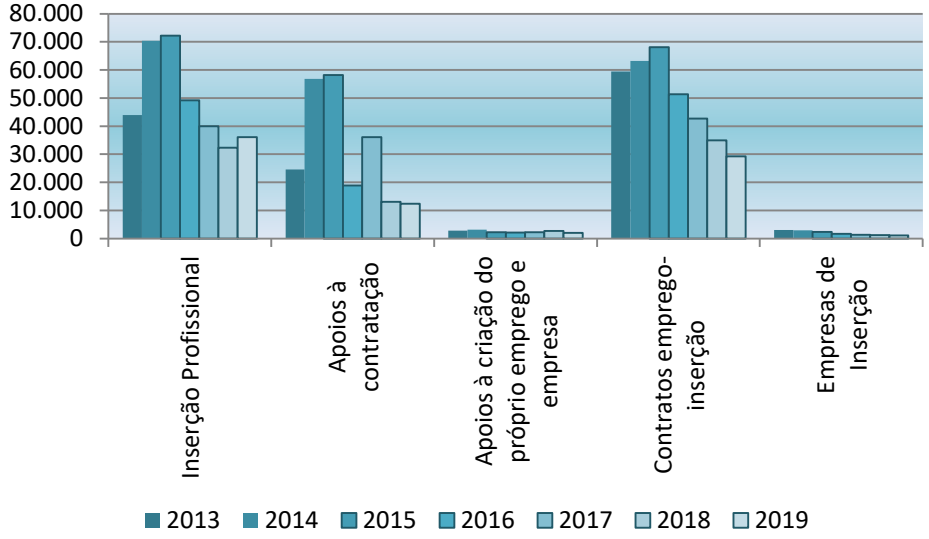
Entre 2013 e 2015, o número de pessoas abrangidas pelas medidas de apoio ao emprego aumentou acentuadamente nos "Apoios à contratação", nos estágios ao abrigo das medidas de "Inserção profissional" e ainda nos "Contratos emprego-inserção". Depois disso o número de abrangidos foi-se reduzindo, de forma equilibrada, exceto na medida de "Apoios à contratação" que, em 2016, aumentou em número de abrangidos para voltar a diminuir, nos dois últimos anos.

[68] As medidas de Inserção Profissional incluem estágios profissionais de diferentes tipos e designações: "INOV" "Impulso Jovem" (que terminaram em 2013), "Estágios Emprego"; "Reativar". "Estágios profissionais (que substituiu as duas anteriores em 2017) "Emprego – Jovem Ativo".

[69] Medida dirigida a desempregados beneficiários do subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego ou do rendimento social de inserção para que desenvolvam trabalho socialmente útil durante um período de até 12 meses, em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos. Inclui as medidas "Contrato de emprego-inserção e Contrato de emprego inserção +.

[70] Esta medida tem como objetivo incentivar o regresso e a fixação de emigrantes ou familiares de emigrantes em Portugal e dirige-se aos cidadãos que iniciem atividade laboral em Portugal continental entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2021, mediante a celebração de contrato de trabalho por conta de outrem e que, cumulativamente, tenham saído de Portugal até 31 de dezembro de 2015. Prevê um apoio financeiro a conceder diretamente aos destinatários, bem como da comparticipação em custos de transporte de bens e nos custos de viagem dos destinatários e respetivos membros do agregado familiar.

Figura 208. Número de abrangidos que terminaram medidas de Apoio ao Emprego

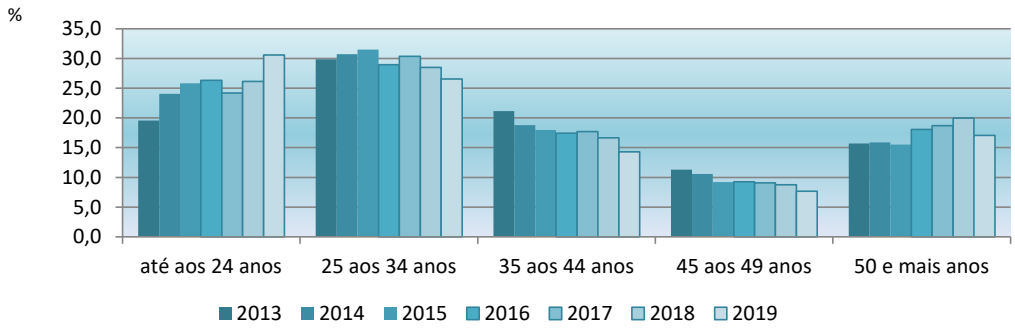


Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro.

Em 2019, as mulheres representavam 61,7% do total dos abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego. Como nos anos anteriores, as mulheres eram maioritárias em todas as medidas, exceto nos "Apoios à criação do próprio emprego e empresa", medida em que os abrangidos homens constituíam 50,1%.

No que respeita aos escalões etários, em 2019, 30,6% % dos abrangidos situava-se no escalão até aos 24 anos, tendo este escalão ultrapassado pela primeira vez desde o início da série, o escalão com entre 25 e 34 anos (26,1% dos abrangidos). 17% dos abrangidos tinha 50 e mais anos. Entre 2013 e 2019, registe-se precisamente o aumento do peso do escalão mais novo bem como do escalão dos 50 e mais anos.

Figura 209. Evolução da percentagem de abrangidos pelas medidas de Apoio ao Emprego por escalões etários – 2013-2019



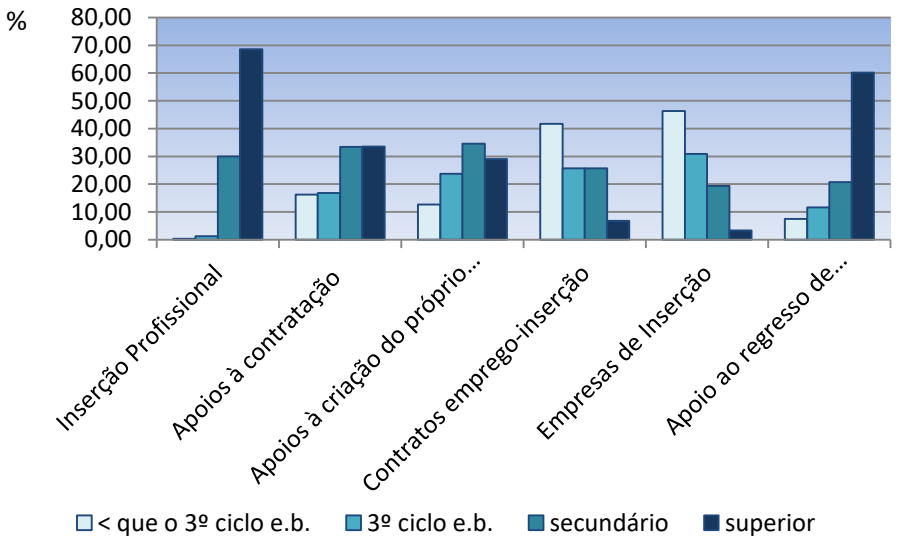
Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro.

No conjunto de medidas de "Inserção Profissional" 60% dos abrangidos tinha até 24 anos e 35,8% estava no escalão entre os 25 e os 34 anos. Já nos "Apoios à Contratação" o escalão etário mais representado era o dos 25 aos 34 anos (33,4% do total), seguindo-se o escalão até aos 24 anos (24,9%). Nos "Apoios à criação do próprio emprego", 41,8% dos abrangidos tinha entre 35 e 44 anos e 20,4%, 50 ou mais anos. Já no que respeita aos "Contratos Emprego-Inserção", o escalão dos 50 e mais anos representava 39,8% dos abrangidos, seguindo-se o escalão dos 35 aos 44 anos (25,2%)

No que se refere aos níveis de habilitações dos abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego, em 2019, 39% tinha o ensino superior e 28,9% o ensino secundário, tendo o peso destes níveis de habilitações aumentado, relativamente a 2018. Por outro lado, 18,6% dos abrangidos possuía até ao 3º ciclo do ensino básico e 13,4% possuía o 3º ciclo do ensino básico.

Relativamente aos anos anteriores refira-se o aumento progressivo da percentagem de abrangidos com o ensino secundário e superior.

Figura 210. Percentagem de abrangidos por medida de Apoio ao Emprego e por níveis de habilitações – 2019



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro.

Em 2019, nas medidas de "Inserção profissional", 68,8% dos de abrangidos possuía o ensino superior e 30%, o ensino secundário. Estes eram também os níveis de habilitações com mais peso nos "Apoio à contratação" embora, nesta medida o peso de cada um destes níveis de habilitações fosse semelhante. Nos "Apoio à criação do próprio emprego e empresa" os abrangidos com o

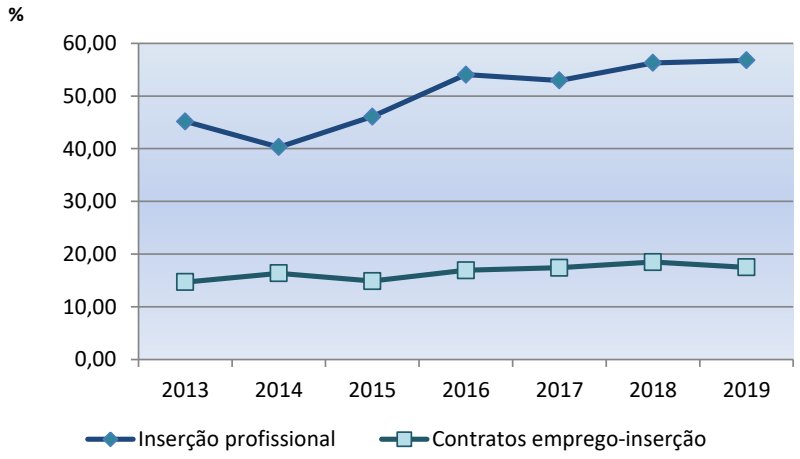
ensino secundário representavam 34,6% enquanto os abrangidos com o ensino superior constituíam 29%. Para além disso, 23,7% dos abrangidos nesta medida tinha o 3º ciclo do ensino básico. Os escalões mais baixos representavam 12,7%. No que respeita aos "Contratos Emprego-Inserção" e às "Empresas de Inserção", que visam um público com características diferentes, os escalões de habilitações mais baixos eram maioritários. Assim, nos "Contratos Emprego-Inserção" 41,8% dos abrangidos tinha até ao 3º ciclo do ensino básico e 25,7% possuía o 3º ciclo do ensino básico (o mesmo peso, contudo, dos abrangidos com o ensino secundário), enquanto nas "empresas de inserção" esses mesmos escalões representavam 46,4% e 31% dos abrangidos, respectivamente. Refira-se ainda a nova medida de "apoio ao regresso de emigrantes a Portugal" embora esta abranja, ainda, um número muito reduzido de pessoas. Nesta medida os habilitados com o ensino superior constituíam 60,2%, e os habilitados com o ensino secundário, 20,7%.

Em 2019, 95,1% dos abrangidos pelas medidas de Apoio ao emprego eram naturalmente desempregados[71] no início da frequência das medidas. Os empregados só tinham alguma expressão nos "Apoios à contratação" representando 28,6% do total No que se refere aos desempregados, os que se encontravam à procura do novo emprego representavam 68% do total dos abrangidos pelas medidas. De facto, os desempregados à procura do 1º emprego só tinham algum significado nas medidas de "Inserção Profissional" (57,4% do total). Relativamente ao ano anterior sublinhe-se o aumento de 10 p.p. no peso dos empregados nos "Apoios à contratação" e o facto de, nesta medida, a percentagem dos desempregados à procura do 1º emprego no total de abrangidos ter passado de 48,3%, em 2018, para 5,3%. Já no que se refere às medidas de "Inserção Profissional" o peso dos desempregados à procura do 1º emprego cresceu em 14,4 p.p.

Analisando a situação dos abrangidos por medidas de apoio ao emprego após a frequência das medidas, naquelas medidas em que essa análise se justifica, ou seja, nas medidas de "Inserção profissional" e nos "Contratos Emprego-inserção", em 2019, 56,8% (10,9 mil) dos indivíduos que frequentaram estágios e 17,5% (3,3 mil) dos que tinham terminado "Contratos Emprego-Inserção", estavam empregados.

[71] No que se refere ao acesso às medidas de apoio ao emprego, os trabalhadores com suspensão de contrato de trabalho por salários em atraso são equiparados a desempregados.

Figura 211. Evolução da percentagem de empregados no total dos indivíduos que concluíram medidas de Inserção Profissional e Contratos de emprego-inserção – 2013-2019

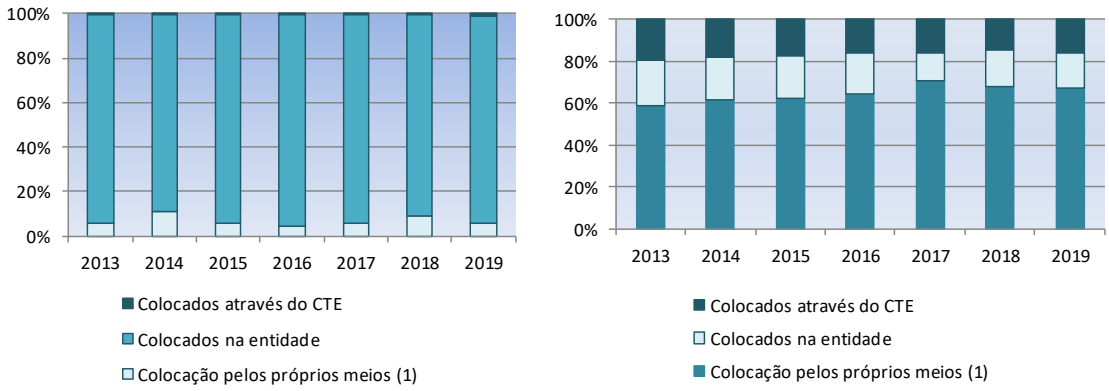


Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro.

A percentagem de estagiários do conjunto de medidas de "Inserção profissional" que tinha ficado empregada no final dos estágios diminuiu, entre 2013 e 2014 mas, a partir daí, aumentou consecutivamente, até 2018, tendo estabilizado, no último ano. Relativamente aos "Contratos Emprego-Inserção" essa percentagem manteve-se sempre muito inferior, ao longo da série e cresceu apenas ligeiramente, a partir de 2015.

Em 2019, dos indivíduos que frequentaram estágios no âmbito das medidas de" Inserção Profissional" 93,2% foram colocados na entidade onde estagiaram (10,9 mil), cerca de 5,8% encontraram colocação pelos próprios meios (0,8 mil pessoas) e os restantes (1%) obtiveram colocação através do Centro de Emprego. No que respeita aos indivíduos que tinham terminado "Contratos Emprego-Inserção", apenas 16,7% (0,5 mil pessoas) ficaram colocados na entidade que os acolheu. A maioria, ou seja 67,4% (2,2 mil pessoas) encontrou colocação pelos seus próprios meio. Os restantes 15,9% (0,5 mil pessoas), foram colocadas através do Centro de Emprego.

Figura 212. Evolução da percentagem de empregados no total dos indivíduos que concluíram medidas de Inserção Profissional e Contratos de emprego-inserção por modalidade de colocação– 2013-2019



(1) Esta designação corrigiu, no relatório do IEFP de 2018, a designação "criação do próprio emprego" que constava dos relatórios do IEFP dos anos de 2013 a 2017

Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro.

Entre 2013 e 2019, a percentagem de indivíduos que frequentaram estágios e ficaram empregados na própria entidade foi sempre de cerca de 94%, exceto no ano de 2014, em que foi de apenas 88%. No que se refere aos "Contratos emprego-inserção" a percentagem de indivíduos colocados na própria entidade relativamente ao total dos abrangidos pelas medidas que ficaram empregados diminuiu ligeiramente, ao longo da série, embora tenha voltado a crescer, a partir de 2018. A percentagem dos que encontraram emprego pelos seus próprios meios aumentou sistematicamente, até 2017, tendo decrescido ligeiramente nos últimos dois anos.

5.4. Formação contínua nas empresas[72]

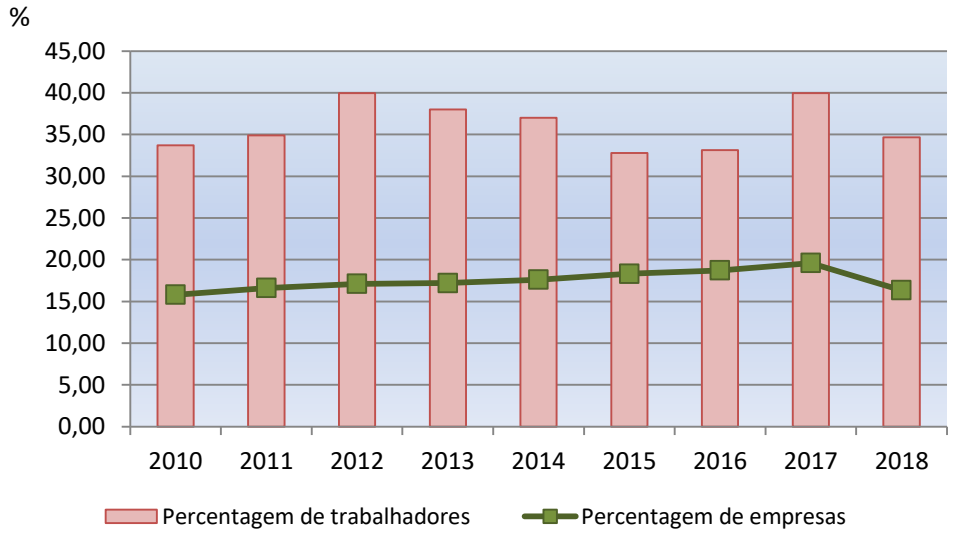
De acordo com os dados *do Relatório anual de formação continua*, no Continente, em 2018, 42,3 mil empresas promoveram ações de formação para os seus trabalhadores, ou seja, 16,3% do total de empresas que responderam ao Relatório Único. Houve assim um decréscimo no número e na

[72] O relatório anual de formação contínua que constitui o anexo C do Relatório Único reúne informação relativa às ações de formação promovidas pelas empresas para os seus trabalhadores. Esse relatório foi publicado pelo GEP a partir de 2010, pelo que a análise realizada respeita aos anos de 2010 a 2017, que é o último relatório disponibilizado.

percentagem de empresas que promoveram acções de formação relativamente a 2017, que foi também o primeiro decréscimo percentual verificado desde 2010.

Estas ações de formação abrangeram cerca de 1.052,6 mil trabalhadores (34,7% do total dos trabalhadores ao serviço nas empresas), o que significou um decréscimo de 5,3 p.p. na percentagem de trabalhadores envolvidos em formação (-115,7 mil trabalhadores) relativamente ao ano anterior. Entre 2010 e 2018, a percentagem de trabalhadores abrangidos por acções de formação no total dos trabalhadores ao serviço nas empresas oscilou, tendo registado valores mais baixos do que em 2018 nos anos de 2010, 2015 e 2016.

Figura 213. Evolução da % Empresas e trabalhadores envolvidos em ações de formação contínua relativamente ao total de empresas e trabalhadores



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua.*

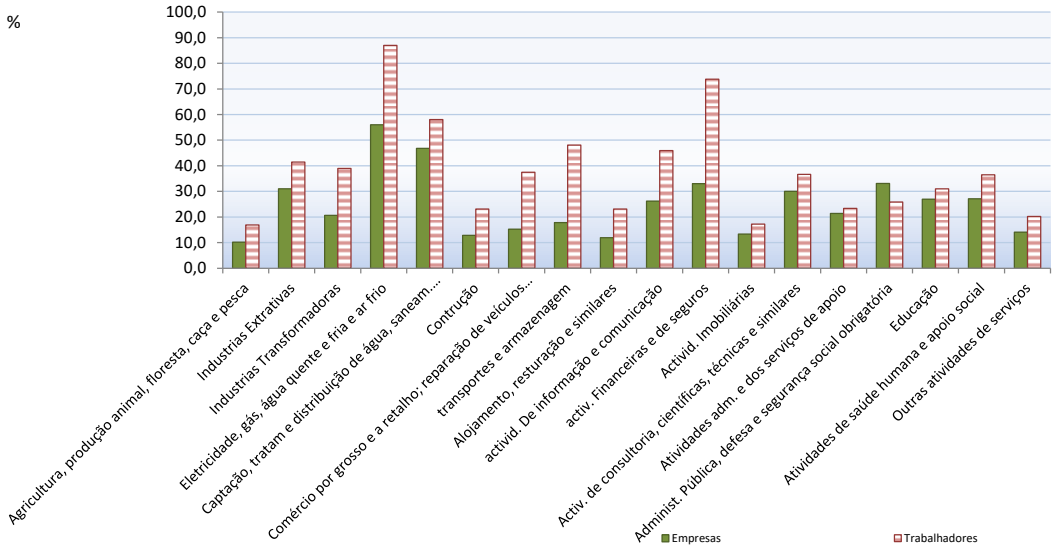
- ***Por sectores de atividade***

Em 2018, os sectores em que maior percentagem de empresas desenvolveu ações de formação foram, como já no ano anterior, o sector da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* (56% do total do sector), o sector *da Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão e resíduos e despoluição* (46,8%) e o das *Atividades Financeiras e de Seguros* (33,1%), que foram também os sectores em que as ações abrangeram as maiores percentagens de trabalhadores ao serviço (87%, 58% e 73,7%, respectivamente). A percentagem de empresas que desenvolveu acções de formação no sector da *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória* foi

também bastante significativa (33,1%), assim como a percentagem de trabalhadores do sector dos *Transportes e Armazenagem* envolvidos em formação (48,1%). Os sectores com menor percentagem de empresas promotoras de formação foram a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, o *Alojamento, Restauração e similares* e a *Construção,* sendo que foi também o sector da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* bem como *o das Actividades dos organismos internacionais e outros* e o das *Atividades imobiliárias* que registaram percentagens menos significativas de trabalhadores em formação.

Entre 2017 e 2018, quer a percentagem de empresas que desenvolveram acções de formação quer a percentagem de trabalhadores envolvidos, diminuiu na quase totalidade dos sectores de actividade.

Figura 214. Percentagem de empresas e trabalhadores envolvidos em ações de formação contínua relativamente ao total de empresas e trabalhadores por setores de atividade – 2018

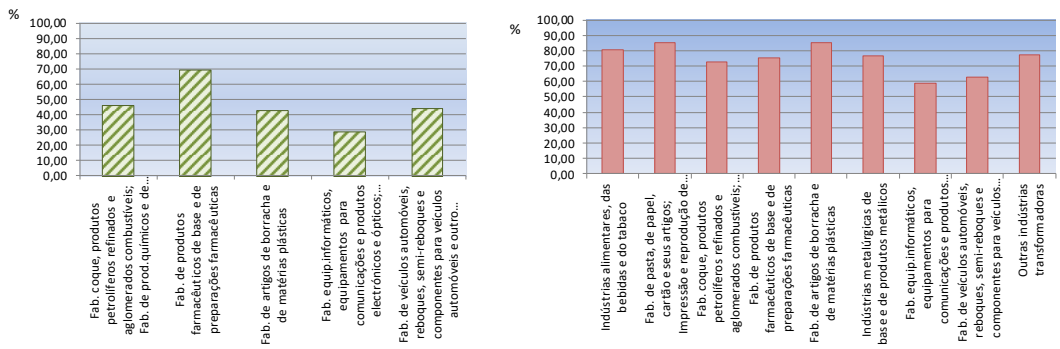


Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua.*

Entre 2010 e 2018, a percentagem de empresas promotoras de ações de formação aumentou na maioria dos sectores de actividade, mas sobretudo no que se refere à *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória,* às *Industrias Extrativas* e à *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio*. Por outro lado, a percentagem de empresas promotoras de formação diminuiu significativamente nos sectores das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e das *Atividades financeiras e de seguros.* Já no que se refere à percentagem de trabalhadores envolvidos, e no mesmo período, o sector em que essa percentagem mais cresceu foi, precisamente, o sector das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares,* e depois o

sector das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio.* A percentagem de trabalhadores envolvidos na formação decresceu expressivamente nos sectores da *Educação* e das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas*.

Figura 215. Percentagem de empresas e trabalhadores envolvidos em ações de formação contínua relativamente ao total de empresas e trabalhadores por subsetores da Indústrias Transformadoras – 2018



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua.*

No que se refere aos subsectores da Indústria Transformadora, os subsectores que mais se destacaram em termos da percentagem de empresas promotoras de formação foram: a *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas*; *o Fabrico de coque, produtos petrolíferos refinados e aglomerados combustíveis; Fabricação. de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos* e o da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transportes*. Os subsectores em que as acções de formação envolveram maior percentagem de trabalhadores foram *a Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos; Impressão e reprodução de suportes gravados*; a *Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas* e as *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco.*

Relativamente aos subsectores do *Comércio*, e tal como no ano passado, o subsector que registou maior percentagem de empresas promotoras de formação foi o do *Comércio por grosso, exceto de veículos automóveis e motociclos.* Já no que se refere ao número de trabalhadores envolvidos destacou-se *o* subsector do *Comércio a retalho.*

- ***Por escalão de dimensão das empresas***

Se tivermos em conta os escalões de dimensão das empresas constatamos que, tal como nos anos anteriores, em 2018, a percentagem de trabalhadores abrangidos por ações de formação

continua relativamente ao total dos trabalhadores das empresas do mesmo escalão de dimensão crescia à medida que o escalão de dimensão era maior, variando entre os 10,2%, nas empresas com 1 a 9 trabalhadores e os 54,4% nas empresas com 500 e mais trabalhadores. Relativamente ao 2017, essa percentagem decresceu, em todos os escalões de dimensão, tendo também diminuído mais quanto maior o escalão. No escalão das empresas com 500 e mais trabalhadores esse decréscimo atingiu os 11,6 p.p.

- ***Por sexo e escalão etário***

Em 2018, e tal como nos anos anteriores, a percentagem de homens e mulheres que frequentaram acções de formação promovida pelas empresas foi muito equilibrada embora, ao contrário do que se verificou em 2017, a percentagem de homens tenha sido ligeiramente superior à de mulheres. As *Industrias Transformadoras* continuava a ser o sector em que a percentagem de homens em acções de formação continua mais ultrapassava a percentagem de mulheres. O sector dos *Transportes e armazenagem* foi aquele em que a percentagem de mulheres mais ultrapassou a percentagem de homens.

Em 2018, o escalão etário em que maior percentagem de trabalhadores frequentou acções de relativamente ao total de trabalhadores do mesmo escalão etário, foi o escalão dos 35 aos 44 anos (39,2%), seguindo-se-lhe o escalão dos 18 aos 34 anos (38,3%) e depois o escalão dos 45 aos 64 anos (34%). No escalão até aos 18 anos. 25% do total dos trabalhadores nesse escalão frequentaram acções de formação, percentagem que foi de 20% no que se refere aos trabalhadores com 65 e mais anos. Entre 2017 e 2018. a percentagem de TCO envolvidos em acções de formação continua diminuiu relativamente a todos os escalões etários, sobretudo nos escalões até aos 34 anos.

Entre 2010 e 2018, a percentagem de TCO em ações de formação relativamente ao total de trabalhadores do mesmo escalão aumentou relativamente a todos os escalões, tendo crescido em cerca de 8,5 p.p. nos escalões dos mais de 35 anos.

- ***Por nível de habilitações***

A percentagem dos trabalhadores abrangidos por ações de formação promovidas pelas empresas, em 2018, era, de um modo geral, tanto mais elevada quanto mais elevado o nível de habilitações. Assim, frequentaram ações de formação 25,2% dos TCO com menos do que o 3º ciclo do ensino

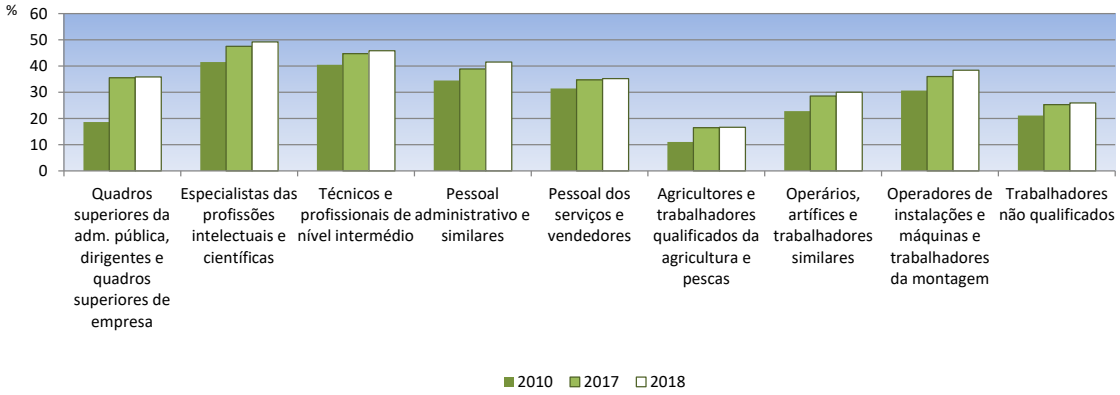
básico e 29,1% dos TCO com o 3º ciclo do ensino básico quando, no que se refere aos TCO com licenciatura, essa percentagem atingia os 49,7% e, relativamente aos TCO com mestrado, os 57,5%. A excepção foram os TCO que possuíam o doutoramento, já que apenas 37,3% do total destes TCO frequentaram formação. A percentagem de trabalhadores em formação diminuiu, relativamente a 2017, no que se refere aos TCO com até o ensino secundário e aumentou, no que respeita aos TCO com níveis de habilitações mais elevados excepto, mais uma vez no que se refere aos TCO com o doutoramento, em que essa percentagem diminuiu 23 p.p.

Entre 2010 e 2018, a percentagem de trabalhadores em formação aumentou relativamente a todos os níveis de habilitações, sobretudo no que se refere aos TCO com o mestrado e o doutoramento.

- ***Por grupos profissionais***

Em 2018, os grupos profissionais com maior percentagem de trabalhadores em formação eram, como no ano anterior, o dos *Especialistas das profissões intelectuais e científicas*, (49,2% do total dos trabalhadores daquele grupo profissional), o dos *Profissionais de nível intermédio* (45,8%) e o do *Pessoal administrativo e similares* (41,5%). Do mesmo modo, os grupos profissionais com menor percentagem de trabalhadores em formação eram os *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas* (16,6%) e *os Trabalhadores não qualificados* (25,39). Relativamente a 2017, a percentagem de TCO em formação no total dos TCO do mesmo grupo profissional aumentou, relativamente a todos os grupos. A percentagem de TCO em formação no total do grupo do *Pessoal administrativo e similares,* cresceu em 2,6 p.p. e a percentagem dos *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem* em 2,4 p.p.

Figura 216. Percentagem de trabalhadores em ações de formação relativamente ao total de TCO do mesmo grupo profissional



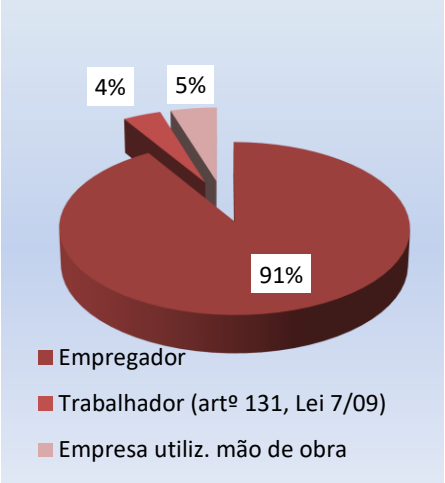
Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua.*

Entre 2010 e 2018, a percentagem de trabalhadores envolvidos em ações de formação continua relativamente ao total dos TCO de cada grupo profissional aumentou, para todos os grupos.

- ***Por iniciativa da formação***

No que se refere à iniciativa da formação, em 2018, 93,1% dos trabalhadores que frequentaram ações da iniciativa do empregador, 4,9%, ações de formação da iniciativa das empresas utilizadoras de mão-de-obra e 4% por sua própria iniciativa. Entre 2017 e 2018, o número de trabalhadores envolvidos em acções de formação diminuiu, em todas estas categorias, sobretudo no que se refere às empresas utilizadoras de mão de obra (que foi a categoria que registou maior aumento no ano anterior).

Figura 217. Trabalhadores em ações de formação por iniciativa da formação, em 2018



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

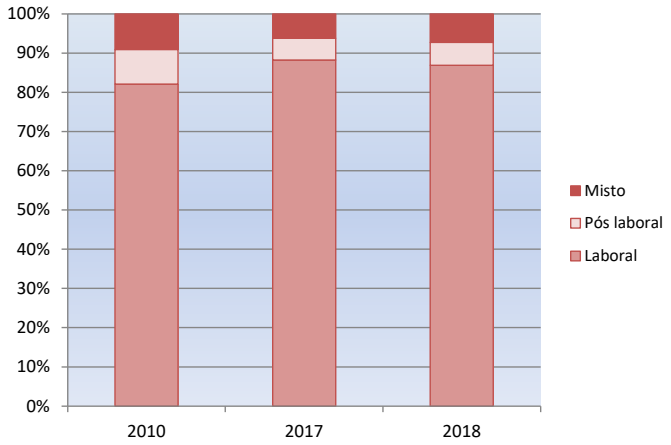
No que respeita à iniciativa da formação nos diferentes sectores de actividade, registe-se o peso das acções de formação da iniciativa do empregador no sector *da Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio,* das acções de formação da iniciativa do trabalhador nos sectores da *Atividades de saúde humana e apoio social,* das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* e da *Educação* e das acções da iniciativa de empresas utilizadores de mão de obra neste último sector.

Entre 2010 e 2018, apenas as acções de formação da iniciativa do empregador registaram um acréscimo no número de trabalhadores envolvidos.

- ***Por tipo de horário de formação***

Em 2018, e no que se refere ao tipo de horário em que decorreu a formação, 91,9% dos trabalhadores em formação frequentaram ações de formação em horário laboral, 7,7% em horário misto e 6,2% em horário pós laboral. O sector de actividade que registava maior percentagem de trabalhadores em formação em horário laboral era o da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio***.** Já os sectores da *Educação* e da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* registavam elevadas percentagens de trabalhadores em formação em horário pós-laboral. O sector da *Educação*, juntamente com o das *Atividades de saúde humana e apoio social* eram os sectores com maior percentagem de trabalhadores em formação em horário misto.

Figura 218. Percentagem de trabalhadores em ações de formação por tipo de horário



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

Relativamente a 2017, a única categoria que registou um aumento foi a dos trabalhadores em formação em horário misto.

O peso do número de trabalhadores em acções de formação em horário laboral cresceu significativamente entre 2010 e 2018 tendo decrescido, no que se refere às restantes categorias.

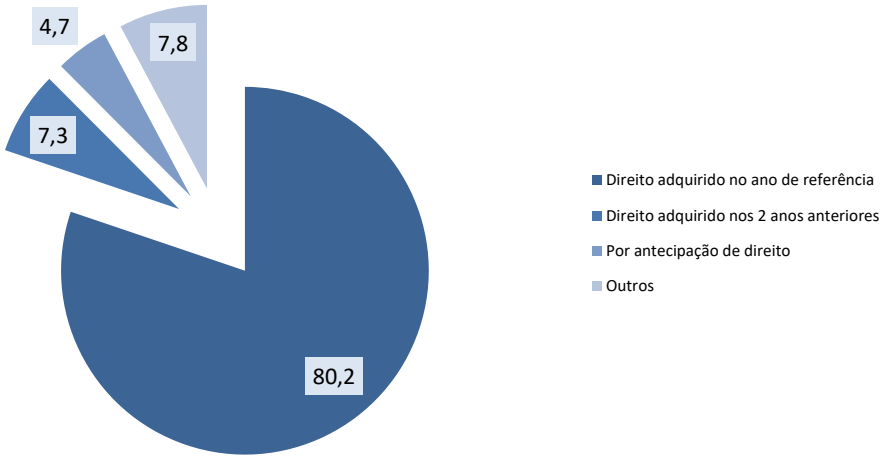
- ***Por duração da formação***

Em 2018, as ações de formação contínua promovidas pelas empresas tiveram, em média 33,8 horas, um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior. Os sectores que registaram números médios de horas de formação mais elevados foram a *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória (81,7 h) e depois os subsectores da Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas* (60,4 h) e da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (51,1 h).

Em 2018, o número médio de horas de formação era de cerca de 30 horas em todos os escalões de empresas excepto no escalão de empresas com mais de 500 ou mais trabalhadores, que registou uma média de 40,9 horas de formação. O número médio de horas de formação manteve-se estável entre 2010 e 2014, diminuiu ligeiramente nos dois anos a seguir e depois voltou a valores próximo dos registados no início da série.

Por período de referência do direito à formação

Figura 219. Percentagem de trabalhadores em ações de formação por período de referência do direito à formação, em 2018



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

Dos trabalhadores que frequentaram ações de formação promovidas pelas empresas em 2018, 80,2% usufruiu do direito à formação adquirido nesse mesmo ano, 7,3% do direito adquirido nos 2 anos anteriores e 4,7% antecipou esse direito.

Entre 2010 e 2018 refira-se a evolução da percentagem de trabalhadores que usufruíram do direito adquirido nos 2 anos anteriores, que cresceu em 2,4 p.p.

- ***Por custo das acções de formação***

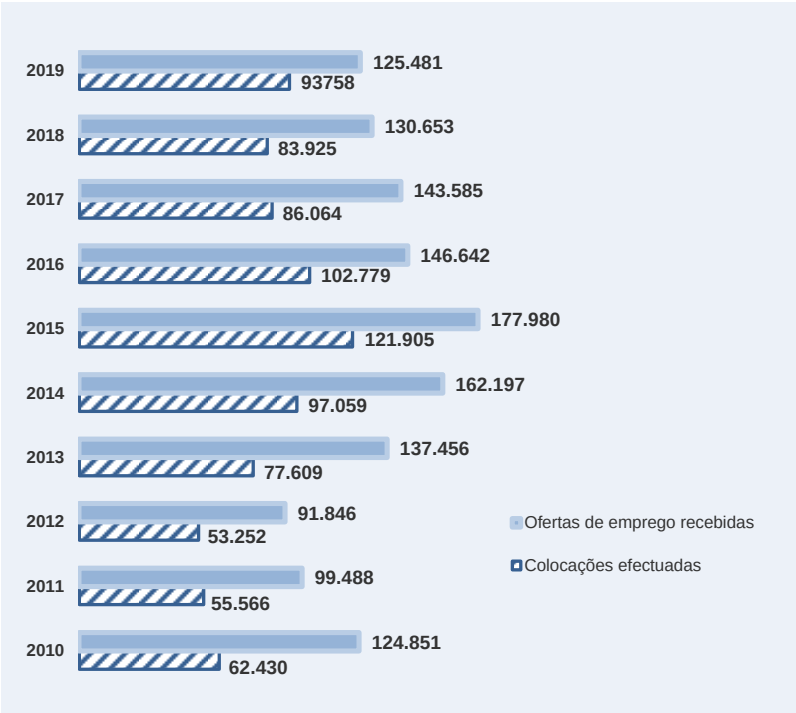
O custo médio das ações de formação continua nas empresas, em 2018, foi de 397,5 €, tendo-se registado um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior. Os sectores que registaram custos médios mais elevados foram a *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* (1.292,4 €) e as *Atividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares* (827,3 €). Por outro lado, os sectores da *Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca* e das *Atividades de saúde humana e apoio social* registaram os custos médios de formação mais baixos (205 € e 152,2 €, respectivamente).

Em 2010, o custo médio das acções de formação foi de aproximadamente 500 €. Depois, até 2013 o custo médio decresceu para quase metade, tendo voltado a aumentar para cerca de 400 € nos dois anos seguintes. Entre 2016 e 2017 registou-se um ligeiro decréscimo.

5.5. Ofertas e colocações dos Centros de Emprego

De acordo com os dados disponibilizados pelo IEFP, as ofertas de emprego recebidas nos Centros de Emprego continuaram a descer ao longo de 2019, mantendo-se a tendência de decréscimo progressivo que se verifica desde finais de 2015. Com efeito, o número de ofertas diminuiu cerca de 4%, atingindo perto de 125,5 mil em 2019. Por outro lado, em 2019 e face ao período homólogo, o número de colocações efectuadas nos Centros de Emprego apresentou uma variação positiva de 11,7%, o que correspondeu a um aumento de cerca de 9,8 mil colocações face a 2018. Assim, constata-se que, em 2019, 74,7% das ofertas foram preenchidas através de colocações dos centros de Emprego.

Figura 220. Ofertas e colocações recebidas nos Centros de Emprego



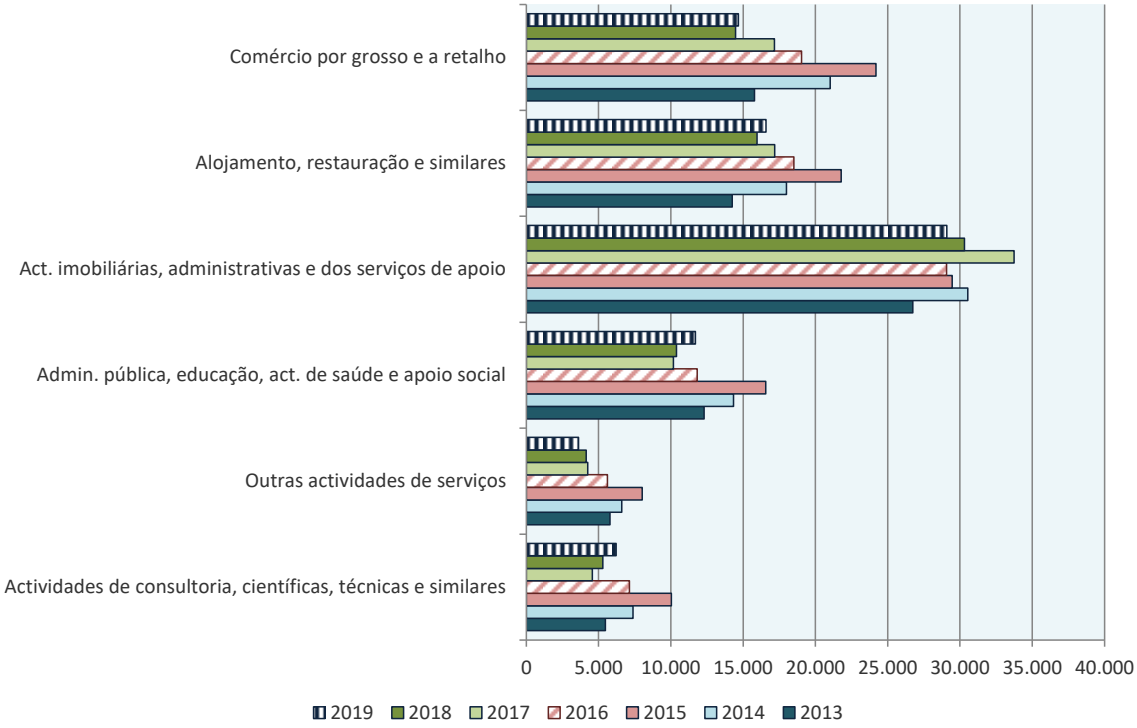
Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Em termos sectoriais, verifica-se que foram sobretudo os sectores da *agricultura* e da *indústria* que contribuíram para a diminuição das ofertas de emprego registadas em 2019 (menos 16,3% e 13,2%, respetivamente), ao contrário do número de ofertas de emprego no sector dos *serviços* que evidenciou um aumento, apesar de pouco expressivo (mais 0,6% em relação ao ano anterior). De salientar que, o sector dos *serviços* continuou a concentrar o maior número de ofertas, totalizando 89,6 mil ofertas, em 2019.

Uma análise desagregada das ofertas de emprego permite evidenciar que, em 2019, 71,4% foram oriundas dos *Serviços*, tendo a sua distribuição se concentrado em particular nas *Actividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio* (32,5%), no *Alojamento, restauração e similares* (18,5%) e *Comércio por grosso e a retalho* (16,4%). Todavia, constata-se que, em termos de variações, o subsector dos *Transportes e armazenagem* registou a maior quebra (-25,2%) com uma diminuição de cerca de 900 ofertas, ao contrário do subsector das *Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* que evidenciou um acréscimo de 17,3%, com um aumento de 916 ofertas registadas.

De salientar que, em termos absolutos, foi o subsector das *Actividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio* que apresentou a maior redução no número de ofertas recebidas, com menos 1,2 mil registos face ao período homólogo, em contraponto com o subsector da *Administração pública, educação, atividades de saúde e apoio social* que registou um aumento de 1,3 mil ofertas.

Figura 221. Ofertas de emprego recebidas – Serviços

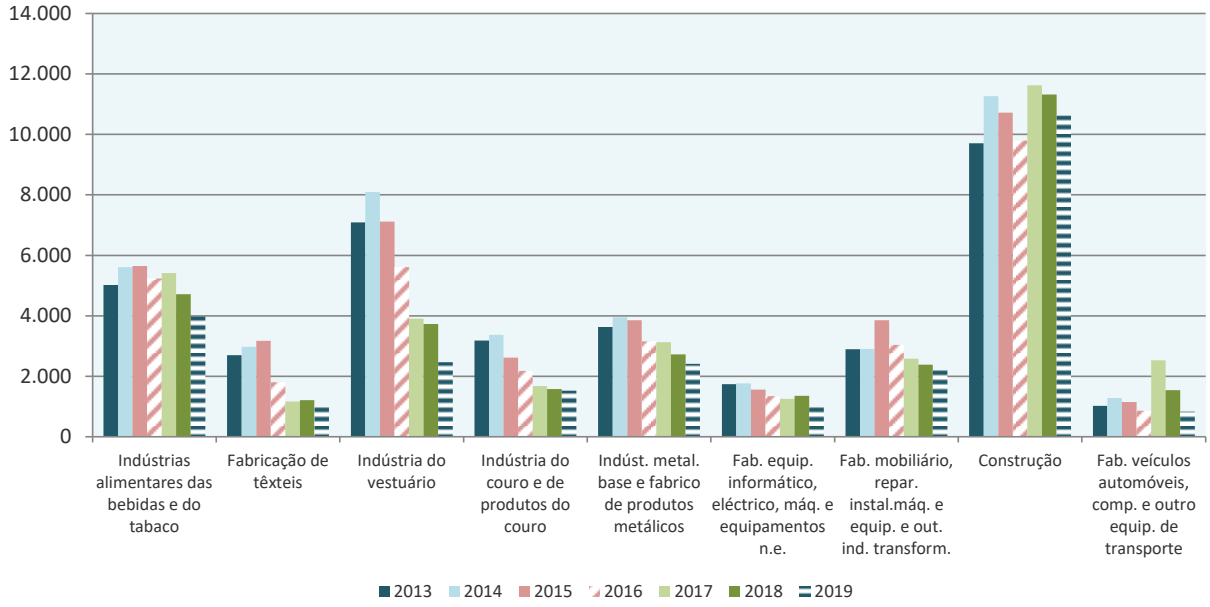


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Relativamente ao sector da *Indústria, energia, água e construção*, em 2019, a *Construção* foi responsável por 8,5% do total das ofertas de emprego recebidas, apesar de ter registado um decréscimo de 6,1% face ao ano anterior. Seguem-se as *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (3,2%) e a *Indústria do vestuário* (2%).

No período em análise, para além dos subsectores da *indústria* mais representativos em termos de ofertas recebidas – *Construção*, *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco e Indústria do vestuário* – terem apresentado decréscimos absolutos no número de ofertas recebidas (menos 687, menos 710 e menos 1,3 mil, respetivamente), o subsector da *Fabricação de veículos automóveis, componentes e outro equipamento de transporte* destacou-se igualmente pela redução de ofertas face ao período homólogo, evidenciando uma descida de 45,5%, o que em termos absolutos se traduziu num decréscimo de 700 ofertas de emprego.

Figura 222. Ofertas de emprego recebidas – Indústria

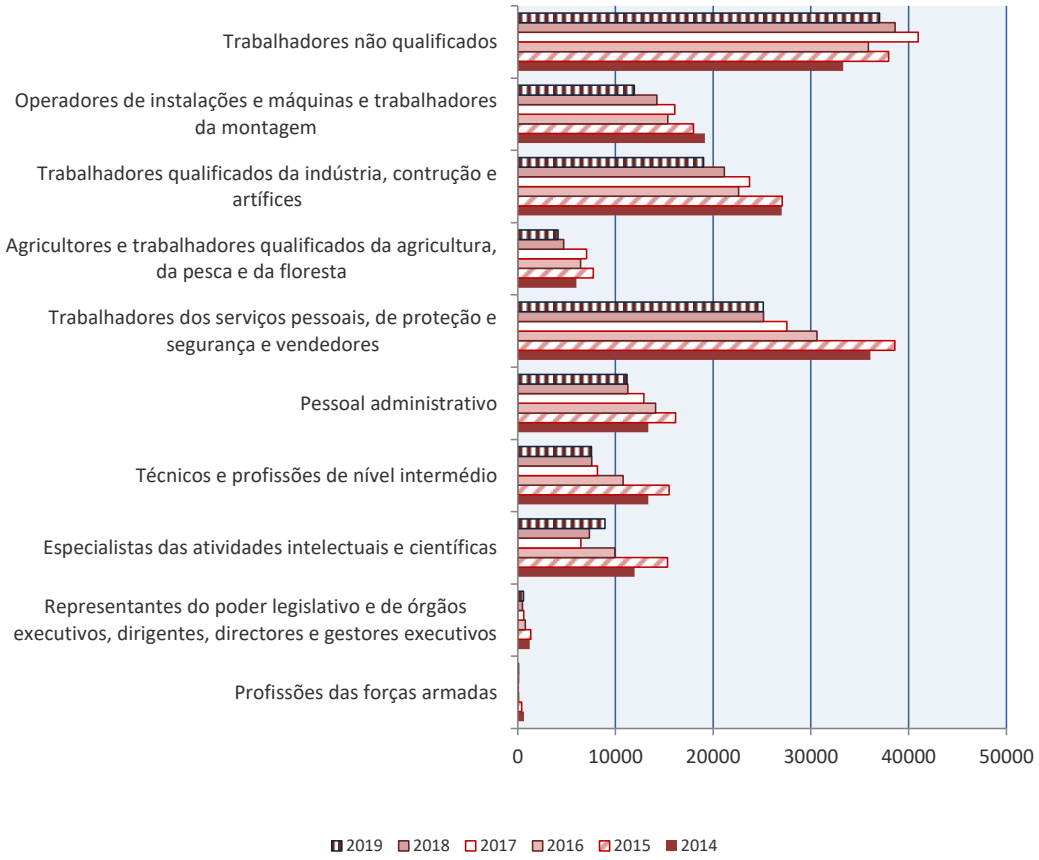


Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Considerando as ofertas de emprego recebidas em 2019, por categorias profissionais, verifica-se que os *Trabalhadores não qualificados* continuam a apresentar-se como o grupo profissional mais representado com 29,5%, não obstante, no período em análise, a variação no seu número de ofertas de emprego ter sido negativa (menos 4,2%), com uma diminuição de cerca de 1,6 mil ofertas.

Ainda em termos de representatividade, destacam-se os *Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores* com um peso de 20%, que, em 2019, apresentaram uma variação negativa pouco expressiva (menos 0,1%), o que, em termos absolutos, se traduziu numa redução de 33 ofertas registadas.

Figura 223. Ofertas Recebidas por grupos profissionais



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

De salientar o facto de, à exceção dos *Especialistas das actividades intelectuais e científicas* (+21,6%) e dos *Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos* (+18,1%), todas as restantes categorias profissionais evidenciaram decréscimos no número de ofertas de emprego, com destaque para os *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem* (-16,3%), os *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta* (-12,7%) e os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (-10,1%).

CONCEITOS UTILIZADOS

Acidente de trabalho

Todo o acontecimento inesperado e imprevisto, incluindo os atos de violência derivados do trabalho ou com ele relacionados, do qual resulte uma lesão corporal, uma doença ou a morte de um ou vários trabalhadores. São também considerados acidentes de trabalho os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação, nos quais os trabalhadores ficam lesionados e que ocorrem por causa, ou no decurso do trabalho, isto é, quando exercem uma atividade económica, ou estão a trabalhar, ou realizam tarefas para o empregador.

Ações de Formação Profissional

Resultam de um conjunto de atividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. Consideram-se, as ações com duração igual ou superior a 4 horas, podendo estas assumir a forma de cursos, seminários, conferências, etc.

Condição perante o trabalho

Situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência podendo ser considerado ativo ou inativo.

Contrato de trabalho intermitente sem termo

Contrato de trabalho pelo qual o trabalhador se obriga a prestar atividade intercalada por um ou mais períodos de inatividade.

Contrato de trabalho para prestação subordinada de teletrabalho

Contrato de trabalho em que a atividade a que o trabalhador se obriga é realizada habitualmente fora da empresa e através de recurso a tecnologias de informação e de comunicação.

Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária

Contrato de trabalho por tempo indeterminado celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, pelo qual este se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer temporariamente a sua atividade numa empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário.

Contrato de trabalho temporário com termo certo

Contrato celebrado entre uma empresas de trabalho temporário e um trabalhador pelo qual ele se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer a sua atividade a uma empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário. O contrato cessará quando ocorra determinado facto futuro com data antecipadamente prevista).

Contrato de trabalho temporário com termo incerto

Contrato celebrado entre uma empresas de trabalho temporário e um trabalhador pelo qual ele se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer a sua atividade a uma empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário. O contrato cessará quando ocorra determinado facto futuro que não tem data antecipadamente prevista)

Custo de mão de obra

Despesas suportadas exclusivamente pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra. Dividem-se em custos diretos e custos indiretos. Os subsídios para compensação das remunerações diretas deduzem-se ao custo total.

Custo direto de mão de obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui a remuneração do trabalho efetuado, o pagamento das horas remuneradas mas não trabalhadas, os prémios e gratificações e o custo dos pagamentos em géneros.

Custo indireto de mão de obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra que não está diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui as contribuições patronais legais, convencionais, contratuais e facultativas para os regimes de Segurança Social e regimes complementares, as prestações sociais pagas diretamente aos trabalhadores (complementos aos subsídios de doença e de acidente de trabalho, complemento às pensões de reforma e sobrevivência, prestações familiares, subsídios de apoio aos estudos dos trabalhadores e/ou filhos, etc.), os custos da formação profissional, os custos de caráter social (cantinas, refeitórios, creches/infantários, serviços médico-sociais, colónias de férias, custos de manutenção, reparação, amortização e juros suportados pelo empregador com o alojamento do trabalhador, etc.), e outros custos da mão de obra (despesas de transporte dos trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho, custos de recrutamento, etc.).

Custos com serviços de carácter social

Despesas efetuadas com serviços e obras sociais, tais como: despesas de funcionamento dos serviços sociais; despesas líquidas com o funcionamento de cantinas, refeitórios e outros serviços de aprovisionamento; despesas com serviços de caráter educativo, cultural, recreativo ou bolsas de estudo concedidas aos trabalhadores e seus descendentes; e outras despesas com serviços sociais.

Desempregado

Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

Consideram-se como diligências:

a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações;
b) contacto com empregadores;
c) contactos pessoais ou com associações sindicais;
d) colocação, resposta ou análise de anúncios;
e) realização de provas ou entrevistas para seleção;
f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos;
g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte:

a) no desejo de trabalhar;
b) na vontade de ter atualmente um emprego remunerado ou uma atividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários;
c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes.

Inclui-se o indivíduo que tem um emprego, mas só começa a trabalhar em data posterior à do período de referência até ao prazo limite de três meses, findo o qual passa a ser considerado inativo.

Desempregado à procura de novo emprego

Indivíduo desempregado que já teve um emprego.

Desempregado à procura do primeiro emprego

Indivíduo desempregado que nunca teve emprego.

Desempregado de longa duração

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição nos Centros de Emprego.

Desempregado de muito longa duração

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 24 meses ou mais.

Desemprego registado

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada, inscritos nos Centros de Emprego, que não têm emprego, que procuram um emprego e que estão disponíveis para trabalhar.

Desencorajados

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada que no período de referência não tinham qualquer trabalho e que, estando disponíveis para trabalhar, não procuram emprego, nomeadamente porque: a) não sabem procurar ou; b) acham que não vale a pena ou; c) consideram que não há empregos disponíveis na zona.

Duração habitual de trabalho

Número de horas executadas com caráter habitual, mesmo que não realizadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias desde que a sua prestação tenha caráter regular.

Empregado

Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;

2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava temporariamente ao serviço;

3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica;
4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Empresa

Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

Estabelecimento

Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Encargos convencionais, contratuais e facultativos com a Segurança Social e regimes análogos a cargo das entidades patronais

Encargos da entidade patronal resultantes do Instrumento de Regulamentação de Trabalho ou acordados diretamente nos contratos individuais ou ainda encargos resultantes da vontade e iniciativa da entidade patronal, para a Segurança Social e regimes análogo

Formação Contínua

Entende-se por formação contínua a que seja qualificante para as tarefas desempenhadas pelo trabalhador, de acordo com o Artigo 131.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Esta formação "pode ser desenvolvida pelo empregador, por entidade formadora certificada para o efeito ou por estabelecimento de ensino reconhecido pelo ministério competente (…)" (n.º 3 do Artigo 131.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

Ganho

Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com caráter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

Inativo disponível mas que não procura emprego

Inativo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, estava disponível para trabalhar, mas não tinha procurado ativamente um trabalho ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores).

NEEF

Conjunto de indivíduos jovens de um determinado grupo etário que, na semana de referência, não estavam empregados (isto é, estavam desempregados ou eram inativos), nem frequentavam qualquer atividade de educação ou formação nessa semana ou nas três semanas anteriores. Em geral, consideram-se como jovens os indivíduos dos 15 aos 24 anos, mas este indicador também é disponibilizado para grupos etários mais alargados e subgrupos destes.

Nível de escolaridade

Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Participante em ações de Formação Profissional

Trabalhador ao serviço na empresa, contabilizado tantas vezes quantas as ações em que participou.

Pessoal ao serviço

Pessoas que no período de referência efetuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para o estabelecimento, independentemente do vínculo que tinham.

População ativa

População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

População Inativa

População que, independentemente da idade, no período de referência, não podia ser considerada economicamente ativa, i.e., não estava empregada, nem desempregada.

População residente

Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Prémios e subsídios regulares

Montante ilíquido pago às pessoas ao serviço, com caráter regular, no período de referência, como é o caso dos subsídios de alimentação, de função, de alojamento ou transporte, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade, subsídio por trabalhos penosos, perigosos ou sujos, subsídios por trabalho de turnos e noturnos.

Profissão

Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

Remuneração base

Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com caráter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Remunerações das horas não efetuadas

Pagamentos diretos efetuados aos trabalhadores relacionados com as férias anuais e outras semelhantes, os feriados oficiais e outros reconhecidos e com outras ausências que não implicam perda de remuneração e com pagamento garantido pelo empregador (nascimento e morte de familiares, casamento do trabalhador, atividades sindicais, obrigações familiares, etc.).

Saída escolar precoce

Situação dos indivíduos, num escalão etário (normalmente entre os 18-24 anos), que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola.

Subemprego de trabalhadores a tempo parcial

Conjunto de trabalhadores, a tempo parcial e com idades dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, declararam pretender trabalhar mais horas do que as que habitualmente trabalhavam em todas as atividades e estavam disponíveis para começar a trabalhar as horas pretendidas num período específico (o período de referência ou as duas semanas seguintes).

Subutilização do trabalho

Indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego.

Taxa de atividade (15 e mais anos)

Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

Taxa de desemprego

Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de emprego (15 e mais anos)

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

Trabalhador a tempo completo

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior á duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador com contrato a termo

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da atividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Trabalhador com contrato permanente

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

Trabalhador familiar não remunerado

Indivíduo que exerce uma atividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Trabalhador ocasional

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho não tem periodicidade definida, ocorrendo esporadicamente sem caráter de continuidade, não sendo cíclico ao longo dos anos.

Trabalhador por conta de outrem

Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Trabalhador por conta própria

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Trabalhador por conta própria como empregador

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa.

Trabalhador por conta própria como isolado

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, habitualmente, não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Trabalhador que participou em ações de formação

Trabalhador ao serviço nas empresas, contabilizado uma só vez independentemente do número de ações em que participou.

Trabalhador sazonal

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho é exercido em determinadas épocas do ano, sempre no mesmo período ao longo dos anos. Consideram-se as ações de formação que resultam de um conjunto de atividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. São consideradas quer as ações de formação realizadas pela empresa/entidade nas suas instalações, quer as realizadas por outras entidades onde tenham participado trabalhadores da empresa. Exclui-se a formação inserida no Sistema de Aprendizagem.

PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA

1. Notas preliminares

a) O Relatório sobre Emprego e Formação surgiu ao lado de uma outra iniciativa paralela relativa à negociação coletiva. Embora sejam conhecidas as interdependências destas duas áreas, procurou centrar-se em matérias específicas do emprego e da formação profissional sem ignorar algumas áreas próximas, cuja relevância resultava essencialmente dos efeitos ou do condicionamento que exercem sobre o funcionamento e sobre os fluxos do mercado de trabalho e sobre as dimensões qualitativas relacionadas com as qualificações da população ativa.

b) O mandato da Comissão consistiu no acompanhamento da elaboração do relatório, iniciada com a discussão do roteiro preparado pelo perito Paulino Teixeira e aprovado pelo Plenário do CRL. Nas reuniões realizadas e nas interações subsequentes, a Comissão teve oportunidade de acompanhar a elaboração do relatório, sendo de assinalar os progressos verificados desde a primeira versão.

c) O parecer que de seguida se apresenta tem em devida conta não apenas as matérias e análises que integram o referido relatório, mas também os objetivos e alcance que o relatório sobre o mercado de trabalho do CRL pretende atingir, designadamente o seu contributo para uma discussão fundamentada entre os parceiros sociais e para uma melhoria da compreensão da opinião pública e da comunicação social sobre o funcionamento do mercado de trabalho e das suas principais variáveis e indicadores.

d) A Comissão Científica reitera a importância do relatório enquanto instrumento útil de sistematização da informação sobre o mercado de trabalho em Portugal, disponível e acessível para consulta pelos parceiros sociais, entidades empregadoras, academia, decisores públicos e público em geral.

2. Enquadramento e apreciação global do relatório

a) A consulta do índice permite-nos verificar que, para além do devido enquadramento e prospetiva macroeconómicas, que fornecem as bases da evolução do emprego e da sua natureza, o Relatório contém:

- Análise da oferta de trabalho e da sua evolução;
- Análise do emprego e do desemprego, incluindo desemprego registado;
- Dados IEFP e subsídio de desemprego;
- Fluxos de mão-de-obra, nomeadamente de entrada e saída;
- Emprego na Administração Pública, Lay-off e despedimentos coletivos,
- Estrutura empresarial, sectores de atividade, intensidade em tecnologia e trabalhadores estrangeiros;
- O emprego nas empresas (dimensão mais estrutural e procura de trabalho);
- Absentismo e sinistralidade laboral;
- Ganhos e remunerações, no setor privado e nas Administrações Públicas incluindo o índice do custo do trabalho;
- A formação profissional e outras medidas ativas de emprego.

b) Sendo esta a quinta edição do relatório, é notória a consolidação da sua estrutura temática que espelha o progressivo enriquecimento que foi alvo ao longo das várias edições, não só do ponto de vista dos assuntos abordados, mas também da diversidade de bases de dados e fontes de informação utilizadas.

c) A análise da evolução de um conjunto diversificado de indicadores ao longo de uma década permite identificar um conjunto de dimensões de natureza estrutural com evolução muito positiva, como por exemplo a proporção de jovens que abandonou o sistema de ensino ou formação atualmente abaixo da média europeia, e outras onde ainda não se atingiu o nível desejado, como são os indicadores relativos à igualdade de género, da equidade salarial, da sinistralidade no trabalho e da formação.

d) Em suma, o presente Relatório de 2019 corresponde cabalmente ao seu objetivo, encerrando assim um ciclo de edições que corresponde também a uma inversão do ciclo económico motivada pelos efeitos da pandemia COVID-19, com reflexos profundos no mercado de trabalho.

e) Embora o relatório diga respeito a um período onde os efeitos da pandemia ainda não se faziam sentir, a Comissão Científica sugere a inserção de um parágrafo ou de uma caixa onde se indique quais as dimensões onde se espera um maior impacto, nomeadamente no emprego e desemprego, na inatividade, na subutilização do trabalho e no layoff.

O relatório do 1º semestre de 2020 terá assim um renovado interesse, sendo eventualmente o primeiro documento que reportará o impacto da pandemia no mercado de trabalho, no curto prazo, cobrindo as dimensões mais relevantes.

Lisboa, 24 de julho de 2020,

António Figueiredo
Cristina Rodrigues
Francisco Madelino
João Cerejeira (Relator)
Mário C. Dias